

Callipole

Revista de Cultura n.º 31 – 2025



Município de Vila Viçosa • Câmara Municipal

Callipole

Callipole

Revista de Cultura

N.º 31 – 2025



Edição e Propriedade

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Diretor

Inácio José Ludovico Esperança

Diretora Adjunta

Inês Palma Borrões

Conselho Editorial

Tiago Salgueiro (Presidente), António Rosa, Armando Quintas, Carlos Filipe, Cristina Soeiro, Inês Palma Borrões, João Gabriel Caia, João Ruas, Joaquim Barreiros, Licínio Lampreia, Luís Brito da Luz, Luís Lopes, Maria de Jesus Coelho, Margarida Borrega e Noémia Serrano

Apoio Técnico

Margarida Borrega

Colaboradores deste número

Ana Campanilho Barradas, Ana Luísa Vilela, Ana Saraiva, Carlos Aurélio, Fábio Mário da Silva, Fátima Tavares, Francisco Bilou, Francisco Caeiro, Joaquim Saial, João Cabrita, João Caniço, Licínio Lampreia, Luís Brito da Luz, Luís Sotto-Mayor, Marco António Andrade, Maria Ângela Beirante, Maria de Jesus Coelho, Maria de Lourdes Cidraes, Noémia Serrano, Pedro Sinde, Porfírio Pinto, Rodrigo Sobral Cunha e Rui Mataloto.

Capa

Rainha D. Amélia de Orleães e Bragança, a bordo do Iate Lia, a 23 de Janeiro de 1898. © FCB

Administração e Redação

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Praça da República

7160-207 Vila Viçosa

Telefone: 268 889 310 – Paços do Concelho

Endereço electrónico de *Callipole*: revista.callipole@cm-vilavicosas.pt

Estatuto Editorial

Disponível em www.cm-vilavicosas.pt

Paginação e impressão

Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira

www.rainhoeneves.pt | geral@rainhoeneves.pt

Periodicidade anual (31.º ano)

Tiragem: 500 exemplares

ISSN: 0872-5225

Depósito Legal N.º 68004/93

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA

<i>Diretor da Revista</i>	9
---------------------------------	---

160 ANOS DO NASCIMENTO DA RAINHA D. AMÉLIA DE ORLEÃES E BRAGANÇA

D. AMÉLIA D'ORLEÃES VISTA POR EÇA DE QUEIRÓS

<i>Ana Luísa Vilela</i>	13
-------------------------------	----

D. AMÉLIA DE ORLÉANS E DE BRAGANÇA E AS VIDAS DO PAÇO DUCAL DE VILA VIÇOSA

<i>Ana Saraiva</i>	21
--------------------------	----

ESTUDOS HISTÓRICOS

PÚBLIA HORTÊNSIA DE CASTRO, UMA FILÓSOFA NO SÉCULO XVI

<i>João Cabrita</i>	35
---------------------------	----

VISITA A LISBOA DA VENERANDA IMAGEM DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VILA VIÇOSA, RAINHA E PADROEIRA DE PORTUGAL – DEZEMBRO DE 1956

<i>Francisco Caeiro</i>	43
-------------------------------	----

HÁ UM PÚLPITO QUE REZA NA IGREJA QUE ‘HE DA MIZERICORDIA’

<i>Carlos Aurélio</i>	47
-----------------------------	----

DA CAPELA REAL DE VILA VIÇOSA AO REAL CONVENTO DE AVIS: O PRIOR-MOR D. ANTÓNIO DE BRITO PEREIRA (1655-1696)

<i>Maria Ângela Beirante</i>	63
------------------------------------	----

1665: A RESISTÊNCIA VIÇOSA NO *MERCVRIO PORTUGUEZ*

<i>Maria de Jesus Coelho</i>	87
------------------------------------	----

PERCURSO BIOGRÁFICO E LITERÁRIO DE PÚBLIA HORTÊNSIA DE CASTRO. TRANSCRIÇÃO E COMENTÁRIOS AO INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO DE PÚBLIA HORTÊNSIA DE CASTRO PARA ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA DA INFANTA D. MARIA

<i>Fábio Mário da Silva e Noémia Serrano</i>	105
--	-----

Índice

A IMACULADA CONCEIÇÃO DE VILA VIÇOSA A FÁTIMA <i>Pedro Sinde</i>	121
USO POLÍTICO-TEOLÓGICO DO IMACULISMO NO SÉCULO XVII, EM PORTUGAL E NA EUROPA <i>Porfírio Pinto</i>	129
FILOSOFIA À SOMBRA DO <i>PLÁTANO</i> <i>Rodrigo Sobral Cunha</i>	143
ESTUDOS DO PATRIMÓNIO	
OS DESAFIOS E AS OPORTUNIDADES QUE FUTURAMENTE SE APRESENTARÃO AO SECTOR DOS MÁRMORES TENDO EM CONTA O ACTUAL CONTEXTO GLOBAL <i>Luís Brito da Luz e Luís Sotto-Mayor</i>	151
... <i>POUCO DEPOIS DO DILÚVIO</i> : O MEGALITISMO DO CONCELHO DE VILA VIÇOSA <i>Rui Mataloto e Marco António Andrade</i>	159
O POSTAL ILUSTRADO DE VILA VIÇOSA – DOIS CONJUNTOS EXEMPLARES <i>Joaquim Saial</i>	181
PROCEDIMENTOS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DOS PAINÉIS AZULEJARES EXTERIORES DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE VILA VIÇOSA <i>Ana Campanilho Barradas</i>	189
O MUSEU MONFORTE SACRO, UM CASO EXEMPLAR E RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL <i>Maria de Lourdes Cidraes</i>	203
MÁRTIRES DO JAPÃO <i>Padre João Caniço, S. J.</i>	225
NOTÍCIAS	
O DIÁRIO DE JOSÉ MARIA TRINDADE (VILA VIÇOSA, 1884-1929) <i>Joaquim Saial</i>	231
MEMÓRIA	
VILA VIÇOSA DE HÁ CERCA DE 100 ANOS, NAS PÁGINAS DO <i>ÁLBUM ALENTEJANO</i>	249
HOMENAGENS	
RUI KNOPFLI – POETA COM ALMA DE MUNDO INTEIRO <i>Francisco Caeiro</i>	303

RAFAEL MOREIRA (1947-2025), <i>IN MEMORIAM</i> . INÉDITOS EPISTOLARES A PROPÓSITO DO PAÇO DUCAL DE VILA VIÇOSA <i>Francisco Bilou</i>	311
JOÃO TAVARES, UM ALGARVIO COM ALMA CALIPOLENSE. A HOMENAGEM <i>Fátima Tavares e Licínio Lampreia</i>	323

NOTA DE ABERTURA

Caras e caros leitores,

É com particular satisfação que apresentamos aos leitores o número 31 da *Callipole*, publicação que a Câmara Municipal de Vila Viçosa prossegue com o compromisso de valorizar, divulgar e aprofundar o conhecimento da identidade cultural calipolense. Nesta edição, prestamos homenagem a uma figura cuja memória permanece indissociável da história de Portugal e, em especial, de Vila Viçosa: a Rainha D. Amélia de Orleães e Bragança, assinalando os 160 anos do seu nascimento.

Ao tema central juntam-se os já tradicionais Estudos Históricos e Estudos do Património, que constituem o cerne científico da *Callipole* e reforçam o seu papel como publicação de referência na investigação sobre Vila Viçosa e o seu território, e não só. Nesta edição destacamos ainda homenagens a personalidades cuja vida e obra se cruzaram com a cultura calipolense, reconhecendo o seu legado e a sua ação na construção de memória.

Gostaríamos de destacar algumas linhas orientadoras desta edição:

- A continuidade da valorização do património material e imaterial de Vila Viçosa, como caminho para afirmar identidade e futuro.
- A aposta num diálogo entre tradição e contemporaneidade, de modo a que a cultura local se sinta viva, dinâmica e aberta ao mundo.
- A reafirmação de que uma revista em papel continua a ter razão de ser – porque tem a capacidade de circular, surpreender e gerar encontro, mesmo numa era digital.

A todos os que colaboraram nesta edição o nosso sincero agradecimento. A *Callipole* só se sustenta pelo empenho coletivo. A todos os leitores, um convite: que estas páginas vos estimulem a descobrir, a visitar e a amar ainda mais este território de Vila Viçosa.

Boas leituras!

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
Inácio José Ludovico Esperança

160 Anos do Nascimento da Rainha D. Amélia de Orleães

D. Amélia D’Orléans vista por Eça de Queirós

Ana Luísa Vilela*

Resumo: Este texto constitui uma leitura de um texto de Eça de Queirós, dedicado ao panegírico da Rainha D. Amélia, nos últimos anos de vida do grande romancista. Trata-se de um texto relativamente pouco conhecido e estudado, que apresenta um elevado grau de singularidade autoral, editorial e política.

Palavras-Chave: Rainha D. Amélia; Eça de Queirós; *Revista Moderna*

E, pois que o nosso pobre Mundo tanto necessita de doçura e bondade, sinceramente creio na vantagem social de que, por vezes, uma rainha irradie um pouco da sua doçura, da sua bondade, da sua beleza, sobre os costumes, os espíritos e as leis.

(Eça de Queirós s/d: 360)

1. Esta epígrafe é um excerto de “A Rainha”, um artigo jornalístico de Eça de Queirós. Tal texto, que consiste numa expressiva homenagem à jovem rainha portuguesa sua contemporânea, D. Amélia, mulher de D. Carlos I, poderá ser caracterizado, creio, por uma ampla excecionalidade. Trata-se, na produção queirosiana, de um texto verdadeiramente singular dos pontos de vista editorial, temático e ideológico. Serão justamente esses três grandes níveis da sua singularidade que irei tentar explorar aqui.

* (Universidade de Évora/ CLP/ CEL-UÉ/ CIDEHUS – analuisevilela@gmail.com)

Uma versão francesa deste texto foi originalmente publicada no volume *Il Mondo alla Rovescia. Il potere delle donne visto dagli uomini*, com organização e introdução de Silvia Luraghi (Milano: Franco Angeli. 2009, pp. 169-176), com o título “D. Amélia d’Orléans (la dernière reine du Portugal) vue par Eça de Queirós”.

Na verdade, a imagem da rainha D. Amélia de Bourbon e Orleães de Bragança, composta por um dos mais célebres (e temíveis) observadores literários do seu tempo, constitui, antes do mais, um tema fascinante.

Alguns anos antes, em 1890, já Eça confidenciava em carta a sua mulher: “Gosto muito da Rainha. É imensamente encantadora (...) É além disso muito inteligente. Somente é tão familiar, que como é também muito bonita, a gente corre sem querer o perigo (de lesa-majestade) de lhe fazer a corte.” (Queirós s/d 2008, 2:69).

Dotada de uma vocação mítica, a figura daquela que deveria vir a ser a última rainha de Portugal suscitará, em poucos anos e sobretudo depois do regicídio, um culto popular e literário em proliferação (cf. por exemplo Dória 1908).

Francesa de origem (1865/1951), filha do Conde de Paris, D. Amélia desposou, em 1886, o Infante D. Carlos, que subiria ao trono em 1889 e seria assassinado no dia 1 de fevereiro de 1908 (quase exatamente dez anos após a publicação deste texto de Eça que aqui revisito). Durante o reinado do seu marido, a rainha distinguiu-se pela sua força de caráter, a sua sociabilidade, o seu gosto pelos desportos, o seu sentido pedagógico, a sua ativa filantropia (principalmente no campo da assistência e da prevenção da tuberculose), a proteção que dispensou às artes (ela própria revelando-se uma desenhadora talentosa e tendo sido a fundadora do Museu dos Coches, em Lisboa). E, talvez antes de tudo o mais, a rainha distinguiu-se pela sua beleza e elegância pessoais, servidas pela sua estatura imponente (media mais de 1.80m) e pela sua esplêndida atitude física.

Com o rei, também o príncipe herdeiro, D. Luís Filipe, foi morto no atentado do Terreiro do Paço, trespassado por vários tiros de espingarda e de revólver. No momento do ataque, a sua mãe manifestou, parece, um enorme sangue-frio; e o seu célebre gesto de tentar agredir os assassinos com o ramo de flores que empunhava seria fortemente simbólico: para salvar a monarquia moribunda em Portugal, teria sido necessário bem mais do que o perfume e a coragem de uma rainha sem outros poderes. O príncipe sobrevivente, D. Manuel, o último rei português, seria destituído dois anos depois do atentado, em 1910, aquando da revolução republicana; a sua mãe acompanhá-lo-ia no exílio, onde deveria passar o longo resto da sua vida.

O texto de que me ocupo foi publicado em Paris, na *Revista Moderna. Magazine Quinzenal Ilustrado*, a 15 janeiro de 1898. Este número 13 da revista, abundantemente adornado por desenhos e fotografias, fora especialmente concebido em homenagem à rainha e dirigido por Eça de Queirós, que era, desde há dez anos, cônsul de Portugal em Paris e residia em Neuilly. O objetivo tático desta homenagem era o de revivificar a publicação, que vivia uma situação bastante difícil. No entanto, seria a doença do romancista – que haveria de morrer dentro de dois anos – o fator do relativo atraso da edição deste número do periódico e que o impediria, até, de rever o seu artigo antes da saída¹.

Este texto de Eça não teria colhido excessivo apreço por parte de alguns círculos do palácio real. À própria rainha, ele terá agradado imenso. D. Amélia felicitará

¹ Este mesmo artigo de Eça foi republicado numa outra revista, essa luso-brasileira: *Portugal e Brasil*, Lisboa, 1899, 1.º ano, vol. I, n.º 4, 5 de Julho, pp. 2-3.

exuberantemente o autor: radiante, ela ter-lhe-á afirmado, conta Eça em carta à sua mulher, alguns meses depois, que nunca sobre ela teriam sido ditas tão amáveis coisas, num tom tão elegante. Pelo contrário, em casa dos pais do escritor (onde ele ficava quando estava em Lisboa), um silêncio púdico reinava (cf. Matos 1993, Da Cal 1975).

Que razões seriam as desta receção contraditória? Talvez razões em si mesmas contraditórias: que o artigo tivesse sido demasiado ou demasiado pouco “cortês”, a possível tendência republicana do pai do autor...

Em suma: as circunstâncias da aparição deste texto estão envolvidas em singularidade e ambivalência. O seu carácter premonitório, antecipando a virtualidade mítica da rainha; a índole tática das intenções da sua publicação; a conjuntura imprevista do seu atraso efetivo; a ambiguidade intrigante dos seus efeitos de receção – tudo isso compõe, parece-me, um interessante testemunho da singularidade editorial deste texto.

2. Dieu! qu'il la fait bon regarder,
La gracieuse, bonne et belle!
Pour les grands biens qui sont en elle,
Chacun est prest à louer...

(Eça de Queirós s/d: 347)

Este excerto de uma composição de Charles d'Orléans é o ponto de partida para o “cântico de louvor” dirigido por Eça à rainha. A escolha de um motivo literário francês não é inesperada: desde sempre, toda a geração literária de 70 e Eça de Queirós em particular foram acusados de “francesismo”.

Na verdade, a imagem da França teve, no nosso país, traços de uma fatalidade cultural e histórica; ela funcionou como uma espécie de contrapeso à excessiva proximidade da Espanha, contra a qual a *diferença* de Portugal deveria incessantemente afirmar-se, afirmando-se, ao mesmo tempo, civilizado e europeu (cf. Machado 1984: 68). Ser francófilo (ou mesmo francómano) era, parece, a maneira possível.

A pista da influência da cultura francófona em Portugal pode ser seguida (cf. Machado 1984: 85) desde as origens da nação portuguesa, cujo fundador, D. Afonso Henriques, era filho de um conde de Borgonha. Mas serão as Luzes que marcarão verdadeiramente o surgimento de uma hegemonia francófila na cultura portuguesa, com Luís António Verney e a sua plêiade de *estrangeirados*, eficientes agentes culturais ao serviço da nova política modernizadora do Marquês de Pombal. António Dinis da Cruz e Silva, um poeta desse tempo, fará talvez a melhor e a mais ambígua homenagem a esta tendência francófila na sua obra *O Hissope*, um poema em que satiriza vivamente essa mania nacional; ironicamente, essa obra de Cruz e Silva seria publicada... em Paris!

Um século mais tarde, será Eça de Queirós, que Fialho de Almeida acusará de ser “o maior desnacionalizador que teve Portugal modernamente” (Almeida: 156),

quem, num artigo publicado em 1899 (no ano seguinte ao da publicação deste seu texto sobre a rainha), denunciará a francomania nacional. Acrescente-se, ainda, que o romancista terá, por seu lado, a melhor receção crítica e académica em França (representada hoje, por exemplo, por Marie-Hélène Piwnik ou Lucette Petit); e, note-se: o facto de que ele tenha escolhido como tema uma rainha portuguesa de origem francesa acrescenta um grãozinho de sal a todo este caso franco-português.

3. Aproximando-se do final do seu artigo, Eça de Queirós tem uma das suas passagens mais invulgares – seja pela transparente clareza do seu enunciado ideológico, seja pelo seu sugestivo tom lírico:

Depois, a presença angustiosa das misérias humanas, tanto velho sem lar, tanta criancinha sem pão, e a incapacidade ou indiferença de monarquias e repúblicas para realizar a única obra urgente do mundo, “a casa para todos, o pão para todos”², lentamente me tem tornado um vago anarquista entristecido, idealizador, humilde, enternecido. Anarquismo, mesmo vago; tristeza, mesmo filosófica; idealização, mesmo escondida, não compõem um bom cortesão...

(Queirós s/d: 359-360)

Sendo Eça de Queirós um verdadeiro especialista da sátira e da problematização de todas as crenças, devemos prudentemente desconfiar, entretanto, da transparência e da sugestividade deste lirismo astucioso.

Embora o último estadió do trajeto ideológico do escritor seja explicitamente penetrado por uma clara tendência *franciscana*, Eça nunca desilude os fiéis apreciadores do seu humor sarcástico e da sua permanente suspeita em relação a todos os sistemas de pensamento. Sim, certamente que ele aqui se reclama “um vago anarquista entristecido, idealizador, humilde, inofensivo” (Queirós s/d: 359); mas o contexto imediato implica, sobretudo, a rejeição de uma possível leitura do seu texto como o de um “cortesão”; além disso, essa condição “anarquista” que reclama é abundantemente *modalizada* – os adjetivos adoçam esse pretenso “anarquismo”, enquanto reforçam, pelo contrário, a tonalidade intimista do discurso e da auto-representação do autor, que vive bem longe do esplendor da corte. Por mais triste que se confesse, Eça de Queirós, observador genial e impiedoso do real, nunca pôde ser considerado nem “inofensivo”, nem “idealizador” – senão no sentido da largueza da sua fantasia criativa e da sua liberdade estética.

Esta capciosa subtilidade ideológica estrutura, de resto, todo o texto. O autor censura suave mas explicitamente a educação espiritualista, o cristianismo medieval, mas também o jacobinismo, o igualitarismo dos tempos modernos e, sobretudo, o carácter e a educação dos príncipes europeus dos séculos XVII e XVIII. Louva, em contrapartida, o espírito de sociabilidade típico da França, que prefere à suas demasiado famosas ordem, requinte ou clareza.

² Esta seria a máxima da própria Rainha D. Amélia: “a casa para todos, o pão para todos” (Real 2006: 118, apud Brogueira 2013: 96).

O traço psicológico maior deste país é, para ele, a “arte de agradar” (Queirós s/d: 349), que dota os franceses com esses “caracteres macios, arredondados e polidos, como os seixos que um arroio manso envolve e docemente rola” (será isto um verdadeiro elogio?...). Se o “rolar” no “arroio” convoca a suave, redonda aliteiração – logo o autor acrescenta que esse suave arroio da sociabilidade francesa se desfez atualmente em “torrente turva e brava”. Do mesmo modo, se, no início do texto, Eça sublinha em Charles d'Orléans a “enternecida e grave elegância” (Queirós s/d: 347) do poeta – em breve o considerará “um poeta um pouco precioso” (Queirós s/d: 349).

No fundo, estas observações psicologistas sobre a França desempenharão, no texto, um papel duplamente introdutório: primeiro, e por contraste, elas introduzirão a representação dos traços característicos de Portugal e dos portugueses; depois, a da personalidade de D. Amélia (de origem francesa) – e estes são os dois grandes verdadeiros temas do texto. Cabe ao leitor escolher qual é verdadeiramente o mais importante...

Este autor, tão frequentemente acusado de “francesismo”, desenvolve aqui um verdadeiro exercício de promoção da imagem do seu país (e notemos a propósito que este mesmo texto seria publicado em França e se dirigia ainda ao público brasileiro). Opondo-a ao caráter “francês”, Eça descreve a psicologia coletiva de Portugal como a de uma espécie de misantropo um pouco selvagem, cujas rusticidade, desconfiança e rigidez detêm contudo alguma grandeza e sabedoria (pelo menos porque testemunham da prudência política do povo, herança de um grande império – e da dominação espanhola). De todo o modo, esse exterior pouco ameno constitui apenas, segundo o texto, uma espécie de “casca fusca e rugosa” (Queirós s/d: 351), que esconde um interior doce e terno. E segue-se uma enumeração das verdadeiras virtudes dos portugueses (a diligência, a paciência, a força, a sobriedade, o amor da família e do lar, a simplicidade, a bondade, a reverência terna e sem adulação)... Suave e terno, o povo português mostra-se, afinal, muito semelhante à sua rainha, que sabe manter com as pessoas as antigas e benévolas relações “de paternidade e de posse” (Queirós s/d: 351) que ligavam outrora a monarquia e o povo (não podemos aqui tomar o autor por reacionário, visto que, por este altura do artigo, ele já censurou a Igreja, a realza espanhola, a casa de Áustria e a Idade Média...).

Depois de ter sublinhado a maravilhosa graça rural da paisagem, e de ter evocado os heróis da História portuguesa, o texto termina a promoção da cultura portuguesa com uma alusão artística: o Palácio da Pena, esse palácio de conto de fadas tão amado por D. Amélia (Queirós s/d: 353-354).

4. Como é, pois, segundo Eça, essa rainha que tem a sabedoria de se fazer herdeira do tempo mítico dos velhos reis, cultivando com o seu povo a doçura e a afabilidade que os velhos pedagogos, como Aleixo de Menezes, sempre aconselharam aos soberanos portugueses? Note-se que, ao longo de todo o artigo, que se intitula justamente “A Rainha”, nunca é mencionado o nome próprio da figura que se fala. Numa subtilíssima manobra estilística, Eça de Queirós refere-se-lhe sempre como “a Rainha” ou “a Rainha de Portugal”.

Antes de tudo, ela é amável e terna para com os humildes; pratica ativamente a caridade. Entendamo-nos: a caridade “à portuguesa” é muito diferente da caridade “racional” (Queirós s/d: 355) da França e da caridade “social” da Inglaterra (Queirós s/d: 354). (Observemos, de passagem, que a crítica ao “economismo” e ao “socialismo”, preferindo-lhes uma atitude puramente emocional, uma ternura solidária de expressão sentimental e antidoutrinária seria, no fundo, a tradução quase literal da posição confessada pelo autor um pouco mais adiante).

Afetuosos e compassivos, mas eficazes e bem dirigidos, a filantropia de D. Amélia materializa finalmente a síntese ideal entre o coração e a razão. O que é esplêndido na rainha será, no fim de contas, essa virtuosa capacidade de síntese, cumprida entre a inteligência e o sentimento, a compreensão e a estima, a simpatia e o raciocínio, a sensibilidade e a vontade, o encanto da sociabilidade e a dignidade familiar, o esplendor físico e o brilho das ideias e dos sentimentos (ou não teria o autor começado por citar o aforismo de Platão, “a beleza é o esplendor da verdade” – Queirós: 347).

Séria, nada frívola, a “bondade muito culta” (Queirós s/d: 350) de D. Amélia é, sobretudo, benéfica para Portugal, testemunhando, antes de tudo, da completa e meiga nacionalização portuguesa da rainha. Não preferia já ela os heróis nacionais, como Afonso de Albuquerque ou D. Nuno Álvares Pereira, aos do seu país de origem, como Bertrand du Guesclin ou Bayard? Não seria agora a França o exílio para a rainha (como, aliás, para o próprio escritor)? Observam-se então os seus gostos culturais, todos orientados para a História, a Arte e as formas da cultura tradicional, a prosa memorialista, a equitação, a nacional tauromaquia – como se se tratasse de esboçar toda uma política nacional de intervenção cultural.

Digna continuadora, ainda, da tradição pedagógica dos Orleães, que tão excelentemente produziu príncipes cultivados, corajosos, brilhantes, superiormente franceses, a rainha educa os seus filhos no culto da virtude. (Será uma coincidência que o príncipe herdeiro se chame Luís, como o seu antepassado, o rei S. Luís, o filho de Branca de Castela, a quem é comparada sua mãe?... Podemos esperar tudo da subtileza retórica de Eça).

5. Se percorrermos a história íntima dos estados, observamos logo, com tristeza ou com malícia, que o mal da frivolidade grassa fundamentalmente nas rainhas, e que, ou se ocupem de luxo, ou de sentimentalidade galante, ou de intrigas dinásticas, ou de enredos da corte, ou de parcialidades de religião, ou de tramas políticas, as suas vidas se resumem em confusão e ruído estéril. Ditosa ainda a nação, quando, à poeira que elas ergueram, se não mistura sangue! (Queirós s/d: 356)

Não deve espantar-nos este tom misógino em Eça de Queirós. A sobrecarga mítica, ideológica e erótica que a figura feminina sempre sofreu, na sua obra romanesca e jornalística, torna-a fundamentalmente dúplice (cf. Vilela 2000).

A imagem da mulher, em Eça, é já ambigualmente irresistível e repulsiva nos primeiros tempos da sua vida literária³. Torna-se radicalmente naturalista durante a década seguinte⁴, o período mais nitidamente classificável do autor, em que as suas inquietações sobre a mulher encontram, através da leitura de Proudhon, um eco tranquilizador, uma caução filosófica e um discurso ideológico sistematizado e convincente. É justamente a época da misoginia programática – uma defesa contra o pânico da mulher.

A terceira e última fase do escritor – a fase em que ele se encontra no momento da escrita do texto que estamos a ler – coincide com a sua estadia em Paris, onde terá residência durante mais de dez anos e onde morrerá. A busca de Jacinto, um aristocrata português e *blasé* que mora em Paris, protagonista do seu último romance, *A Cidade e as Serras*, bem pode representar a valorização do autêntico, do rural, do são e do idílico Portugal que, imaginado de Paris, lhe parece o cenário possível da sua regeneração pessoal. Esta espécie de fuga da cidade e da sua fascinante artificialidade é um tema que Eça – autor definitivamente urbano – pôde profundamente problematizar e docemente ironizar.

De todo o modo, e pela primeira vez em *A Cidade e as Serras*, um casamento feliz pode concluir harmoniosamente um romance de Eça de Queirós. O autor parece agora poder reconciliar-se com o elemento feminino, que sempre o fascinou mas que, em todos os romances, tanto fustigou. Será nessa fase que o reencontrámos hoje, no momento em que ele tece o seu louvor à rainha de Portugal – uma figura que, tal como Jacinto, deixou o seu Paris natal e que, na sua fantasia, se salva, salvando um país. Não se poderá negar, no autor, a força do investimento mítico e o poder simbólico desta figura feminina (que a História, de resto, confirmará tragicamente).

O elogio da rainha, essa princesa “qu’il fait si bon regarder”, é, de facto, o veículo para dois apelos do autor: o apelo à revivificação de Portugal (assim como o da revista em que o artigo será publicado...); e, mais particularmente, o sóbrio apelo a essa “força social” (Queirós s/d: 351) nascente, produzida pela união e pela simpatia profunda entre a rainha e o povo. D. Amélia poderia perfeitamente vir a revelar-se a protagonista de uma espécie de *revolução feminina*: uma força que viria, enfim, irradiar um pouco de doçura, bondade, beleza, sobre os costumes, os espíritos e as leis.

Como um bónus, afirmando explicitamente que pretende tornar bem nítida e bem compreensível a figura da rainha – o que Eça faz aqui será, na verdade, no final da sua vida, tornar bem nítida e compreensível (talvez um pouco nítida e compreensível demais ?..) a sua própria posição ideológica. Ele, que vive longe da corte, um obscuro, idoso e fatigado “fazedor de livros” (Queirós s/d: 359), apagar-se-á... mas não termina o texto sem furtivamente se comparar a Camões, génio literário infeliz e herói romântico nacional.

³ Cf. *Prosas Bárbaras*, *A Colaboração n'O Distrito de Évora*

⁴ Cf. *As Farpas*, *O Crime do Padre Amaro*, *O Primo Bazílio*

Enfim, afirmemo-lo: este texto manifesta uma autorreferencialidade medular, através da qual, imbricada nas delicadas relações franco-portuguesas, se insinua a construção hábil de uma auto-imagem nacional e pessoal de Eça de Queirós – tudo isto sabiamente dissimulado num elogio à sua rainha. Melhor: não se tratará até de uma verdadeira dissimulação, pois que a força simbólica desta figura feminina (tão curiosamente semelhante a uma outra, essa ficcional, a da soberba Maria Eduarda, da sua obra-prima *Os Maias*) a faz portadora de uma síntese de virtudes, mitos e sonhos.

O que torna este texto absolutamente particular será, pois, uma espécie de aliança figurativa velada que, sendo muito diáfana mas muito coerente, permite associar ao “brando gesto” da rainha o projeto político, a devaneante ilusão erótica e o testemunho ideológico. O compromisso político, a sentimentalidade e a confissão ideológica são exatamente os três grandes gestos que o nosso autor sempre evitou com todas as suas forças. Não se poderá esperar, talvez, por parte do grande Eça, uma homenagem mais eloquente ao poder das mulheres.

Referências

- Almeida, José Valentim Fialho d' (1969) [1900], *Figuras de Destaque*, 2.^a ed., Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Brogueira, Dilar Trancas Mariano (2013), *A Figuração da Personagem nas Crónicas de Eça de Queirós. Textos de imprensa da Revista Moderna*. Dissertação de Mestrado em Literatura de Língua Portuguesa: Investigação e Ensino, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Da Cal, Ernesto (1975), *Lengua y Estilo de Eça de Queiroz. Apêndice* – tomo 1.º, Coimbra: Por Ordem da Universidade, n.ºs 1075-1076.
- Dória, Joaquim (1908), *Rainha de lucto. S.M. Rainha D. Amélia*, Viseu: Typographia da Folha.
- Matos, Alfredo Campos (1993), *Dicionário de Eça de Queiroz* (2.^a ed.), Lisboa: Caminho.
- Machado, Álvaro Manuel (1984), *O “francesismo” na literatura portuguesa*, Lisboa: ICALP.
- Queirós, José Maria (s/d), “A Rainha”, in *Notas Contemporâneas*, Lisboa: Livros do Brasil, pp. 347-360.
- Queirós, José Maria Eça de (2008). *Eça de Queirós, Correspondência*. Organização e notas de A. Campos Matos. 2 vols. Lisboa: Caminho.
- Vilela, Ana Luísa (2000), “Erotismo queiroziano: a sua construção ideológica e simbólica no discurso não-ficcional”, in Matos, A. Campos (2000), *Dicionário de Eça de Queiroz. Suplemento*, Lisboa: Caminho, pp. 276-291.

D. Amélia de Orléans e de Bragança e as vidas do Paço Ducal de Vila Viçosa

Ana Saraiva*

I. D. Amélia na ‘primeira vida’ do Paço

Amélia de Orléans e de Bragança (1865-1951), princesa de França, duquesa de Bragança e rainha de Portugal, nasce em 28 de setembro de 1865. A sua vida tem suscitado o interesse de historiadores e biógrafos, cujos estudos acrescentam informação e abrem novas perspetivas em torno da vida da última rainha de Portugal (e.g. Catinot-Crost 2000, Ramos 2001, Cardoso 2011, Nobre 2006, Ribeiro 2013 e 2025).

Com a implantação da República em França no ano de 1848, o conde de Paris – Luís Filipe Alberto de Orléans (1838-1894), pretendente ao trono de França por ser neto do rei de França entre 1830 e 1848 – Luís Filipe de Orléans (1773-1850), parte com a família para Inglaterra. É nesta circunstância que a sua filha mais velha, Amélia de Orléans, nasce em Twickenham, nos arredores de Londres. Filha de Maria Isabel de Bourbon (1848-1919), neta de Fernando VII de Espanha e sobrinha de Isabel II de Espanha (1830-1904), passa alguns períodos da infância e adolescência em Espanha. Em 1871, com 5 anos, regressa a França. Em 20 de maio de 1886, D. Amélia chega com a sua comitiva a Vilar Formoso – Portugal, e em 22 de maio celebra casamento com D. Carlos de Bragança. O palácio de Belém é o local escolhido para o casal fixar residência, onde nascem os filhos, príncipe real Luís Filipe e o infante D. Manuel (Nobre 2006, Ribeiro 2013).

O Paço de Vila Viçosa torna-se residência venatória dos jovens duques de Bragança, que ali passam temporadas especialmente durante os meses de inverno. O primeiro contacto da duquesa de Bragança com Vila Viçosa é documentado numa entrevista concedida a Leitão de Barros em 1938¹:

Quando lá entrei [paço de Vila Viçosa] pela primeira vez, havia lixo venerável do tempo da Restauração! Fui um vendaval que entrou... Arranquei as ervas que

* Diretora do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança.

¹ BARROS, Leitão (1951). *Duas Visitas a Versailles. 1938-1951*, Lisboa: Editores Neogravura: 34.

cresciam à solta desde El-Rei D. João IV, limpei, pinte, compus aqui e ali, e, sobretudo, não destruí, como era moda então. Lembro-me até que as Santas freiras do delicioso Convento das Chagas me receberam. E como eu gabasse muito aquele lindo claustrozinho, cheio de era e de poesia, dizendo que o viria pintar no dia seguinte, as piedosas senhoras, para me serem amáveis, perderam a noite a limpar tudo, a descascar todas as pedras dos musgos e das eras românticas, e caíram elas próprias, irreprensivelmente e de duma forma imprevista, o pitoresco local... o claustro ficou reconhecível e eu... é claro, não o pude desenhar... – Santos tempos.

Durante as estadias no paço alentejano, a par da sua dedicação afetuosa e diligente como mãe, D. Amélia faz passeios a pé e a cavalo; realiza caçadas e convívios na tapada ducal (cf. Monge *et all* 2016: 52-54); entrega-se ao desenho e à pintura, contando nomeadamente com o apoio do pintor Enrique Casanova; apoia-se na leitura e apoia o património artístico e cultural. No livro *Rainha D. Amélia. Pintora e Mecenas do Património Histórico*, publicado em 2025 com o apoio da Fundação da Casa de Bragança, José Alberto Ribeiro aprofunda a dimensão da rainha como artista e mecenas do património cultural destacando a sua sensibilidade artística expressa em qualidades plásticas e num posicionamento informado sobre a história da arte portuguesa durante os 24 anos de residência no país (Ribeiro 2025).

D. Amélia interessa-se ainda pela música rodeando-se de vultos da música de várias partes do mundo que lhe dedicam obras inéditas. Entre outros compositores, refiram-se Alfredo Keil, Alexandre Rey-Colaço e José Viana da Motta (Luna 2016). O arquivo histórico e o fundo musical do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança elucidam-nos sobre a relação sublime que existe entre D. Amélia, a música e o Paço Ducal de Vila Viçosa.

O apreço da rainha pela vila calipolense consta em vários relatos registados pela própria:

Estive de manhã na igreja da Conceição. Te Deum para agradecer a Deus ter salvado o Pequeno do fogo. Muita gente, depois estive no Convento das Chagas, a velha abadia, de tarde voltei ao Convento com o Pequeno e o Seisal depois fiquei a desenhar com o Seisal um claustro encantador, casas velhas com varandas de madeira²;

Preparativos de partida, pena de deixar Vila Viçosa...³

D. Amélia também vive alguns episódios traumáticos no paço ducal dos Bragança. Em 19 de novembro de 1887, o deflagrar de um incêndio no quarto do príncipe Luís Filipe provoca-lhe queimaduras ligeiras. Ainda em Vila Viçosa, no dia 14 de dezembro a duquesa de Bragança sobre um parto prematuro de uma menina, de nome Maria Ana (Ribeiro 2013: 33).

² ANP, 300 AP III, Caixa 716, Diário de 1888, 8 de janeiro, em Ribeiro 2013: 33.

³ *Idem*, 10 de janeiro.

D. Amélia de Orléans e de Bragança e as vidas do Paço Ducal de Vila Viçosa

Em 6 de janeiro de 1908, a Família Real parte para Vila Viçosa, com D. Carlos a realizar várias viagens a Lisboa para se encontrar com o duque de Abruzzos, filho do rei Amadeu de Sabóia e sobrinho de D. Maria Pia. O duque, primo de D. Carlos é recebido pela Família Real portuguesa em Vila Viçosa e passeiam no charabã – contração do francês *char-à-bancs*, viatura que vem a integrar o núcleo expositivo de carruagens do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança (Nobre 2006: 141).

De 31 de janeiro para 1 de fevereiro de 1908, D. Amélia, D. Carlos e D. Luís Filipe pernoitam no paço. Na manhã de 1 de fevereiro, partem de comboio para Lisboa, onde ocorre o regicídio que vitima o rei e o príncipe herdeiro. No dia 6 de maio de 1908, o infante D. Manuel é aclamado rei de Portugal, contando com o apoio e aconselhamento da mãe durante o seu curto reinado. Em 12 de fevereiro de 1909, o jovem rei recebe o rei de Espanha Afonso XIII de Espanha, seu primo, no Paço Ducal de Vila Viçosa.

Com a proclamação da República em 5 de outubro de 1910, a Família Real parte da praia da Ericeira no *yacht* real *Amélia* rumo ao território inglês de Gibraltar. A rainha Maria Pia segue para Itália, D. Amélia e D. Manuel II são recebidos em Inglaterra (Nobre 2006: 154, 155; Ribeiro 2013: 85). Termina aqui o período de residência de D. Amélia de Orléans e de Bragança em Portugal, que retorna a França fixando residência em Chesnay, no château de Bellevue. Durante a Segunda Guerra Mundial, D. Amélia declina o convite de Oliveira Salazar para se refugiar em Portugal, por entender não abandonar os franceses que a acolheram no seu exílio (Nobre 2006: 167). Entre 17 de maio e 30 de junho de 1945, com 79 anos de idade, volta a Portugal a convite do primeiro ministro, mas do seu roteiro de visita não consta Vila Viçosa. Regressa a Chesnay onde reside até ao final da sua vida, em 24 de outubro de 1951.

II. D. Amélia na ‘segunda vida’ do Paço

No decurso da implantação da República, o Paço Ducal de Vila Viçosa perde a função residencial como casa de família dos duques de Bragança. Em testamento redigido no ano de 1915, D. Manuel de Bragança, na qualidade de proprietário do imóvel, manifesta a vontade de criar um museu dedicado ao estudo e à memória da sua família, colocando ali os bens artísticos e culturais pessoais para fruição da “nação”.

Esta decisão abre caminho para a refuncionalização do paço investindo-o de um novo estatuto: o de património cultural com a missão de cuidar e valorizar o legado da Casa de Bragança. Entre 1911 e 1916, é realizado o arrolamento dos antigos Paços Reais separando os bens da Coroa dos pertences pessoais da Família Real. Em 1913, começam a chegar ao Paço de Vila Viçosa as primeiras peças provenientes dos rebatizados Palácios Nacionais (Monge 2016: 46). A entrada de bens no Paço foi acontecendo por diferentes vias e proveniências ao longo das décadas seguintes. Uma das incorporações mais significativas deu-se em 1937, vinda da residência de D. Manuel II em Fulwell Park, Inglaterra.

Nos anos 1950, dão entrada no Paço Ducal vários bens associados à Família Real. Em 1956, o palácio recebe o “espólio” da Rainha D. Amélia. O acervo é constituído por livros, medalhas e outras condecorações, numerosos álbuns de fotografia e fotografias soltas, centenas de desenhos e aguarelas de sua autoria, um álbum litografado, *Os Meus Desenhos – Arte e Arqueologia* da autoria da rainha; e dezenas objetos de uso pessoal, uns com cariz mais funcional, outros com uma dimensão mais simbólica.

Em 2015, a Fundação da Casa de Bragança assinala os 150 anos do nascimento da rainha com a exposição de fotografia “Tirée par... A Rainha D. Amélia e a fotografia”, comissariada por Luís Pavão. Esta iniciativa foi também uma oportunidade para o estudo mais detalhado de parte da coleção de fotografia conservada pela rainha, que hoje integra o arquivo fotográfico do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança (Monge *et all* 2016).

Atentos à história e a memórias alusivas à relação que D. Amélia de Orléans manteve com o Paço Ducal de Viçosa e a partir do acervo do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança que lhe está associado, entendeu a Fundação da Casa de Bragança assinalar os 160 anos do seu nascimento. Num espírito de envolvimento da equipa da Fundação, de calipolenses, de investigadores e de representantes de instituições cuidadoras do legado da rainha no país, o Museu-Biblioteca da Casa de Bragança delineou um programa integrado de iniciativas visando a documentação, a conservação e a difusão de testemunhos tangíveis e intangíveis da memória biográfica da última rainha consorte de Portugal.

Em setembro de 2024, o Museu-Biblioteca lançou-se numa campanha sistemática de estudo e conservação do denominado espólio da Rainha. A empreitada envolveu vários técnicos da instituição. À equipa de conservação coube o trabalho prioritário de conferência, digitalização, limpeza, conservação preventiva e interventiva de centenas de objetos, livros, desenhos, fotografias, diplomas e outros documentos que compõem este acervo.

Assumida como investimento indispensável para a salvaguarda dos bens culturais intervencionados, esta tarefa foi necessária para viabilizar a exposição temporária. Criou ainda condições para estimular e apoiar novos estudos sobre a pessoa e o legado de D. Amélia a partir do contacto com este espólio cujas ‘biografias’ contêm histórias por clarificar. Ainda assim, alguns objetos e documentos merecem-nos breves notas.

O estudo parcial da vasta coleção de álbuns e fotografias do “espólio da Rainha” deu origem ao catálogo com o mesmo nome da exposição acima referida, com textos de Luís Pavão, Paulo Leme, Maria de Jesus Monge e José Alberto Ribeiro. A publicação dá-nos conta da relevância que a fotografia teve na vida de D. Amélia. Luís Pavão propõe que esta coleção seja organizada em algumas grandes secções: os retratos de estúdio, os eventos relacionados geralmente com eventos de Estado..., os álbuns da rainha, as fotografias das propriedades da Casa de Bragança e álbuns de fotografia oferecidos por entidades várias (Pavão em Monge *et all* 2016: 102, 103). O tratamento do referido arquivo prossegue.

D. Amélia de Orléans e de Bragança e as vidas do Paço Ducal de Vila Viçosa

As centenas de desenhos e aguarelas da autoria da rainha que integram o seu espólio beneficiaram dos resultados publicados em *Rainha D. Amélia. Pintora e Mecenas do Património Histórico* (Ribeiro 2025). As características e a diversidade de temas encontrados nestas criações (e.g. flores, arquitetura medieval e arquitetura vernacular, paisagem, objetos artísticos, animais, retratos, arte sacra, estudos do corpo humano ...) geram um potencial de estudo que fica longe de se esgotar.

Sobre o conjunto de diplomas fala-nos a arquivista do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, Marta Páscoa:

Os diplomas integrados na Exposição integram um conjunto ainda em processo de descrição e tratamento. Fazem parte do conjunto dos documentos considerados de carácter pessoal que vieram para Vila Viçosa após a implantação da República. Os diplomas registam por norma uma distinção concedida às pessoas reais. Embora qualquer pessoa que pertencesse a determinada associação recebesse um diploma que o atestava, à Família Real foram oferecidos muitos reconhecendo a qualidade de “sócios honorários” ou “presidentes honorários”. No caso da Rainha D. Amélia, foram-lhe concedidos diplomas pela sua dedicação a obras de caridade e de auxílio aos mais necessitados, bem como por acções mais específicas como o salvamento de um pescador, no mar. Outros diplomas atestam um percurso cristão, como o diploma da primeira comunhão da Rainha D. Amélia. Para além do seu conteúdo informativo, há diplomas que se destacam pela beleza dos seus desenhos ou iluminuras e também, eventualmente, por terem sido realizados por artistas de renome, como Rafael Bordalo Pinheiro.

No conjunto de objetos de cariz pessoal encontramos peças utilitárias, terços e outros objetos de devoção usados no catolicismo, mas também dentes e mechas de cabelo guardados como recordação com forte carácter simbólico, assumindo valor como uma espécie de relíquias. Estes objetos foram sujeitos a tratamento de conservação levado a cabo pela conservadora-restauradora do Museu. Se nuns a atribuição da pertença não suscita dúvidas, noutros as informações neles contidas ou na relação de bens não é clara, pelo que o trabalho de construção das suas ‘biografias’ prossegue.

Estamos em 2025. A celebração do legado da soberana prolongar-se-á até 30 de agosto de 2026. Da programação cultural constam a Temporada de Concertos 2025; a exposição temporária *Amélia de Orléans e de Bragança, o espólio da Rainha*, com inauguração em 20 de setembro de 2025, seguida de concerto solene pelo barítono Rui de Luna com a Banda da Armada; palestras e apresentações de livros dedicados a D. Amélia; e visitas orientadas pelo serviço educativo do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança à exposição temporária e aos núcleos museológicos da instituição com bens culturais que são extensões do legado biográfico da rainha.

No início de 2025, num processo de mediação com a comunidade de Vila Viçosa, o Museu-Biblioteca da Casa de Bragança e a Universidade Sénior local promoveram uma breve campanha de produção de memória oral em torno das

representações construídas residentes de Vila Viçosa relacionadas com as vivências de D. Amélia na vila e da convivência com os calipolenses durante as suas estadas no Paço. O registo audiovisual de relatos partilhados por descendentes de habitantes locais que conheceram a rainha deu origem a um vídeo para exibir na exposição temporária acima referida.

Por seu lado, a temporada de concertos de 2025 da Fundação da Casa de Bragança foi programada para acontecer mensalmente de abril a dezembro. Nas últimas sextas-feiras, pelas 21h00, ao longo de 9 meses, a capela do Paço Ducal acolhe concertos inspirados na memória biográfica da princesa de França, duquesa de Bragança e rainha de Portugal. O programa da temporada foi pensado para revisitar músicos contemporâneos de Amélia de Orléans e, ao mesmo tempo, prestar tributo à dimensão do feminino associada ao legado da última rainha de Portugal e às mulheres pioneiras nas áreas da música e de outras artes.

Regressando ao tema da exposição temporária, estará patente de setembro de 2025 a agosto de 2026. Num convite ao visitante para criar a sua narrativa sobre a memória biográfica e o legado de Amélia de Orléans e de Bragança, o discurso expositivo procura valorizar a atuação da soberana como artista, mecenas, protetora do património cultural e filantropa social, ao mesmo tempo que percorre a sua dimensão mais íntima e pessoal como mulher e como mãe.

Ao universo de bens culturais incorporados no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança juntam-se peças notáveis da rainha, que hoje são pertença do Museu Nacional do Traje e do Museu do Santuário de Fátima. Possível graças à mobilização empenhada da equipa da Fundação da Casa de Bragança e de entidades parceiras, a exposição beneficiou do conhecimento produzido por vários especialistas e diretores de instituições museológicas (e.g. José Alberto Ribeiro, Luís Pavão, Dóris Santos, Marco Daniel Duarte). Mais do que um resultado fechado, esta exposição propõe-se como um caminho aberto de interpelação, descoberta, debate e reflexão em torno do legado incontornável de D. Amélia e dos seus entornos.

ANEXOS



Exposição Amélia de Orléans e de Bragança (identidade gráfica).



Amélia de Orléans e de Bragança, ER 3410, Museu-Biblioteca da Casa de Bragança.

D. Amélia de Orléans e de Bragança e as vidas do Paço Ducal de Vila Viçosa



Amélia de Orléans – Orquídea, 1909. Aguarela PDVV7317



Silva Porto – Retrato de rapariga, 1892 – Pintura executada a pedido da rainha D. Amélia, de jovem calipolense – PDVV0023.



Goleares.

Tengo mas poi que Dios,
Porque Dios no se perdona
Lo que se perdono go.

Yo no la temo a la muerte
Aunque la encuentre en la calle;
Que sin permiso de Dios
La muerte no mata a nadie !

Dicen que nada cuesta
Las despedidas;
Dile al que te lo ha dicho
Que se despidan.

Firme estoy en tu ausencia,
Firme presente
Firme despues de muerto
Y firme siempre
Y aunque me olvides
En todas ocasiones
Estare firme !

Llorando se escribi,
Llorando se la mandé;
Las lagrimas de mis ojos
No me la dejaron ver !

El rio vuelve a su cance,
La golondrina a su nido,
Odo al corazon no vuelve
La ilucion que se ha perdido.

No me mires que miram
Que nos miramos
Y conocer pudieram
Que nos amamos.
Disimulemos,
Que cuando no nos miren
Nos miraremos.

Amélia de Orléans. Tapada Ducal de Vila Viçosa. ER 2700 – PDVV7286 – Mes Dessins

D. Amélia de Orléans e de Bragança e as vidas do Paço Ducal de Vila Viçosa



Rainha D. Amélia na Tapada Ducal de Vila Viçosa. PT-FCB-MBCB-AF-0275_j0001

Fontes e bibliografia

- BARROS, Leitão (1951), *Duas Visitas a Versailles. 1938-1951*, Lisboa, Editores Neogravura: 34.
- CANITOT-CROST, Laurence (2000), *Amélie de Portugal. Princesse de France*. Biarritz, Atlantica.
- CARDOSO, Eurico Carlos Esteves Lage (2004), *D. Amélia de Orléans e Bragança. Evocação da vida da Última Rainha de Portugal*. Lisboa, edição do autor.
- LUNA, Rui (2016), “A Sua Magestade a Rainha D. Amélia de Portugal”, *Um raro acervo musical*”, Livro de Muitas Cousas n.º 4, Fundação da Casa de Bragança.
- MONGE, Maria de Jesus (2017), *Museu-Biblioteca da Casa de Bragança: de Paço a Museu*, Livro de Muitas Cousas n.º 5, Fundação da Casa de Bragança.
- MONGE, Maria de Jesus *et al* (2016), *Tirée par... A Rainha D. Amélia e a fotografia*. Fundação da Casa de Bragança, Documenta.
- NOBRE, Eduardo (2006), *Amélia, Rainha de Portugal*. Lisboa, Eduardo Nobre & Quimera Editores.
- RAMOS, Rui (2001), «D. Amélia, a grande» in *Análise Social*, vol. XXXVI (160), pp. 915-924.
- RIBEIRO, José Alberto (2013), *Rainha D. Amélia, uma biografia*. Lisboa, A Esfera dos Livros.
- RIBEIRO, José Alberto (2025), *Rainha D. Amélia, Pintora e Mecenas do Património Histórico*, Lisboa, Caleidoscópio.

Estudos Históricos

Públia Hortênsia de Castro, uma filósofa no século XVI

João Cabrita

É André de Resende que viveu de 1498 a 1573 e não Garcia de Resende que o precede entre 1470 e 1536 que nos dá a conhecer Públia Hortênsia de Castro.

Praticamente esquecida, não são os livros da especialidade que falam desta calipolense que causa admiração a quem a ouve. Pedro Calafate, em *História do Pensamento Filosófico Português* não a cita, nem tão pouco o *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio Francisco da Silva a nomeia. Algo interessante se passa com o *Portugal Antigo e Moderno*, de Pinho Leal, editado em Lisboa em 1886, que a nomeia na entrada dedicada a Vila Viçosa que, além de outros elementos, informa: “Pela sua vasta erudição foi-lhe dado o nome de Públia Hortênsia, mas o seu nome de baptismo era outro, ignorando-se qual foi”.

São escassos os elementos que se encontram à disposição do investigador que permitam ter certezas absolutas, acerca desta mulher apresentada ao mundo da cultura por André de Resende, que a conheceu. Optamos pelas probabilidades, para nos encontrarmos com esta personalidade, de que hoje nos ocupamos.

Em carta escrita por André de Resende, provavelmente em 1565, segundo D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, refutando a informação prestada por Leitão Ferreira que reporta a data para 15 de Maio de 1556, endereçada ao douto jurista Bartolomé Frias de Albornoz, lamentando-se pelo facto de não terem deixado entrar na cidade Albornoz, evitando assim a peste que temiam vir de Sevilha. Nesta sua missiva, André de Resende aproveita para lamentar o facto de o seu destinatário não ter podido ver uma jovem de dezassete anos, Públia Hortênsia de Castro, *versada invulgarmente nos estudos aritméticos, ao discutir em público, diante de muitos homens doutos desejosos de destruir, as teses que propusera com grande habilidade e não menor graça esquivar-se às subtilezas das argumentações, teria enchido o teu espírito de tal prazer que serias forçado a confessar, se tivesses estado presente, que nunca tinhas visto espectáculo mais belo e não negarias que a cidade que tem tal menina (deixo de lado sua excepcional beleza) merecia que a ela viesses só por esse facto.*

A invulgaridade do nome tem suscitado da parte dos estudiosos algumas dúvidas. Será que haverá um outro nome de registo? O Padre José Joaquim da Rocha Espanca (1839-1896), em *As Memórias de Vila Viçosa*, escreve que tem provas de que aquele nome era verdadeiro, servindo-se de uma escritura pública, datada de 25 de Agosto de 1588, lavrada nas notas do tabelião António Ribeiro, quando Públia já tinha cerca de quarenta anos, residindo, então, em Lisboa.

Era Públia Hortênsia de Castro filha de Tomaz de Castro e de D. Branca Alves. Thereza Leitão de Barros aponta-a como filha de nobres de linhagem. Manuel Inácio Pestana, em comunicação apresentada à Academia Nacional de Belas-Artes, em 28 de Maio de 2002, publicada na revista *Callipole* n.º 10/11 de 2002/2003, aventa a hipótese de Tomaz de Castro ser ourives e que Castro é nome de uma família que em Vila Viçosa aí se instalou, no tempo de D. Jaime, e que colaborou na conquista de Azamor e de Arzila. São muitas as personalidades com este apelido que serviram a Casa de Bragança ao longo dos tempos. Gonçalo Gil de Castro, Henrique de Castro, os médicos André e António de Castro, filhos de D. Diogo de Castro, e netos do doutor André de Castro, lente de medicina em Coimbra, os condes de Galveias Melo e Castro e muitos mais.

Com a chegada a Portugal de Cataldo Parisio Siculo, em 1485, o Humanismo dá uma outra expressão à cultura. O século XVI torna o país pujante de conhecimento, onde, naturalmente, os descobrimentos têm uma influência inestimável. Embora a Inquisição se tivesse instalado em Portugal, em 1536, a pedido de D. João III, o contributo do rei é considerável, quer no apoio que presta através de bolsas a estudantes portugueses que se deslocam para Roma, Lovaina e Salamanca, quer, ainda, convidando professores estrangeiros para leccionar nas Universidades portuguesas: Coimbra e Évora. Vila Viçosa, a quem André de Resende denominou de *Callipole*, era então, importante devido à Casa de Bragança, com a construção do Palácio em 1501, o alfobre da intelectualidade da época. O Paço Ducal fora elevado ao mais alto expoente, sendo frequentado por individualidades, que à cultura dedicavam o seu talento, como o poeta Pedro de Andrade Caminha, navegadores como Fernão de Magalhães, médicos e jurisconsultos vários, e o homem que dominava as várias línguas como o latim, grego e hebraico, Afonso Vaz de Caminha. Na biblioteca existirão livros de Teologia, Filosofia, Literatura Portuguesa e Estrangeira, História, Leis e Cânones, Oratória e Gramática, Matemática, Física, Astronomia e Medicina. É muito natural que os livros estivessem à disposição daqueles que à cultura dedicavam muito do seu lazer.

Se Vila Viçosa se manifestava como um espaço de grande envolvimento cultural, D. Henrique, elevado a Cardeal em 1545, depois de ter sido nomeado Inquisidor-mor em 1539, funda em Évora o Real Colégio do Espírito Santo, da Companhia dos Jesuítas em 1551, a partir do qual será fundada a Universidade, inaugurada solenemente em 1 de Novembro de 1559, onde se iria ensinar Latim, Grego, Filosofia, Teologia, sendo mais tarde introduzidos os estudos de Matemática, Geografia, Medicina e Astronomia. Públia tinha então onze anos, talvez já iniciada no Latim, uma vez que a época de estudo começava, às vezes, na idade de quatro anos.

Segundo Maria de Conceição Vilhena, muitas mulheres protestam junto do cardeal por não serem admitidas aos actos universitários realizados na capela da Universidade. O cardeal reflecte sobre a reclamação e constrói uma grande igreja com espaço para todas elas, vendo assim coroado de êxito a luta pelos seus direitos.

Vivendo num mundo de cultura, não é difícil pensarmos que os livros sobre a História de Roma tivessem feito parte dos interesses dos progenitores de Públiã. Ela que também, segundo consta, leu os clássicos, nomeadamente os filósofos que sustentaram a doutrina católica, apesar de, em 1277 Etienne Tempier, bispo de Paris, condenar as teses filosóficas inspiradas no pensamento de Aristóteles. Seriam poucas as diferenças entre a Teologia e a Filosofia, apesar de a Inquisição espreitar a cada momento, uma vez instalada em Portugal, a pedido de D. João III.

Da leitura provável dos clássicos romanos, podemos deduzir que algo ficou: nomes de gente célebre que se notabilizou no último quartel da República. Públio Terêncio Varrão ou Públio Ovídio Naso que trouxe até à contemporaneidade *Meta-morfoses*, *Heróides* e *Arte de Amar* são nomes que não passam ao lado de Públiã Hortênsia de Castro, adaptando-os à circunstância feminina, por outro lado, Hortênsia, uma das três advogadas que se celebrizaram em Roma na época da República, terá ficado na memória da família, ou ainda *Hortênsio*, livro de autoria de Cícero, cuja leitura por parte de Santo Agostinho lhe alterou por completo a vida. Hortênsia, filha de Quinto Hortênsio, vendo que as mil e quatrocentas mulheres mais ricas de Roma tinham sido condenadas pelo Triunvirato constituído por Marco António, Otávio e Lépido, a contribuir com uma taxa para fazer face às guerras em que Roma andava envolvida. Hortênsia actuando como porta-voz destas mulheres, graças à sua eloquência, obtém a diminuição de grande parte da taxa do imposto a pagar. Sem certezas, porque a vida de Públiã é assaz críptica, a invulgaridade do nome suscita-nos este tipo de reflexão. É interessante, também, verificar que de Vila Viçosa nasce alguém que teve a sua importância, e que chega até nós como irmão de Florbela Espanca, que parece ter herdado o nome de duas figuras importantes da Grécia antiga: Apeles, célebre pintor, tal como o calipolense e Demóstenes, mestre da oratória. Reportamo-nos, obviamente, a Apeles Demóstenes da Rocha Espanca, nascido em 1897 e desaparecido do mundo dos vivos, em desastre de aviação, em 1927.

Uma vida desconhecida que nos leva a recorrer à fiabilidade que alguns textos nos parecem oferecer. São escassos os meios de que dispomos. D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, a grande investigadora alemã que nos proporcionou vasto conhecimento da cultura portuguesa, mais uma vez nos abre o livro àquilo que pretendemos saber. Diogo Barbosa Machado, no *Tomo III da Biblioteca Lusitana*, de 1752, proporciona-nos o conhecimento que consideramos fiável. Uma tese de doutoramento, recentemente defendida na Universidade de Évora por um ilustre estudioso brasileiro, Fábio Mário da Silva, também nos ajudou a acrescentar saber ao que consultámos. Maria da Conceição Vilhena, na Callipole n.º 9 de 2001 disserta sobre Públiã Hortênsia de Castro: uma doutora alentejana já no século XVI. Um título que diz bem e que pode suscitar algumas dúvidas.

Outros textos nos aparecem de forma avulsa, sem que a sua importância, ou a sua autoria seja posta em causa, mormente a conferência da celebração dos 150 anos da Escola Secundária André de Gouveia, de autoria de Joaquim Francisco Soeiro Torrinha, que nos ajudou a perceber o imbróglio do percurso académico de Públia Hortênsia.

Com efeito, a carta que André de Resende escreve ao seu amigo, o famoso jurista espanhol Bartolomé Frias de Albornoz dá conta que Públia Hortênsia de Castro, uma menina de dezassete anos, instruída além do vulgar nos estudos aristotélicos, disputa publicamente desfazendo com perícia e graça os arguciosos argumentos que lhe opunham muitos homens doutos. A disputa pública que já vinha da Idade Média é muito utilizada como método de ensino pelos jesuítas. Era uma forma de debate, em que os intervenientes discutiam argumentos e justificavam o saber, realizando-se ao longo do período lectivo, sendo, muitas vezes, atribuído um prémio, não conferindo, necessariamente, o grau de licenciado em Filosofia, mas tão só a afirmação de um saber Filosófico, inusual para a época, para uma jovem que andava pelos dezassete anos de idade. Exemplo das disputas, o livro escrito por Francisco Suárez (1548-1617), jesuíta espanhol que ensinou na Universidade de Coimbra e acabou por ficar em Portugal, tendo-se doutorado na Universidade de Évora, legando-nos *As Disputações Metafísicas*, editadas nos séculos XVI e XVII, e reeditadas recentemente, em 2013, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Alexandre Herculano, em *Opúsculos*, vol IV, Pgs 347 e seguintes, fala de Públia Hortênsia de Castro a propósito da viagem do Cardeal Alexandrino, sobrinho do Papa Pio V, de seu nome Miguel Borrello, como legado dos reis de França, Espanha e Portugal, acompanhado de um certo João Baptista Venturino, que tomou a seu cargo escrever em italiano o processo de viagem, acompanhando a sua relação de notas e observações sobre as terras por onde passava. O relatório será posteriormente publicado, a partir do códice 1607 da Biblioteca do Vaticano. Depois de ter entrado em Elvas, a legação pernitoou em Vila Viçosa, no palácio dos duques de Bragança. Escreve o articulista que Vila Viçosa tem formosas mulheres, e entre outras, uma que não o é menos da alma que do corpo, da idade de vinte e três anos, filha de Tomás de Castro, à qual por sua muita literatura chamam Públia Hortênsia. Esta donzela que tinha estado em Salamanca, quis defender conclusões naturais e legais, o que não teve lugar por causa da súbita partida do Legado.

São escassos os recursos que nos dão conta da actividade de Públia Hortênsia, contudo é possível saber através de D. Carolina Michaelis que em 1581 se encontra com Filipe II de Espanha, em Elvas, quando o soberano acabava de ocupar o lugar deixado vago pelo Cardeal D. Henrique. O monarca espanhol no dia da partida de Elvas, depois da visita a casa de D. Catarina de Bragança, “doou a Hortênsia uma pensão anual de 15 000 réis, havendo respeito às suas letras e referências, para melhor se poder sustentar e recolher”. Declarava o rei, no alvará, que Hortênsia teria, em cada ano, quinze mil réis de tença, para melhor se poder manter, os quais começarão a vencer a 28 dias do mês de Fevereiro daquele ano presente de 581 em diante. O documento foi escrito em Elvas, a 2 de Novembro, ano de 1581,

encontrando-se na Torre do Tombo no livro 45.º, entre os conhecidos pela designação D. Sebastião e D. Henrique (fl.217,V). Barbosa Machado, na *Biblioteca Lusitana*, reportando-se ao testemunho académico sustentado em Elvas, tendo por ouvinte o rei Filipe II que a aplaudiu, conferiu-lhe uma tença de vinte mil réis. Dada a discrepância de valores, pela informação que nos é prestada por D. Carolina, citando a origem da informação, consideramos mais credível o montante de 15 000 réis.

A passagem de Públia Hortênsia de Castro, por Elvas, não ficou esquecida. A edilidade homenageou-a atribuindo o seu nome a uma das salas da Biblioteca Municipal, agora denominada Dra. Elsa Grilo. O nome da sala Públia Hortênsia de Castro deve-se ao facto de Francisco de Paula de Santa Clara ser possuidor de metade da colecção que se encontrava na sala e de ter tido a sua biblioteca privada, na casa onde Filipe II de Espanha ficou aquando da sua estada em Portugal, o Palácio dos Mesquita Pimentel, em Elvas. Foi neste palácio que Públia Hortênsia actuou para o rei espanhol e onde séculos mais tarde Santa Clara habitou. Sabendo da história, baptizou a sua biblioteca com o nome da calipolense, em sua homenagem. A sua biblioteca privada foi comprada por seu sobrinho neto, quando da sua morte e foi esse familiar, António José Torres de Carvalho, também ele bibliófilo, que doou em 1934, os seus livros à Biblioteca Municipal, baptizando a sala que acolheu essa doação com o nome que seu tio dera à sua biblioteca privada. Esta informação só foi possível graças ao testemunho da Dra. Tânia Rico, ao autor destas linhas, em 19 de Abril de 2023. Ainda, em Elvas, é lembrada através de um grupo coral.

Outros locais recordam-na. Um busto de autoria de Numídico Berrone, uma escola secundária e uma rua atestam a existência da mulher que dignificou o espaço onde nasceu. Lisboa e Amadora pela toponímia perpetuam-na.

A vida de Públia Hortênsia de Castro causa-nos, naturalmente, alguma perplexidade. A sua precocidade e o estudo de uma matéria pouco versada pelo elemento feminino leva-nos a caminho da descoberta. Embora saibamos que Vila Viçosa era um espaço onde a cultura prosperava, devido à instalação dos Braganças e de uma corte que fazia do saber um modo de vida, não só da parte da componente masculina, mas também feminina, podemos imaginar que a jovem Públia, dada a sua índole, tivesse na sua juventude frequentado o palácio que lhe disponibilizaria Aristóteles e outros filósofos que nunca passaram de moda. Nascida em 1548, por coincidência no ano em que se inicia o Concílio de Trento e em que a Igreja se encontra a braços com a contestação iniciada, por Lutero (1483-1546), e a Europa procura serenar perante tanta turbulência, vamos admitir que se tenha iniciado nos estudos do Latim e tivesse granjeado a simpatia das infantas de Bragança. Évora era a segunda cidade do país com uma população de cerca de quinze mil habitantes, comparativamente ao Porto e seus arredores que não ultrapassava os três mil moradores. A importância e desenvolvimento de Évora devem-se à permanência da corte, meses e anos sucessivos nos reinados de D. João II, de D. Manuel e de D. João III. E é neste meio, onde a cultura desponta, que prosperam mulheres como as duas Sigeias, Joana Vaz, Joana da Gama, Paula Vicente e Públia Hortênsia de

Castro. Terá frequentado a Universidade? Qual? Três universidades são possíveis, não obstante o facto de nenhuma admitir elementos do género feminino. Barbosa Machado, no estudo referente a Públia Hortênsia, escreve, actualizando a grafia “Desejaria de se instruir nas Ciências, como lhe servisse de obstáculo o sexo, para frequentar as escolas, o desmentiu estudando em traje de homem, juntamente com seu irmão Jerónimo de Castro na Universidade de Coimbra, Humanidades, e depois Filosofia, em que defendeu, quando contava dezassete anos de idade, conclusões públicas com admiração de todos os espectadores, respondendo prontamente aos mais nervosos argumentos, como testemunha o insigne André de Resende”.

João Baptista Venturino, na passagem do Cardeal Alexandrino por Vila Viçosa, em 1571, afirma que Públia estudou na Universidade de Salamanca. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, no livro *Portugueses no Estudo de Salamanca* não consta o nome de Públia, o mesmo sucedendo na Universidade de Évora, onde não existe o registo de frequência de Públia.

Dado que não é crível que tivesse frequentado a Universidade de Coimbra, utilizando roupa masculina que seria facilmente identificável, e que não consta nos registos da Universidade de Salamanca, nem tão pouco de Évora, comungamos da ideia expendida por Joaquim Francisco Soeiro Torrinha, em 22 de Novembro de 1991, na Conferência de celebração dos 150 anos da Escola Secundária André de Gouveia, admitindo que é possível que tenha cursado a Universidade de Évora, como aluna externa, apoiada pelo seu familiar João de Melo, arcebispo de Évora, facilitando o acesso a professores, ao mesmo tempo que à consulta de livros que não faltariam nas bibliotecas, quer em Évora, quer em Vila Viçosa, no Paço Ducal.

Relevando sempre o seu saber e a sua capacidade de dissertar, ficamos na dúvida quanto aos graus académicos que lhe atribui Maria da Conceição Vilhena, partindo do princípio que, oficialmente, não frequentou nenhuma Academia, nem chegou até nós qualquer documento físico que atestasse a aprovação.

Como moça de câmara serviu as infantas D. Isabel e D. Maria. Das obras, por si compostas, conhecem-se apenas alguns títulos, como por exemplo *Poesias várias, Latinas e Portuguesas e Cartas Latinas e Portuguesas a diversas pessoas*. Por ordem de D. Isabel, mulher de D. Duarte, filho de D. Manuel escreveu *Salmos*, quando o filho partiu para a guerra de África, havendo uma dedicatória à Senhora Infanta D. Isabel, conforme se lê em Diogo Barbosa Machado. Sabemos que em 1612 toda a sua obra estava na posse de seu irmão, frade dominicano, na província de Cáceres, em Espanha, que ainda veio a Vila Viçosa em 1614 e 1615, por razões que se prendem com o testamento de Públia, feito no notário António Cordeiro. Nenhuma das suas obras chegou até nós, sendo provável que tivessem ficado em Cáceres na posse do irmão, seu herdeiro.

Não há a certeza que tenha professado. Tendo falecido em Évora, a 10 de outubro de 1595, está sepultada na igreja da Graça, por ter estado em casa da infanta D. Isabel. Afirma Joaquim Torrinha que se tivesse sido freira, de votos perpétuos, não teria tido campa rasa no Convento dos Agostinhos, mas sim no convento onde tivesse professado.

Públia Hortênsia de Castro, uma filósofa no século XVI

Sem termos tido acesso a qualquer documento escrito ou traduzido por Públia, não nos é possível tecer qualquer comentário, acerca do seu valor, pelo facto de ter sido uma mulher votada ao ostracismo, no limiar do anonimato. Sem dúvida, que foi uma mulher que, pela sua erudição, é singular no seu tempo, deixando marcas para a posteridade. Comungando com uma corte pujante, que à cultura muito dedicou, não é por acaso que André de Resende, já de provecta idade, se admira pela sua verve e pelo seu talento. Uma portuguesa esquecida que a memória nos ajuda nesta luta pelo esquecimento. Gratos a André de Resende e todos os que fazem deste Portugal um país maior.

Visita a Lisboa da Veneranda Imagem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Rainha e Padroeira de Portugal – Dezembro de 1956

Francisco Caeiro



Imagem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa na Sé Patriarcal de Lisboa – Sábado, 8 de dezembro de 1956 (Foto – coleção privada)

Há muito que a capital esperava pela visita da sua padroeira, mas a imagem de Nossa Senhora, encomendada a Inglaterra, por Dom Nuno Álvares Pereira, nos primeiros anos do Século XV, requeria condições seguras de transporte, e em Vila Viçosa, questionava-se muito o interesse de tal viagem, temendo-se, que a joia maior do coração dos calipolenses, pudesse nunca mais voltar para o seu trono.

Mas o ano de 1956, de celebração dos trezentos anos da consagração de Portugal a Nossa Senhora da Conceição, ocorrida em 1646, em plena guerra da restauração, e a boa vontade de todos os envolvidos, possibilitou, finalmente a visita, nos dias 8 e 9 de dezembro.

A imagem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa foi então conduzida, em veículo próprio e protegida por uma estrutura de vidro, salientando o jornal *Diário de Notícias* desse dia, em extensa notícia, que “com a máxima dignidade”, tendo saído de Vila Viçosa cerca das 12 horas, após um solene Pontifical na igreja.

Prelados, o juiz da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, elementos representativos locais, deputações da Legião Portuguesa e da Mocidade Portuguesa, bem como uma peregrinação, muito significativa, de Calipolenses, seguiram em autocarros, acompanhando a imagem.

O cortejo, precedido por motociclistas batedores da P. V. T. (Polícia de Viação e Trânsito), dirigiu-se para Évora onde esperava o venerando arcebispo da diocese, Senhor D. Manuel Trindade Salgueiro (1898-1965), em frente da sua Sé Catedral, onde as forças militarizadas prestaram honras, e a “schola cantorum” entoou o “Salve Regina”.

Após uma paragem de 10 minutos, seguiu o cortejo para Vendas Novas, onde o Senhor Bispo de Tiava, em representação do Senhor Cardeal-Patriarca, saudou a imagem da Padroeira e a acompanhou até Lisboa, sem qualquer outra paragem.

Já na capital, da Praça do Areeiro até à igreja de Fátima fizeram escolta à imagem forças motorizadas da Legião Portuguesa e o esquadrão do Centro Hípico da Mocidade Portuguesa.

Aguardavam, na igreja de Fátima, os Cavaleiros do Santo Sepulcro, a quem a imagem foi confiada, e deputações de oficiais da milícia e Brigada Naval da Legião Portuguesa, e da Mocidade Portuguesa Masculina e Feminina. As forças legionárias fizeram a guarda de honra.

Segundo as crónicas, a procissão em Lisboa foi imponente, presidida pelo Senhor Cardeal-Patriarca, Dom Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977).

No cortejo, que principiou às 21.30, incorporaram-se, além de vários prelados, altas individualidades, representantes das forças armadas, da Legião e da Mocidade Portuguesa, organismos da Ação Católica, e uma assinalável multidão de fiéis.

O desfile, que saiu da igreja de Fátima em direção à Sé, percorreu as seguintes artérias: avenida Barbosa do Bocage, Defensores de Chaves e Casal Ribeiro, Largo de D. Estefânia, Rua Pascoal de Melo, Avenida Almirante Reis, Ruas da Palma, dos Fanqueiros, e dos Retroseiros, e Largos da Madalena e da Sé.

A multidão de fiéis

O jornal *Diário de Notícias* publicou, na edição de dia 8 de dezembro de 1956, as regras a serem seguidas.

Visita a Lisboa da Veneranda Imagem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Rainha e Padroeira de Portugal – Dezembro de 1956

Transcrevo-as aqui, na íntegra, dando assim uma ideia, muito clara da magnificência da procissão:

“As entidades e fieis que desejem incorporar-se na procissão devem concentrar-se a partir das 20 horas na, na Avenida Marquês de Tomar, onde haverá sectores para bandeiras e estandartes das organizações femininas da Ação Católica e outras, para a Irmandade dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, para a Cruz da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé Patriarcal e para os elementos das Forças Armadas, L.P. e M. P.; na Avenida 5 de Outubro para a M.P.F. e seus estandartes, colégios e associações femininas, senhoras e raparigas, para as associações masculinas da A. O., e outras associações, colégios e demais coletividades masculinas, homens e rapazes; e na Avenida Barbosa du Bocage para todas as irmandades e confrarias masculinas, envergando opas com insígnias e bandeiras.

Na igreja de Nossa Senhora de Fátima, e respetivo adro estarão o andor, os cavaleiros da Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém, a cruz capitular, seminaristas, clero, cruz patriarcal, cabido, prelados, pálio, e cavaleiros da Ordem de Malata, autoridades e turnos do pálio.

A organização dos sectores de concentração tem de estar concluída às 21.15, de modo que, um quarto de hora depois, se possa começar o desfile, no momento em que, pela Rádio, se fará a transmissão de cânticos.

No adro da Sé, o Senhor Cardeal-Patriarca dará, na altura própria, a bênção com o Santo Lenho. O eminente purpurado, durante o desfile, conduzirá o valioso relicário filipino com um espinho da coroa do Crucificado, único no mundo, e pertença do tesouro da Sé de Lisboa.

As janelas das artérias do percurso apresentar-se-ão iluminadas e decoradas, e a Emissora Nacional transmitirá durante todo o percurso cantos marianos.

Por iniciativa da Mocidade Portuguesa estarão acesas fogueiras nas sete colinas de Lisboa, enquanto a procissão desfila pela cidade.

Igualmente projetores de vários navios da Marinha de Guerra situados no Tejo iluminarão a cidade, a partir das 23 horas”.

In *Diário de Notícias*, 8 de dezembro de 1956

São feitas, ainda, recomendações aos automobilistas, indicando locais preferenciais de estacionamento, e é referido que a Companhia Carris prolongava os seus horários, possibilitando o regresso a casa do elevado número de fiéis.

O regresso a Vila Viçosa

Quem se propõe contar as histórias da História de um povo terá sempre duas fontes: os relatos oficiais, escritos e publicados, e as considerações colhidas da alma de quem vivenciou, por dentro, esses acontecimentos.

Não encontrei fontes oficiais que me guiassem pela viagem do regresso de Nossa Senhora da Conceição a Vila Viçosa, no domingo, dia 9 de dezembro de 1956, mas, em vez disso, tenho o eco dos relatos feitos pelos meus avós, e pelos meus pais: “foi o dia mais feliz, e a festa mais bonita que Vila Viçosa já teve”.

O que se perde em rigor histórico ganha-se em alma.

Os Calipolenses que permaneceram na sua terra falaram de um silêncio e uma tristeza estranha, após a partida de Nossa Senhora, e na manhã de dia 9, entre um grupo de homens sentados nas esplanadas da Praça da República, alguém deu o mote:

– Nossa Senhora irá chegar hoje ao fim da tarde, e não teremos festa para a receber. Vamos pôr “mãos à obra”.

Ato contínuo, puxou do chapéu para onde começaram a cair notas, e daí até Veiros para encomendar fogo de artifício, foi um pequeno passo.

Quem tinha automóvel estacionou-o no Terreiro do Paço, com as buzinas devidamente preparadas, os columbófilos trouxeram os pombos, para os poderem soltar à chegada de Nossa Senhora, as janelas foram engalanadas, e os sinos ficaram a postos para tocarem os seus melhores acordes de alegria.

A festa começou ao cair da tarde, já quase noite, assim que a imagem chegou pela Estrada Real, até à nobre Calípolis.

E foi grande, comovente, e inequivocamente feliz.

Nossa Senhora subiu a Corredora, e ao chegar à Praça, ocorreu a maior explosão de fogo de artifício que Vila Viçosa alguma vez vira até então.

O povo, envolto naquele pranto incessante da alma que transborda felicidade, e sorri, jura que Nossa Senhora sorriu quando deu a volta junto ao Cineteatro e se viu a caminho do seu castelo.

Quem sou eu para duvidar?

Ter fé, e eu tenho-a, é saber tomar o sorriso de Deus, para fazê-lo nosso.

O que certo, e seguro, é que, inequivocamente, e por entre tanta majestade, Vila Viçosa é a casa da Mãe do Céu, Rainha de Portugal.

Há um Púlpito que reza na Igreja que ‘HE DA MIZERICORDIA’

Carlos Aurélio

Diz o Padre Joaquim Espanca no seu *Compendio de Noticias de Villa Viçosa* de 1892 que esta vila tem «5 largos e cada largo 3 egrejas» de que falavam os antigos. Era, e ainda é, deveras vasto entre monumental e singelo o património sacro calipolense que, para quem quiser exercitar a memória, pode ainda hoje fazer registo presente e antigo de 32 igrejas, capelas ou ermidas, só na freguesia urbana do concelho, a de Nossa Senhora da Conceição e São Bartolomeu: 17 igrejas activas, mais 10 não abertas ao culto e 5 desaparecidas ou que mudaram de função. É obra!



Igreja do Espírito Santo, dita da Misericórdia, Vila Viçosa, século XVI.
Fotografia antiga (início do século XX) / fotografia actual (2025).

Os cinco largos de que fala Espanca formam uma cruz sendo o central o único que tem mudado de nome conforme as vicissitudes dos regimes políticos e que os calipolenses, sabiamente, abreviam chamando apenas a *Praça*. Na Praça houve três igrejas, mas porque a do topo ocidental, a de Santa Luzia, já na embocadura da rua do mesmo nome se viu reduzida a armazém, hoje sobram duas, as quais mantiveram diálogo histórico desde que foram erguidas. O singular, e pode parecer enigmático, é isto: o templo na zona mais baixa da Praça tem gravado na pedra do

seu frontispício letras que dizem: ESTA IGREJA HE DA MIZERICORDIA. Ora, os calipolenses levam tão à letra esta inscrição de propriedade que quase esquecem o seu verdadeiro nome que é Igreja do Espírito Santo; e, na parte cimeira da Praça, chamam Igreja de São Bartolomeu quando, afinal, o seu nome e orago é Igreja de São João Evangelista. Há pois, aqui, além do diálogo histórico entre ambas, uma verdadeira transacção de nomenclatura a merecer narração justificativa. Disto trataremos antes de subirmos ao púlpito da Misericórdia.



ESTA IGREJA HE DA MIZERICORDIA.

Inscrição no frontispício da portada jónica da Igreja do Espírito Santo, século XVI.

Uma Freguesia entre duas Igrejas

O que tem que ser tem muita força, no caso, a inevitabilidade de irmos à História fazendo ensejo que seja breve.

A Casa de Bragança, a mais poderosa de Portugal desde Aljubarrota, viu, por fios inusitados, desembocar a sua sede ducal em Vila Viçosa, o que não deixa de ser extraordinário e geralmente pouco deslindado. D. João I, o nosso rei fundador da Dinastia de Avis e pai da Ínclita Geração, casou o seu filho Afonso (nascido em 1377, em Veiros, e ilegítimo da sua amante judia Inês Pires, natural de Borba), com Beatriz Pereira Alvim (nascida em Lisboa, 1380) única filha do Condestável D. Nuno Álvares Pereira que, por via da vitória da Guerra da Independência contra Castela, se tornara um dos nobres mais ricos de Portugal, mais tarde simples donato, dir-se-ia popularmente meio-frade, no Convento do Carmo de Lisboa, hoje São Nuno de Santa Maria. Acresce dizer que D. Nuno era filho de D. Iria Gonçalves do Carvalhal natural de Elvas, e um dos dez que teve com D. Álvaro Gonçalves Pereira, «sábio e valente (...) um fraco de coração e perdido por mulheres, que lhe deram trinta e dois filhos»,¹ dito por Fernão Lopes. Desta união entre Afonso e

¹ J. Pinharanda Gomes, *S. Nuno de Santa Maria, Nuno Álvares Pereira*, Zêfiro, 2009, pp. 146-7.

Beatriz nasceu em 1401 o Ducado de Bragança. Assim se faz uma casa grande. É obra, desta vez com mais gente do que pedra!

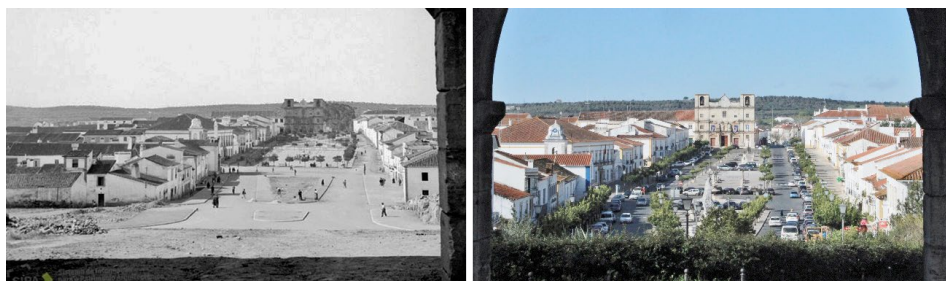
O inesperado, ou talvez não, é que ao 1.º Duque Afonso, também 8.º conde de Barcelos e 2.º de Neiva, tendo nascido em Veiros, Estremoz, sucedeu o seu filho Fernando, 2.º Duque que veio a nascer em Barcelos em 1403 (o Padre Espanca diz talvez em Chaves) e, após serviços guerreiros prestado no norte de África nos reinados de D. Duarte e de D. Afonso V, tornou-se 1.º Marquês de Vila Viçosa e aqui faleceu em 1478 «no seu solar que muito estimava (...) tornando a nossa vila Corte do Estado Brigantino»². O que importa, fosse pelas origens vizinhas e circundantes de seu pai e avoengos no Alentejo onde D. Nuno havia sido Fronteiro-mor, Condestável do Reino e presença frequente em Vila Viçosa onde refundou a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, fosse pela sua índole militar, campesina e pouco cortesã, afeiçoou-se Fernando sobremaneira à sua casa solarenga de Vila Viçosa, no caso, os Paços do Castelo. E isto foi determinante pois a partir de D. Fernando I, 2.º Duque, a Casa de Bragança fez sede e pouso em Vila Viçosa e com mais fausto e largueza com D. Jaime, 4.º Duque e filho do 3.º que o Rei D. João II fez decapitar em Évora em 1483. Foi D. Jaime que iniciou a construção do amplo Palácio Ducal a partir de 1501. O que poderia ter ficado em Barcelos ou Bragança ditou o destino calhar a Vila Viçosa o que podemos chamar e não pejorativamente “a corte na aldeia”, parafraseando a alegoria de Francisco Rodrigues Lobo (de 1619), obra que aliás veio a incentivar a Restauração por D. João IV, o 8.º Duque.

Entre 1401 (casamento entre Afonso e Beatriz) e 1640 dá-se rápido e até monumental desenvolvimento de Vila Viçosa à sombra, ou na luz, da Casa de Bragança, uma espécie de corte renascentista notável em riqueza e cultura, dir-se-ia única na Península ao modo das italianas coevas, caso dos Médici florentinos ou dos Sforza milaneses. É nesta época que a Vila Ducal galga as muralhas do Castelo (cuja planta do Paço com dois torreões diagonais será desenho de Leonardo da Vinci) e se alarga em construções apalaçadas numa retícula urbana, ortogonal e planificada. É a época dourada e impressionante de Vila Viçosa, mormente entre 1500-1640 que, em século e meio, viu erguer o principal património arquitectónico, muito do qual com o selo dos Duques brigantinos e outro, também, de origem fidalga ou de iniciativa de corporações artesanais. Veja-se esta lista sumária na qual se indicam as datas exactas ou aproximadas do início construtivo: *Palácio Ducal*: 1501; *Igreja e Convento das Chagas*: 1514; *Paço dos Bispos Deões da Capela Real*: 1542; *Convento e Igreja de Santa Cruz*: 1525; *Ermida de S. Bento, Pelourinho e Porta dos Nós*: primeiro quarto do século XVI; *Palacete da Tapada*: 1540; três Ermidas dentro da Tapada: *São Jerónimo*, 1530, *Santo Eustáquio*, 1535, e *Santa Maria de Belém*, 1570; *Ermida de São Francisco e Igreja de São Sebastião*: meados do século XVI; *Igreja de Santa Luzia*: 1548; *Igreja e Convento da Esperança*: 1558; *Ermida de São Luís*: 1560; *Igreja de Santo António*: 1564; *Igreja do Espírito Santo*: 1565; reedificação da *Igreja de Nossa Senhora da Conceição*: 1569; *Ermida de*

² *Memórias de Vila Viçosa*, Padre José Joaquim da Rocha Espanca, vol. 5 p. 14, *Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa*, 1983-92.

São João Baptista, 1570; *Ermida de Santo Ildefonso* (Peixinhos): 1605; *Igreja de S. Francisco dos Capuchos*: 1606; *Igreja e Convento de São Paulo*: 1613; *Panteão e Igreja dos Agostinhos*: 1635; *Igreja de São João Evangelista*: 1636. São vinte e cinco construções sacras e civis, além de inúmeros solares e casas senhoriais! A Vila histórica que hoje conhecemos ficou feita. Depois de 1640, com o 8.º Duque de Bragança subido a Rei D. João IV, Vila Viçosa entra em notória decadência a que, diz o Padre Espanca, se segue uma segunda a partir de 1834 com a extinção das ordens religiosas numa terra com sete conventos, quatro masculinos e três femininos.

Tendo Vila Viçosa nascido dentro da almedina do Castelo sob o primeiro orago em toda a Península dedicado a Nossa Senhora da Conceição quando, como vimos, extravasou fora das muralhas com o Paço Ducal, desde 1501, o rápido crescimento impôs outra freguesia a que foi dado o nome de São Bartolomeu. O casario extramuros corria paralelo ao Castelo entre a antiga povoação moura, onde hoje são as Aldeias a sudeste do Rossio, e o primitivo convento dos Agostinhos, a norte. Os novos fregueses cristãos ficariam sob a jurisdição da Ordem de Avis, mais propriamente entregues à Colegiada de Ourém, terra de que D. Fernando I de Bragança era Conde e, para o efeito, ergueu-se, algures um pouco acima onde hoje está a Fonte da Praça, um pequeno templete gótico desde o século XIV do qual há provas desde 1472. Convém lembrar aos contemporâneos que, à época, o espaço que fica hoje entre a dita Fonte e o Castelo era ocupado por compacto casario, demolido na década de 1940 do século XX.



A Praça, no final das obras da década de 1940 e na actualidade, 2025.

Importa, pois, fazer duas perguntas: porque foi a nova Freguesia, ainda medieval, dedicada a São Bartolomeu? Qual a razão de não haver em Vila Viçosa igreja com o nome do apóstolo, havendo freguesia? A primeira pergunta, no presente texto, tem resposta razoável em possibilidade que impõe justificação. Ei-la: a Colegiada de Ourém³ sob a Ordem de Avis, esta com largas terras a repovoar no Alen-

³ Tenhamos em conta que a Vila e Castelo de Ourém passaram pela posse de D. Dinis e, no reinado de D. Pedro I, o termo do necessário povoamento passou a condado tendo subido a notável esplendor no século XV quando o seu 4.º Conde, D. Afonso, ergueu o Paço e a Igreja da Colegiada. Esta Colegiada de Ourém, uma das mais antigas, foi fundada pela acção eclesiástica da Casa Ducal de Bragança.

Há um Púlpito que reza na Igreja que ‘HE DA MIZERICORDIA’

tejo dadas à Milícia ou Freires de Évora desde o século XII, teve apreço grato para com a devoção particular do nosso rei Lavrador, D. Dinis, a São Bartolomeu, devoção que prosseguiu em Portugal até D. Pedro, assim o afirma o Padre Espanca⁴; o mesmo autor calipolense justifica tal devoção de D. Dinis pelo perigo de vida vencido, quando o rei foi atacado por urso feroz no dia de São Bartolomeu – a 24 de Agosto, talvez de 1294 –, dizem tradições orais que junto à Ribeira de Odiana em Beja, outras em Odivelas.⁵ E precisamente em Odivelas está o túmulo de D. Dinis, e não em Coimbra junto à Rainha Santa, sob o qual um dos pedestais mostra um urso a ser ferido de morte pelo punhal de um homem. Acresce que não faltam terras e freguesias no Alentejo então repovoadas sob a devoção a São Bartolomeu, além de Messines no Algarve, como seja em Borba, Portel e Santiago do Cacém. O nome da Freguesia de São Bartolomeu de Vila Viçosa oculta ou revela uma acção de graças de um reino e do seu rei ao saber-se salvo pelo Apóstolo Bartolomeu⁶ das garras de um urso, no caso, quando no Alentejo ainda os havia!



Igreja de São João Evangelista, dita do Colégio, sede da Freguesia de São Bartolomeu desde 1865.
Fotografia antiga (cerca da década de 1950) / fotografia actual (2016)

⁴ *Memórias de Vila Viçosa*, Padre José Joaquim da Rocha Espanca, vol. 25 p. 7, *Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa*, 1983-92.

⁵ *Compendio de Noticias de Villa Viçosa*, Padre José Joaquim da Rocha Espanca, p. 124, Redondo, 1892.

⁶ São Bartolomeu, um dos Doze chamados por Jesus, a tradição identifica-o com Natanael. Nos Evangelhos Filipe diz a Natanael que encontrara o Messias esperado, o Nazareno, e recebe como resposta a dúvida: «De Nazaré pode vir alguma coisa boa?»; «Vem e verás!» retorquiu Filipe; Jesus no reencontro com Natanael exclama: «Aqui está um verdadeiro Israelita, em quem não há fingimento» e depois acrescenta: «Antes que Filipe te chamasse, eu te vi, quando estavas sob a figueira». Perante algo decisivo da sua vida que só Deus poderia conhecer Natanael ou Bartolomeu diz: «Rabi, tu és o filho de Deus, tu és o Rei de Israel». Convém conhecer ou recordar estas coisas quando, pelo menos os fregueses cristãos, nomeiam e se dizem da Freguesia de São Bartolomeu!



Túmulo de D. Dinis (1261-1325) no Mosteiro de Odivelas, século XIV.

Segunda questão: porque não há em Vila Viçosa Igreja de São Bartolomeu, havendo freguesia do mesmo nome? Aqui, é seguir a história, o mesmo é dizer o Padre Espanca, poupando o leitor a delongas. O dito templete gótico chamado de São Bartolomeu e erigido pela Colegiada de Ourém estava situado na base da rampa inclinada da Praça, entre onde hoje estão os Paços do Concelho e o Palácio Sousa da Câmara. Foi demolido por pequenez e ruína porque, à volta de 1560, o Duque D. Teodósio I propôs levantar para sede da Freguesia igreja digna e maior, ao gosto da época que era o da Matriz, «traçando-lhe três naves com três portas no frontispício virado para nascente ou antigo adro de S. Bartolomeu».⁷ Este adro estava onde hoje está a Fonte, na embocadura da Rua de S. *Bartholomeu*, depois Rua do Almirante Sebastião Vaz e, por fim, Rua de Cambaia devido ao estalajadeiro do século XVII António Lourenço Cambaia. D. Teodósio ⁸ quis e a Igreja de São Bartolomeu ampla e desafogada começou a ser feita, mas tendo falecido este seu benfeitor, logo em 1563 os trabalhos foram suspensos ficando os muros pela altura de um homem. E daí não passaram. Por sua vez a Santa Casa da Misericórdia decidiu construir a sua Igreja do Espírito Santo pelos mesmos anos (cerca de 1564/5) e claro, junto ao hospital que era seu, a poucos metros da de São Bartolomeu. Mais, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição começou a ser reedificada como hoje a vemos a partir de 1569. Tudo por junto entre tanta obra e a morte de D. Teodósio foi a sede da freguesia sendo protelada, passando provisoriamente, até 1584, para a Igreja de São Sebastião,⁹ então recente também.

⁷ *Memórias de Vila Viçosa*, vol. 25 p. 8, *ibidem*.

⁸ D. Teodósio I (1505-1563) era filho de D. Jaime e da infeliz D. Leonor de Gusmão assassinada no Palácio Ducal (2 de Novembro de 1512) pelo seu marido por suposto caso de adultério com o jovem António Alcoforado.

⁹ A Igreja de São Sebastião nas *Aldeias* que ruiu sob um raio, em 1858, será de meados do século XVI (c. 1550) e o orago deve-se à devoção de D. João III pelo santo mártir romano, advogado do terrível flagelo da peste, nomeadamente a de 1569 – *Cadernos Culturais*, vol. 25, pg. 25. Com o mesmo nome foi baptizado o neto de D. João III nascido no dia do santo a 20 de Janeiro de 1554, o futuro Rei D. Sebastião, desaparecido no desastre de Alcácer-Quibir (4 de Agosto de 1578).

Há um Púlpito que reza na Igreja que ‘HE DA MIZERICORDIA’

Com a Igreja do Espírito Santo rapidamente terminada em 1568 e, outra vez em trânsito desejavelmente provisório, recebeu esta a partir de 1584 a sede da Freguesia de São Bartolomeu que, afinal, durou três séculos, até 1865! E a dita sede transitou subindo a Praça em Procissão solene com o Santíssimo Sacramento, a 19 de Fevereiro de 1865, para a Igreja de São João Evangelista que era a do já então extinto Colégio dos Jesuítas expulsos pelo Marquês de Pombal em 1759. Entretanto, e desde pelo menos 1757, já nem os muros com «a altura de um homem» da nunca erguida igreja querida por D. Teodósio I, existiam. Acabado nesse ano de 1757 o edifício da Câmara foram os muros derrubados, embora os alicerces fossem mantidos até início do século XIX. Do antigo cemitério da Praça e adjacente à nunca acabada Igreja de São Bartolomeu sobrou uma velha oliveira, à esquina da Rua dos Fidalgos, diz o Padre Espanca.¹⁰

Resumindo, agora que falhou a promessa de brevidade, a freguesia de São Bartolomeu nunca teve Igreja própria e hoje “mora” na de São João Evangelista, dita do Colégio, ao cimo da Praça, por sinal também nunca concluída nos zimbórios das suas duas torres. Por toda esta trama e deambular de três séculos a Santa Casa achou por bem, para tirar dúvidas, inscrever o que já vimos e sabemos na pedra da arquitrave da sua Igreja do Espírito Santo: ESTA IGREJA HE DA MIZERICORDIA, por certo já cansada de lhe dizerem que era a da Freguesia de São Bartolomeu.

Altar e Retábulo de Nossa Senhora do Loreto



Igreja do Espírito Santo, parede ocidental, da esquerda para a direita: Altar de Nossa Senhora do Rosário, Capela do Santíssimo Sacramento e Altar das Almas.

Aqui chegados à Igreja do Espírito Santo que “é da Misericórdia” convém que entremos para, à direita, ou do lado das Epístolas como dantes se dizia, vermos três altares a ocidente: o das Almas do Purgatório à entrada, a Capela do Santíssimo

¹⁰ Quem quiser sorrir um pouco com velhos episódios calipolenses do século XVIII pode ler sobre a bebedeira do Ré-Ré, qual “defunto” fantasma, a assustar o alvenêu Martins Leitão armado do seu clássico florete junto a esse cemitério – in *Cadernos Culturais*, vol. 25, pp. 12-13.

Sacramento ao meio e, por fim, o Altar de Nossa Senhora do Rosário. Desta devoção, diz Cadornega, que era a da «Senhora do Rosario dos pretos» ou dos escravos do serviço do Palácio, e dela anualmente «faziam muito festejo a cavalo, correndo patos, dando muitas carreiras por serem nisso destros», a quem o Duque dava «grandioso banquete em a *Aposentaria* sita no Terreiro do Paço, onde se ajuntavam muito número de escravos machos e fêmeas (...) todos com ricos vestidos e galas, com boas cadeias de ouro, encerrando-se nas duas paróquias todo aquele numeroso povo».¹¹ Isto diz Cadornega mas o Padre Espanca acha que o altar dos escravos seria não este mas o dos Fiéis de Deus, à época naquela Igreja. Mas deixemos o lado das Epístolas e olhemos o do Evangelho, à esquerda olhando o altar-mor, para irmos ao que importa.

Na parede oriental da Igreja toda ela revestida de azulejos do século XVII com padrão de maçaroca de milho, veremos, no primeiro dos tramos do corpo da igreja, o altar de Nossa Senhora do Loreto que, desde 1727, ocupa o lugar onde antes estava um singular púlpito, hoje ao centro, entre duas portas, sendo que a da esquerda leva à sacristia. A este altar profusamente ornamentado importa colocar-lhe perguntas. A primeira: de onde lhe veio tamanha importância para obrigar à referida troca com o púlpito? A segunda: e o púlpito, que lhe é anterior, terá algo a “dizer”?

O altar de Nossa Senhora do Loreto, ou melhor, o seu retábulo, obra iniciada em 1727 pelos mestres entalhadores Manuel de Oliveira Leal e Francisco Freire é descrito assim por Túlio Espanca¹² (convém seguir a descrição pela imagem inserida neste texto): «É constituído por bom núcleo de talha dourada, no espírito da transição barroco-rococó D. João V, com arco redondo completamente revestido de lambrequins [*recortes pendentes de madeira imitando tecidos*], cabeças de anjos e profetas [*dir-se-ia melhor; figuras clássicas*], e o retábulo, complicado, de dossel e cariátides de cestas suportando pilastras e pisando mísulas de meninos-atlantes, com seu remate de baldaquino e curiosa tabela de alto-relevo, da VIRGEM COM O MENINO JESUS PROTECTORES DA IGREJA. Frontão entrecortado com quatro serafins de símbolos estelares. No camarim, entalhado na mesma expressão movimentada admiram-se a padroeira, imagem estranha na nossa imaginária, de manto de sebastos entalhados ao modo da paramentaria, decerto obra castelhana, com a particularidade de representar a VIRGEM E O MENINO, de rostos negros. Peça de alvores de setecentos, mede, de alt. 1.08 m. Em mísulas laterais veneram-se as pequenas mas interessantes esculturas estofadas de SANTA ANA e S. JOAQUIM. Alt. 44 cm».

¹¹ António de Oliveira Cadornega, *Descrição de Vila Viçosa*, INCM, 1982. pp. 28-29. Nessa Capela da Senhora do Rosário cuja devoção se estendeu ao mundo católico principalmente após a vitória decisiva sobre os turcos otomanos na batalha naval de Lepanto a 7 de Outubro de 1571, pode ler-se em relevo de arco pleno de talha dourada o início da saudação do Anjo: AVE MARIA GRATIA PLENA DOMINVS TECVM.

¹² Túlio Espanca, *Inventário Artístico do Distrito de Évora*, zona sul, I volume, Academia Nacional de Belas-Artes, Lisboa 1978, p. 696.

Há um Púlpito que reza na Igreja que ‘HE DA MIZERICORDIA’



Retábulo do altar de Nossa Senhora do Loreto, 1727, Igreja do Espírito Santo.



Canto superior esquerdo: Anjo segurando o Sol, em contraposição a um outro com a Lua (já danificado);
Cimo do baldaquino: Virgem do Loreto com o Menino sobre a Casa da Sagrada Família em Nazaré.

Quem se entretiver na minúcia de contar todas as figurações de rostos humanos, angélicos ou clássicos como cariátides ou atalantes, chegará às cinco dezenas. É obra, neste caso de marceneiros como quase não vai havendo! Importa, todavia,

além da gratidão ao esmerado e cultíssimo Túlio Espanca, fazer dois reparos: ao descrever o remate cimeiro do baldaquino na «Virgem com o Menino Jesus Protectores da Igreja» Túlio parece não se dar conta, e não dá, de que se trata de uma representação de Nossa Senhora do Loreto e que a Igreja é, na verdade, a Casa da Virgem em Nazaré; segundo reparo: quando no camarim diz da imagem da Virgem ser «estranha na nossa imaginária (...) decerto obra castelhana» e ela e o menino «de rostos negros», na sequência do primeiro reparo damo-nos conta de que Túlio está longe da representação tradicional da Senhora do Loreto, sempre de rosto negro e, portanto italiana, não castelhana.

Vamos ao essencial. Descontando as figuras adjacentes que decoram e circundam como estrelas o fazem à Lua há, nesta elaborada iconografia mariana, três planos: o conjunto em alto-relevo da Virgem com o Menino sobre um edifício no cimo do baldaquino que significam a Casa da Sagrada Família em Nazaré; no camarim, ao centro, a Virgem com o Menino em entalhamento ao modo de paramentaria litúrgica, que representa a tradicional Nossa Senhora do Loreto; e as duas figuras mais pequenas que a ladeiam em separado, Santa Ana e São Joaquim, os Pais da Virgem os quais, ali reforçam a ideia de Família e Casa da Virgem. A devoção a Nossa Senhora do Loreto é, pois, a ideia da Virgem maternal em sua própria Casa, ou seja, a espiritualidade de cada família cristã associada ao exemplo de Maria, insigne amparo dos Céus. Não é difícil ver aqui um reflexo de similar imaginário, quase ao espelho, da também tradicional e bem portuguesa Nossa Senhora da Misericórdia com o seu manto aberto, protector e familiar, abrigo dos céus na terra.

A original Nossa Senhora do Loreto está na cidade de Loreto, em Itália, e goza de uma devoção impressionante desde a idade média. Diz a lenda que se trata da própria Casa de Nossa Senhora trazida pelos Anjos desde Nazaré passando por Tersatz na Dalmácia (em 1291), até Itália (em 1294), salva assim em finais do século XIII da eminente destruição muçulmana. O certo é que, as três paredes e as suas pequenas dimensões coincidem com as das marcas deixadas em Nazaré, estudos recentes provam que as suas pedras foram elaboradas segundo o uso dos Nabateus, tal qual como na Galileia no tempo de Jesus, especialistas confirmam que os incisos pétreos das grafites são claramente de origem judaico-cristã e também a argamassa utilizada é desconhecida na construção de edifícios na região italiana das Marcas onde se encontra Loreto.¹³ Ora, esta devoção depressa se propagou em

¹³ <https://www.vaticannews.va/pt/santo-do-dia/12/10/nossa-senhora-de-loreto.html>
<https://agencia.ecclesia.pt/portal/loreto-devocao-de-sete-seculos/> LORETO deriva de nas proximidades haver um bosque de louros (em Portugal seria um loureiro). O povo deu o nome à Capela e ao lugarejo surgido em redor. A capelinha tem apenas 4x9 mt, as pedras só permitiram a construção das paredes até a altura de uns três metros, o restante foi construído com tijolos do próprio local. Como a modernidade se atemoriza perante milagres retumbantes surgiu há anos hipótese positivista: um documento agora aparecido em Nápoles diz que não foi a Casa inteira que veio, mas sim as suas pedras, trazidas por cruzados num navio quando forçados a deixar a Terra Santa e, quem as trouxe, pertenceria a uma família bizantina dita DOS ANJOS que as entregou ao Papa Celestino V.

Há um Púlpito que reza na Igreja que ‘HE DA MIZERICORDIA’

Portugal, terra mariana por excelência, a ponto de haver importante templo do mesmo nome ou Igreja dos Italianos, no Chiado, em Lisboa. O nosso Rei D. João V, em 1715,¹⁴ pretendeu fazer romagem à Igreja do Loreto, em Itália, numa similitude que à época quase fazia equivaler esta peregrinação à de Roma ou à de Santiago de Compostela. Ora, o nosso altar em estudo é exuberantemente joanino, de 1727 e, por certo, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa quis associar-se à devoção do soberano, reinante desde 1706 e, como sabemos, magnânimo benfeitor em largas obras calipolenses.



Santa Ana, Nossa Senhora do Loreto e São Joaquim

Está respondido o primeiro quesito: não só a obra artística de requinte justificaria altar e retábulo irem ocupar o lugar do púlpito, como também o seu sentido teológico e doutrinário acentuaria o pendor mariano da Igreja sob a égide do Espírito Santo. De facto, frente ao altar de Nossa Senhora do Rosário, vencedora dos otomanos em Lepanto, viria assim estabelecer-se a Senhora do Loreto, refugiada da Terra Santa então já ocupada por muçulmanos, ou seja, ambas as devoções a remeterem para a protecção das famílias e das gentes na senda de Nossa Senhora da Misericórdia: sob o manto protector de Maria se abriga a humanidade, do povo ao clero, da nobreza ao rei. O que o púlpito diz sobre o tema veremos em seguida,

¹⁴ *DAS CASAS DA INVOCAÇÃO DE LORETO QUE HÁ EM PORTUGAL*, estudo de Rui Manuel Mesquita Mendes, 2018, p. 53, Instituto Italiano di Cultura di Lisbona.

não obstante ser anterior ao altar. Desde a fundação da Igreja, em 1568, trazia já nele as letras que o punham a falar, rezando.

Um Púlpito que Reza



Púlpito em estilo renascentista: janela e balcão.

Os púlpitos que ainda vemos em muitas igrejas antigas são, quase todos, um produto directo da Contra-Reforma. Os templos maneiristas e os seguintes barrocos nasceram da resposta católica ao cisma de Lutero em 1517, resposta densa e genuinamente maturada pelo Concílio de Trento ao longo dos seus vinte e três anos, de 1545 a 1568. A arte da parenética, pela via da retórica doutrinária, veio elevar os sermões ao nível dos melhores exemplos da literatura católica, basta lembrar esse «imperador da língua portuguesa» como Fernando Pessoa chamou ao Padre António Vieira,¹⁵ sacerdote da Companhia de Jesus, congregação proeminente de expressão tridentina. A oratória, aliada ao dramatismo artístico das igrejas católicas, foi um dos poderosos instrumentos no combate religioso pois, por ele, o que se digladiava era a salvação eterna das almas,

assunto nada menor, hoje, num mundo reduzido a si próprio, tomado por quase incompreensível. O púlpito era o microfone de hoje, a voz capaz de colocar os fiéis em estado receptivo à tradição interpretativa da Igreja sobre as Sagradas Escrituras. A interpretação subjectiva e individualista da Bíblia pelos protestantes, trouxera afinal, uma fragmentação dispersiva na direcção oposta à universalidade inerente ao catolicismo. O púlpito era, dir-se-ia literalmente, a voz da Igreja descida do céu.

O púlpito da Igreja do Espírito Santo de Vila Viçosa é exemplo notável de arte marmórea renascentista: «balcão régio, com balaústres anelados e circulares, suportado por modilhões de volutas com enrolamento, profusamente enrameados por significativa saudação angélica latina, que se prolonga pelo lintel e base, esta cronografada de 1568», assim o descreve Túlio Espanca.¹⁶ Esta espécie de janela de sacada, como hoje diríamos, deita para o interior da Igreja como se fora uma

¹⁵ *O Sermão de Santo António aos Peixes* (1654) é uma das pérolas dos sermões de Vieira, tal como o *Sermão da Sexagésima* ou o *Sermão do Bom Ladrão*. Outros pregadores notáveis: Padres Eusébio de Matos, Alexandre de Gusmão, Manuel Carneiro, António de Sá, todos eles do Barroco seiscentista, cultivando metáforas e jogos de palavras em requinte estilístico.

¹⁶ Túlio Espanca, *ibidem*, p. 696.

Há um Púlpito que reza na Igreja que ‘HE DA MIZERICORDIA’

janela de exterior capaz de se alargar em paisagem metafísica, no caso, a paisagem bíblica e evangélica que do mundo vislumbra os céus, que desde a palavra sonda o Espírito de Deus.

No lintel superior da dita janela está inscrita no mármore a frase latina retirada do Livro dos Provérbios: *[Omnis] sermo Dei ignitus*, ou seja, *[Toda] a palavra de Deus [é provada] ao fogo*, assim hoje traduzem as Bíblias ou, à letra, *A palavra de Deus é fogo*. Na base do balcão podemos ler duas frases: *De coelo descendit* e *Nosce te ipsum* que podemos traduzir como *Descida do céu* e *Conhece-te a ti mesmo*. O significado desta porta ou janela por onde passa a interpretação da Palavra de Deus encerrada nas Escrituras surge, pois, muito óbvio: trata-se da Verdade provada pelo fogo divino que, descida dos céus, nos ensina no conhecimento de cada um de nós, ou seja, em reconhecermos as faltas e, nesse reconhecimento de real miséria, caminharmos buscando as virtudes. No auxílio de tão singular via que é cada vida humana, a misericórdia significa (*miseratio* = miséria + *cordis* = coração) cada coração que se sabe miserável e, por isso, necessitado da compaixão que pede através da súplica própria à Virgem Maria, a oração angélica a qual, precisamente, podemos ler na íntegra enrolada nas volutas dos modilhões que suportam o dito balcão de pregação: *Ave Maria, gratia plena, Dominus tecum. Benedicta tu in mulieribus, et benedictus fructus ventris tui, Iesus; Sancta Maria, Mater Dei, ora pro nobis peccatoribus, nunc, et in hora mortis nostrae. Amen*. Eis um púlpito pelo qual passa a palavra de Deus como que recebida e coada pelo coração benigno de uma mãe, a Mãe do Céu no seu atributo de Misericórdia. Este púlpito singular não só fala do que a Igreja deve falar como o faz em seu modo supremo, rezando. A data de 1568 nele gravada atesta o ano em que a Igreja concluída se abriu ao seu múnus sacro.



No lintel: *SERMO DEI IGNITUS*; na base: *DE COELO DESCENDIT / NOSCE TE IPSUM*



1568 [AVE MARIA] GRACIA PLENA /



DOMINUS TECUM. BENEDICTA TU IN
MULIERIBUS ET BENEDICTUS



FRUCTUS VENTRIS TUI IESUS. SANCTA /
MARIA. MATER DEI ORA PRO NOBIS /



PECCATORIBUS [NUNC ET IN HORA
MORTIS NOSTRAE]. AMEN.

Há um Púlpito que reza na Igreja que ‘HE DA MIZERICORDIA’

Não deixa de ser significativo que a “palavra descida do céu” seja associada ao preceito clássico socrático que propõe o “conhece-te a ti próprio”. De facto, o exímio pregador que foi o Padre António Vieira, no auge da sua fama italiana, foi convidado pela Rainha Cristina da Suécia, em 1674, a fazer em cinco terças-feiras da Quaresma sermões sobre este mesmo tema – “conhece-te a ti próprio” – o que seria mais habitual do que hoje se possa supor.¹⁷ O autoconhecimento, seriamente real na relação com os próximos, é exercido e calibrado na oração a Deus, um passo incontornável da via purgativa e início do caminho em ascese até à mística. Ora, é sempre modelo primeiro da graça obediente à vontade de Deus o exemplo maior dos cristãos dado por Maria de que o seu manto de Misericórdia é benigno abrigo, seja na fragilidade dolorosa do sofrimento, seja na miséria orgulhosa da auto-suficiência.



Nossa Senhora da Misericórdia por Gregório Lopes, século XVI, Sesimbra.

¹⁷ Tal aconteceu na Igreja de São Salvador in Lauro, na via dei Coronari onde Vieira ponderou sobre as cinco pedras da funda de David em cinco notáveis reflexões às quais acrescentou as “Lágrimas de Heráclito” em contraponto a Demócrito, defendendo a supremacia do choro sobre o riso, pois se o segundo é a primeira propriedade do racional, o primeiro é o meio natural a ligar razão e espírito.

Se é verdade que no nome da Igreja do Espírito Santo se encerram os dons necessários que Jesus prometeu para não nos deixar sós até que Ele venha,¹⁸ o Altar de Nossa Senhora do Loreto assegura-nos que a Igreja em si mesma é a Casa da Mãe, garantia que o púlpito ilustra ao rezar pela Palavra e Oração vindas do Céu. Quando a Santa Casa de Vila Viçosa decidiu aclarar dúvidas sobre questões locais de propriedade e mandou inscrever na pedra a frase de que ESTA IGREJA HE DA MISERICORDIA terá medido em toda a sua profundidade e altura o alcance universal daquela afirmação? Não sabemos, mas certo é que a Igreja, a Católica que tem vinte séculos e à qual esta do Espírito Santo de Vila Viçosa pertence, sempre quis acorrer aos que se sabem pobres em espírito e dignos de compaixão. A universal e esta de pedra, ambas são da Misericórdia! E poderiam não sê-lo?!

¹⁸ *Os Sete Dons do Espírito Santo*, dito o Paráclito ou Consolador: sabedoria, inteligência, conselho, fortaleza, ciência, piedade e temor a Deus. *As Sete Obras Corporais de Misericórdia*: dar de comer aos que têm fome, dar de beber aos que têm sede, acolher os peregrinos, vestir os nus, cuidar dos doentes, visitar os presos e enterrar os mortos. *As Sete Obras Espirituais de Misericórdia*: dar bons conselhos, ensinar os ignorantes, corrigir os que erram, consolar os tristes, perdoar as injúrias, sofrer com paciência as fraquezas dos próximos e rogar a Deus pelos vivos e defuntos.

Da Capela Real de Vila Viçosa ao Real Convento de Avis: O Prior-Mor D. António de Brito Pereira (1655-1696)

Maria Ângela Beirante*

Os catálogos ou listas de dignidades eclesiásticas elaborados por cronistas e corógrafos dos séculos XVII e XVIII são apenas esboços de galerias de notáveis que, ao longo dos séculos, se sucederam no comando das respectivas instituições. Pelo seu carácter esquemático, próprio de uma história analística, esses catálogos pouco nos revelam acerca da história de cada uma daquelas dignidades, mas constituem um repto para a descoberta das suas identidades. A partir dos lacónicos registos neles contidos e com o recurso a algumas fontes primárias e secundárias, é possível delinear as biografias dos visados. De facto, foi com base em registos deste tipo que procurei trazer para a luz do dia a figura de um calipolense notável – D. António de Brito Pereira – que, nos anos finais do século XVII, comandou os destinos da Ordem de Avis.

Na lista dos priores-mores de Avis que se encontra na *Corografia* do Padre António Carvalho da Costa¹, acha-se uma breve referência àquele prior-mor: “António de Brito Pereira, que tinha sido Deão da Capela de Vila Viçosa”. O catálogo dos priores-mores da Ordem de Avis, que faz parte da *Descrição* de D. Francisco Xavier do Rego², é mais prolixo: “D. Frei António de Brito Pereira, pelos anos de 1694, sendo administrador o senhor D. Pedro II. Tinha sido Deão da Capella Real de Villa Viçosa. No seu tempo se fez a capella mor da Igreja de Avis e o Retabulo que he humas das melhores manufacturas que tem o Reyno”.

Ambos os registos nos informam que este prior-mor fora deão da Capela Real de Vila Viçosa, o que pressupõe uma ligação muito estreita à Casa de Bragança.

* Professora Aposentada – Universidade Nova de Lisboa.

¹ António Carvalho da Costa, *Corografia portuguesa e descripçam topographica do famoso Reyno de Portugal*, tomo II, Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, pp. 597-598.

² Francisco Xavier do Rego, *Descrição Geographica, Chronologica, Historica e Critica da Villa e Real Ordem de Avis*, 1730, fls. 54-57 (manuscrito da Biblioteca Nacional de Portugal, cod-106).

Começámos por isso a nossa investigação recorrendo a trabalhos de natureza genealógica bem como a obras sobre a Casa de Bragança³.

1. Antecedentes familiares

Um dos antepassados conhecidos de D. António de Brito Pereira foi João Rodrigues Pereira, dos Pereiras das Taipas, criado do Prior do Crato, D. Álvaro Gonçalves Pereira. O primeiro desta família que esteve ao serviço dos duques de Bragança foi o quinto avô de D. António, Fernão Rodrigues Pereira (chamado o Pássaro por ser grande dançador), que foi vedor e camareiro-mor do duque D. Jaime (1498-1532). Todos os seus sucessores foram fidalgos da Casa de Bragança, tendo exercido funções de grande relevo na corte ducal, como as de vedor, camareiro-mor e caçador-mor. Alguns dos seus filhos segundos também ocuparam o cargo mais importante da capela ducal, o de deão. Cite-se o caso de Manuel Pessanha de Brito ou ainda o de António Brito e Sousa, que, a 8 de Fevereiro de 1634, baptizou D. Teodósio, o primogénito do futuro rei D. João IV⁴. Foi na sequência desta tradição familiar que, antes de 1682, D. António foi investido na dignidade de deão da capela, já então real, de Vila Viçosa. Sublinhe-se que muitos foram os membros desta família que receberam comendas e hábitos da Ordem de Cristo ou alcaldarias-mores da apresentação da Casa de Bragança, como Ourém, Vila Viçosa, Borba, Alter do Chão e Monsaraz.

2. O seu núcleo familiar

O pai de D. António, Cristóvão de Brito Pereira, natural de Vila Viçosa, era filho de Fernão Rodrigues de Brito Pereira, natural desta vila e de D. Lucrecia de Castro, nascida em Lisboa. Casou com D. Paula Maria de Meneses, natural de Santo António do Tojal, filha de António Correia Barém e de D. Antónia de Vilhena, de quem teve seis filhos. À excepção do primogénito, Fernão, que sucedeu na casa de seu pai e casou com D. Antónia Teodora de Moura Manuel, todos os outros seguiram a carreira eclesiástica, o que, à época, nada tinha de excepcional. Foram eles: António, dom prior-mor de Avis; João, inquisidor em Évora e Lisboa; Heitor, dom prior da Colegiada de Santa Maria de Barcelos e desembargador da Casa da Suplicação; Luís, cónego na sé do Porto, cargo a que renunciou para se casar com D. Maria

³ Entre as obras de carácter genealógico, contam-se: António Carvalho da Costa, *obra cit.*, pp. 518-520; Manuel Felgueiras Gaio, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, tomo XXII (ed. A. A. Meirelles e D. A. Afonso), Braga, 1938-1941, pp. 212-213. Entre as obras relativas à Casa de Bragança, destaque-se: Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

⁴ Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2006, p. 90.

Da Capela Real de Vila Viçosa ao Real Convento de Avis: O Prior-Mor D. António de Brito Pereira (1655-1696)

Henriques. A única filha, D. Antónia Maria de Vilhena, foi freira no mosteiro feminino da Encarnação de Lisboa, da Ordem Militar de S. Bento de Avis.

Cristóvão de Brito Pereira tomou parte na revolução que transformou o duque de Bragança, D. João II, no rei de Portugal, D. João IV. Ele próprio acompanhou a deslocação da corte de Vila Viçosa para Lisboa, onde teria desempenhado as funções de camareiro-mor, em substituição de seu pai, já doente. Contudo, o perigo iminente de guerra, que então se abateu sobre as fronteiras do Alentejo, fez com que, na década de 1650, Cristóvão tenha regressado ocasionalmente com a família a Vila Viçosa. Foi numa das suas permanências na vila ducal que nasceu António, o segundogénito, como atesta o seu registo de baptismo:

“Em os 14 dias do mes de julho de 1655 annos baptizei e pus os Santos Olios a Antonio filho de Frey Christovão de Brito Pereira e de D. Paula de Meneses. Foi padrinho o Mestre de Campo Dinis de Melo e madrinha Dona Antónia de Vilhena. Prior Reverendo Frey João Valladares Limpo”⁵.

A designação de “frei” atribuída a Cristóvão de Brito Pereira significa que o mesmo era professo da Ordem de Cristo, cujo hábito recebeu em 1652⁶. Já Frei João Valadares Limpo pertencia à Ordem de Avis, visto que o seu cargo era da apresentação desta Ordem. O facto de o padrinho ser o mestre de campo Dinis de Melo e Castro, futuro conde das Galveias, mostra como a actividade bélica dominava, à época, as relações sociais naquela zona fronteiriça.

Com o objectivo de avaliarmos o patamar social que a família de D. António atingiu no período pós-Restauração e de percebermos como os seus membros eram vistos pelos seus contemporâneos, recorreremos a dois tipos de fontes: mercês régias e processos de habilitação do Santo Ofício relativos a Cristóvão de Brito Pereira e a seus filhos.

3. De fidalgos da Casa de Bragança a fidalgos da Casa Real

3.1. Mercês régias

Dentro do paradigma da justiça distributiva, a mercê régia equivalia a uma recompensa de serviços prestados à Coroa. Nos tempos que se seguiram à Restauração, a necessidade premente de distribuir equitativamente as recompensas pelos apoiantes de D. João IV levou-o a criar, em 1643, a Secretaria das Mercês. Um texto, provavelmente do seu reinado, enumera, por ordem decrescente, as principais mercês distribuídas por esta instituição: vilas com suas jurisdições; alcaidarias-

⁵ Arquivo Distrital de Évora, Registos Paroquiais: Vila Viçosa (S. Bartolomeu), livro misto (1642-1681), fl. 306.

⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), Registo Geral das Mercês, Mercês de Ordens Militares, livro 1, fl. 410v.

-mores; comendas; filamentos de fidalgos; hábitos da Ordem de Cristo; tenças; hábitos das Ordens de Avis e de Santiago, lugares nos mosteiros da Encarnação e Santos, etc.⁷.

Segundo Fernanda Olival, “a economia da mercê regida pela Coroa era um alicerce do Estado Moderno”. Nas suas palavras, “servir a Coroa, com o objectivo de receber em troca recompensas, tornara-se quase um modo de vida, para diferentes sectores do espaço social português. Era uma estratégia de sobrevivência material, mas também honorífica e de promoção”⁸.

A primeira mercê régia que, em 5 de Março de 1643, depois da morte de seu pai, Cristóvão de Brito Pereira recebeu, foi a comenda da Ordem de Cristo de Santa Maria de Biade, do arcebispado de Braga, da apresentação da Casa de Bragança⁹. Meses depois, a 21 de Janeiro de 1644, obteve outra comenda da Ordem de Cristo, a de S. Pedro de Macedo de Cavaleiros, do bispado de Miranda e, como era ainda menor, a administração foi confiada a sua mãe, D. Lucrécia de Castro¹⁰. A 19 de Fevereiro de 1650, D. João IV, “havendo respeito aos serviços que o dito Cristóvão de Brito Pereira fidalgo de sua casa e seus passados de que procede lhe tem feito pela Casa de Bragança”, fez-lhe mercê da sucessão daquelas duas comendas para o seu filho maior que viesse a nascer do matrimónio que já estava contratado com D. Paula Maria de Meneses¹¹. Sabemos que, desde o século XVI, ambas as comendas já tinham tido como comendadores elementos desta linhagem, mas enquanto a de Santa Maria de Biade tinha um rendimento médio de 142\$500, a de S. Pedro de Macedo de Cavaleiros usufruía do elevado rendimento médio de 428\$333¹². A 2 de Setembro de 1652, Cristóvão obtém mercê de carta de hábito da Ordem de Cristo, que recebe no mosteiro de Nossa Senhora da Luz, em Lisboa, tornando-se assim freire professo da mesma Ordem¹³. Foi, no entanto, o envolvimento de Cristóvão de Brito Pereira nas guerras da Restauração, nomeadamente na defesa da praça de Vila Viçosa da qual era governador, que lhe trouxe maior honra e proveito. De facto, por alvará de 1 de Junho de 1666, D. Afonso VI, “tendo respeito aos serviços de Cristóvão de Brito Pereira, governador de Villa Viçosa e em particular ao valor e rezolução que mostrou não so na defensão do sitio daquela praça que o Marques de Carracena lhe veyo por mas ajudar o exercito que a foi socorrer, conseguir o intento e ser ferido de algumas bombas de fogo em combate da mesma praça¹⁴ hey

⁷ Texto citado por Fernanda Olival, *Honra, mercê e venalidade: as Ordens Militares e o Estado Moderno em Portugal (1641-1789)*, Évora, 1999, p. 124.

⁸ *Idem*, pp. 34 e 119.

⁹ ANTT, Registo Geral das Mercês, Mercês de Ordens Militares, livro 1, fl. 179v.

¹⁰ ANTT, Registo Geral das Mercês, Mercês de Ordens Militares, livro 1, fls. 23v e.

¹¹ ANTT, Registo Geral das Mercês, Mercês de Vários Reis, livro 1, fl. 228v.

¹² Mafalda Soares da Cunha, *Comendadores e comendas da Casa de Bragança, séculos XVI-XVII*, Évora, CIDEHUS, 2004.

¹³ ANTT, Registo Geral das Mercês, Mercês de Ordens Militares, livro 1, fl. 410v.

¹⁴ O cerco de Vila Viçosa pelo Marquês de Caracena ocorreu a 11 de Junho de 1665. O castelo foi atacado, mas a guarnição defendeu-se energeticamente. A 15 do mesmo mês deu-se a batalha de Montes Claros, entre Estremoz e Vila Viçosa, sendo as tropas portuguesas comandadas pelo

**Da Capela Real de Vila Viçosa ao Real Convento de Avis:
O Prior-Mor D. António de Brito Pereira (1655-1696)**

por bem fazer lhe merce, entre outras, de huma comenda effectiva de lote de 1000 cruzados, por conta dos quais lhe nomeyo logo a comenda de S. Salvador de Sanguihedo do arcebispado de Braga”, da Ordem de Cristo. Passados quinze dias, depois de o futuro comendador ter apresentado um breve de dispensa papal para que pudesse possuir esta comenda juntamente com outras da mesma Ordem, foi-lhe concedida a respectiva carta¹⁵. Por alvará de 3 de Julho de 1666, D. Afonso VI fez ainda mercê a Cristóvão de Brito Pereira, por sua vida, da alcaidaria-mor de Alhos Vedros, do mestrado de Santiago, distinção que superava em valor real e simbólico a concessão de uma comenda. A carta de mercê foi-lhe passada a 19 de Dezembro de 1667, depois de o beneficiário apresentar breve de dispensa por não possuir o hábito de Santiago¹⁶. Contudo, três anos depois, já na regência de D. Pedro (1668-1683), Cristóvão de Brito Pereira queixava-se de que, até à data, ainda não gozava pelos seus serviços mais do que a comenda de S. Salvador de Sanguihedo. Daí que o regente lhe tenha feito mercê de outra comenda da Ordem de Cristo, a de S. Pedro Fins de Colnelas do bispado de Miranda. A carta foi-lhe passada a 2 de Março de 1671, com dispensa papal nos serviços de África¹⁷.

Depois da morte de Cristóvão de Brito Pereira, o rei D. Pedro II irá ser muito generoso para com o seu primogénito e herdeiro, Fernão Rodrigues Pereira, já então cavaleiro professo da Ordem de Cristo. A 8 de Janeiro de 1693, faz-lhe mercê das comendas de S. Pedro de Macedo de Cavaleiros, de S. Salvador de Sanguihedo e de S. Pedro Fins de Colnelas e concede-lhe ainda a alcaidaria-mor de Monsaraz e a alcaidaria-mor de Alhos Vedros de que seu pai não chegara a tomar posse, incluindo a mercê de lugar de 100 vizinhos para que pudesse fazer vila, como havia sido deferida a seu pai. Atribui-lhe ainda 350\$000 de tença efectiva que faltavam a seu pai para cumprimento das suas mercês, incluindo a tença de 80\$000 para sua irmã D. Antónia Maria de Vilhena. Obtém carta de mercê daquelas comendas a 16 de Janeiro de 1693, depois de ter apresentado breve do Núncio Apostólico que o dispensava dos serviços de África¹⁸. Por fim, a 10 de Março do mesmo ano, D. Pedro II, tendo respeito aos serviços e merecimentos de Cristóvão de Brito Pereira, fidalgo de sua casa, já falecido, nomeia o seu filho mais velho por alcaide-mor da vila de Monsaraz e do seu castelo que vagara por morte de seu pai¹⁹. Também outros filhos de Cristóvão de Brito Pereira irão ser destinatários das mercês de D. Pedro II. A 14 de Fevereiro de 1693, o rei concede foro de fidalgo da casa real a Luís de Brito Pereira, com moradia de 30\$000 e 1 alqueire de cevada, por dia, que pelo seu pai lhe pertencia, de fidalgo cavaleiro²⁰. Mais tarde, a 11 de

Marquês de Marialva e por Schomberg (Ângelo Ribeiro, “A organização da Vitória”, in Damião Peres (dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Porto, Portucalense Editora, 1934, p. 97)

¹⁵ ANTT, Registo Geral das Mercês, Mercês de Ordens Militares, livro 7, fls. 89v e 96.

¹⁶ ANTT, Registo Geral das Mercês, Mercês de Ordens Militares, livro 12, fls. 412-413.

¹⁷ ANTT, Registo Geral das Mercês, Mercês de Ordens Militares, livro 8, fls. 87 e 104.

¹⁸ ANTT, Registo Geral das Mercês, Mercês de D. Pedro II, livro 8, fl. 17v

¹⁹ ANTT, Registo Geral das Mercês, Mercês de D. Pedro II, livro 8, fl. 17.

²⁰ ANTT, Registo Geral das Mercês, Mercês de D. Pedro II, livro 8, fl. 68.

Dezembro de 1702, o rei mandava lançar-lhe o hábito da Ordem de Cristo, com 12\$000 efectivos, ordenando que “para o haver de receber se lhe fizessem as provanças e habilitações de sua pessoa na forma dos estatutos”²¹. A 27 de Maio de 1694, D. Pedro II faz mercê a João de Brito Pereira de o tomar por fidalgo capelão de sua casa, visto ser ordenado de ordens sacras, com 20\$480 de moradia por mês e 1 alqueire de cevada por dia, paga por ordenança e sua vestimenta ordinária, cada ano, como os mais fidalgos capelães, sendo o foro que por seu pai lhe pertencia, de fidalgo escudeiro²². Podemos acrescentar que os cargos relevantes alcançados pelos filhos de Cristóvão de Brito Pereira configuram outras tantas mercês informais provenientes de um jogo de influências junto dos grandes da corte, onde, no reinado de D. Pedro II, pontificavam o duque de Cadaval, D. Nuno Álvares Pereira de Melo e o marquês de Marialva, D. António Luís de Meneses, vencedor da guerra da Restauração²³. Também a entrada de sua filha no mosteiro da Encarnação da Ordem de Avis corresponde a uma das mercês, cuja distribuição era da competência da Secretaria das Mercês.

As mercês concedidas pelos primeiros reis da dinastia de Bragança aos de Brito Pereira estiveram longe de se limitar a Cristóvão de Brito Pereira e aos seus filhos. Destaque-se a figura de Salvador de Brito Pereira, tio de Cristóvão, que foi trinchante e vedor de D. João IV, alcaide-mor de Alter do Chão e comendador de Santa Maria de Monforte, comenda com rendimento médio de 201\$683²⁴. Em carta patente de 30 de Outubro de 1648, o rei nomeou-o governador do Rio de Janeiro, porque “tendo respeito as partes e merecimentos que concorrem na pessoa de Salvador de Brito Pereira, fidalgo da minha casa e comendador da Ordem de Cristo e particularmente aos serviços que a annos continua e tambem na fronteira do Alentejo com satisfação e confiando delle (...) hei por bem de o nomear no cargo de capitam mor e governador da Praça do Rio de Janeiro que esta vago e que o sirva por tempo de tres annos e o mais que eu ouver por bem”²⁵. Salvador de Brito Pereira não regressou ao reino, mas em 1658, D. Afonso VI, na regência de D. Luísa de Gusmão, concedeu aos seus filhos, várias mercês, entre elas a alcaidaria-mor de Alter do Chão e a comenda de Santa Maria de Monforte. No alvará de concessão pode ler-se: “Tendo respeito aos serviços de Salvador de Brito Pereira que foi fidalgo de minha casa me fez por espaço de muitos anos e particularmente no tempo da aclamação no posto de alcaide mor e de capitam mor de Alter do Chão e no governo da capitania mor do Rio de Janeiro, em cujo exercício foi acabar a vida (...) hei por bem de lhe fazer mercê”²⁶.

²¹ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra L, mç. 14, n.º 7.

²² ANTT, Registo Geral das Mercês, Mercês de D. Pedro II, livro 8, fl. 408.

²³ Maria Paula Marçal Lourenço, *D. Pedro II, o Pacífico (1648-1706)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 144-158.

²⁴ Mafalda Soares da Cunha, *obra cit.*

²⁵ ANTT, Registo Geral das Mercês, Mercês da Torre do Tombo, livro 17, fls. 17-17v.

²⁶ ANTT, Registo Geral das Mercês, Mercês de D. Afonso VI, livro 1, fls. 299-299v.

A avaliar pelo número e diversidade de mercês com que os membros da família de Brito Pereira foram contemplados no período imediato à Restauração, somos levados a concluir que estes fidalgos, que tinham um passado de fidelidade e serviços à Casa de Bragança, também ela dispensadora de mercês, viram o seu poder aumentado ao apoiarem o novo rei e ao defenderem o reino pelas armas. Sendo fidalgos de província, ganharam foros de fidalgos de corte.

3.2. Habilitações do Santo Ofício

Como é sabido, a Inquisição foi criada em Portugal, no século XVI, por iniciativa régia, com o objectivo de zelar pela pureza da fé e reprimir as crenças incompatíveis com a doutrina da Igreja. No livro I, tit.º I, do regimento do Santo Ofício de 1640, pode ler-se: “Os ministros e oficiais do Santo Officio serão naturaes do Reyno, Christãos velhos de limpo sangue sem raça de Mouro, Judeu, ou gente novamente convertida à nossa santa Fé e sem fama em contrario; que não tenham encorrido em alguma infamia publica de facto ou de direito, nem fossem presos ou penitenciados pela Inquisição nem sejam descendentes de pessoas que tevessem algum dos defeitos sobreditos, serão de boa vida e costumes, capazes para se lhe encarregar qualquer negocio de importância e de segredo”²⁷.

Para que alguém fosse admitido a um cargo do Santo Ofício devia submeter-se a um rigoroso escrutínio. Entre a petição do candidato a um dos cargos inquisitoriais e a obtenção de uma carta de provisão, mediava um meticuloso e complexo processo de habilitação²⁸. O essencial deste processo eram as diligências “de genere, vita et moribus”, que consistiam em interrogatórios de testemunhas, sob juramento, acerca da pessoa do candidato e de sua família.

Conhecemos as diligências de habilitação para o Santo Ofício de Cristóvão de Brito Pereira e de quatro dos seus filhos, sendo três deles clérigos. Uma pergunta nos ocorre: que motivos teriam levado estes homens fidalgos a candidatar-se com sucesso aos quadros da Inquisição? Aos motivos de ordem religiosa, que propugnavam a luta pela pureza da fé, juntavam-se motivos de natureza política, de identificação com a monarquia, no seu combate à “herética pravidade”. A entrada nos quadros da Inquisição permitia àqueles homens reforçar os laços que os uniam ao monarca que, por sua vez, delegava neles o poder de julgar e de punir. Servir a Inquisição era servir o rei e, como todo o serviço régio, era gerador de recompensas. Assim, a carta alcançada pelo neófito do Santo Ofício era garantia de limpeza de sangue e um marcador de honra e distinção social.

Dada a abundância de informações que as habilitações do Santo Ofício contém, recorremos a este tipo de fontes para melhor conhecermos as personalidades em

²⁷ ANTT, Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, livro 987, *Regimento do Santo Ofício da Inquisição dos Reinos de Portugal*.

²⁸ Sobre a complexidade deste processo, veja-se Nelson Vaquinhas, *Da Comunicação ao Sistema de Informação. O Santo Ofício e o Algarve (1700-1750)*, Lisboa, Edições Colibri, 2010.

causa. A petição, que dava início ao processo de habilitação, continha a identificação do pretendente, bem como a indicação do cargo pretendido.

3.2.1. Processo de Cristóvão de Brito Pereira²⁹. Obteve carta de familiar a 23 de Junho de 1658³⁰.

Na petição dirigida ao Inquisidor-Geral, o candidato declara que não era a primeira vez que manifestava o seu empenho em servir a Inquisição. Já antes enviara uma petição ao Inquisidor-Geral D. Francisco de Castro (morto em 1653) que a aceitou e lha remeteu para que se lhe fizessem as respectivas diligências, mas “porque ele suplicante se ausentou no mesmo tempo para as fronteiras de Alentejo não teve lugar de depositar o costumado para as ditas diligências”. Uma vez que continua nele o mesmo zelo de servir o Tribunal da Inquisição reitera o seu pedido, que foi aceite. As diligências tiveram lugar em Vila Viçosa e em Lisboa.

A 30 de Março de 1658, em Vila Viçosa, foram tiradas informações sobre limpeza de sangue e geração do pretendente. Nas pousadas do prior Frei João de Valadares, comissário da Inquisição, foram ouvidas dez testemunhas, em geral pessoas comuns, quase todas naturais e moradoras na vila³¹. Algumas dizem tê-lo visto baptizar na pia de S. Bartolomeu, sendo unânimes em afirmar que o candidato é filho legítimo, que conheceram muito bem os seus pais e avós, que eram de sangue limpo e muito bons fidalgos. Depois disso, foram feitas averiguações em Lisboa sobre a sua genealogia. A 19 de Junho, nos Estaus da Inquisição, perante o deputado Francisco de Miranda Henriques, compareceram cinco testemunhas. Ao contrário das de Vila Viçosa, as testemunhas convocadas para o efeito são personalidades reputadas na cidade de Lisboa: António de Miranda Henriques, familiar da Inquisição, morador junto da mesma Inquisição, com 60 anos de idade; Gaspar Maldonado, comendador de Santa Maria da Nave da Ordem de Cristo, morador à igreja dos Anjos, com 35 anos; Estêvão da Cunha, deputado da Inquisição e bispo nomeado de Miranda, com 51 anos; Padre Frei Francisco Brandão,

²⁹ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Cristóvão, mc. 1, doc. 23.

³⁰ Tenha-se em conta que os familiares eram membros civis do tribunal do Santo Ofício que cumpriam mandatos de prisão e acompanhavam os presos nos autos-de-fé. Não eram remunerados, mas beneficiavam da isenção de impostos e serviços, foro privativo e porte de arma [Francisco Bethencourt, “A Inquisição”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *História Religiosa de Portugal* vol. II, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 95-131, 114].

³¹ São estes os seus nomes: António de Lima, escrivão do eclesiástico da vila e nela morador, 47 anos; Manuel Fernandes, natural de S. Pedro do Mato e morador nesta vila há 50 anos, 80 anos; Pascoela da Silva, moça solteira, 60 anos; Lopo Garcia de Vilalobos, homem nobre, natural e morador nesta vila, 58 anos; Salvador Monteiro, natural e morador nesta vila, 50 anos; Aleixos Fernandes, alfaiate, natural e morador nesta vila, 52 anos; Manuel Mendes Bugalho, natural e morador nesta vila, 60 anos; Gonçalo Ribeiro, barbeiro, natural e morador nesta vila, 67 anos; António Rodrigues Cabeça de Vaca, natural e morador nesta vila, 61 anos; Sebastião Ledo, natural e morador nesta vila, 67 anos.

**Da Capela Real de Vila Viçosa ao Real Convento de Avis:
O Prior-Mor D. António de Brito Pereira (1655-1696)**

qualificador do Santo Ofício, cronista-mor e religioso de S. Bernardo, morador no seu convento desta cidade, com 57 anos; Gaspar de Faria Severim, secretário das mercês e familiar do Santo Ofício, com idade de 55 anos. À excepção de Gaspar Maldonado, comendador da Ordem de Cristo, todas as testemunhas pertencem à Inquisição e todas tiveram um papel determinante no triunfo da dinastia de Bragança. O doutor Estêvão da Cunha participou na conjura de 1640 e Frei Francisco Brandão, que sucedeu a seu tio Frei António Brandão como cronista-mor do reino, foi um dos ideólogos da Restauração, tendo escrito o discurso da aclamação do novo rei³². Gaspar de Faria Severim gozou de grande poder durante o reinado de D. João IV, que o nomeou secretário das mercês, continuando a ser uma figura influente do paço durante a regência de D. Luísa de Gusmão (1656-1662)³³. Por sua vez, a família dos Miranda Henriques teve grande protagonismo no reinado de D. Afonso VI (1662-1668), que nomeou vários dos seus membros para importantes ofícios da administração. Também Gaspar Maldonado, então escrivão da chancelaria e seu filho João de Melo e Silva, teriam gozado dos favores de D. Afonso VI, mas, em 1673, foram acusados pelos partidários de seu irmão D. Pedro de tomarem parte numa conjura que se propunha resgatar o rei deposto, preso na ilha Terceira. Por este motivo foram executados no Rossio de Lisboa, por ordem do regente D. Pedro³⁴.

As cinco testemunhas inquiridas afirmam que Cristóvão de Brito Pereira vive em Lisboa, mas é natural de Vila Viçosa. Alguns dizem conhecer a sua família através dos nobiliários, mas em relação à de sua mulher, D. Paula Maria de Menezes, conhecem pessoalmente os seus pais: António Correia Barém, irmão inteiro de Frei Francisco de Monte Alverne e D. Antónia de Vilhena, irmã inteira de Henrique Correia Barém, familiar da Inquisição. No geral concluem que todos são e foram “mui honrados fidalgos e mui bem reputados no particular de cristã velhice”. Três das testemunhas declaram que conhecem o pretendente desde a aclamação de Sua Majestade, declaração que se reveste de grande importância política, pois a participação na aclamação de D. João IV era como que um atestado de fidelidade para com o novo monarca e uma carta de recomendação para a obtenção de mercês por parte do participante e seus descendentes.

³² Frei Francisco Brandão, *Discurso gratulatorio sobre o dia da felice restituição e aclamação da Majestade del Rei Dom João IV*, Lisboa, Officina de Lourenço de Anvers, 1642.

³³ A influência áulica de Gaspar de Faria Severim traduziu-se nas muitas mercês que alcançou, entre as quais a comenda e alcaldaria-mor da vila de Mora, a comenda de Montargil e a de Santa Maria de Pernes, todas da Ordem de Avis (ANTT, Registo Geral das Mercês, Mercês de Ordens Militares, livro 11, fls. 163v, 307 e 334; livro 8, fl. 55).

³⁴ Para seguirmos a trajectória política destas personalidades durante o reinado de D. João IV, veja-se, de Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 18, 126, 160, 212, 219. Para a época de D. Afonso VI, leia-se, de Ângela Barreto Xavier e Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 54, 71, 100, 106, 123, 129, 144, 149, 237, 252. Para o reinado de D. Pedro II, veja-se, de Maria Paula Marçal Lourenço, *D. Pedro II, o Pacífico (1648-1706)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 147-150.

3.2.2. Processo de Fernão Rodrigues de Brito Pereira³⁵. Apresenta certidão de que o seu pai é familiar Santo Ofício e obtém carta de familiar a 21 de Agosto 1669.

As diligências sobre a sua limpeza de sangue e geração foram realizadas a 12 de Agosto de 1669, em Lisboa, nos Estaus da Inquisição, perante o deputado Frei Valério de S. Raimundo. Foram inquiridas apenas três testemunhas que confirmam a sua filiação. Afirmam que é solteiro, mora em Lisboa, em casa de seu pai, a S. Vicente de Fora, sendo sua mãe já falecida. Todas dizem conhecê-lo por estarem ao serviço daquele fidalgo. Luís de Abreu de Sousa, clérigo do hábito de S. Pedro, era capelão de Cristóvão de Brito e morador em sua casa. João Soares de Carvalho servia-o em sua casa, como escudeiro. Manuel Lopes, também morador em casa de Cristóvão, servia-o de liteireiro.

Mais do que os depoimentos dos inquiridos acerca do pretendente são as funções por eles desempenhadas que nos revelam alguns aspectos do quotidiano de uma família fidalga a viver em Lisboa na segunda metade do século XVII: dispunha de capelão privativo, fazia-se acompanhar de um escudeiro e, como era moda na capital, fazia-se transportar de liteira³⁶.

3.2.3. Processo de António de Brito Pereira³⁷. Destaca-se que é filho de Cristóvão de Brito Pereira, governador de Vila Viçosa, familiar do Santo Ofício e de D. Paula Maria de Meneses, que é deão da Capela Real de Vila Viçosa e pretende ser admitido no cargo de deputado³⁸. Recebe carta a 30 de Maio de 1682.

A 23 de Março de 1682, em Vila Viçosa, Estêvão de Mascarenhas, familiar do Santo Ofício, a instâncias dos inquisidores de Évora, emite o seguinte parecer acerca do procedimento, costumes e capacidade do licenciado António de Brito Pereira: “O Deão desta Capela Real (...) o tenho por pessoa muito idonea para ocupar todos os cargos desse tribunal porque he muito entendido e disem sabe bem os canones e eu lhe ouvi um sermão muito douto. He muito modesto e apartado de todos os vícios e bem procedido”.

O interrogatório realizou-se a 9 de Maio de 1682, no convento de Santo Agostinho de Vila Viçosa, perante João Ferreira Barreto, promotor e deputado do Santo Ofício e Manuel Pazes da Veiga, notário da Inquisição. Foram ouvidas seis testemunhas, na sua maioria naturais e moradoras na vila, que faziam parte da sua

³⁵ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Fernão, mc. 2, doc. 35.

³⁶ Segundo o testemunho de Corsini, em 1669, os fidalgos lisboetas andavam de preferência de liteira, o que, em termos de circulação, trazia vantagens sobre os coches (Fernando Castelo-Branco, *Lisboa Seiscentista*, 3.^a ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1969, p. 71).

³⁷ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, António, mc. 20, doc. 622.

³⁸ Os deputados do Santo Ofício eram membros remunerados do tribunal de distrito, no qual exerciam as funções de consultor (Francisco Bethencourt, obra cit., pp. 95-131, 114).

**Da Capela Real de Vila Viçosa ao Real Convento de Avis:
O Prior-Mor D. António de Brito Pereira (1655-1696)**

elite³⁹. Entre os inquiridos contavam-se um fidalgo da casa do príncipe regente D. Pedro e o governador mais velho da governança da vila. Três deles pertenciam ao Santo Ofício, dois eram freires professos da Ordem de Cristo e dois eram freires professos da Ordem de Avis. Todos dizem conhecer muito bem o requerente, os seus pais e avós, fidalgos muito antigos da Casa de Bragança. Alguns afirmam ter assistido ao baptizado do candidato e Manuel Pegas de Vasconcelos diz mesmo que o criou por ter muita amizade com os seus pais. Para provar essa amizade confessa que ajudou o pai do requerente, como familiar do Santo Ofício, a fazer algumas prisões na vila. Também Frei Francisco de Arruda dá testemunho deste facto e revela que se criou com Cristóvão de Brito Pereira e que andaram juntos na escola de ler e escrever e no Estudo.

Quanto à pessoa do candidato, todos afirmam que tem grande capacidade, prudência e entendimento e que tem revelado boa diligência no exercício das funções competentes do seu deado. Uma das testemunhas acentua que é notório nesta vila o seu recolhimento e exemplo e duas sublinham que é muito dedicado aos estudos. Esta opinião parece confirmar o parecer emitido pelo familiar Estêvão de Mascarenhas acerca do grande conhecimento que o mesmo tinha dos cânones. Na realidade, António de Brito Pereira era licenciado em Cânones e é conhecida uma obra sua, sobre Direito Canónico, publicada em Coimbra em 1677⁴⁰.

3.2.4. Processo de João de Brito Pereira⁴¹. Salienta-se que é irmão inteiro de António de Brito Pereira, prior-mor do convento e Ordem de Avis, que estava admitido para deputado do Santo Ofício. Pretende ser deputado do mesmo Tribunal, obtendo carta a 4 de Fevereiro de 1687.

As diligências sobre a vida, costumes e capacidade do pretendente realizaram-se a 8 de Janeiro de 1687, no convento de Nossa Senhora da Graça de Vila Viçosa. Perante o deputado António Pereira da Silva e o notário Francisco Coelho Soares, foram inquiridas seis testemunhas. Três dessas testemunhas (Manuel Pegas de Vasconcelos, António de Andrade de Arruda e Frei Pedro Pereira da Silva) já tinham participado, cinco anos antes, nas diligências do agora prior-mor de Avis. As suas respostas coincidem com as anteriormente dadas a respeito da privança e conhecimento que tinham do candidato e de seus familiares, em particular do seu irmão, o

³⁹ Foram elas: Manuel Lopes, familiar do Santo Ofício e cavaleiro professo do hábito de Cristo, 67 anos; Frei Pedro Pereira da Silva, prior de S. Bartolomeu e comissário do Santo Ofício, 30 anos; Manuel Pegas de Vasconcelos, fidalgo da casa de Sua Alteza, natural e morador em Vila Viçosa, 50 anos; António de Andrade de Arruda, cavaleiro professo do hábito de Cristo e governador mais velho da governança desta vila, 55 anos; Frei Francisco de Arruda, freire professo do convento de Avis, tesoureiro-mor da Capela de Vila Viçosa, natural e morador nesta vila, 64 anos; António Pinheiro, boticário, familiar do Santo Ofício, morador nesta vila, 52 anos.

⁴⁰ *Pontificias Conclusiones Deductas ex per Eleganter ac Subtiliter Notatis ad Regulam Contractus* 86. De Reg. Inv. In 6. *Propugnabit Antonius a Britto Pereira suo quarto canonicus juris anno. Conimbricæ: apud Joseph Ferreyra, 1677.*

⁴¹ ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, João, mc. 19, doc. 478.

prior-mor de Avis. As outras testemunhas convocadas foram: Gaspar Gonçalves da Fonseca, que servia os cargos da república, como vereador, que disse conhecer bem o pai do requerente por servir com ele na Misericórdia e também os filhos desde o seu nascimento. Pedro Mascarenhas, familiar do Santo Ofício, afirmou conhecer muito bem os dois irmãos por se criarem juntos. A última testemunha, Manuel Pazes da Veiga, agora capelão da Capela Real de Vila Viçosa, diz que conhece os dois irmãos desde meninos e os pais deles, por ter frequentado a sua casa quando era estudante e ser amigo de todos os seus filhos. Como as demais testemunhas, assevera que João é pessoa de boa vida e costumes e acrescenta: “frequenta muito as igrejas, não faltando nunca em acompanhar o Senhor quando sai aos enfermos”. Quanto às competências do candidato, uma das testemunhas referiu que havia quinze dias que ele dissera missa nova e todas afirmaram que o mesmo era muito bom letrado, formado na Universidade de Coimbra, na Faculdade dos Sagrados Cânones.

3.2.5. Processo de Heitor de Brito Pereira⁴². O requerente identifica-se como natural de Vila Viçosa e dom-prior da Colegiada de Santa Maria de Barcelos. Diz ter devoção de servir o Santo Ofício, na ocupação de comissário, por naquela vila não haver comissário e nele concorrerem os requisitos necessários⁴³. Recebeu provisão de comissário a 12 de Janeiro de 1692.

As diligências tiveram lugar em Vila Viçosa e em Barcelos. Em Vila Viçosa os interrogatórios realizaram-se nas casas do comissário do Santo Ofício, Frei Pedro Pereira da Silva, a 11 de Dezembro de 1691, tendo por notário o Padre Manuel das Pazes da Veiga. Foram ouvidas sete testemunhas, que, à excepção dos dois familiares do Santo Ofício, se declararam cristãs-velhas⁴⁴. Todas as testemunhas coincidiram em afirmar que o pretendente, prior da colegiada de Barcelos e o doutor João de Brito Pereira, deputado da Inquisição, eram irmãos inteiros e filhos legítimos de Cristóvão de Brito Pereira, familiar do Santo Ofício, e de D. Paula, irmã inteira de Luís Francisco Barém⁴⁵. Todos dizem que conhecem os dois irmãos desde meninos

⁴² ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Heitor, mc. 1, doc. 8.

⁴³ Os comissários do Santo Ofício eram agentes locais da Inquisição. Uma das suas obrigações consistia em proceder a averiguações destinadas aos processos de habilitação dos candidatos a cargos do Santo Ofício arma (Francisco Bethencourt, obra cit., pp. 95-131, 114).

⁴⁴ Foram elas: Gaspar Ribeiro, requerente, natural e morador na vila, 72 anos; Padre João da Cruz Vieira, clérigo de ordens sacras do hábito de S. Pedro, 60 anos; Manuel Fernandes, que vive da sua agência, 60 anos; António de Andrade de Arruda, cavaleiro do hábito de Cristo e uma das pessoas principais deste povo, 65 anos; Lourenço Pereira, oficial de seleiro, natural e morador na vila, 46 anos; António Pinheiro, familiar do Santo Ofício, natural da vila de Évora Monte, morador em Vila Viçosa haverá 40 anos; Pedro Mascarenhas da Gama, familiar do Santo Ofício, natural e morador nesta vila, 33 anos.

⁴⁵ Trata-se de Luís Francisco Correia Barém, fidalgo da casa real, cavaleiro da Ordem de Cristo e comendador de S. Bartolomeu de Alfange de Santarém (ANTT, Registo Geral das Mercês, Mercês de Ordens Militares, livro 2, fl. 130v; livro 7, fl. 236).

**Da Capela Real de Vila Viçosa ao Real Convento de Avis:
O Prior-Mor D. António de Brito Pereira (1655-1696)**

e quase todos afirmam que conhecem o pai e os filhos por falarem muitas vezes com eles. António de Andrade de Arruda, cavaleiro da Ordem de Cristo, justifica o seu conhecimento acerca da família por ter sido criado com Cristóvão de Brito Pereira e ter andado na mesma escola em criança e por frequentar a sua casa. Também António Pinheiro, familiar do Santo Ofício, alegou ter falado e conversado com os dois irmãos porque foi muitas vezes a sua casa. Por sua vez, Manuel Fernandes, que vivia da sua agência, atesta que falou algumas vezes com os dois irmãos por ir muitas vezes a sua casa e ir pescar com o pai dos mesmos.

Em Barcelos, os interrogatórios sobre a vida, costumes e capacidade do candidato realizaram-se a 27 de Novembro de 1691 e foram conduzidos pelo Padre Geraldo da Fonseca, vigário de S. Pedro de Frescainha, notário do Santo Ofício, sendo escrivão o Padre Francisco Lopes Marques. Foram convocadas seis testemunhas, todas naturais e moradoras em Barcelos, que o vigário de S. Pedro considera “das melhores deste povo sem suspeita, dignas de se lhe darem credito”⁴⁶. Todas dizem conhecer o licenciado Heitor de Brito Pereira, D. Prior da Colegiada, que vive em Barcelos, na Rua Nova, há três anos. Conhecem-no por conversarem habitualmente com ele, quer em público, quer em privado. Todos afirmam que é de virtuosos procedimentos, de recta consciência, de claro entendimento e suficientíssima capacidade para expedição de qualquer negócio de peso e segredo. Salientam a sua rectidão de costumes, o fervoroso zelo no que toca ao serviço de Deus e dizem que é muito casto e continente. Em presença de depoimentos tão abonatórios, o notário a quem foi confiada a inquirição só pôde concluir: “Pello conhecimento que tenho do Licenciado Heytor de Britto Pereira dom Prior da Colegiada de Barcelos he informação particular que tomei, me parece muito capaz para os negocios do Santo Oficio (...) por aver nelle sciencia, sezudeza e virtude que como tal esta tido nesta villa de Barcelos”.

* * *

Os dois tipos de fontes, que analisámos com o intuito de nos aproximarmos da família de D. António de Brito Pereira e de melhor conhecermos o Prior-Mor de Avis, oferecem-nos perspectivas diferentes. Enquanto as cartas de mercê publicitam os serviços e as distinções sociais e políticas dos destinatários, as habilitações fornecem-nos simples imagens do quotidiano e mostram como estes fidalgos de província eram vistos pelos seus contemporâneos. As primeiras atestam que Cristóvão de Brito Pereira, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, capitalizou uma série de mercês que transmitiu a seu primogénito, também ele cavaleiro professo da mesma Ordem. Entre elas, contam-se quatro comendas, duas alcaidarias-mores, tenças, foros de fidalgos da casa real e respectivas moradias para dois dos seus

⁴⁶ Foram elas: Manuel Barbosa Machado, familiar do Santo Ofício; António de Faria Machado, homem nobre; João de Carvalho de Castelo Branco, homem nobre; Padre João Nogueira, capelão-mor da Santa Casa da Misericórdia da vila; Paulo Garcia de Carvalho, familiar do Santo Ofício; doutor Francisco de Aguiar.

filhos, um dos quais recebeu o hábito de Cristo. Embora não se conheçam mercês especialmente concedidas ao seu segundo filho, António, é óbvio que também ele recebeu do rei, como governador das Ordens, o hábito da Ordem de Avis, na qual professou. Isto sem falar na elevação ao cargo de prior-mor de Avis, que o tornava membro do Conselho do Rei e lhe reconhecia o direito de ser tratado por dom. Os depoimentos das testemunhas ouvidas em Vila Viçosa nos processos de habilitação de Cristóvão de Brito Pereira e de quatro dos seus filhos aos cargos do Santo Ofício mostram-nos como esta família de antiga fidalguia estava fortemente enraizada no meio, convivendo informalmente com os seus conterrâneos. O pai, como governador militar da vila, estava presente na Misericórdia e na Câmara e, como familiar do Santo Ofício, tinha o dever de efectuar prisões dos suspeitos de heresia. A avaliar por estes depoimentos, Cristóvão de Brito Pereira era uma espécie de *primus inter pares*, pois muitos dos inquiridos, que fazem parte da elite da vila, reclamam relações de amizade e privança com toda a família. Alguns alegam terem sido criados juntos e terem sido companheiros de estudos de Cristóvão. Muitos dizem frequentar a sua casa e, entre eles, conta-se um simples homem do povo, que vive da sua agência, e que costumava pescar com aquele fidalgo. Esta imagem de fidalgo de província, que ressalta das afirmações dos calipolenses, parece contrastar com a imagem de fidalgo cortesão, saída das diligências realizadas em Lisboa, para onde Cristóvão se mudou, em 1640 e viveu, por algum tempo, com sua mulher e filhos. Morava a S. Vicente de Fora, mas a sua vida girava à volta da corte que ele frequentava com toda a ostentação própria do seu estado.

Quanto aos filhos de Cristóvão, muitas são as testemunhas de Vila Viçosa que dizem conhecê-los desde que nasceram e todas são unânimes em atribuir-lhes grandes qualidades, que soam a estereótipo, como convinha a homens da Igreja e a futuros membros da Inquisição. O mesmo poderíamos dizer das testemunhas de Barcelos que deram excelente nota ao dom-prior da Colegiada de Santa Maria. Quanto a D. António, os calipolenses afirmam que o deão da Capela Real é exímio no desempenho do seu cargo, é muito douto e entendido nos Sagrados Cânones, idóneo, modesto, apartado de todos os vícios, muito aplicado aos estudos, sendo notório na vila o seu recolhimento e exemplo. Descontados os excessos, tudo o que pudemos saber acerca da personalidade do prior-mor de Avis não se afasta, nas suas linhas gerais, do que testemunharam os seus conterrâneos.

4. Os testemunhos sobre D. António de Brito Pereira provenientes do cartório conventual de Avis

Escrutinadas que foram algumas fontes que nos deram a conhecer a família de D. António de Brito Pereira, chegou a altura de procurarmos, no cartório conventual de Avis, alguns testemunhos sobre a vida deste “notável”, durante o período em que foi prior-mor da Ordem.

4.1. Testemunhos indirectos

Não é certa a data em que D. Frei António de Brito Pereira alcançou o cargo de prior-mor. Sabemos que, em Março de 1682, ainda era deão da Capela Real e que, em 1687, já havia acedido àquela dignidade. Sabe-se que o seu antecessor, D. Frei João Soares de Figueiroa e Zúñiga, fundou uma capela conventual no ano de 1684, pelo que a sua morte só pode ter ocorrido depois desta data⁴⁷. Assim, D. Frei António de Brito Pereira pode ter acedido nesse mesmo ano às suas novas funções, vindo a falecer a 1 de Janeiro de 1696.

Durante um período de uma dúzia de anos, D. António regeu o convento com autoridade e sabedoria, não só no campo espiritual, como também no temporal. Prova disso são dois tombos que mandou executar, a fim de controlar os bens das comendas e das capelas, de modo a assegurar o rendimento dos mesmos e o cumprimento das determinações dos seus fundadores. O primeiro é o “Memorial de todas as cousas, que pertencem às comendas deste Convento de S. Bento de Avis, feito no anno de 1690, sendo Prior Mor deste Convento o Senhor Dom Antonio de Brito Pereira”⁴⁸. O segundo é o “Memorial e Recapitulação de todas as capellas que este convento pessue feito no anno de 1692, sendo Prior Mor deste Convento o Senhor Dom Frei Antonio de Britto Pereira”⁴⁹.

Um testemunho visível da intervenção de D. António na valorização artístico-religiosa do convento de Avis encontra-se na inscrição “Dom Frei António de Brito”, que se lê num dos quatro sinos da igreja⁵⁰. Segundo Francisco Xavier do Rego, foi no tempo deste prior-mor que se fez a capela-mor da igreja de Avis (leia-se, do convento), considerando o retábulo como uma das melhores manufacturas do reino. Temos provas de que D. Frei António interveio activamente na execução da obra, pois temos notícia de que, a 15 de Outubro de 1695, mandava entregar ao fabriqueiro do convento, o Padre Frei Bento Guarda Rios, uma verba de 202\$916, para continuação da obra do retábulo⁵¹. Ao enriquecer a capela-mor com um soberbo retábulo de talha dourada, o Prior-Mor teria em mente o esplendor do culto divino, o uso da arte para glória de Deus.

4.2. Um testemunho directo: o testamento de D. António

Além dos testemunhos indirectos, que documentam a acção de D. António de Brito Pereira durante o seu priorado-mor de Avis, dispomos de um testemunho

⁴⁷ Arquivo Distrital de Portalegre (doravante ADP) Convento de S. Bento de Avis, Cx.07, Tombo de Capelas: 1692, fl. 193.

⁴⁸ ADP, Convento de S. Bento de Avis, Cx. 11, Tombo das Comendas do Convento de S. Bento de Avis.

⁴⁹ ADP, Convento de S. Bento de Avis, Cx. A06, Tombo de Capelas: 1692.

⁵⁰ Luís Keil, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Portalegre*, vol. I, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943, p. 19.

⁵¹ ANTT, Ordem de Avis e Convento de S. Bento de Avis, livro 3, fl. 128v.

directo, na primeira pessoa, dado pelo próprio, no seu testamento, realizado poucos dias antes de morrer. Trata-se de um documento notável, que reproduzimos em apêndice, e que passaremos a analisar.

Convém lembrar que o testamento, como acto de última vontade, constituía um documento fundamental do direito privado de Roma, cujo principal objectivo era a instituição de herdeiro. Durante a alta Idade Média a prática do testamento cai no olvido e só virá a ressurgir na Europa com a recuperação do direito romano. Mas o testamento da baixa Idade Média não ressuscita a forma clássica do testamento civil. Por influência da Igreja, o testamento medieval tem como principal objectivo a salvação da alma. Aos objectivos dominantes, de natureza religiosa, foram-se somando, especialmente a partir do Renascimento, outros de carácter mundano, incluindo o desejo de perpetuar a própria memória. Na análise do testamento do Prior-Mor de Avis procuraremos identificar as preocupações do testador na hora de deixar este mundo.

4.2.1. Entre a espiritualidade e a materialidade

No dia 29 de Dezembro de 1695, com a idade de quarenta anos, o Prior-Mor D. António de Brito Pereira, estando doente de cama, nos seus palácios do Convento Real de Avis, pediu ao Padre Frei Bento Guarda-Rios Veloso que lhe escrevesse o seu testamento.

O documento abre com um preâmbulo, no qual, depois da clássica declaração de sanidade mental, necessária para realizar o acto, o autor exprime a sua verdadeira motivação: o desejo de alcançar a salvação eterna. Segue-se uma invocação religiosa que é, ao mesmo tempo, uma profissão de fé nos mistérios da Santa Madre Igreja e uma prece propiciatória, em que toma por advogados celestes a Virgem, o seu Anjo da Guarda, S. Bento e Santo António, santo do seu nome. O dispositivo começa pela encomendação da alma a Deus e pela eleição de sepultura: “mando que meu corpo seja sepultado na Capela do Senhor São Caetano sem pedra nem epitáfio”. Trata-se de uma escolha excepcional, que exige algumas considerações prévias.

A capela de S. Caetano, situada na igreja do convento de Avis, era, com toda a certeza, de criação recente, uma vez que este santo foi beatificado, em 1629, por Urbano VIII e canonizado em 12 de Abril de 1671, por Clemente X. Chamava-se Caetano de Thiene (1480-1547) e fundou, em 1524, com Giovanni-Pietro Caraffa (1476-1559), a Ordem dos Clérigos Regulares (Teatinos), que se propunha reformar a Igreja, nos seus costumes e na sua acção missionária. Um dos locais de missão autorizado pelo papa Urbano VIII, com o consentimento do rei Filipe III (1621-1640) foi a Índia portuguesa, onde chegaram, a 25 de Outubro de 1640, os primeiros Clérigos Regulares. Porém, a seguir à aclamação de D. João IV, a sua acção em Goa foi suspensa pelo facto de estarem dependentes da Coroa espanhola. A autorização régia para que a Ordem continuasse em Goa e para que pudesse fundar uma casa em Lisboa só foi dada a 12 de Dezembro de 1650. Os Teatinos instalaram-se primeiramente numa casa alugada, mudando-se em 1654 para casa

**Da Capela Real de Vila Viçosa ao Real Convento de Avis:
O Prior-Mor D. António de Brito Pereira (1655-1696)**

própria, ao Bairro Alto, graças à protecção de D. Mariana de Noronha e Castro⁵². Segundo o cronista da Ordem, D. Tomás Caetano do Bem, já antes de os Clérigos Regulares terem edificado a sua casa, em Lisboa, se tinha espalhado pela cidade, a devoção a S. Caetano e justifica:

“Não havia pessoa alguma, que em suas enfermidades, e molestias não recorresse ao patrocínio do nosso Santo: não havia grande ou popular, que em sua casa não tivesse a Imagem do mesmo Santo; e raríssimos eram os que não tivessem conseguido alguma graça ou benefício. A todos porem levavam vantagem, como no esplendor da pessoa e preeminência, e entre todos se distinguiram nesta devoção as Magestades d’El Rei e da Rainha, e de toda a sua Real Familia, e Corte”⁵³.

Teria sido a grande devoção que a rainha D. Luísa de Gusmão dedicava a S. Caetano que facilitou a entrada do novo culto na corte e permitiu que a festa do dia do Santo, a 7 de Agosto de 1650, fosse celebrada com grande pompa na Capela Real do Paço. Note-se que, à data, Caetano de Thiene apenas tinha sido beatificado pela Igreja, mas as suas virtudes já lhe tinham valido a auréola de santo. O seu biógrafo D. Jerónimo Contador de Argote caracteriza-o como um religioso austero, mortificado e penitente que, apesar da nobreza do seu sangue, despreza os luxos, é humilde e liberal para com os pobres e no reparo dos templos⁵⁴.

A escolha que D. António de Brito Pereira faz da capela de S. Caetano para sua sepultura (que ele próprio pode ter mandado construir), prova que o mesmo era um fervoroso devoto do Santo. A proximidade da sua família à corte dos monarcas de Bragança pode ter propiciado esta nova devoção, mas foi certamente a paixão pelo modelo de santidade proposto pela figura de S. Caetano que deve ter ditado a sua determinação. Ao desejar ser sepultado sem pedra nem epitáfio, D. António parece identificar-se com a imagem daquele religioso austero, mortificado e penitente, imagem que se coaduna com a grande modéstia e recolhimento que, alguns anos atrás, os seus conterrâneos lhe atribuíram. Agora, no momento da morte, ele propõe o apagamento da sua própria memória, caso invulgar no seu tempo e na sua condição de alto dignitário. Com a mesma atitude de desprendimento, D. António limita-se a recomendar aos religiosos do convento que lhe façam os funerais, como era costume para os seus priores-mores. Já no que toca aos sufrágios temporários, é mais minucioso. Manda que, no dia do seu falecimento e durante o oitavário, os religiosos do convento e outros clérigos lhe digam missas por sua alma, pela esmola

⁵² António Camões Gouveia, “Teatinos (Caetanos)”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, P-V, Apêndices, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 271-274.

⁵³ Tomás Caetano do Bem, *Memorias Historicas Chronologicas da Sagrada Religião dos Clerigos Regulares em Portugal e suas Conquistas na India Oriental*, Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1792, Tomo I, livro III, p. 160

⁵⁴ Jerónimo Contador de Argote, *Vida, e Milagres de S. Caetano Thiene, Fundador dos Clerigos Regulares*, Lisboa Ocidental, na Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, 1722, p. 33.

de seis vinténs cada uma e que digam também 200 missas por alma de seus pais, avós e benfeitores. Dispõe ainda que, no prazo de um ano, dediquem várias missas aos santos da sua especial devoção: Apóstolos, Anjo da Guarda, Nossa Senhora da Conceição, Santo António, S. José, S. Francisco Xavier e S. Caetano. Para a sua salvação eterna o Prior-Mor institui uma capela na herdade do Chamusco, que comprou, situada no termo da vila de Avis, com a obrigação perpétua de a sua renda anual ser aplicada em missas, por sua alma, a tostão por missa, pelos religiosos do convento. A sua liberalidade para com os pobres traduz-se na instituição de legados pios e de esmolos. Determina que se casem duas órfãs desta vila de Avis e termo, “as mais honestas e pobres que se acharem”, com o dote de 35 000 réis cada uma, e manda que se repartam 4 moios de trigo, em esmolos, pela pobreza da vila. No que toca aos seus legados profanos, D. António, contempla a sua “família”, isto é, os seus criados, lacaios e dependentes, a quem manda dar luto inteiro e dinheiro:

“À minha família mando se dê luto inteiro e pera se recolherem pera suas terras mando se dê a cada hum principalmente a Manoel da Fonseca sesenta mil *reis* e a Vicente Correia outros sesenta mil *reis* e a Antonio Marques vinte mil *reis* e aos meus lacaios alem de suas soldadas pagas deixo ao Patinho quatro mil *reis* e ao Pastor oito mil *reis* e a Manoel Francisco seis mil *reis* e ao Cozinheiro quatro mil *reis* pera se recolher pera a sua terra”.

Sobre as dívidas que lhe devem limita-se a declarar que vão num rol apenso ao testamento, mas não se esquece de declarar as suas próprias dívidas em missas, que ordena que sejam pagas.

Como testamenteiro, nomeia seu irmão João de Brito Pereira, deputado do Santo Ofício e prior de Santiago da cidade de Évora, que, à data, era deputado da Inquisição de Lisboa⁵⁵. Pelo trabalho de cumprir todos os seus legados deixa-lhe a sua livraria, cujo espólio seria certamente valioso. Institui por universal herdeiro seu irmão mais velho, Fernão Rodrigues de Brito Pereira, que herdará todos os bens que ficarem depois de cumpridos os seus legados.

Terminado o testamento, que D. António assinou com dificuldade por ter as mãos demasiado trémulas, foi chamado o tabelião António Rodrigues Sarro que lho aprovou, na presença de seis testemunhas, todas freires conventuais.

No dia seguinte, o testador, apercebendo-se de que se tinha esquecido de algumas matérias importantes, decide completar o testamento por meio de um codicilo. Grande parte das disposições contidas neste último documento dizem respeito à herdade do Chamusco, sobre a qual D. António instituiu capela. Declara que a mesma está sujeita ao pagamento de um censo a D. Sancho de Faro⁵⁶, com quem

⁵⁵ Em 30 de Dezembro de 1694, era deputado do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa (Pedro Pinto, *Fora do Secreto: Um contributo para o conhecimento do Tribunal do Santo Ofício em arquivos e bibliotecas de Portugal*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2020, p. 85).

⁵⁶ Trata-se de um neto de Gaspar de Faria Severim, a quem sucedeu, em 1668, na alcaidaria-mor de Mora e que, no ano seguinte, recebeu o hábito de cavaleiro da Ordem de Avis (ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de Ordens Militares, livro 13, fls. 214v e 223v).

**Da Capela Real de Vila Viçosa ao Real Convento de Avis:
O Prior-Mor D. António de Brito Pereira (1655-1696)**

corria pleito em justiça para resgate do mesmo. Ordena ao seu herdeiro que prosiga a demanda até sentença final para que o convento fique *in solidum* senhor da herdade. Declara ainda que fez uma sociedade com Pedro Parente, criado da Senhora Rainha da Grã-Bretanha, sobre a carvoaria da herdade do Chamusco. Como é óbvio, refere-se a D. Catarina de Bragança (1638-1705), viúva de Carlos II de Inglaterra, que foi regente de Portugal, no impedimento de seu irmão D. Pedro II. Informa que mandara para Lisboa uma procuração para se fazer a escritura da sociedade, para cujas despesas já tinha entrado com alguns valores. Determina que o lucro desta sociedade, bem como 5 000 arrobas de casca na dita herdade, fiquem ao seu herdeiro. Faz ainda uma alteração relativa à sua capela e acrescenta alguns legados. Tendo em conta a inflação, aumenta a esmola das missas da capela de 100 réis para 7 vinténs (140 réis), manda que deem uma esmola de 4 000 réis ao Terena e perdoa uma dívida a Francisco Álvares. O codicilo foi aprovado no último dia de Dezembro pelo mesmo tabelião, assinado por Frei Bento Guarda-Rios Veloso e testemunhado por cinco freires. D. António já não conseguiu assinar este documento por “estar nos braços com hum quase stupor”. No dia seguinte, faleceu.

* * *

As fontes provenientes do Convento de Avis confirmam o que já sabíamos acerca desta família calipolense e, em especial, acerca de António de Brito Pereira, a quem os seus conterrâneos atribuíram grandes qualidades morais e intelectuais. Se a acção deste Prior-Mor deixou marca nas memórias conventuais, é o seu testamento que nos revela os traços aparentemente contrastantes da sua personalidade. Por um lado, D. António exprime algumas preocupações materiais inerentes à sua condição de fidalgo e de grande senhor, que tem obrigações para com a sua família de sangue e para com a sua família clientelar. Por outro lado, mostra um certo pendor ascético, ao exigir que a sua sepultura não tenha pedra nem epitáfio. Tendo em conta que o lugar escolhido para sua última morada foi a capela de S. Caetano, cujos atributos eram a modéstia, a austeridade, a penitência e o recolhimento, é legítimo admitir que D. António tenha escolhido como modelo de vida aquele Santo, cujo culto era celebrado com grande solenidade na Corte dos primeiros reis de Bragança.

Apêndice

Testamento de Dom frei Antonio de Britto Prior Mor que foi deste Convento com
o qual faleceu em o primeiro dia de Janeiro de 1696 annos
(ADP, Cx 07, Tombo de capelas: 1609/1750)

Em nome de Deos amen. Jesus Maria Joseph

Saibam quantos esta cedula de testamento e ultima vontade virem *que* no anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil e seiscentos e noventa e sinco aos trinta dias do mês de dezembro Eu dom frei Antonio de Britto Pereira Prior mor deste Real

Convento de São Bento de Avis estando em meu perfeito juízo e entendimento temendo me da morte como couza natural e desejando por a minha alma em o caminho da salvação crendo como verdadeiramente creio em o misterio da Santissima Trindade Deos Padre, Deos Filho, Deos Spiritu Santo, tres pessoas distintas em hum só Deos verdadeiro, e no que ensina a Santa Madre Igreja Catolica de Roma Romana debaixo de cuja fée e crença vivi e protesto morrer como catolico tomando por minha advogada e intercessora à Virgem Maria mai de nosso Senhor Jesu Christo, ao Anjo da minha Guarda ao Principe dos Patriarcas São Bento de quem sou indigno filho ao bem aventurado Santo Antonio santo do meu nome e mais santos e santas da Corte Celestial a quem rogo afectuosamente se dignem com sua intercessão alcançar de Deos o *que* for melhor pera minha salvação [*pera*] cujo efeito ordeno meu testamento na forma seguinte.

Primeiramente encomendo minha alma a Deos e meu Senhor Jesu Christo que a criou e remio com seu precioso sangue mando que meu corpo seja sepultado na Capela do Senhor São Caetano sem pedra nem epitafio e far me ão os Religiosos deste Convento os funerais como he costume aos Prioros Mores delle e alem disso no dia do meu falecimento e de todo o oitavario delle se dirão missas pella minha alma por esmola de seis vinténs os Religiosos deste Convento e mais Clerigos que as quizerem dizer e alem disto deixo pella alma de meus pais duzentas missas de esmola de oitenta *reis* deixo mais sincoenta missas por meus avos e pessoas que lhe foram bem feitoras pella mesma esmola de oitenta *reis* e deixo se digam doze missas aos doze [fl. 81v] Apostolos ditas nos seus dias per annum pella mesma esmola de oitenta *reis* e deixo se me digam mais pela minha alma ao Anjo da minha Guarda duas missas a Virgem minha Senhora da Conceição duas missas a Santo Antonio duas missas a São Joseph duas missas a São Francisco Xavier duas missas a São Caetano duas missas todas pella esmola de oitenta *reis*

Eu tenho e possuo huma Erdade chamada o Chamusco no termo desta Villa cujas confrontações constam da escritura da compra da dita Erdade nella instituo huma Capella neste Convento como as *que* nelle digo como as mais *que* nelle há pera *que* da Renda da ditta Erdade se me digam cada anno aquellas missas *que* a ditta Erdade render a respeito da esmola de tostão e pesso aos Religiosos queiram aceitar me a ditta Capella, e aos Prelados *que* ao diante forem cuidem em melhorar sempre a ditta Erdade em seus arrendamentos; E rogo a meu irmão João de Britto Pereira deputado do Santo Officio e Prior de Santiago da Cidade de Evora queira ser meu testamenteiro, e pello trabalho de comprir meus legados lhe deixo a minha livraria e à minha familia mando se dê luto inteiro e pera se recolherem pera suas terras mando se dê a cada hum principalmente a Manoel da Fonseca sesenta mil *reis* e a Vicente Correia outros sesenta mil *reis* e a Antonio Marques vinte mil *reis* e aos meus lacaios alem de suas soldadas pagas deixo ao Patinho quatro mil *reis* e ao Pastor oito mil *reis* e a Manoel Francisco seis mil *reis* e ao Cozinheiro quatro mil *reis* pera se recolher pera a sua terra.

Item deixo que se casem duas órfãs desta Villa e seu termo as mais honestas e pobres que se acharem com o dote de trinta mil *reis* cada huma e outrossim mando se repartam quatro moios de trigo pella pobreza desta villa em esmolas na forma *que* a meu testamenteiro parecer.

**Da Capela Real de Vila Viçosa ao Real Convento de Avis:
O Prior-Mor D. António de Brito Pereira (1655-1696)**

Item mando se me digam duzentas e oitenta missas das minhas Capellas deste anno; E mais vinte missas por alguns encargos de que não sou sabedor; E no remanecente de meus bens declaro, nomeio, instituo por meu universal herdeiro, a meu irmão Fernão Rodrigues de Britto Pereira depois de pagos e compridos os legados que nomeio neste meu testamento e declaro *que* as dividas que se me deverem vão em hum Rol feito pello Padre frei Bento Guarda Rios Velozo inserto neste meu testamento

Item E mando se dem em Villa Viçosa ao Revoltelho dez mil *reis* e por esta maneira hei este meu testamento e ultima vontade por acabado e mando em tudo se guarde e valha em juizo e fora delle como nelle se contem e Revogo todos e quaisquer *que* haja feitos e so tenha este seu formal vigor, ainda *que* nos outros se achem clausulas derogatórias porque as hei por revogadas e só quero *que* valha este na melhor forma /[fl. 82] *que* por direito possa ser e não valendo como testamento valha como codicilo e por ser esta a minha ultima vontade roguei ao Padre frei Bento Guarda Rios Velozo me fizesse este testamento que eu assinei pella minha mão na forma *que* pude por ter tremulas as mãos hoje dia, mes, e anno, assim escrito e assinamos Dom frei Antonio de Britto Pereira Prior mor // frei Bento Guarda Rios Velozo

Aprovação

Saibam quantos este publico instrumento de testamento serrado virem *que* no anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo aos vinte e nove dias do mês de dezembro do dito anno em esta villa de Avis em o Real Convento de São Bento della em os palacios do Illustrissimo Senhor dom frei Antonio de Britto Pereira Prior mor em o ditto Convento aonde eu tabelião fui a seu chamado ao qual achei deitado em huma cama doente de doença *que* deos nosso Senhor foi servido dar lhe mas em todo o seu juizo e entendimento segundo o parecer de mim tabelião e das testemunhas ao diante nomeadas e assinadas e logo por elle me foi dado da sua mão a minha de mim tabelião duas folhas de papel, nellas escritas duas laudas ate onde principiou esta aprovação e bem assim a elle hum Rol junto dizendo me era o seu testamento serrado que a seu rogo lhe avia feito o padre frei Bento Guarda Rios Velozo o qual depois de feito lho lera e ele o assinara com elle e que tudo o que nelle estava disposto queria *que* se comprisse por estar disposto muito a seu gosto e assim me pedia lho aprovasse e pedia as justiças de Sua Magestade *que* Deos guarde lhe dessem e fizessem dar a sua devida e verdadeira execução e *que* por este havia por quebrados todos os testamentos, cedulas e codicilos que antes deste ouvesse fectos e que so este queria *que* valece e tivesse só o seu vigor por assim ser a sua ultima e derradeira vontade o qual eu tabelião vi e nelle não achei borrão nem entrelinha alguma nem couza *que* duvida fizesse, e por passar na verdade foram a tudo presentes por testemunhas que tudo viram e ouviram o Reverendo padre frei Paulo Barretto e o Reverendo padre frei Manoel Ramos de Miranda e o Reverendo padre frei Pero Martins e o Reverendo padre frei Manoel Sueiro da Ponte e o Reverendo padre frei Domingos Cabral e o Reverendo padre frei Lucas de Quintano que todos aqui assinaram com o ditto illustrissimo Senhor Prior mor depois de lhe ser lida esta aprovação e eu Antonio Rodrigues Saro publico tabelião do judicial e nottas em esta Villa de Avis e seu termo por provimento do doutor ouvidor desta comarca que o escrevi e assinei em publico e Raso de meus sinais e declaro que assinou a seu rogo do illustrissimo Senhor Prior mor o Reverendo padre frei Bento Guarda Rios Velozo por não poder

assinar por ter as mãos mui tremulas = Lugar do publico = Antonio Rodrigues Saro = ditos = *frei* Manoel Sueiro da Ponte / [fl.82v] a rogo do Illustrissimo Senhor Prior mor *frei* Bento Guarda Rios Velozo = *frei* Domingos Cabral = *frei* Manoel Ramos de Miranda = *frei* Paulo Barretto Teixeira = *frei* Pero Martins Martinas / [fl. 82v]

Codicilo Jesus Maria Joseph

Saibam quantos esta Cedula ou Codicilo virem *que* no anno do nascimento de nosso Senho Jesu Christo de mil e seiscentos e noventa e sinco em os trinta dias do mes de dezembro eu *frei* Dom Antonio de Britto Pereira do Conselho de Sua Magestade e Prior mor deste Real Convento de São Bento de Avis fis meu testamento em vinte e nove de dezembro o qual quero em tudo se cumpra e guarde como nelle se contem sem diminuição em legados ou outra qualquer disposição no ditto testamento escrita e antes pera maior clareza quero e ordeno este meu Codicilo ou Cedula na melhor forma *que* por direito pode valer no qual ordeno, e declaro algumas couzas *que* pella pressa foram com menos expressiva no meu testamento E assim ordeno e declaro que enquanto à Capella *que* instituo no meu testamento na herdade do Chamusco he minha vontade *que* o senço sobre *que* corre pleito com dom Sancho de Faro se dezarrete julgando se ser redimível e da renda da ditto herdade se pagara tanto o principal do senso como as pensois decursas e custas *que* se fizerem no ditto pleito e depois de satisfeitas todas estas despesas tomara o Convento posse da ditto herdade ficando in solidum senhor della pera o *que* lhe dou todas as faculdades do direito *que* devo e posso e este pleito seguira ate final sentença tanto meu herdeiro Fernão Rodrigues de Britto Pereira a quem rogo assim o faça, e ao meu testamenteiro encomendo muito este negocio. Tambem declaro *que* no meu testamento na Capella *que* instituo deixo a missa por esmola de cem *reis* e porque considerando isto mais atentamente acho *que* he tenue à rezão do tempo presente, e mais Capellas *que* há neste Convento e com esta se incapacita por ser grande de receber e aceitar outras de mais avultada esmola

Item Quero e declaro de novo e ordeno que as missas da ditto Capella sejam a razão de sete vinténs cada huma missa a respeito do rendimento da ditto herdade com as recomendações no meu testamento postas. Tambem mando se de ao Terena quatro mil *reis* de esmola

Item declaro que humas contas *que* tenho com Francisco Alvares em *que* me resta alguma cousa mando se lhe não pessa e lho remitto e perdoo e pera a execução deste meu Codicilo torno a rogar e pedir a meu irmão João de Britto Pireira a quem nomeio no meu testamento por testamenteiro o queira aceitar / [fl. 83] por me fazer favor e serviço a deos e dar comprimento a todos meus legados tanto neste Codicilo expressados como no meu testamento. E também declaro que com Pedro Parente criado da Senhora Rainha da Grã Bretanha tenho feito huma sociedade sobre a cravoaria da herdade do Chamusco pera cujo efeito tenho em Lisboa procuração pera se fazer escritura da ditto sociedade e a respeito das despesas *que* na ditto cravoária se hão de fazer tenho entrado com moio e meio de trigo sete mil e duzentos *reis* sete ou oito alqueires de azeite o que tudo fica em papeis e quero que o lucro desta sociedade fique a meu herdeiro achando te llo. Como também na ditto herdade terá quatro ou cinco mil arrobas de casca *que* lhe deixo e pera tudo neste meu Codicilo deixado, declarado e advertido pera *que* bem se fassa, obre e execute dou todos os poderes *que* por direito posso e devo e esta he a

**Da Capela Real de Vila Viçosa ao Real Convento de Avis:
O Prior-Mor D. António de Brito Pereira (1655-1696)**

minha ultima vontade no modo *que* ditto tenho neste codicilo e meu testamento e roguei ao padre *frei* Bento Guarda Rios Velozo freire conventual deste Convento de Avis *que* me escrevesse este codicilo e por mim o assinasse por estar nos braços com *hum* quase stupor *que* me faz muito custoza a ditta assinatura Convento de São Bento de Avis e de dezembro trinta de seiscentos e noventa e sinco, e eu *frei* Bento Guarda Rios Velozo o escrevi e assinei a rogo do ditto Senhor = A rogo do Illustrissimo Senhor Prior mor *frei* Bento Guarda Rios Velozo = *frei* Bento Guarda Rios Velozo

Aprovação do Codicilo

Saibam quantos este publico instrumento de Codicilo serrado virem *que* no anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de mil seiscentos e noventa e sinco annos Aos trinta e *hum* dias do mês de dezembro do ditto anno em esta Villa de Avis EM O Convento de São Bento della em os palacios do illustrissimo Senhor dom *frei* Antonio de Britto Pereira, Prior mor em o ditto Convento donde eu escrivão fui a seu chamado ao qual achei deitado em *huma* cama doente de doença *que* deos nosso Senhor foi servido dar *lhe* mas em todo seu perfeito juizo e entendimento segundo o parecer de mim tabalião e das testemunhas ao diante nomeadas e assinadas e logo por *elle* me foi dada da sua mão a minha de mim tabelião *huma* folha de papel e nella escritas duas laudas e outra te onde principiou esta aprovação dezendo me era *hum* codicilo serrado *que* avia feito pera declarar algumas couzas *que* *lhe* faltaram declarar no testamento serrado *que* também tinha feito o qual *lhe* fizera a seu rogo por *ele* assinara o padre *frei* Bento Guarda Rios Velozo assim este Codicilo como o testamento e depois de feito *lho* lera e em *elle* estava escrito tudo o *que* *elle* mandara escrever e *que* tudo o *que* em *elle* estava disposto assim neste Codicilo como no testamento queria se comprisse por assim ser a sua ultima e derradeira vontade e *que* por este e o ditto testamento avia por quebrados todos os testamentos Cudulas e Coudicilos *que* antes deste haja feitos e so este queria *que* valesse, e o ditto testamento por assim ser a sua ultima e derradeira vontade e como assim pedia as justiças de Sua Magestade *que* Deos guarde *lho* dessem e fizessem dar a sua divida execução o qual codicilo eu vi, e em *elle* / [fl. 83v] não achei borrão nem entre linha nem couza *que* duvida fizesse e por verdade foram a tudo presentes por testemunhas o padre *frei* Domingos Cabral e o padre *frei* Paulo Barretto e o padre *frei* Bento Guarda Rios *que* assinou como testemunha e a rogo do jllustrissimo Senhor Prior mor por não poder assinar por cauza de *hum* quase stupor *que* tem nas mãos *que* *lhe* impede o movimento dellas os quais todos assinaram aqui comigo tabalião *que* assinei em publico, e Razo e eu Antonio Rodrigues Saro tabalião *que* o escrevi = Lugar do publico = A rogo do jllustrissimo Senhor Prior mor *frei* Bento Guarda Rios Velozo *frei* Paulo Barretto Teixeira *frei* Domingos Cabral *frei* Antonio Leitão *frei* Manoel Sueiro da Ponte Antonio Rodrigues Saro = e declaro *que* na lauda atras desta folha as quatro regras contando de baxo esta *huma* emmenda *que* dis = os testamentos E não contem mais o testamento e codicilo e suas aprovações aqui escritas e conteúdas tresladadas dos próprios *que* estão no Cartorio deste Convento metidos em *hum* sacco desta Capella com os mais papeis a *ella* pertencentes aos quais em todo e por todo me reporto.

1665: A Resistência Viçosa no *Mercvrio Portuguez*

Maria de Jesus Coelho*

Resumo: O *Mercvrio Portvguez* foi o veículo de comunicação escrita mais imediato e disseminado do cerco a Vila Viçosa efetuado pelo exército espanhol entre 9 e 17 de junho de 1665, a nível nacional e internacional.

A partir da análise dos textos inseridos em várias publicações do periódico no decorrer desse ano e que a ele se referem, pretende-se demonstrar a importância do mesmo no contexto propagandístico da causa portuguesa contra Espanha.

Para facilitar a compreensão das transcrições de excertos ou de expressões comprovativas dos argumentos apresentados, os mesmos serão reproduzidas de acordo com as regras ortográficas atuais.

Palavras-Chave: batalha de Montes Claros, cerco a Vila Viçosa, guerra da Aclamação/Restauração, Mercúrio Português, Portugal século XVII

Keywords: batle of Montes Claros, siege of the Vila Viçosa, war of Aclamation/Restoration, Mercury Portuguese, Portugal 17th century

Nota introdutória

O reconhecimento da independência do reino de Portugal face a Espanha, aclamada a 1 de dezembro de 1640 e, consequentemente, o estabelecimento da paz entre os dois reinos só foi consubstanciado pela assinatura de um tratado em 1668.

Entre essas duas datas, viveu-se em estado de guerra, sobretudo na zona da raia, sendo as terras alentejanas as mais assediadas por nelas estar traçado o trajeto mais direto entre Madrid-Lisboa.

* Licenciada em História pela Faculdade de Letras, Universidade Clássica de Lisboa.
mariajucoelho@sapo.pt

Após várias tentativas falhadas para dominar o percurso português entre as duas capitais, nomeadamente o insucesso obtido nas grandes batalhas do Ameixial (1663) e Castelo Rodrigo (1664), Felipe IV, rei de Espanha, deu ordem ao novo comandante das suas tropas, Marquês de Caracena, para invadir Portugal, ato que concretizou no dia 6 de junho de 1665. O alvo inicial seria a conquista de Vila Viçosa, praça de fronteira pela rendição da vila de Juromenha aos espanhóis em 1662 e que considerava passível de ser conquistada em apenas uma hora, por estar desprotegida de homens e com poucas fortificações.

Além de ser um local estratégico no caminho para Lisboa, a praça era sede de comarca, sede da Casa de Bragança, o berço do rei restaurador, D. João IV e nela estava localizado o santuário da Padroeira de Portugal, Nossa Senhora da Conceição.

Coube ao periódico *Mercvrio Portvgvez* a divulgação escrita dos acontecimentos. Naquele ano, era o único a circular de forma regular em Portugal, com tiragens mensais, sem interrupções, desde janeiro de 1663; o seu redator era António de Sousa Macedo, secretário de estado do governo do 3.º Conde de Castelo Melhor, sendo rei D. Afonso VI.

O propósito deste trabalho residirá apenas na análise dos textos nele publicados para descortinar o contributo dos acontecimentos em Vila Viçosa para a validação da causa nacional junto dos seus leitores/ouvintes e não a descrição do que aconteceu durante o cerco, que foi motivo de publicação na revista *Callipole*¹, assim como a sua importância a nível global², nem a análise do periódico ou do seu redato.

1. As publicações

Encontramos notícias sobre o cerco a Vila Viçosa, entre 9 e 17 de junho de 1665, como tema central da publicação e partilhadas com as notícias sobre a Batalha de Montes Claros, ocorrida no dia 17 do mesmo mês, nos seguintes números do ano de 1665, todos eles com a data e o local de impressão omissos:

1.1. Mensais

a) junho – título: *Mercvrio Portvgvez com as Novas do Mez de Jvnho do Anno de 1665*. Subtítulo: *A Valerosa Defesa de Villa Vic,osa, A famosa vitória da batalha de Montes Claros, A importante assolação das praças de Sarsa & Ferreira Com Ovtras Particvlaridades*.

¹ V. BLANCO, Julián García, Vila Viçosa no se rinde: el sitio de 1665 (1.ª parte) in *Callipole*, Revista de Cultura n.º 23, Município de Vila Viçosa, 2016, pp. 101/134.

V. BLANCO, Julián García, Vila Viçosa no se rinde: el sitio de 1665 (2.ª parte) in *Callipole*, Revista de Cultura n.º 24, Município de Vila Viçosa, 2017, pp. 11/50.

² V. PIRES, Nuno Lemos, A importância da Resistência de Vila Viçosa nos 350 anos da Batalha de Montes Claros in *Callipole*, Revista de Cultura n.º 22, Município de Vila Viçosa, 2015, pp. 123/142.

Ao longo de dezassete páginas e cinco linhas da página seguinte, de um total de vinte, o redator descreve o cerco a Vila Viçosa e a Batalha de Montes Claros, intercalando as informações sobre o cerco e o acantonamento do exército português, em Estremoz e, depois, com a própria batalha.

“Enquanto isto passava em Vila Viçosa, o Marquês de Marialva nosso General ajuntava em Estremoz as gentes que tinha repartidas (...) não se [Marquês de Marialva] descuidava de introduzir na Praça de Vila Viçosa homens de valor, de que alguns pediam com grandes instâncias serem para lá mandados, tanto desejavam de se achar nos maiores perigos.” (Macedo, junho de 1665: f. A3)

b) julho – título: *Mercvrio Portvgvez com as Novas do Mez de Jvlho do Anno de 1665*.

Macedo, depois de estabelecer a ligação com o número anterior “Sobre Montes Claros se deu a famosa batalha, que vimos em junho passado (...)”, divulga o conteúdo das cartas escritas pelo Marquês de Caracena e pelo seu secretário ao rei de Espanha, Felipe IV, relatando o sucedido em Vila Viçosa e em Montes Claros e de outras informações obtidas através de particulares e de habitantes junto da fronteira com Portugal, bem como da reação e da confusão suscitadas pelas mesmas na sociedade espanhola. A elas contrapõe o ambiente de euforia vivido em Portugal e transcreve a carta enviada pelo rei de Portugal, D. Afonso VI, em 26 de junho, aos Cabidos e às câmaras sedes de comarca, pedindo que as mesmas enviem cópia às respetivas câmaras, assim como uma resposta modelo delas obtida.

c) agosto – título: *Mercvrio Portvgvez com as Novas do Mez de Agosto do Anno de 1665*.

O redator lembra os prognósticos apresentados no mês de janeiro do mesmo ano e justifica a sua assertividade, argumentando que quando se referiu a um ataque dos espanhóis a uma praça de ruído, mas posto sem substância, foi a pensar em Vila Viçosa, justificando depois essa analogia.

d) setembro – título: *Mercvrio Portvgvez com as Novas do Mez de Setembro do Anno de 1665*.

Neste número, Macedo transcreve a carta do Marquês de Caracena a Felipe IV, cujo conteúdo divulgara em julho, criticando-a.

e) dezembro – título: *Mercvrio Portvgvez com as Novas do Mez de Dezembro do anno de 1665*.

A jeito de resumo dos acontecimentos ocorridos nesse ano, realça o cerco:

“Defendemos o famoso sítio de Vila Viçosa, praça condenada pela situação (...) contra um exército Real (...) com os melhores Cabos, e mais escolhidos soldados de Castela, e seus domínios, e que pode conduzir das nações suas amigas, finalmente com o maior empenho de El-Rei Católico.” (Macedo, dezembro de 1665: f. A2v)

1.2. Extraordinário

Título: *Relacion verdadera, y pontual de la gloriosíssima victoria que en la famosa batalla de Montes Claros alcançò el Exercito delRey de Portugal de que es capitan general Don António Luís de Meneses Marquez de Marialva, Conde de Cantanhede, contra el exercito de elRey de Castilla, de que era capitan General el Marquez de Caracena, el dia diez ysiete de Junio de 1665. Con la admirable defensa de la placa de Villa Viçosa*

Consciente do impacto que as informações divulgadas pelos espanhóis terão em Espanha e no resto da Europa, Macedo publica, em castelhano, a versão do governo português sobre o cerco à vila e a Batalha de Montes Claros, contradizendo-as.

No final, apresenta uma lista com os nomes e patentes dos prisioneiros feitos pelos portugueses e uma lista do trem, bagagens e outras coisas apreendidas na vila e em Montes Claros.

2. Fontes de informação

António de Sousa Macedo não esteve presente em Vila Viçosa, durante o cerco, nem tinha ao seu dispor as tecnologias de informação e de comunicação que os jornalistas hoje possuem. O que nos transmite resulta de relatos que teve conhecimento *a posteriori*, mas em data não distante, proporcionados pela sua proximidade ao rei e ao governo português. Não nos esqueçamos que ele tinha sido escolhido pelos governantes para executar essa tarefa e que havia interesse mútuo na divulgação imediata da sua versão sobre esta vitória portuguesa.

Como ele próprio afirma no número de junho (f. A5v), logo no dia 18, pelas dezanove horas, Simão de Vasconcelos, enviado pelo Marquês de Marialva, chegou à corte, em Lisboa e comunicou o sucesso obtido no dia anterior. Certamente, para além da informação oral, terá tido conhecimento do relatório de campanha, como suporte da matéria divulgada. Embora não esteja datada a publicação do mês de junho, ela não terá acontecido muito depois, pois em julho foi publicada outra respeitante a esse mês. A sua receção, em Portugal, Espanha ou noutros locais da Europa, dependeu do local e da funcionalidade dos correios e dos meios de transporte.

Para que o leitor/ouvinte não pensasse que era sua invenção, ao longo das publicações indicadas assistimos à indicação de fontes a que teve acesso. Ele próprio diz:

“Neste mês de julho, soubemos por diversas cartas, e avisos daquela Corte o que nela houve (...)” (Macedo, julho de 1665: f. Av)

“Depois nos chegou cópia da seguinte carta que escreveu [Caracena] a el-rei (...)” (Macedo, setembro de 1665: f. A)

Também recorreu a textos publicados no estrangeiro para exaltar a vitória portuguesa ou desmentir as informações divulgadas por Espanha e que considerava incorretas:

“Contudo vemos impressas gazetas de Veneza, Liorne, Génova e outras partes de Itália com patranhas, dos sucessos, determinações e avisos de Castela tão disparatados que resulta em grande descrédito daquelas nações ...” (Macedo, setembro de 1665: f. A3v)

3. A mensagem

As premissas da divulgação pelo periódico do cerco a Vila Viçosa, assim como dos demais feitos dos portugueses, foram:

- em primeiro lugar, dá-los a conhecer ao povo português, como forma de justificar os gastos e as privações arrastadas há longos anos, mas também de os motivar e de os fazer acreditar na vitória final sobre o inimigo;
- por outro lado, contradizer a versão espanhola sobre os acontecimentos bélicos entre os dois reinos, divulgada pelas *Gacetas* em Espanha e noutros cantos da Europa, considerada pelos governantes portugueses como uma não-verdade. Interessava dar a conhecer os factos, como os governantes portugueses os viam, sobretudo, em França, Inglaterra ou Santa Sé, de quem se pretendia que exercessem pressão sobre Espanha para deixar de hostilizar Portugal.³

Assaz preocupado com as consequências dessa divulgação inexata, Macedo apostou nos factos ocorridos na vila e em Montes Claros para criticar os que continuavam a apoiar Espanha:

“(...) em Paris se soube dentro de doze dias (...) por via de Castela o sucesso com muitas miudezas, e aos 13 de julho se soube em Inglaterra, Amburgo, e em toda a Itália até Roma. Miserável Rei, miseráveis povos, miseráveis ministros, e miseráveis amigos todos enganados! Venturosos portugueses que com tal gente pelejam! Cegou Deus seus amigos, que é o que aos seus desejava David.” (Macedo, julho de 1665: fs: A2, A3)

“Recearemos dizer que eles inventaram, e escreveram tais coisas, porque se pudera imaginar que era testemunha falso que lhes levantáramos, mas tira-nos este receio saber-se em toda a Europa, que tudo o acima dito, espalharão por toda ela; especialmente em Itália, e em sua cabeça Roma a quem eles, como o antigo tirano, tem por gentes nascidas para escravidão pelo cego obséquio que delas recebem.” (Macedo, dezembro de 1665.f. A2v)

³ MACEDO, A. S., *Mercvrio Portuguez com as novas do mez de janeiro de 1663*: f. A.

Como redator do periódico, Macedo esclarecera logo no primeiro número os objetivos patentes, à laia de subtítulo “Com as novas certas da guerra entre Portugal e Espanha (...)” (Macedo, janeiro de 1663), inserindo-o no frontispício e repetindo-o ao longo de várias publicações. Correspondendo a expressão “certas” à verdade do governo português sobre os acontecimentos, acrescenta mais tarde desejar que “(...) se não desvie (...) da verdade sob pena de perder o crédito (...)” (Macedo, janeiro de 1663), que diz ser “(...) bem conhecida em toda a Europa.” (Macedo, janeiro de 1665).

Quando se despediu da atividade de redator no *Mercvrio Portvguez*, na publicação de dezembro de 1666 refere que:

“(...) conseguiu o intento que o incitou a escrever que foi tapar a boca aos castelhanos que, vendo-nos mudos, imprimiram licenciosamente relações fantásticas do que desejavam, fiados em que os estrangeiros lhes davam credito, parecendo-lhes que em calarmos, consentíamos; e depois que Mercúrio escreveu, não se atreveram a prosseguir.”

3.1. O conteúdo

Ao longo da leitura das várias publicações que divulgam os factos ocorridos em Vila Viçosa, para além da informação sobre o decorrer dos mesmos, não é difícil inferir a intenção política e diplomática que presidiu a sua redação e que encontrou na vila o cenário ideal.

No contexto nacional, a vila reunia valores simbólicos únicos: temporal, por ser a sede do ducado de Bragança, tendo o rei restaurador, D. João IV, nascido no Paço Ducal e ali constituído família; espiritual por se encontrar, dentro das muralhas assediadas, o santuário de Nossa Senhora da Conceição, protetora da família Bragança e tornada Padroeira do reino de Portugal em 25.03.1646 pelo mesmo rei.

O sucesso da resistência calipolense aos sitiadores revela-se incorporado desse simbolismo, acrescido pela intrepidez dos homens que o preconizaram. Por si só, pôde confirmar ou mudar a opinião dos mais céticos face às dúvidas por eles levantadas em relação à soberania portuguesa, adquirindo, por isso, uma enorme relevância no contexto nacional e internacional:

1. A legitimação dos duques de Bragança no trono português, uma questão fulcral que urgia fundamentar e convencer todos, em Portugal e fora dele.

Para isso, Sousa Macedo utilizou, essencialmente dois argumentos: o apoio de Deus, através de Nossa Senhora da Conceição e o apoio incondicional do povo português:

a) torna-se evidente que, para o redator, a resistência improvável dos defensores da vila se tornar vencedora, pelos fracos recursos em número de homens, equipa-

mentos e estruturas, frente a um exército poderoso e experiente nas artes da guerra, adveio da bênção divina à independência de Portugal:

“É verdade o sucesso se deveu principalmente a favor particular de Nossa Senhora da Conceição, cuja Igreja, a primeira desta invocação em Espanha, está naquela Vila. O senhor rei Dom João IV em cortes lhe fez tributário e tomou Nossa Senhora da Conceição por protetora do reino.” (Macedo, junho de 1665: fs. A2v e A3)

A essa bênção, em comunhão com a família real portuguesa, não foi indiferente a fé, o respeito e a confiança depositada pelos soldados e pelo povo, no geral, na proteção da Padroeira, que lhes servia de suporte para a superação das dificuldades e, ao mesmo tempo, os fazia acreditar na vitória final:

“Os moradores têm nela uma notável confiança, acreditada com maravilhosos sucessos antecedentes. Neste sítio se lhes aumentou, porque invocando-a em alguns apertos, se sentiam com novas forças, merecidas em algum modo pelo respeito com que o Governador mandou que, ainda que o inimigo do telhado da Igreja fazia grande dano na estacada da estrada coberta, que dali descobria, contudo se não atirasse àquele lugar como sagrado (...) havendo o Castelhana usado termos bem diferentes, pois logo do princípio do sítio chovia bombas, e balas sobre aquele templo, que, como escudo do castelo, os recebia em si. E levando-se ao quarto dia a santa imagem para o castelo em procissão, atirou com maior pertinência sobre a gente junta, mas arrebrandando duas bombas no meio de todos, não feriram alguém (...)” (Macedo. junho de 1665: f. A3)

Também aos soldados portugueses que lutaram em Montes Claros, por partilharem das mesmas convicções, foi concedida a proteção divina e, ao final do dia 17, juntamente com os da vila:

“(...) foram os cabos à Igreja de Nossa Senhora da Conceição a dar graças de tanto triunfo.” (Macedo, junho de 1665: f. A5v)

Para tornar mais convincente aos olhos de todos, incluindo aos da Santa Sé, apoiantes dos interesses espanhóis, a aprovação divina dos Bragança no trono e, implicitamente, da independência de Portugal, era também verificável no número de vitórias obtidas sobre os espanhóis, apesar da disparidade do número de homens e de recursos em contenda.

“E foi a quinta que em tão poucos anos de reinado ganharam as armas de el-rei N. S. D. Afonso VI, a quem, com o favor de Deus, se dá justamente o título de Vitorioso.” (Macedo, junho de 1665: f. A5v)

“(...) ella [Nossa Senhora da Conceição] como escudo, recebia los golpes, porque no hizieran outro daño (...) Aquí [Vila Viçosa] era tanto más bárbaro el exceso, quanto mayor conocimiento havia de la Protetora ofendida, e estos son los

que en Roma ostentam com preces al Pontifice devocion grande al Mysterio de la Concepcion. El Bocalino dixo que com pretexto del divino, tratam de lo humano (...)” (Macedo, *Relacion verdadera*, y pontual de la gloriosíssima victoria (...), 1665: f. A4v)

Como reforço, incluiu na sua narrativa castigos divinos severos aos apoiantes de Espanha:

“(...) permitiu Deus, que ambos [desertores portugueses] nesciamente mandassem seus filhos únicos à guerra, onde os perderam em pena de sua louca pertinácia (...) Continuando assim os castigos que em todas as ocasiões vemos que Deus dá (...)” (Macedo, dezembro de 1665: f. A5)

b) Como reforço, Macedo acresce o apoio incondicional do povo português aos reis Bragança, à época, D. Afonso VI, o herdeiro legítimo de seu pai, D. João IV, após a morte do seu irmão mais velho, D. Teodósio, apesar dos sacrifícios e do risco da própria vida que representava a luta contra o rei espanhol, que preteriam. Embora conhecedor das divergências políticas entre os apoiantes do rei D. Afonso VI e os de D. Pedro, seu irmão, que consideravam o rei incapaz para as suas funções e o desejavam destituir, Macedo apresenta uma imagem de unidade nacional em torno do rei português aos recetores do periódico.

Como exemplo, dir-se-á que, na edição de julho, está patente essa intenção ao transcrever a carta do rei D. Afonso VI aos cabidos e às câmaras das cabeças de comarcas informando sobre o sucesso ocorrido em Montes Claros, contudo, sem referir o cerco como sua causa, ao que aqueles responderam dando os parabéns ao rei por granjear os favores do céu, elogiando a sua ação, a sua relação com o povo e oferecendo-lhe os seus bens e as suas vidas “(...) com particular gosto pelas vemos tão bem empregadas e tão bem logradas.” (Macedo, julho de 1665: f. A3v).

Porém, deve-se referir que não identifica a procedência exata da carta resposta ao rei; ela é um modelo, o que nos pode levar a pensar na composição premeditada da mesma:

“Os Cabidos, e as Câmaras responderam na forma, da carta seguinte, que é uma das Câmaras, e quase do teor dela na substância foram as mais.” (Macedo, julho de 1665: f. A3v)

Sem sombra de dúvida que, ao divulgar as cartas, além da informação nelas contida, pretendeu reforçar, no reino e fora do mesmo, a comunhão total de interesses entre o rei D. Afonso VI e o seu povo, dissipando as dúvidas em relação às suas capacidades governativas e à sua aceitação pelo povo.

Encontramos também esse espírito de união no elogio à liderança calipolense, na figura do governador Cristóvão de Brito Pereira (Macedo, *Relacion* (...), 1665: f. 14), governador da praça, natural da vila e membro de uma família próxima da Casa de Bragança, que nos aparece como elo agregador no desempenho dos sitia-dos. Tal como no reino, se os seus defensores estivessem desunidos no seu propó-

sito ou se tivessem rendido, a independência de Portugal poderia estar em causa. A vila simboliza o reino e a resistência verificada a importância da união em torno da causa e do rei D. Afonso VI.

A estes valores apregoados e determinantes para o sucesso português, o redator contrapõe a sociedade espanhola, que acusa de desunida e falsa “(...) porque os castelhanos até a si mesmos querem enganar, por não confessarem o que lhes está mal (...)” (Macedo, julho de 1665: f. A2v), tal como de falta de confiança entre as instituições, civis e militares:

“(...) sucedeu aos maiores ministros o que sucede aos malfeitores, que constroem amizade para se unirem a cometer os delitos, e ficam inimigos quando vem o castigo sobre si, lançando a culpa uns aos outros. (...) quiseram (mas em vão) os Ministros castelhanos encobrir aquela ruína a seu rei, a seus povos, e a seus amigos. Contará Mercúrio novas de Madrid porque são glórias de Portugal” (Macedo, julho de 1665: f. A3)

“(...) não é tão notável ver-se, que homens que não são bárbaros, e ministros de um rei, imaginem e tenham por conveniência inventar, publicar e afirmar, não só o que é contra a verdade claríssima aos presentes que a viram, mas ainda ficções inverosímeis e ridículas.” (Macedo, dezembro de 1665: f. A3v)

Tal podemos encontrar, em julho, quando nos fala da dúvida do próprio rei Felipe IV e de outros em relação ao que se diz e escreve sobre os acontecimentos em Portugal (Macedo, julho de 1665: f. A2v).

Como exemplo, retrata-nos a receção, em Espanha, da notícia do ocorrido em Vila Viçosa e em Montes Claros. Para “(...) evitar a cobardia de vencido.” (Macedo, setembro de 1665: f. A2), Caracena, na carta enviada ao rei Felipe IV (recebida por ele no dia 26 de junho) e noutra pelo seu secretário, transmite a ideia de vitorioso e deturpa as perdas e o rumo dos acontecimentos.

“(...) depois de vencer a batalha [de Montes Claros], não tomara Vila Viçosa, porque enquanto el se pelejava, havíamos metido socorro naquela praça, por cuja causa o sítio seria mais largo; e que antes quisera ir refrescar o exército, que este estava outra vez em campanha com uma Armada naval poderosíssima que dominava o Oceano, impedia os portos de Portugal, e tinha tomado muitos navios.” (Macedo, dezembro de 1665: f. A3v)

“É muito para chorarem os castelhanos, e para se alegrarem os portugueses, ver que governa as Armas de Castela, que escreve tal carta; visto haver muito pouca verdade ou falta juízo, ou sobeja confiança, a quem se atreve a encontrar verdade tão pública, e que tão brevemente se havia de experimentar (...)” (Macedo, setembro de 1665: f. Av)

2. Subjacente a tudo o que foi dito, os seus textos enaltecem o povo português face ao espanhol, aqui representado pelos defensores de Vila Viçosa que, com poucos homens e poucos recursos, não se renderam ao exército sitiador, demonstrando audácia, abnegação e convicção no sucesso do empreendimento, condicionantes da sua invencibilidade:

“Foi verdadeiramente gloriosíssima para Portugal esta defesa pela fraqueza da praça com tão poucos soldados, pelo, grande poder, e furiosa obstinação dos inimigos, que envergonhados da resistência pelejavam já pela reputação. Sempre viverá a memória de tais defensores, cujos nomes pregoará a fama, ainda que, ou forçada, ou mal cortada, os cale a pena.” (Macedo, junho de 1665: f. A2v)

“Tal fue el sitio de Villa Viciosa, esta su defensa; admirable verdadeiramente (...)” (Macedo, Relacion (...): f. 14)

Por contraste, difama o exército que sitiou os nossos, no seu propósito e atitude:

“Foi igual a sua [espanhola] obstinação e a nossa constância e muitos heroicos os feitos dos defensores (...). Basta dizer que a praça, que se imaginava subsistiria três, ou quatro dias, se defendeu nove; e quando foi socorrida (...) estava para se defender outros dez ou doze. O mais que o inimigo conseguiu depois de entrar o arrabalde, foi o continuar insolências, de que não se isentaram os Conventos que barbaramente foram roubados (...) o que ganhou por força foi só um pouco da muralha velha da vila junto ao poço.” (Macedo, junho de 1665: f. A2v)

Nesta desacreditação do inimigo, não escapou a Macedo a composição do exército comandado por Caracena, formado com a elite espanhola e por soldados enviados de reinos amigos, a cujos elementos se havia assegurado a vitória fácil da campanha em Portugal. Perante todos eles, eleva os nossos soldados, extrapolando para uma vitória europeia:

“Nela venceram os portugueses a todas as nações da Europa (salva a hora que nelas reconhecemos), porque de todas trouxe o Castelhana o mais escolhido dos soldados velhos, e Cabos de opinião, com excessivas despesas, e grandes diligências. (...)” (Macedo, junho de 1665: f. A2)

“Defendemos o famoso sítio de Vila Viçosa, praça condenada pela situação (...) contra um exército Real (...) com os melhores Cabos, e mais escolhidos soldados de Castela, e seus dominios, e que pode conduzir das nações suas amigas, finalmente com o maior empenho de El-Rei Católico.” (Macedo, dezembro de 1665: f. A2v)

Essa valorização é-nos também transmitida pela nomeação e elogio de personagens intervenientes, que considera terem tido uma ação pertinente durante o cerco, indicando o seu cargo e a sua proveniência, desempenhando cargos de chefia ou sendo subalternos:

“Parece que não se pode escusar nomear estes Cabos maiores (...) e dizer que de Trás os Montes o seu Governador de armas Conde de S. João (...)” (Macedo, junho de 1665: f. A4)

“De todo al fin triunfaron el Governador Christoval de Brito Pereira (participando de agora la gloria a su hijo Fernando Rodrigues de Brito, que de muy poucos anos quiso quedarse sitiado, por nutrirse de victorias) los Mestres de Campo, y los de más, que hemos nombrado; y triunfará tambien su fama de los siglos; los valerosos soldados les acompañaran en la eternidade del renombre, como les fueran com-

1665: A Resistência Viçosa no *Mercvrio Portuguez*

pañeros en la gloria del mérito; y no es bien dexar en silencio a Diego Lopes de Carvalho, Lucas Pereira Pestana, y Manuel Pegas de Vasconcelos, naturales de la misma Villa (...)” (Macedo, Relacion:, (...), 1665: f. 14)

À ênfatização que colocou no valor das figuras portuguesas, contrasta as características do comandante inimigo:

“(...) cyo General porfiava ya por reputacion, y no reparava en perder gente, porque ahorrando los naturales, exponia a todos los estrangeiros com hospitalidade incivil.” (Macedo, Relacion (...) 1665: f. Av)

3.2. A arte da escrita

Numa época marcada por uma percentagem de analfabetismo bastante elevada, esperava-se que a audição vencesse a leitura, feita maioritariamente por burgueses e média aristocracia. Além disso, os ecos do feito tanto poderiam chegar a civis, como a soldados, perto ou longe do palco dos acontecimentos e muitas perguntas decorreriam da leitura ou da audição dos mesmos. Macedo sabia que era imperioso cativar o leitor/ouvinte para manter o seu interesse e, para isso, precisava escrever de forma facilmente entendível e esclarecedora, satisfazendo a curiosidade sobre a qualidade da vitória obtida e desejada por eles de forma a não haver qualquer dúvida e, ao mesmo tempo, incutir-lhes a justiça da causa portuguesa.

Assim, na redação dos seus textos, Macedo:

a) contextualiza o tema que vai tratar, logo no início do periódico, apresentando um resumo dos factos narrados no número anterior, à semelhança do que hoje se faz com os episódios das séries televisivas. Servia o mesmo, ainda, para reafirmar a verdade do narrado ou para o atualizar com o acréscimo dos conhecimentos, entretanto obtidos.

“Entre Xévorá e Botoua, (aonde no mês passado deixámos o exército castelhano) (...)” (Macedo, junho de 1665: f. Av)

b) esclarece, assiduamente:

- quem são os responsáveis pela ação;
- quando decorre a ação e sequencia-a pelos dias, precisando as datas:

“(...) em Junho passado (...)” (Macedo, julho de 1665: f. A); “Aos seis deste junho (...) Chegou aos nove com algumas tropas e aos dez com todo o poder sobre Vila Viçosa (...) De nove à tarde até dezassete pela manhã (...)” (Macedo, junho de 1665: f. A2);

- onde acontece, particularizando os espaços;
- as razões que levaram ao cerco:

“(...) praça que faria ruído, por haver sido assento dos sereníssimos Duques de Bragança, antes de reis, e conservar ali o seu paço, e que seria fácil de render por não ter fortificações (...)” (Macedo, junho de 1665: f. Av)

- descreve os acontecimentos de forma facilmente compreensível, intercalando-os com muitos pormenores. Esses detalhes surgem, quase sempre, na quantificação do tempo, do número de mortos, de feridos, de prisioneiros (identificá-los, indica as patentes, os ramos a que pertencem, a nacionalidade), do número de armas existentes ou capturadas, dos equipamentos, não descuidando, por contraste, os números que aos portugueses diziam respeito. Não existem percentagens, apenas números, que associa a um certo dramatismo:

“De nove à tarde até dezassete pela manhã não cessou o inimigo de dia, e de noite com bombas, baterias e assaltos furiosos...” (Macedo, junho de 1665: f. A2)

“(...) saíram da Praça duzentos e cinquenta, deram sobre eles, matara, cento e trinta, aprisionaram cento e quarenta, ganharam os quatro meios canhões, trabucos, bombas, munições, e tudo o mais que ali havia. Finalmente perdeu o inimigo três mil e quinhentos cavalos, mais de quatro mil homens ficaram logo mortos no campo (...)” (Macedo, junho de 1665: f. A5)

c) seleciona palavras ou expressões com forte significado, que cativem a atenção e que melhor correspondam às suas intenções para:

- elogiar o heroísmo dos resistentes:

“Foi verdadeiramente gloriosíssima para Portugal...” (Macedo, junho de 1665: f. A2)

- negativizar a ação do inimigo:

“O que ganhou por força foi só um pouco da muralha velha junto ao poço.”“(...) os Conventos que barbaramente foram roubados, até os das religiosas...” (Macedo, junho de 1665: f. A2)

- ironizar o inimigo:

“É, homem fantástico, [Caracena] e sua natural soberba se incitou mais com a ordem expressa que para isto tinha de Madrid.” (Macedo, junho de 1665: f. A2)

“Com os seus sucessos que vimos fez o Marquês de Caracena o seu ano de noviciado na nossa guerra muito bem feito para haver de professar na Religião dos Generais, e Governadores das armas seus antecessores.” (Macedo, dezembro de 1665: f. A3v)

– enfatizar a derrota do inimigo:

“Finalmente perdeu o inimigo (...)” (Macedo, junho de 1665: f. A2)

d) avalia a qualidade da vitória portuguesa e as razões erradas que levaram à derrota do inimigo:

“(...) sem embargo dos muitos que morriam, porque a maior parte do exército era de estrangeiros, e não reparava o General [Caracena] em os perder a troco de que não descansassem os poucos sitiados. Foi igual a sua obstinação, e a nossa constância e muitos heroicos os feitos dos defensores (...)” (Macedo, junho de 1665: fs. A2 e A2v)

Conclusões

António de Sousa Macedo, pela sua atividade política, diplomática e literária, era um homem conhecedor dos meandros da política e das comunicações europeias, assim como do uso da escrita em função das suas emoções e sentimentos. Para além disso, partilhava dos interesses do monarca reinante, D. Afonso VI e do seu ministro, Castelo Melhor. Consequentemente, os textos que produziu para o periódico corresponderam eficazmente às intenções enunciadas.

A narrativa cronológica que apresenta sobre os acontecimentos em Vila Viçosa são um caso, entre tantos ocorridos nesta fase da guerra, mas não um qualquer. Não só foi alvo de análise em números mensais, como mereceu a sua análise num extraordinário, redigido na altura e em castelhano, para entendimento de um público mais vasto. A valorizá-lo dir-se-á, ainda, que a divulgação da Batalha de Montes Claros nunca aparece dissociada do cerco, o que indicia a sua importância, calculada logo no ano em que aconteceu.

De acordo com o exposto, a resistência incorpora e valida todos os argumentos que justificavam a defesa da independência de Portugal, como nenhum outro narrado no *Mercvrio Portvgvez*. Os valores defendidos na vila eram, no entender do redator, condições *sine qua non* a seguir por todos, como condição para a certeza da vitória final.

Esta foi a mensagem disseminada na Península Ibérica e pela Europa fora, junto do seu público-alvo, como um exemplo de tenacidade, utilizando-a para influenciar a opinião dos seus leitores/ouvintes e levá-los a agir em conformidade com os interesses dos que queriam que a soberania portuguesa vingasse.

A verdade é que este acontecimento bélico e a Batalha de Montes Claros, de que foi causa, foram os últimos grandes confrontos entre as duas forças oponentes e, por isso, determinantes para o reconhecimento de Portugal como reino independente. Se os defensores da vila se tivessem rendido, possivelmente o desenrolar da guerra teria sido bem diferente e, por isso, a resistência calipolense deve ser considerada como um símbolo na guerra entre os dois reinos.

Serve este texto para que ao mesmo seja atribuído um lugar na História.

Como o sr. tenente general Nuno Lemos Pires refere no seu artigo “Manter Vila Viçosa significou manter Portugal.”⁴

Bibliografia

- DIAS, Eurico Gomes, *Olhares sobre o Mercvrio Portvgvez (1663-1667): Transcrição e comentários*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda: Centro de Estudos. Economia e Sociedade, Lisboa, 2010.
- PIRES, Nuno Lemos, A importância da resistência de Vila Viçosa nos 350 anos da batalha de Montes Claros in *Callipole*, Revista de Cultura, n.º 22, Câmara de Municipal de Vila Viçosa, Vila Viçosa, 2016.
- TENGARRINHA, José, Imprensa in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. III, Iniciativas Editoriais, s. l., 1975.
- Mercurio Portuguez in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. IV, Iniciativas Editoriais, s. l., 1975.

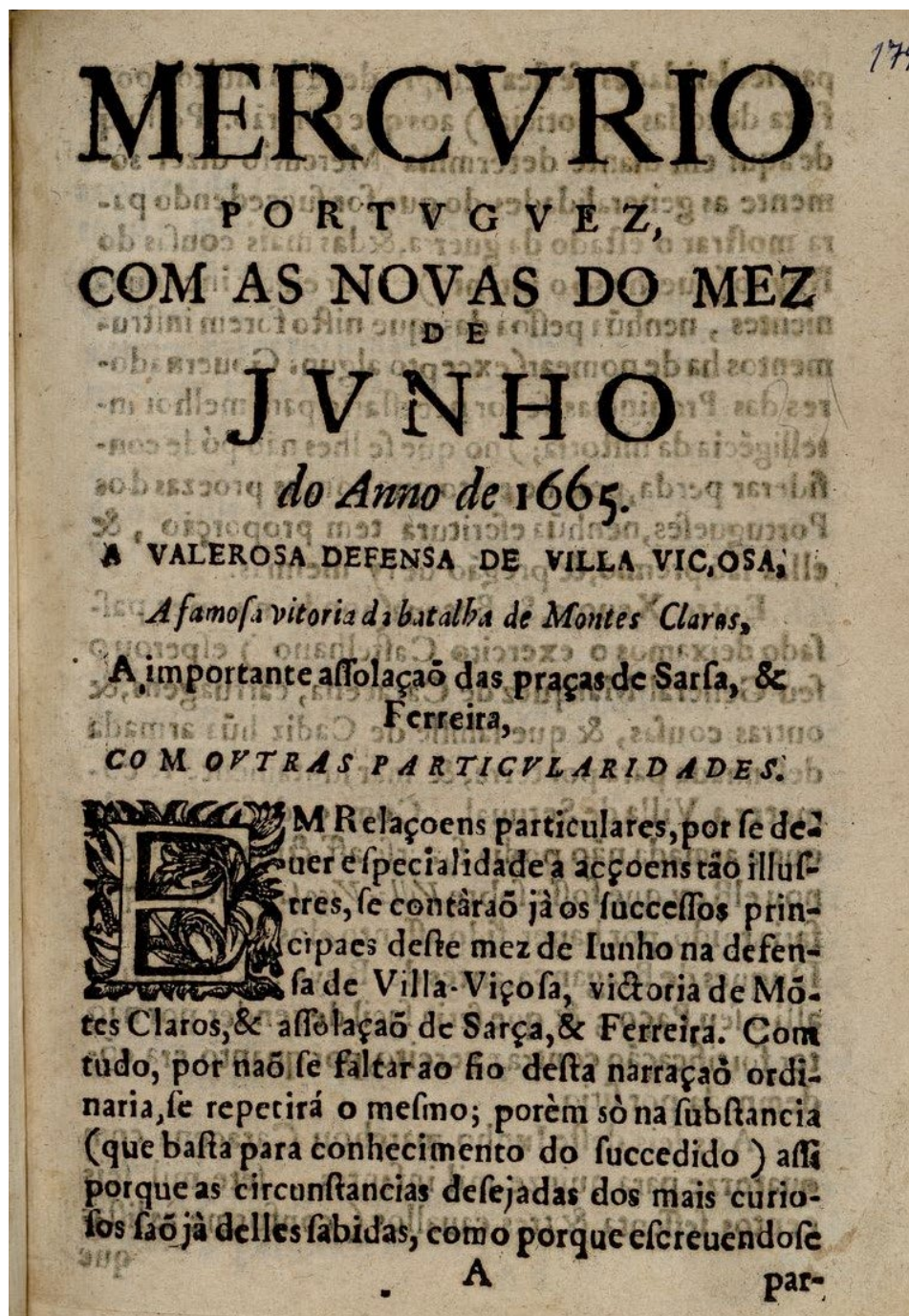
Webgrafia

- MACEDO, António de Sousa, *Mercvrio Portvgvez com as novas da guerra entre Portugal, e Castela – começa no principio do mez de janeiro do anno de 1663.*, Officina de Henrique Valente de Olivera, Impressor delRey N.S., Lisboa, 1663. in <https://purl.pt/12044> (consultado entre 25.01.2025 e 30.04.2025)
- *Mercvrio Portvgvez com as novas do mez de Janeiro do anno de 1665.*, Officina de Henrique Valente de Olivera, Impressor delRey N.S., Lisboa, 1665. in <https://purl.pt/12044> (consultado entre 25.01.2025 e 30.04.2025)
- *Mercvrio Portvgvez com as novas do mez de Jvnho do anno de 1665:a valerosa defesa de Villa Vic,osa, a famosa vitória da batalha de Montes Claros, A importante assolação das praças de Sarsa & Ferreira com ovtras Particvlaridades.*, s.l., 1665 in <https://purl.pt/12044> (consultado entre 25.01.2025 e 30.04.2025)
- *Mercvrio Portvgvez com as novas do mez de Jvlho do anno de 1665.*, s.l., 1665 in <https://purl.pt/12044> (consultado entre 25.01.2025 e 30.04.2025)
- *Mercvrio Portvgvez com as novas do mez de Agosto do anno de. 1665.*, s.l. 1665 in <https://purl.pt/12044> (consultado entre 25.01.2025 e 30.04.2025)
- *Mercvrio Portvgvez com as novas do mez de Setembro do anno de 1665*, s..l, 1665. in <https://purl.pt/12044> (consultado entre 25.01.2025 e 30.04.2025),.
- *Mercvrio Portvgvez com as novas do mez de Dezembro do anno de 1665.*, sl. 1665. in <https://purl.pt/12044> (consultado entre 25.01.2025 e 30.04.2025)

⁴ PIRES, Nuno Lemos, A importância da resistência de Vila Viçosa nos 350 anos da batalha de Montes Claros in *Callipole*, Revista de Cultura, n.º 22, Câmara de Municipal de Vila Viçosa, Vila Viçosa, 2016, pág.141.

1665: A Resistência Viçosa no *Mercvrio Portuguez*

- *Relacion verdadera, y pontual de la gloriosissima victoria que en la famosa batalla de Montes Claros alcançò el Exercito delRey de Portugal de que es capitan general Don António Luís de Meneses Marquez de Marialva, Conde de Cantanhede, contra el exercito de elRey de Castilla, de que era capitan General el Marquez de Caracena, el dia diez ysiete de Junio de 1665. Com la admirable defensa de la placa de Villa Viçosa*, Officina de Henrique Valente de Olivera, Impressor delRey N.S., Lisboa, 1665. in <https://purl.pt/12044> (consultado entre 25.01.2025 e 30.04.2025)



RELACION ¹⁹⁴

VERDADERA, Y PONTVAL,
DE LA GLORIOSISSIMA VICTORIA
que en la famosa batalla de

³³
MONTES CLAROS

alcangò el Exercito del Rey de Portugal,

DE QUE ES CAPITAN GENERAL
Don Antonio Luis de Meneses Marquez de Marialva,
Conde de Cantanedo,

contra el Exercito del Rey de Castilla,

DE QUE ERA CAPITAN GENERAL
el Marquez de Caracena,

El dia diez y siete de Junio de 1665.

Con la admirable defensa de la plaça de

VILLA VICIOSA.

L I S B O A.

Con las licencias necesarias.

En la Oficina de Henrique Valente de Oliuera,
Impressor del Rey nuestro Señor. Año 1665.

Percurso biográfico e literário de Públia Hortênsia de Castro. Transcrição e comentários ao instrumento de procuração de Públia Hortênsia de Castro para administração da fazenda da Infanta D. Maria

Fábio Mário da Silva* | Noémia Serrano**

Públia Hortênsia de Castro é lembrada como uma das figuras femininas mais notáveis do humanismo português. A sua dedicação ao saber e à cultura continua hoje a inspirar iniciativas culturais e educativas. A história desta mulher calipolense, de formação humanista notável, continua a suscitar interrogações e pesquisas que esclareçam, de forma cabal, o seu papel no panorama cultural do século XVI, em Portugal. Fruto de uma necessidade de procurar rigor, consistência e compreensão de problemas históricos, culturais e sociais, Públia, num contexto de um patriarcado estrutural, permite debates em torno do estatuto feminino, e do papel das Mulheres na cultura e na sociedade do seu tempo.

Públia Hortênsia de Castro (1548-1595), esquecida das histórias da literatura, lembrada esparsamente em notas sobre mulheres notáveis é, certamente, uma das principais escritoras portuguesas a produzir literatura e cultura erudita em pleno Renascimento português. Uma das grandes problemáticas em torno da autora é entender por que passados tantos séculos nenhuma das suas obras chegou até nós, apenas esparsas alusões ao seu carácter erudito e à sua obra excecional. Segundo Carolina Michâelis de Vasconcellos, tal desaparecimento deve-se a uma “consequência fatal do proverbial desleixo d’esta nação fidalga, que considera como indigna mesquinhez arrecadar e contar valores tão miúdos” (1994, p. 110).

Já André Canhoto Costa (2025), no seu recente livro, *A Corte das Mulheres*, que ele situa entre os reinados de D. Manuel I e de D. Sebastião, fala da ascensão e queda de uma Corte de Mulheres leitoras, escritoras, poetisas, conselheiras discretas e figuras centrais da vida intelectual do século XVI português. Refere que essas mulheres habitaram uma corte onde o saber, a música e a paixão pelo debate moldaram uma ideia de modernidade feminina que o tempo tratou de apagar. Nessa Corte, brilharam Luisa Sigeia, Joana Vaz, Públia Hortênsia de Castro, Paula

* Universidade Federal Rural de Pernambuco.

** Mestre em Estudos Históricos Europeus, Universidade de Évora.

Vicente, entre outras. Este autor apresenta fatores culturais, institucionais e políticos que explicam o “esquecimento” e obliteração destas mulheres, tais como: a reação católica ibérica (Inquisição e reforma católica) responsável pelo aprofundar da reclusão feminina e pelo reforçar da submissão jurídica da mulher, bem como ao mesmo tempo mostra como os vários períodos históricos, até ao fim do Estado Novo, menorizaram o papel das mulheres, não preservando as suas produções.

Outra questão importante é a do contexto que possibilitou a educação e formação de Públia Hortênsia de Castro, a de saber que percurso fez e como evidenciou as suas capacidades e sabedoria. Contextualmente, a Vila Viçosa de Públia Hortênsia de Castro tornou-se grande centro cultural graças à presença dos Duques de Bragança, cuja casa se tornara a principal do país, depois da de Lisboa. Relembra Maria da Conceição Vilhena que a formação literária e científica dos duques D. Teódosio I, D. João I e D. Teódosio II foi feita com esmero, visto que a casa de Bragança incentivava os seus membros, homens e mulheres, ao estudo da cultura humanística, ambiente propício para o surgimento de uma intelectual:

Certamente que as senhoras da Casa de Bragança não frequentavam universidades ou colégios, mas as disciplinas do trivium e do quadrivium desde cedo foram ministradas adentro do Paço Ducal, com brilho incontestável; e foi assim, porque grandes professores, de renome internacional, foram chamados a aí ensinar, tais como Diogo Sigeu, de 1530 até 1550, especialista em latim, grego e hebraico. A filha, a grande erudita Luisa Sigea, nascida em 1530, aí poderá ter deslumbrado com seu saber; e ter dado às senhoras a apetência pelas letras. A Diogo Sigeu sucedeu Juan Fernandes, que havia ensinado nas universidades de Salamanca e Coimbra. Em 1549, D. João III autoriza-o a ir para Vila Viçosa, para dirigir os estudos do duque D. João. Lá permanece durante cerca de trinta anos. Certamente que conheceu Públia Hortênsia, nascida um ano antes de sua chegada; poderá tê-la iniciado nos estudos e tê-la encorajado a propor-se “defender conclusões naturais e legais”, como viria a fazer. (Vilhena, 2001, p. 82)

Maria da Conceição Vilhena lança a hipótese de um dos professores encarregados da educação de D. Teódosio II, António de Castro, ser parente direto de Públia Hortênsia de Castro, sugerindo a possibilidade de ter sido educada por esse professor. Assim, num ambiente no qual circulavam grandes intelectuais, perto de uma biblioteca das mais ricas do país, a do palácio ducal, e sendo o pai, Tomás de Castro, parente do Arcebispo de Évora, D. João de Melo, Hortênsia de Castro reunia condições para adquirir e evidenciar uma sabedoria e um conhecimento, precoce e bem desenvolvido, que a fez defender “conclusões” ao dezessete anos. Para além destas circunstâncias, outros fatores, como o facto de Públia ter um irmão, Jerónimo de Castro, a frequentar a Universidade de Coimbra, tornando-se mais tarde um religioso da Ordem dos Pregadores, bem como o fato de ter pertencido à casa da Infanta Dona Maria, ajudarão a explicar como, de onde proveio e se desenvolveu o seu conhecimento e a sua preparação humanista.

Filha de Tomás de Castro e de Branca Alves, nascida numa família bem relacionada e sem dificuldades económicas, foi uma daquelas “mulheres latinas”, como se

chamava na altura às damas consideradas cultas e difusoras do saber. A sua inteligência e capacidade de estudo (antes dos seis anos já saberia ler e escrever, em português e latim) levaram a que rapidamente desse o salto para os estudos superiores, e fosse estudar para Évora, sob a proteção do seu parente, o Arcebispo D. João de Melo. Assim, a jovem Públia estava protegida pelo clero, pela corte¹ e com assistência intelectual.

O relato mais primieiro sobre a humanista Públia encontra-se num documento de 1565, de André de Resende. O autor envia um texto a um importante jurista seu amigo, Bartholomeu Fria Albernotio, que fora proibido de entrar em Évora, pelas autoridades, devido à peste que assolava Sevilha. Esse trecho foi publicado em *Antiquitatibus Lusitaniae, caeteraque historica, quae exant*. Nele, Resende relata o que seu amigo poderia ter encontrado na cidade “algumas cousas bem bonitas”, como, por exemplo, um “espetáculo único”, uma menina de dezessete anos, Públia Hortênsia de Castro, instruída além do vulgar nos estudos aristotélicos, disputar publicamente, desfazendo com perícia e graça argumentos que lhe impunham homens doutos, que se esforçaram por refutar as teses dela. Afirma também que o seu amigo, que é um jurisconsulto, não teria presenciado um torneio mais famoso e nem negado que uma cidade que possui uma donzela como essa era digna de ser visitada nem que seja só por causa dela.²

Devido a esse comentário de André de Resende, outros autores referem as suas “conclusões” públicas na cidade eborense, como, por exemplo, o P. Francisco Fonseca na sua obra posterior *Évora Gloriosa* (cf. 1778, p. 415).

Na mesma senda, Carolina Michaelis conjectura que a jovem teria realizado provas na Universidade de Évora, que nessa altura seria a igreja do colégio do Espírito Santo, posicionamento também de Maria da Conceição Vilhena, que crê que a nossa autora teria entrado na universidade aos 11 anos de idade,³ frequentado as aulas com o irmão e estaria sob a proteção da família que tinha moradia em Évora (cf. 2001, p. 92).

¹ Maria da Conceição Vilhena (2001) chega a conjecturar que, com a morte de D. Teodósio em 1563, sucedeu D. João VI duque de Bragança, casado com D. Catarina, que tinha 23 anos e que ensinava latim, grego, astronomia e matemática aos filhos, numa altura que Públia Hortênsia de Castro tinha 15 anos, e daí poderiam provir laços intelectuais que possivelmente se formavam entre a jovem e D. Catarina.

² O texto original em latim encontra-se disponível, numa digitalização da obra, disponível no site da Supremo Tribunal Federal do Brasil, e refere o seguinte: “Nam si nihil aliud hic effet, tibi quod spectare conlubiiffet, quum tamen fint nonnulla, tuo die, puella septendecim annorum, Publia Hortensia a Castro, fludiis Aristotelicis non vulgariter instructa, publice disputans, multis doctis viris, quae proposuerat, convellentibus, cum summa dexteritate, nec minore lepore, argumentationum cavillationes eluderet, tanta animum tuum perfudiffet jucunditate, ut spectaculum pulchrius tute non vidisse, si aduisses, utique fatereris, & urbem, quae eam habeat puellam (omito formam intra modum venustam) dignam non negasses, ad quam sola ea gratia devenires.” (Resendii, 1790, p. XLIV-XLV). Disponível em: file:///C:/Users/famam/Downloads/107144_v1.pdf. Acesso a 15 de janeiro de 2025.

³ Relembra-nos Maria da Conceição Vilhena que nesta altura não existiam ainda os estudos secundários ou liceais, por isso seria corrente e não causaria estranheza a presença de alunos de tenra idade nas universidades (2009, p. 86).

Por seu turno, Antónia Fialho Conde também corrobora essas informações e acrescenta: “terá tido formação inicial de professores particulares e contactou com alguns docentes da Universidade de Évora, como Luís de Molina.” (2024, p. 6). Outro fator relativo a essas provas é que os críticos atribuem a obra considerada perdida e referida por Diogo Barbosa Machado na sua *Bibliotheca Lusitana* (1752) como manuscrita, intitulada *Flosculus Theologicalis*, que aborda várias questões teológicas em diálogo. Supõe-se, pois, que seria as suas ideias da conclusão de licenciatura em Filosofia defendida em 1565.

O segundo relato que temos sobre a erudita calipolense vem da pena de outra figura que esteve presente com a escritora. Trata-se do secretário João Baptista Venturino, um dos membros da comitiva do Cardeal Alexandrino, sobrinho do Papa Pio V, que numa missão oficial acompanhado de D. Sebastião e de S. Francisco de Borja, entre outros, chega a Vila Viçosa em 1571. É esse relatório de viagem que após três séculos é publicado por Alexandre Herculano nos seus *Opúsculos* (1884). Ficamos a saber que a comitiva passa por Elvas e vai pernoitar no palácio dos duques de Bragança. É também nesse contexto que se indica que Públia Hortênsia de Castro ia defender “conclusões naturais e legais”, em 1571, portanto, seis anos após a conclusão da sua licenciatura em filosofia/teologia. É justamente essa informação, relatada por alguém que esteve *in loco*, que nos dá uma outra achega sobre a instrução académica da erudita calipolense:

Vila Viçosa tem famosas mulheres e, entre outras, uma que não o é menos da alma que do corpo, da idade de vinte e três anos, filha de Thomé (*sic*) de Castro, à qual, por sua muito literatura, chamam Publia Hortênsia. Esta donzella, que frequentara Salamanca, quis defender conclusões naturaes e legaes, o que não teve lugar por causa da subita partida do Legado. (Venturino *apud* Herculano, 1884, p. 57-58)

Teria Públia então, como supõe Maria da Conceição Vilhena, defendido provas no Paço Ducal, mesmo sem a presença dos ilustres que lá pernoitaram. Significa também dizer que ela defendeu primeiro em Évora temas referentes a teologia e humanidades e no Paço Ducal, num grau já de doutoramento, teria mudado o campo do saber para ciências naturais e legais – ciências e direito. Refere-se então que teria sido Salamanca o segundo destino universitário da autora.

Como se sabe, as mulheres eram proibidas de frequentar a universidade, por isso, devido a essa regra, Frei Luís dos Anjos⁴ (1580-1625), na obra *Jardim de Portugal em que se dá noticias de algumas Sactas, e outras molheres, ilustres em virtude, as quaes nascerão, ou viverão, ou estão sepultadas neste Reino, e suas conquistas*, publicada em 1626,⁵ um ano após a morte do autor, conjecturasse que a filóloga calipolense usasse roupas masculinas e frequentasse outra universidade portuguesa:

⁴ Contemporâneo da escritora de Vila Viçosa, e que teria cerca de 15 anos quando Públia tinha falecido em 1595.

⁵ Utilizamos para o nosso trabalho a edição modernizada de 1999, organizada por Maria de Lourdes Correia Fernandes, e disponível no seguinte endereço eletrônico: file:///C:/Users/famam/Downloads/Fr_Luis_dos_Anjos_Jardim_de_Portugal_162.pdf. Acesso a 27 de março de 2025.

Percursos biográfico e literário de Públia Hortênsia de Castro. Transcrição e comentários ao instrumento de procuração de Públia Hortênsia de Castro para administração da fazenda da Infanta D. Maria

Também floresceu então Hortensia de Crasto (*sic*), natural de Vila Viçosa, que, à imitação das donzelas gregas que aprendiam nas Universidades, veio à de Coimbra aonde se deu aos estudos com notável cuidado, em trajes de estudante, sem ninguém saber que era mulher, salvo dous seus irmãos que a tinham, melhor retórica, boníssima lógica, grande filosofia, maior em metafísica e grandíssima em algumas matérias que tratam de teologia, pelo que teve mérces dos reis que algumas vezes a viram orar e defender conclusões em as ciências que estão ditas. (Anjos, 1999 [1626], p. 241)

Apesar de Hortênsia de Castro ter falecido em 1595, essa afirmação de Fr. Luís dos Anjos poderia ser um lapso que confundiu a Universidade de Évora com a de Coimbra, ou teria a nossa autora realmente frequentado um terceiro espaço universitário ou até mesmo teria ela assistido aulas em Coimbra e defendido o seu trabalho de “conclusões” em Évora? O certo é que não se encontrou até hoje nenhuma comprovação dessa informação. É devido a esse relato que se registou na História a notícia da autora se travestir de homem. Segundo o relato do Fr. Luís dos Anjos, Públia teria frequentado, sem indicar nenhuma data, o curso ao lado de “dous irmãos”, um deles, como se sabe, é Jerónimo de Castro e o outro não sabemos até hoje sua identidade. Por isso, autores no século XIX, como J. H. da Cunha Rivára, afirmam que a nossa autora usava trajes estudantinos em Coimbra na companhia do seu irmão, Jerónimo de Castro (cf. RIVÁRA, 1841, p. 28).

Notamos que na *Bibliotheca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado, se reproduz a informação de Fr. Luís dos Anjos, e se dá como certa a sua ida para a Universidade de Coimbra (1752, p. 629). Por isso, Carolina Michäelis de Vasconcelos tenta encontrar um caráter de uma educação estritamente *nacional* nesta erudita mulher, como bem explica:

E como, ao ver de todos os estrangeiros, Salamanca era a verdadeira universidade peninsular, lá mettem este nome, sem receio de errar. Os nacionaes, pelo contrario, meteram Coimbra. Sabendo, porém, de sciencia certa, que nunca pessoa alguma se havia sentado em saias nas bancadas das aulas conimbrincenses, idearam a única explicação possível, e deram-na como certa: a saber que Hortênsia vestira trajes de homem, vivendo incógnita na companhia de dois irmãos. Fizeram mal em inventar dois irmãos, não se contentando com o único cuja existência está provada (Vasconcelos, 1994, p. 115).

Estes factos fazem-nos pensar que só sob a masculinização dos trajes⁶ é que poderia ocorrer tal caso, possibilidade única para a sua formação nacional, já que

⁶ Outra questão importante é que, como afirmado na obra *A autoria feminina na literatura portuguesa: reflexões sobre as teorias do cânone* (2014), de Fabio Silva, certamente, o que causaria espanto não seria apenas todo o seu conhecimento, mas as formas retóricas e de eloquência com que dialogava em pé de igualdade com homens da sua época, um feito único no que se refere à projeção de um diálogo de igualdade entre os sexos sem reprodução de estereótipos. O que viria, cremos, a causar inveja e a criar vários mitos em torno da sua personalidade: “É evidente que uma mulher destas teria um único caminho numa sociedade seiscentista: o caminho dos claustros, único

havia uma interdição às mulheres de frequentarem a universidade. Contudo, não poderemos esquecer que ter um progenitor familiar do arcebispo de uma das principais cidades da Península certamente terá trazido alguns benefícios à autora, fosse por uma aceitação na Universidade de Coimbra ou Évora, fosse por uma ida para Salamanca, o que explicaria, de facto, a sua menos difícil penetração no meio universitário. Contudo, Joaquim Francisco Soeiro Torrinha, num artigo intitulado “Evocação da vida misteriosa de Públia Hortênsia de Castro”, publicado na revista *Callipole*, dá-nos uma justificação mais plausível ao considerar Évora como possível universidade frequentada por Públia, porque simplesmente ela poderia frequentar a instituição sem, no entanto, estar em sala de aula com os outros alunos do sexo masculino:

Teria cursado na Universidade ou fora dela, particularmente apadrinhada pelo seu próximo parente, o Bispo de Évora de nome João de Melo, com facilidades de lhe conseguir Professores que em Évora abundavam ao tempo, e livros, estes mais facilmente, porque os havia abonde nas bibliotecas dos eclesiásticos e na própria Universidade, locais onde o Bispo se movia sem dificuldade. (Torrinha, 1993, p. 28)

Aliás, toda esta exposição referente ao seu nome fez com que discursasse, segundo alguns relatos, a Filipe II, em Elvas, e que este lhe concedesse uma tença anual de quinze mil réis, como consta numa obra, depositada na Torre do Tombo, intitulada *D. Sebastião e D. Henrique* – vale destacar que é só depois de receber tal tença, em 1581, que Públia se encerra num convento.⁷ Aliás, mesmo na velhice, até mesmo um ano antes de sua morte, ela recebe uma mercê de dois mil réis que D. Teodósio lhe concedeu no dia 27 de junho de 1594 (o documento respetivo está depositado na Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa).

Além disso, as informações são desencontradas sobre os valores exatos: Barbosa Machado diz que ela recebeu, após discursar em Elvas, uma tença de vinte mil réis de Felipe II, informação reproduzida por Rivara. José Joaquim Gomes de Brito publica o caderno de despesas feitas como o pagamento das tenças atribuídas pela Infanta Dona Maria contidas no seu testamento datado de 18 de julho de 1577, referentes a contas de 1590 até 1596 e consta que a autoria recebia o valor de 6 mii réis (*apud* Vilhena, 2001, p. 88). É Carolina Michaelis de Vasconcelos que publica

lugar onde o conhecimento feminino era permitido, já que a educação erudita feminina estava associada, para além de um pequeno grupo de infantas e nobres, a uma ideia preconcebida de “génio” equivalente à santidade, o que deveria ser preservado e guardado para se manter o único estereótipo possível nesta altura: o da Virgem Maria, ou mãe, ou mulher virgem e mística enclausurada nos sofrimentos do seu filho. Esse ideário de educação e as poucas perspetivas possíveis às mulheres geraram muitas controvérsias em torno da autora, principalmente no que diz respeito à sua carreira universitária” (Silva, 2014, p. 123).

⁷ Para Maria da Conceição Vilhena, além da relação com parentes eclesiásticos, outros motivos fariam Públia professar em 1581: “Nessa data Públia Hortênsia tem 33 anos. É ainda relativamente jovem, mas deve estar cansada de uma vida instável, ora num palácio ora noutra, e com a dor de assistir à morte dos seus protectores. Por isso decide ‘recolher-se’” (2009, p. 90).

Percursos biográfico e literário de Públia Hortênsia de Castro. Transcrição e comentários ao instrumento de procuração de Públia Hortênsia de Castro para administração da fazenda da Infanta D. Maria

o alvará de concessão de tença, depositado na Torre do Tombo, e ficamos a saber por esse documento os elogios do monarca espanhol à autora, sem, no entanto, o texto mencionar as “conclusões” de doutoramento – afirma-se a sua apetência às letras com suma habilidade – como afirmam alguns críticos posteriores, na senda das afirmações de Barbosa Machado (1752, p. 629):

D. Felipe, etc. Faço saber aos que esta carta virem, que, havendo respeito às letras e suficiência de Públia Hortênsia de Castro e mo pedir o Príncipe-Cardeal, hei por bem de lhe fazer mênção que ela haja e tenha de minha fazenda, em cada um ano, quinze mil réis de tença, para se melhor poder sustentar e recolher; os quais começará a vencer de 28 dias do mês de Fevereiro deste ano presente de 581 em diante. Pelo que mando aos vedores da minha fazenda que lhe façam assentar os ditos quinze mil réis de tença no livro delas e despachar dos ditos 28 de Fevereiro em cada um ano a parte onde deles haja bom pagament. E por fimeza do que dito é, lhe mandei passar esta carta padrão, por mim assinada e selada com o meu selo pendente.

Batista de Guerra a fez, – Elvas, a dois de Novembro, ano de 1581. – Eu, Manuel Pessoa, a fiz escrever. (Vasconcelos, 1994, p. 114)

Como não havia nessa altura nenhum príncipe-cardeal em Portugal, Maria da Conceição Vilhena atribui esse nome ao estrangeiro Cardeal Arquiduque de Áustria Alberto VII, educado em Espanha, que teria recebido a promessa de ficar Vice-Rei de Portugal, como de facto aconteceu em 1583-1598. (cf. 2001, p. 90)

Contudo, o maior mistério que envolve o seu nome é o da sua obra literária. Somente na *Bibliotheca Lusitana* é que encontramos uma entrada sobre a autora indicando as obras que até hoje permanecem perdidas. São elas: *Flosculus Theologicalis* (constava de várias questões teológicas em diálogo); *Poesias Várias, latinas, e portuguesas*; *Cartas latinas e portuguesas a diversas pessoas*. Nessa última obra não há indicações de interlocutores, pois se soubéssemos a quem a autora se teria dirigido, poderíamos tentar encontrar algum desses manuscritos. Ao citar essas obras, indica-se que estavam na posse, no ano de 1614, de Fr. Jerónimo de Castro, da Ordem dos Pregadores e irmão da escritora, que falecera 19 anos antes, e que professava no Convento da Graça, em Évora. Barbosa Machado ainda cita uma outra obra, que diz que se conservava na Biblioteca Real – provavelmente a biblioteca destruída no terramoto de Lisboa, em 1755, intitulada *Psalmos pela vitoria, e felicidade do Senhor D. Duarte, e declaração dos ditos palmos*, apresentando oito salmos por ela compostos sob encomenda para a Infanta Dona Isabel, mulher do Infante Dom Duarte, quando o seu filho partiu para a guerra em África. Todas as obras citadas são indicadas como “M. S.”. Seriam então manuscritas ou cópias dos originais (?). Barbosa Machado está com a obra em mãos – provavelmente com uma cópia do livro dos Salmos – e transcreve aquilo que seria a única coisa escrita por Públia Hortênsia de Castro que nos chegou até hoje, mesmo tendo vasta obra. Diz Públia Hortênsia de Castro, na transcrição completa citada na *Bibliotheca Lusitana*:

Vossa alteza me ha mandado tirar os Versos do Psalterio com que se pudessem pedir a Deos quanto cousas, vida e victoria para o Principe D. Duarte seu carissimo

filho, e Vossa Alteza como mais conversa com os Ceos, que com nós outros me deu a ordem com compuzesse o Psalmo, em o qual havia de pedir estas quatro cousas que me manda *Scilicet*, que o Psalmo comece em louvores de Deos, o qual eu abservey, porque no principio ponho hum, ou dous versos invitorios, ou que nos convidão a louvar a Deos, e logo hum verso, com que Vossa Alteza louva a Deos. Depois dos louvores, que se sigão versos de esperanças: no terceiro lugar a petição, e que acabassem no fim com grandes confianças do Senhor, o qual trabalhey por fazer brevemente por satisfazer ao serviço de Vossa Alteza. Metera eu estas quatro petições em hum Psalmo, mas sahira tão comprido que causara fastio, e por tanto as distribui por seis Psalmos porque fossem mais breves. Os Psalmos que colhi do Psalterio são seis, e acrescento dous inteiros de David, porque tão vivamente pedem a Deos a destruição dos Turcos, hereges, e mais infieis que não pude deixar de os tresladar, e juntar aos que V. Alteza pede. Em cada Psalmo puz o título do que pede, porque assim como serve a chave para abrir a porta cerrada, serve o título para declaração do seu Psalmo como diz S. Jeronymo. (Públia Hortênsia de Castro *apud* D. B. Machado, 1752, p. 630)

Segundo Barbosa Machado, esses salmos são compostos de versos vários do salterio, ou seja, seriam uma adaptação de diferentes cantos dos salmos recolhidos por temáticas e reagrupados em novos versos? Continua a *Bibliotheca Lusitana* a afirmar que tais salmos vêm acompanhados de breves e eruditas anotações, referindo os seguintes títulos: o 1.º Psalmo é pela vida do Infante D. Duarte, 2.º 3.º 4.º e 5.º salmos pelas vitórias do Infante, o 6.º para que Deus o livre da terra (do falecimento), o 7.º para que Deus o livre do mar (afogamento), e o 8.º para que Deus o livre do inimigo. A primeira referência que a autora faz é a uma seleção na qual ela “colhe” os salmos que se enquadram dentro dos pedidos da Infanta. Apesar de Thereza Leitão de Barros afirmar que Públia fez mesmo uma tradução (1924, p. 87), Fábio Silva apresenta outra interpretação afirmando: “o que constatamos é que a autora vai além de simples traduções ou transcrições e revela-nos que, sob a ordem da infanta, produziu textos interdisciplinares que dialogam com os salmos, que os superam ou mesmo reescreve seguindo as temáticas pedidas (pedindo vida, vitória para o seu filho, livrando-o dos perigos como dos inimigos, da terra e do mar)” (Silva, 2014, p. 123).

Neste trecho da sua introdução aos Salmos, podemos observar o trabalho desenvolvido por Públia e a sua autocritica no sentido em que percebe um certo hermetismo no seu trabalho (“mas sahira tão comprido que causara fastio”) e que tal texto não deveria suscitar na sua leitora, a ilustre infanta, tal enfado, visto que a leitura deveria servir como consolo e o texto ser de fácil compreensão.

Voltando ao *Jardim de Portugal*, o seu autor, Fr. Luís dos Anjos, teria cerca de 15 anos quando Públia faleceu em 1595. O relato contido na obra deve ter sido feito a partir de coleta oral e não diretamente do convívio de Anjos com a autora. Este terá escutado de contemporâneos, como André de Resende e João Baptista Venturino, que conviveram ou conheciam as façanhas da autora, em clausura desde 1581, cujos relatos eram fiéis e mais condizentes com a realidade.

Contudo, há um outro autor que poderia ter conhecido a escritora pessoalmente e que a cita no *Parnaso de Vila Viçosa* (datado de 1618, segundo Christopher C.

Lund). Referimo-nos a Francisco Morais de Sardinha que, segundo o Padre Espanca, se teria casado em 1583 – nessa altura ele tinha 24 anos e Públia já estava encerrada no convento – e residiria em Vila Viçosa, onde provavelmente nascera em 1559 e falecera em 1626. O relato contido na obra desse autor pode ser também um testemunho mais verídico sobre a escritora, visto que mesmo em tenra idade já devia ter conhecido os dotes intelectuais da jovem filósofa da sua terra.

Nessa obra, Sardinha refere que em Vila Viçosa (“monte Parnaso do Mundo”) era conhecido o famoso excesso de dotes de habilidade e ciências de Públia Hortênsia de Castro, que em companhia de seu irmão se atrevera, em hábito de estudantes, “ao estudo das letras” (2003 [1618], p. 297). Em poucos anos não só se achou “consumada não apenas em Humanidades mas em Filosofia justamente, fazendo vantagem a tantos que por isso foi notada e conhecida entre todos, sem haver quem alcançasse o segredo de que só seu irmão era o sabedor.” (Sardinha, 2003, p. 297). O autor afirma que Hortênsia de Castro era notadamente recolhida e que era avistada por poucos. Na sua casa, era sabido que ela e seu irmão recebiam muitas visitas, porém manteve-se sempre “honesta” e “sisuda”, com a mesma honra e fama com que entrara nas escolas, não revelando o seu segredo até estar salva do perigo, pois, por ser uma donzela, poderia ser expulsa do curso e ter a sua honra denegrida por conviver diretamente com vários homens.

Segundo o mesmo relato, depois de um período de estudos na universidade (não se indica qual), Públia foi descansar na casa do pai, Tomás de Castro, e não se contentando apenas em estudar, mas em pôr em prática o que aprendeu, “determinou de compor um livro, como fez, ao qual intitulam e pôs o nome de *Floculus Theologia*, amostrando nele seu grande engenho, saber e habilidade” (2003, p. 298). Sardinha acrescenta mais informações à biografia da nossa autora ao revelar que a primeira tença recebida foi pela indicação do Infante Cardeal Dom Henrique: “Rei foi nosso, pressidido, por mais honrá-la, em umas conclusões que ante ele teve, nas quais disputou e argumentou com muitos religiosos, sem nunca poder ser vencida.” (2003, p. 298). Provavelmente aqui seria uma referência à disputa observada por André de Resende em 1565, visto que, nessa altura, o Cardeal D. Henrique serviu como regente (1562-1568) do seu sobrinho-neto, o rei D. Sebastião, e estaria, portanto, presente na famosa disputa pública.

Outras tenças mencionadas nesta obra dizem respeito à Infanta D. Maria, que, além das muitas mērces que lhe fazia, não só de favores, mas por estima, lhe dava pecúnia e vestidos, juntamente com outros príncipes e princesas, sem mencionar quais seriam. Também o arcebispo de Évora, D. João de Melo, a favorecia e a honrava com muitas mērces. Foi louvada em diversos versos, desde o sobrinho do arcebispo, João de Melo da Silva,⁸ que lhe dedicou um poema “A minha prima Públia Hortênsia de Castro”, a outros fidalgados na altura lhe fizeram epigramas, versos heroicos e distícos em latim e em português.

⁸ No caderno de despesas da Infanta Dona Maria, em 1591, o procurador de Públia é justamente o seu primo João de Melo e Castro. Já em 1593 as tenças foram recebidas pelo irmão, o frei Jerónimo de Castro, da Ordem de São Domingos, no valor de dois mil réis.

Sardinha afirma que El Rei Dom Filipe “entrando a tomar posse desse reino em Elvas”, estando Públia Hortênsia de Castro por essa razão na cidade e o rei sabendo de sua fama em Portugal, mostrou desejo de a ver. Sardinha relata desta forma este momento da vida da escritora: “Publia Hortência de Castro, que veo ante ele e argumentou com muitos, levando a palma a todos, de sorte que não só contentam a el Rei, mas pôs em espanto a todo o auditorio, fazendo-lhe logo mênça de quinze mil réis de tença, dos quais eu vi o padrão.” (2003, p. 299). Também Carla Alferes Pinto, na sua tese *O Mecenato da infanta D. Maria de Portugal, 1521/1577*, ao falar das damas da corte da Infanta e em particular de Públia Hortênsia de Castro, afirma a este respeito que: “defendeu teses em Elvas na presença de Filipe I, que apreciou tanto o seu discurso que a dotou mais tarde de uma tença de 15000 réis” (Pinto, 1996, p. 154), a qual consta do alvará de 2 de novembro de 1581.⁹ Por sua vez, Anabela Natário, em artigo publicado no jornal *Expresso* em 25/6/2018 afirma que para desilusão de não ter lido publicamente o seu discurso perante o legado do Papa, dez anos depois voltaria “a ter azar semelhante quando Filipe II de Espanha e I de Portugal se instalou no nosso reino, onde viverá dois anos, sem contudo indicar a sua fonte”.

O autor de *O parnaso de Vila Viçosa* ainda nos dá a conhecer outra faceta erudita da aclamada autora, nomeadamente os seus dotes musicais, e refere uma enfermidade não identificada que a acometia:

Em sua virtude perseverante viveu Públia Hortênsia de Castro depois disto alguns anos, no cabo dos quais adoeceu e morreo santamente, deixando a uma irmã freira no Convento de Santa Cruz, da Ordem do Doutor Santo Augustinho desta Vila Viçosa, grande música e tangedora; e assi a um irmão frade da ordem de Santo Domingos, homem douto, letrado e pregador. (Sardinha, 2003, p. 299)

Haveria na posse da referida freira espólio da autora e sabemos que o irmão de Públia tinha alguns pertences seus, como já referira Barbosa Machado sobre os manuscritos da autora. Outro fator importante é o de uma doença que a foi definhando aos poucos durante certo tempo, vindo a falecer a 10 de outubro de 1595. Também sobre a morte, enterramento e espólio da autora continuam a levantar-se várias questões.

No texto referido, Sardinha não torna evidente se apenas uma parte do espólio de Públia estava no convento da dita irmã do Convento de Santa Cruz em Vila Viçosa, se a autora estava aí encerrada ou se foi enterrada nesse espaço. Já o Padre Joaquim Espanca afirma que ela foi sepultada no claustro do Convento da Graça, em Évora (Espanca, 1983, p. 78).

Barbosa Machado diz que a autora foi sepultada no Convento da Graça em Évora, pertencente à ordem masculina dos agostinhos, onde o irmão professara e Maria da Conceição Vilhena afirma que há uma autorização para o seu enterramento no Convento do irmão, mas que até a altura de publicação de seu artigo na revista *Callipole* não teve acesso ao documento. Por essa perspetiva, podemos con-

⁹ Este alvará está publicado em Vasconcelos.

jeturar que seria vontade da autora ser enterrada no convento onde o irmão professara? Contudo, Antónia Fialho Conde conjectura outro paradeiro, pois, após examinar as sepulturas do que resta do atual Convento da Graça, afirma: “constatamos, porém, a ausência de elemento tumular a ela relativo nesse local. Se é possível que obras de pavimentação o tenham ocultado, também não será improvável que o seu último refúgio tenha sido um convento da mesma Ordem nesta cidade [Évora], mas feminino, o de Santa Mónica.” (2024, p. 8).

O esplendor de Públia Hortênsia de Castro foi imortalizado na pintura. Durante décadas, o seu retrato foi publicado a preto e branco por diversos autores e recentemente veio a lume a imagem original, publicada por Vitor Serrão (2025), pertencente ao recheio museológico da Biblioteca-Museu Anselmo Braamcamp Freire, em Santarém, datado de cerca de 1585, já no período da clausura da autora e da sua fama internacional. Serrão afirma que apesar de darem a autoria do quadro a André Peres, o facto de Públia conhecer o célebre poeta-pintor, Jerónimo Corte-Real (1525-1588), “que lhe admirava os dotes, permite avançar com uma hipótese de trabalho de autoria do retrato.” (2025, p. 11).¹⁰



Retrato a óleo sobre cobre, medindo 25 x 18,7

¹⁰ No livro que ostenta a figura de Públia, letras latinas referentes ao livro de *Eclesiastes*, 51:23: “*danti mihi sapientiam dabo gloriam*” (“da-me sabedoria para atingir a glória”). Pintura, muito importante, nas palavras do historiador Vítor Serrão: “valia iconográfica, como se reconhece, tem também mérito artístico: não só a expressão do rosto é vigorosa, como certa a pose da retratada em meio corpo num compartimento exíguo, enquanto que a caracterização do espaço envolvente mostra certa ciência pictural. Vemos Públia Hortênsia a escrever na sua cela no convento das agostinhas de Évora e a fitar-nos de modo convincente, num tempo de interrupção da escrita, com olhar sereno, imbuído da força intelectual de que a sua obra faz boa prova.” (2025, p. 11)

Por fim, ficamos a saber da existência, através de um artigo de Afonso de Carvalho, publicado n' *O Giraldo*, em 1988, de mais um documento referente à autora que contém a sua assinatura. No Arquivo Notorial de Évora, livro 13, ato notorial de 27 de novembro de 1577, está contido o instrumento de procuração de Públia Hortênsia de Castro para administração da fazenda da Infanta D. Maria. Assim, transcrevemos pela primeira vez o documento que traz algumas luzes sobre a esparsa biografia da nossa autora, suscitando também novas questões.

**Instrumento de procuração de Públia Hortênsia de Castro,
para administração da fazenda da Infanta D. Maria.¹¹**

1577, 27 novembro

ADEV- NOT-CNEVR-001

(fl. 66)

dada

+

Saibão os que este estromento de procuraçam virem que no ano do nascimento de noso senhor Jesu christo de milll¹² E quynhemtos E (fl. 66v) setemta E sete em vimte E sete dias do mes de novembro em esta çidade d'evora nas casas da morada de tomas de crasto / E estando asy presente hortemçia de crasto filha do dito tomas de crasto / moço da camara que foj da Jfamte dona maria que deus tem em gollria(*sic.*) llllogo por ellla foj dito que ella fazia por seus precuradores Avomdosos com poder de sobestaballleçerem huns E quantos precuradores quiserem E Reuogarem-nos se Cumprir Ver entemderem ser o efeito desta / ha amRique lllopez / E a francisco Jorge seu filho / E a manoell llopez E a amtonio lllopez de craualho escudeiro figallgo da casa d'ell-Rej nosso senhor / E a Joam de mello da sillua fjdallgo da casa do dito senhor E ha felllipa de gouuea de souto major / E a gaspar d'all-mejda corea moradores na çidade de lixboa / E ha garçia gomez / E a pedr'allluarez moradores nesta çidade / que esto amostraram Aos quais todos Juntos E a cada hum delles Junto a elle ordenou e outrogou todo o seu poder pera que por ella Comstetujmte E em seu nome posam E cada hum E posa aRecadar E Reçeber E pera sua mão aVer dos allmoxarifes tesoureiros E Reçebedores E testamenteiros /. da dita senhora Jfante e tudo o mais que a outras pessoas que careguo tenham da fazenda que dellla fycou todo o dinheiro E mais Coisas que lhe a ella he deujdo (fl. 67) E ao diamte for deujdo da moradia E temça E merçes que ella tynha E lhe fforam E deixou E tynha feito ha dita senhora Jfamte / E de tudo o que Receberem E cada hum Reçeber podera dar conhecimentos em forma E quitaçõens que lhe pedidos em çisa vos forem pera seguramça de quem lhe pagar E entregar o sobredito E publicarem E cada hum podera hasinar em todos os llliuros E quadernos e mais papeis que

¹¹ Optamos por uma edição semidiplomática, no intuito de ficar uma leitura mais legível e clara. Assim, pois, desenvolvemos abreviaturas, estabelecemos fronteiras de palavras, mas mantêmos a *mise-en-page* e não modernizamos o texto.

¹² A triplicação do escreva é um particularismo do scriptor.

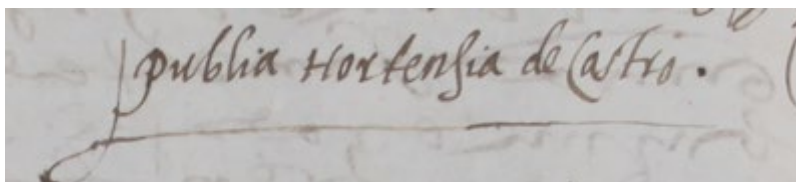
**Percurso biográfico e literário de Públia Hortênsia de Castro. Transcrição
e comentários ao instrumento de procuração de Públia Hortênsia de Castro
para administração da fazenda da Infanta D. Maria**

lhe mandarem E em tudo obrigarem seus benns / E pera aRecadação de tudo sendo neçesa-
jro publicarem cada hum podera Liurar E Requerer toda sua Justiça perante quem pertem-
çer E Jurarem em sua alllema Juramemto de allema / E outro qualquer que lhe for dado / E
as partes contrajras ho fazerem dar / E em suas allemas o deixar pera que tudo farão como
ellla comstetujmte faria sendo a elllo presente porque ha tudo lhe da E outorgua o seu poder
comçervar a geralll administraçam / e ho qual elle for por cada hum delles ffoi dito E feito
primeiramente de o aVer por boom firme E vallleroso pera sempre de os Relleuar do enca-
rego dos atos d'açam / sob hobrigaçam de seus bens moueis E de raiz auJdos E por aVer que
a ello obrigou E em testemunho de Verdade o outorgou (fl. 67v) testemunhas que estauam
presentes pedro diaz E Joam symõens trabalhadores E moradores Em esta çidade E ha dita
comstetuJmte hasynou na nota / Eu allluaro Ramalho tabeliam que o fiz.

Publia Hortensia de Castro.

pedro + diaz

Joam + symõens



Assinatura a punho pela própria escritora

Este documento, escrito e lavrado em Évora, na casa de Tomaz de Castro pelo Tabelião Álvaro Ramalho, tendo como testemunhas Pedro Dias e João Simões e na presença de Públia Hortênsia de Castro, mostra, por um lado, as qualidades e a importância desta mulher quinhentista, permitindo repensar uma série de questões sobre o papel da mulher neste período histórico e sobre a existência de elites culturais no feminino. No século XVI, o papel da mulher em Portugal era fortemente condicionado pelas normas sociais, religiosas e legais da época. A sociedade portuguesa era patriarcal, e as mulheres viviam sob a autoridade dos homens – pais, maridos ou tutores, mas, apesar disso, algumas mulheres, sobretudo nobres, tinham acesso a uma educação mais refinada, podiam participar da vida cultural da corte e exercer influência política indireta escapando ao casamento e à submissão, ao silêncio e à clausura. É o caso da Infanta Dona Maria e também, numa outra dimensão, o de Públia Hortênsia de Castro. Lembremo-nos que o século XVI conheceu o auge e a falência do nosso império, devido a dificuldades políticas que terminaram na União dinástica e no domínio filipino. Contudo, também este foi o século esplendoroso na cultura através de figuras como Camões, André de Resende, André de Gouveia, Damião de Góis, entre outros.

Públia Hortênsia de Castro, moça de Câmara da Infanta Dona Maria, com formação notável, como já referimos, é uma mulher culta, que foi também protegida

da duquesa Isabel de Bragança, com quem terá privado no Paço Real de Évora, provavelmente a partir de 1574. Isabel de Bragança, duquesa de Guimarães que se tornou esposa do Infante D. Duarte, era uma mulher culta que gostava de se rodear de eruditos e eruditas e que teve um papel na cultura da sua época, e na valorização da formação educacional e política da mulher no século XVI. Foi este percurso sinuoso que lhe permitiu fazer parte do testamento da Infanta Dona Maria, que a contempla com seis mil reais de tença em cada ano da sua vida. Foi este percurso que tornou possível o documento que aqui apresentamos.

O documento tem por objetivo nomear nove procuradores (sete de Lisboa e dois de Évora) para que possam receber os bens destinados à autora e que lhe foram deixados pela Infanta Dona Maria, que falece justamente a 10 de outubro de 1577. Esses procuradores são: Henrique Lopes e o seu filho Francisco Jorge, Manuel Lopes e António Lopes de Carvalho, (escudeiro fidalgo da casa d'el-Rei), João de Melo da Silva, (fidalgos da casa d'el rei), Filipa de Gouveia de Souto Maior e Gaspar d'Almeida Correia, moradores na cidade de Lisboa e, finalmente, Garcia Gomez e Pedro Alvares, moradores em Évora. Quem são estes procuradores? Estes homens representavam uma rede de apoio composta por indivíduos com diferentes graus de influência e prestígio social. Repare-se que entre eles constam fidalgos da casa de El Rei. É o caso de António Lopes de Carvalho e João de Melo da Silva, que são identificados como fidalgos da Casa d'El-Rei, título que era concedido a nobres que prestavam serviços diretos ao monarca e estavam inscritos nos “Livros d'el-Rei”. Também o facto de uma mulher – Filipa de Gouveia de Soto Maior – ser sua procuradora, revela-nos um tempo em que algumas mulheres notáveis, inspiradas pela Renascença italiana, tiveram uma forte ligação com uma nova visão do mundo, desempenhando outros papéis.

Por outro lado, Garcia Gomez e Pedro Álvares, moradores em Évora, centro cultural e religioso que abrigava a Universidade e era sede de várias instituições eclesiásticas, mostram também que Públia Hortênsia de Castro tinha aliados em diferentes regiões estratégicas do país, nomeadamente naquela em que terá vivido mais tempo. A escolha desses procuradores por Públia Hortênsia de Castro reflete uma estratégia de aliança com indivíduos influentes em diferentes esferas – nobres com acesso direto ao rei, membros da elite urbana de Lisboa e figuras proeminentes em Évora. Essa rede diversificada teria sido essencial para proteger seus interesses e garantir apoio.

Desse modo, nesse documento, fica evidente que a preocupação de Públia é obter o mais rápido possível tudo o que lhe tinha deixado a Infanta, que, como vimos, não diz respeito só a tenças mas possivelmente a bens. É nesse documento que vem a confirmação que o pai da autora, Tomás de Castro, é moço da câmara da Infanta, mas também que a própria Públia tomou posse do mesmo cargo, tal como consta no caderno de despesas da Infanta: “It Ortencia de Castro, moça de câmara que foi de S. A. Há de haver seis mil réis que tem em cada ano” (*apud* Vilhena, 2001. p. 88).

Outra conjectura que podemos fazer é que as testemunhas, Pedro Dias e João Simões, poderiam ser empregados do pai da autora, justamente homens que não

**Percurso biográfico e literário de Públia Hortênsia de Castro. Transcrição
e comentários ao instrumento de procuração de Públia Hortênsia de Castro
para administração da fazenda da Infanta D. Maria**

dominavam a escrita e que assinaram com um x, indicando-se que a procuração é assinada “nas casas de morada de Tomás de Castro”, que residia e teria propriedades, na altura, em 1577, em Évora.

Moça de Câmara da Infanta D. Maria, contemporânea de André de Resende que, muito a admirava, Públia Hortênsia de Castro continua um mistério. Ela abre uma outra dimensão de investigação que se prende com a importância cultural, social e política que esta mulher teve num “mundo de homens”. Em suma, por todos esses relatos e pesquisas citadas, certamente poderemos considerar Públia Hortênsia de Castro como uma das escritoras portuguesas mais eruditas do século XVI, pois, para além de poetisa, era latinista, tradutora, filósofa, teóloga, doutora em ciências legais e naturais e ainda musicista.

Referências bibliográficas

- BARROS, Thereza Leitão de, *Escritoras de Portugal. Génio Feminino revelado na Literatura Portuguesa*, Vol. 1. Lisboa, Tip. António B. Antunes, 1924.
- CARVALHO, Afonso, Públia Hortênsia de Castro e Évora, in *O Giraldo*, 27 de janeiro de 1988.
- CONDE, Antónia Fialho, Públia Hortênsia de Castro, in *A Magazine* N.º 9. Lisboa, março de 2024, p. 6-9.
- COSTA, André Canhoto, *A corte das Mulheres*, Quetzal, 2025.
- ESPANCA, Padre Joaquim José da Rocha, “Memórias de Vila Viçosa”, in *Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa*, n.º 35, Vila Viçosa, 1992.
- FONSECA, P. Francisco. *Epilogo/Dos quatro Tomos de Evora Illustrada, que compoz o R. P. M. Manoel Fialho da Companhia de JESU./ DEDICADA/ Ao Aminentissimo, e Reverendissimo Senhor./ ALVARO DO TITULO DE S: BARTOLOMEU IN INSULA/ CARDEAL CIENFUEGOS/ Comprotetor da Germania, Arcebispo, e Senhor de Monreal, Conselheiro de Estado de S. M. C. e C., e seo Plenipotenciario à Santa Sé Apostolica. Escrita, acrescentada, e amplificada pelo Padre Francisco da Fonseca da Companhia de Jesus*, Roma, Officina Komarekiana, 1778.
- HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos*, Vol. VI, Lisboa, Viúva Bertrand, 1884. Disponível em: https://purl.pt/718/4/p-5642-p/p-5642-p_item4/p-5642-p_PDF/p-5642-p_PDF_24-C-R0150/p-5642-p_0000_capa-323_t24-C-R0150.pdf, acesso a 4 de janeiro de 2025.
- MACHADO, Diogo Barbosa, Publia Hortensia de Castro, in *Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, Of. Antonio Isidoro da Fonseca, 1752, p. 619-620.
- RESENDII, L. Andr., *Antiquitatibus Lusitaniae*, Tomus I, Conimbrice, Ex Typographia Academic-Regia, 1790. Disponível em : file:///C:/Users/famam/Downloads/107144_v1.pdf, acesso 25 de janeiro de 2025.
- RIVÁRA, J. H. da Cunha, Variedades. Commemorações. Publia Hortensia de Castro, in CASTILHO, António Feliciano, *Revista universal lisbonense: jornal dos interesses physicos, moraes e litterarios por uma sociedade estudiosa*, Tomo II (1842-1843), N.º 3, 5 de outubro de 1841, p. 28. Disponível em: <https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>

- obras/rul/1842-1843/Outubro/N.%C2%BA%20003/N.%C2%BA%20003_master/RULN3.pdf, acesso 6 de janeiro de 2025.
- SARDINHA, Francisco de Moraes, *O parnaso de Vila Viçosa*. Leitura do texto, introdução, notas e índices por Christopher C. Lund, Rio de Janeiro, H. P. Comunicação Editora, 2003.
- SERRÃO, Vítor, Uma cripto-história de Santarém (41): o retrato de Públia Hortênsia de Castro na colecção Braamcamp Freire, in *Correio do Ribatejo*, 21 de março de 2025, p. 11.
- SILVA, Fabio Mario da, *A Autoria Feminina na Literatura Portuguesa Reflexões sobre as teorias do cânone*, Colibri, Lisboa, 2014.
- PINTO, Carla Alferes, *O Mecenato da Infanta D. Maria de Portugal (1521/1577)*, Tese de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1996.
- TORRINHA, Joaquim Francisco Soeiro, Evocação da vida misteriosa de Públia Hortênsia de Castro, in *Callipole. Revista de Cultura*. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1993, p. 21-29.
- VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de. *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas damas*. Pref. Américo da Costa Ramalho, 2.^a ed. (ed. facsimilada), Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994.
- VILHENA, Maria da Conceição, Públia Hortênsia de Castro: uma doutora alentejana já no século XVI, in *Callipole. Revista de Cultura*. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2009, p. 81-97.

A Imaculada Conceição de Vila Viçosa a Fátima

Pedro Sinde

I. Dois ciclos da História sobrenatural de Portugal

A história de Portugal pode traçar-se segundo dois ciclos que nos revelam a sua razão de ser, isto é, a razão por que o Senhor desejou a sua existência: o primeiro ciclo é de acção ou evangelização e o segundo é de contemplação ou oração; o primeiro é de Jesus, o segundo é de Maria.

Ciclo cristico

No primeiro ciclo temos a reconquista, a definição das fronteiras, a partida para a missão de evangelização em todo o mundo; estes elementos compõem um ciclo a que podemos chamar **cristico** e que foi, como se vê, essencialmente de acção, de luta, masculino, por assim dizer, e cumpriu-se no arco que começa com a teofania do Crucificado mostrando-Se a D. Afonso Henriques em véspera da Batalha de Ourique e termina com D. Sebastião (que foi já um último arremedo – nobre, mas extemporâneo). Esta missão de Portugal é tão grandiosa que estava na mente do Senhor quando os discípulos O questionaram sobre o fim dos tempos (Mt 24,3) e Jesus, descrevendo vários sinais que antecederão esse momento, lhes diz: «*Este Evangelho do Reino será pregado pelo mundo inteiro para servir de testemunho a todas as nações*» (Mt 24,14). Ora, o Senhor, na Sua presciência, na Sua onisciência, na Sua providência, ao dizer isto aos discípulos, antevia a grande obra das Descobertas portuguesas, contando, pois, com Portugal como o principal protagonista (com Espanha) desta obra missionária de dar a conhecer a boa nova a todo o mundo.

Cumprida esta missão, depois dos Descobrimentos e do estabelecimento de igrejas e mosteiros em todo o mundo, parecia que Portugal já não tinha razão de ser – a morte de D. Sebastião e a consecutiva perda da independência para Espanha pareciam confirmá-lo. No entanto, a Restauração demonstrou que aqueles sessenta

anos de domínio filipino, foram antes os nossos três dias de sepulcro, para regressarmos como que ressuscitados para uma nova missão – missão essa que começou em Vila Viçosa.

Ciclo mariano

Inaugura-se, pois, com a Restauração, em 1640, um novo ciclo, a que podemos chamar **mariano**, e que teve como pedra basilar a entrega oficial do Reino, por parte de D. João IV, a Nossa Senhora, proclamando-a Rainha de todo o Portugal da época; este ciclo culminou (mas não terminou) com as aparições de Fátima. Tendo Nossa Senhora aparecido na Cova da Iria apenas sete anos depois da queda da Monarquia, parecia vir lembrar-nos que a Rainha seguiria sendo Ela, apesar de tudo. Se o primeiro ciclo foi de acção, este seria de contemplação; se o primeiro foi de combate, este deveria estar orientado para a paz (a presença do Anjo de Portugal ou Anjo da Paz antecedendo as aparições de Nossa Senhora, parece confirmar este ponto).

Nossa Senhora vem aqui revelar o seu Imaculado Coração aos santos pastori-nhos e, através deles, a todo o mundo, como antes o seu Filho revelara em França o Seu Sagrado Coração a Santa Margarida Maria Alacoque.

* * *

No primeiro ciclo da nossa história, que começa em Ourique, é o Senhor que entrega o Reino aos portugueses, dizendo a D. Afonso Henriques: “Eu sou o fundador e destruidor dos reinos e dos impérios, e quero em ti, e nos teus descendentes, fundar um império para mim, pelo qual o Meu nome seja levado às nações estrangeiras.” No segundo ciclo é o rei de Portugal que entrega à Mãe de Jesus, aquele império que o seu Filho pedira ao primeiro rei.

Um traço comum aos dois ciclos é a universalidade da sua missão. Se isto é claríssimo na missão que compôs o primeiro ciclo, não o é menos no momento que agora vivemos. Se no primeiro ciclo Portugal levou Cristo ao mundo que ainda O desconhecia, neste é o mundo que vem a Portugal, para vir a Maria, àquele que é, como diz a *vox populi*, o “altar do mundo”. Mas para além de Fátima, neste segundo ciclo, devemos considerar outros dois acontecimentos espirituais de repercussão mundial; um que precedeu Fátima e outro que o sucedeu:

. Em 1899 o Papa Leão XIII consagra a humanidade ao Sagrado Coração de Jesus, a pedido da Beata Maria do Divino Coração, superiora do convento do Bom Pastor no Porto, depois de esta ter recebido várias mensagens de Jesus.

. Em 1942 o Papa Pio XII consagra o mundo ao Imaculado Coração de Maria, a pedido da Beata Alexandrina Maria da Costa, de Balasar, não muito longe do Porto, uma das maiores místicas de todos os tempos.

Não podemos imaginar o impacto sobrenatural de tais gestos que partiram de Portugal por vontade do Senhor...

Imaculado Coração de Maria: nova Arca de Noé

Finalmente, é ainda à Beata Alexandrina que o Senhor dirá algo de uma importância fundamental para os nossos tempos e para todo o mundo: o Senhor quer fazer do **Imaculado Coração de Maria a nova Arca de Noé**, a Arca de Noé para o final dos tempos. Assim, consagremo-nos a Maria, actualizando individual e livremente aquela consagração do mundo. Renovemos diariamente esta consagração e rezemos o terço, meditando nos mistérios da vida, morte e ressurreição do Senhor Jesus a partir dos olhos de Sua Mãe.

A Irmã Lúcia ensinou que «a Santíssima Virgem, nestes últimos tempos em que vivemos, deu uma nova eficácia à recitação do Rosário» e que «não há problema temporal ou espiritual, por mais difícil que seja, (...) **mesmo da vida dos povos e nações, que não possa ser resolvido pelo Rosário**». Assim, quando rezamos o terço, confiemos na eficácia sobrenatural do rosário, porque a Santíssima Virgem não disse que teriam de ser muitos para ser eficaz! E Nosso Senhor disse que basta que dois ou três estejam reunidos em Seu Nome para Ele estar. Assim, mesmo que sejamos um “pequeno remanescente”, rezemos confiantes não no nosso pobre poder, mas no poder de Nossa Senhora, nossa Rainha e Mãe, nossa intercessora junto do Rei dos reis!

Lembremo-nos de que foi também aqui que a Senhora do Rosário fez uma promessa **incondicional**: a de que *no final, o seu Imaculado Coração triunfará*. E nós, pela oração do rosário, mantenhamo-nos dentro desta nova Arca de Noé, para, nela, exultarmos com esse triunfo!



O Ciclo Mariano – da Imaculada Conceição de Vila Viçosa, Rainha de Portugal, a Nossa Senhora de Fátima, Altar do Mundo.

II. Portugal e o depósito da fé no Coração Imaculado de Maria

Assim como mandei fechar tudo na Arca de Noé antes do dilúvio, assim quero fechar o mundo inteiro naquela Arca Santíssima.

Jesus à Beata Alexandrina, 1936

Vamos agora aprofundar alguns aspectos do que dissemos na primeira parte.

Os portugueses têm uma imagem de si próprios, espiritualmente, muito menorizada; não é demais, no entanto, insistir que eles têm uma missão; uma missão que os uniu durante séculos e que foram cumprindo quase sem pensar nisso. Não uma missão que fantasiaram para si mesmos, mas uma sagrada missão dada pelos Céus. Numa radiomensagem, a 13 de Maio de 1946, feita em português(!), o Papa Pio XII, conhecido como o Papa de Fátima, chamou a atenção do mundo para “as torrentes que [da Cova da Iria] se derramam sobre todo o Portugal, e de lá, rompendo pelas fronteiras, se vão espalhando por toda a Igreja e por todo o mundo”.

A missão que nos foi incumbida por Cristo, no início da nossa história, com o milagre de Ourique, fez a Reconquista, os Descobrimentos e a Restauração. É verdade que no “interregno”, entre 1580 e 1640, os portugueses pareciam pensar já ter perdido a razão de existir como País, pois a primeira parte da sua missão universal se cumprira já: levar o cristianismo a todo o mundo. Esse período de sessenta anos equivaliu à manifestação exterior de uma mudança de ciclo no interior da alma portuguesa – como o pousio para um campo, assim foi a sua breve quase reintegração peninsular. No entanto, a Restauração, em 1640, viria a ser o sinal de que ainda havia sentido para a sua existência como País. Em 1646, quando D. João IV entrega Portugal, com a sua coroa, à Imaculada, semeia uma semente do mundo espiritual nesta nossa terra; semente que permaneceu debaixo da terra, da terra da alma portuguesa, até 1917, altura em que veio a florescer em Fátima. O santuário do Sameiro (1890), dedicado também à Imaculada, foi um primeiro rebento, que veio preparar aquela eclosão de Fátima, situada, curiosamente, em termos geográficos, entre os dois prestigiados santuários à Imaculada que o precederam: Sameiro e Vila Viçosa; genericamente, podemos ver que temos três santuários da Imaculada: um a norte, outro a sul e outro no centro; como se assim o País estivesse inteiro sob um imenso escapulário, o manto da Virgem. E aqui recordamo-nos da importância sobrenatural do acto de D. João IV, quando em 1654 ordena a colocação das lápides com a consagração de todo o seu Reino (e não apenas Portugal continental) à Imaculada, como “verdadeira Rainha de Portugal” e ainda com o juramento de defender até à morte a Imaculada Conceição de Maria, duzentos anos antes da proclamação do dogma, em 1854.

Em 1917, a Virgem veio dizer aos portugueses que a sua missão se transformara, mas que iria continuar. Deus quis assim ensinar a três crianças humildes, aquilo que aos doutores quis esconder. E esses mesmos doutores ainda hoje riem pirronicamente das três crianças, ignorando que a sabedoria de Deus é loucura aos olhos dos homens...

Interessa-nos agora destacar particularmente dois aspectos da mensagem de Fátima, ligados à missão de Portugal, neste ciclo que começou em Vila Viçosa:

1. A Virgem diz, em 13 de Julho, que *em Portugal se conservará sempre o dogma da fé*, e isso apesar dos tempos de generalizada apostasia em que temos vivido. Este ponto é o centro a partir do qual tudo o resto se ordenará: a fidelidade dos portugueses ao depósito da fé (se pudermos identificar “dogma da fé” com “depósito da fé”). A ideia de que haverá uma apostasia generalizada está, de resto, perfeitamente de acordo com o que diz o próprio Catecismo sobre o fim dos tempos (§ 675, onde se fala de uma “impostura religiosa” e de uma prova que “abalará a fé de numerosos crentes”) e, naturalmente, o Evangelho, nas tremendas palavras do Filho de Deus: “Quando, porém, voltar o Filho do Homem encontrará fé sobre a terra?” (Lc 18, 8). Se se conservará sempre, então, podemos pensar num papel espiritual análogo ao de um barco, uma barca, uma arca – uma arca de Noé –, enquanto durar o dilúvio espiritual da apostasia; foi em barcos que noutros tempos Portugal levou ao mundo inteiro a boa-nova de Cristo, seria agora num *barco*, embora de outra natureza, que ajudaria a conservação do depósito da fé.

2. A Virgem veio também dizer que é vontade de Deus que o culto ao Coração Imaculado de Maria se difunda em todo o mundo: “para salvar as almas, Deus quer estabelecer no mundo a Devoção ao Meu Imaculado Coração”; estas são as palavras da Virgem logo depois de ter mostrado às três crianças a terrífica visão do Inferno. Ora, é muito evidente que isso não aconteceu ainda e que o culto ao Coração Imaculado não tem dentro da Igreja o lugar digno que corresponda ao desejo de Deus: que é o de o estabelecer no mundo! O que têm feito os portugueses para este fim? A Igreja portuguesa tem aqui uma função essencial, pedida expressamente pela Santa Virgem. Não seria pequeno o seu contributo se ajudasse a estabelecer no mundo esta devoção, que, na verdade, se vai estabelecendo, muitas vezes apesar da hierarquia. Mesmo em Fátima, esta devoção (penso por exemplo na prática dos Cinco Primeiros Sábados) está muito longe de ter o papel central que devia ter. E aqui se vê que o povo, que acorre a Fátima nos primeiros sábados, fá-lo normalmente por sua própria iniciativa; e esta é a nossa grande esperança, na verdade, a de que no seu *sensus fidei*, no seu sentido da fé, saiba sempre o povo reconhecer onde está a verdade, mantendo-se fiel; *vox populi, vox Dei*, voz do povo, voz de Deus. Se no primeiro ciclo, Portugal levou em barcos ao mundo a boa-nova do cristianismo, neste segundo ciclo deveria levar ao mundo o culto ao Imaculado Coração, dando cumprimento à entrega que D. João IV fez do Reino de Portugal à *Imaculada*, para que toda a humanidade, seja encerrada no Coração Imaculado de Maria, como numa nova Arca de Noé: assim o diz o Senhor à Beata Alexandrina, através de quem, lembramos, o Papa fez a consagração do mundo ao Imaculado Coração, justamente. Vamos ver, para terminar, retomar este último aspecto extraordinário que referimos já na primeira parte deste texto.

A Virgem não pode ter dito em vão aquelas importantes palavras sobre o papel de Portugal na conservação do dogma; seguramente, quis que os portugueses tomassem consciência do que lhes estava reservado, para se prepararem. Lembrem-

mos novamente que as seis aparições da Virgem em 1917 foram precedidas pelas aparições do Anjo; este Anjo identificou-se dizendo ser o Anjo de Portugal, como já vimos, isto é absolutamente inusitado nas aparições marianas de todo o mundo e, por isso, devemos ver aí um sinal claro de que estas aparições se ligam intrinsecamente ao ser mais íntimo da identidade portuguesa – é por esta razão que não creio ser abusivo falarmos numa missão de Portugal, mesmo no sentido forte do termo. O essencial desta missão – ensinaram o Anjo e a Virgem –, Portugal cumpri-lo-á colaborando com os Céus pela intenção de reparação que deve presidir à sua oração e aos seus sacrifícios, segundo a amorosa doutrina do corpo místico, que é o tecido de que se compõe toda a tessitura da mensagem de Fátima, como ensinou, num dos seus belíssimos livros, o Padre António Maria Martins (*Mensagem de Fátima*).

Dir-se-ia, no entanto, que o Portugal de hoje parece tanto à deriva como qualquer outro País para aparecer com uma missão tão grandiosa; também à deriva parecia estar a Arca no dilúvio; no entanto, como antes à Arca, também agora a Divina Providência o conduz, pelas mãos da Virgem: lembremos de novo que desde 1646 é Ela quem tem a coroa e, por isso, o poder de reinar; lembremos que a coroa régia que D. João IV depositou aos pés da Virgem, o Papa, por seu legado, em 1946 – exactamente trezentos anos depois! –, veio coroá-La, em Fátima, como Rainha do Mundo, Ela que já era Rainha de Portugal! Tudo isto é de uma imensidão simbólica tal que exige que sobre ela se exerça a disciplina do arcano.

O leme deste barco não está nas mãos dos homens, embora Deus se sirva circunstancialmente deles (se eles O não atrapalharem, por assim dizer!). E é aqui que o primeiro ponto se cruza com o segundo, pois onde encontrará refúgio a doutrina, para se conservar, senão no Coração da Mãe? “Maria conservava todas estas palavras, meditando-as no seu coração” (Lc 2, 19) ... Não é Ela, afinal, a Sede da Sabedoria? Não é Ela, afinal, a verdadeira Arca da Aliança de que a judaica não foi senão imagem e prefiguração? A consagração de Portugal à Imaculada tem, certamente, relação com a manifestação do Coração Imaculado em Fátima e Balasar; é no Coração da Mãe que encontraremos, sempre preservadas, as palavras do Filho. Se nos lembrarmos que o depósito da fé se conservará no Coração Imaculado, então será mais fácil de entender porque é que em Portugal, talvez mais do que em alguns outros lugares, se conservará, pois o nosso povo, desde a fundação da nacionalidade, praticamente, é de uma fidelidade impressionante à Imaculada. E o povo que permanecer católico, vai perseverar nessa fé. E será dentro da nova Arca de Noé – agora Arca de Maria – que encontrará preservada a Palavra do Senhor: a doutrina, o dogma da fé, o depósito da fé. Porque ali, ainda hoje, a Imaculada medita o profundo mistério do seu Filho na imensidão amorável da Trindade. Assim, será a Imaculada, ela mesma, quem conservará a palavra sagrada! Talvez a esta luz já não nos pareça tão inusitada a afirmação da Virgem em torno da conservação do dogma da fé em Portugal, porque aos portugueses – e a todos quantos nisso os acompanhem, é evidente – caberá manter particularmente esta devoção à Imaculada; e será à Imaculada que caberá, por sua vez, a conservação do dogma, coisa que faz, na sua função de vencedora de todas as heresias e Sede da Sabedoria.

A Imaculada Conceição de Vila Viçosa a Fátima

Não duvidemos; ouçamos a palavra que Jesus diz à Beata Alexandrina, em 1936, em epígrafe neste capítulo, predizendo a consagração do mundo ao Imaculado Coração de Maria:

“Assim como mandei fechar tudo na Arca de Noé antes do dilúvio, assim quero fechar o mundo inteiro naquela Arca Santíssima”.

Estas palavras estão escritas em letras douradas no mais alto dos Céus; esteja também no mais fundo dos nossos corações!

Fátima é de uma coerência espantosa, não me canso de o constatar e sempre fico perplexo; mas Fátima, começou em Vila Viçosa. E os calipolenses, o que farão da sua alta herança?

Uso político-teológico do Imaculismo no século XVII, em Portugal e na Europa

Porfírio Pinto*

O culto e devoção a Maria, embora lançando raízes na Antiguidade cristã – mais concretamente nas festas hierosolomitais¹ que depois se espalharam por toda a cristandade –, desenvolveu-se sobretudo a partir da Idade Média, acompanhando o culto e a devoção de Cristo na sua humanidade.² Com os cistercienses e as ordens mendicantes, a Virgem – doravante chamada, em linguagem cavaleiresca, “Nossa Senhora” (ou simplesmente “Senhora”) – toma invocações mais humanas, como por exemplo Nossa Senhora da Misericórdia (ou Senhora do Manto), Nossa Senhora da Piedade, Nossa Senhora dos Remédios, etc., em detrimento das antigas invocações, como a *Theotokos* (isto é, a “Mãe de Deus”), transformada agora em Nossa Senhora da Expectação (ou Senhora do Ó), ou até Nossa Senhora do Leite. Por outro lado, nas ordens mendicantes, assistimos ainda a uma progressiva “privatização” da devoção mariana nalgumas invocações próprias a cada uma delas: entre os dominicanos, Nossa Senhora do Rosário; nos franciscanos, Nossa Senhora da Conceição; nos carmelitas, como é evidente, Nossa Senhora do Carmo (ou do monte Carmelo); nos agostinhos, Nossa Senhora das Graças; etc. Esta apropriação por parte das ordens religiosas – e, consequentemente, das ordens terceiras e confrarias a elas ligadas – estará depois por detrás da grande transformação que a devoção mariana conhecerá na Modernidade: a simples devoção medieval, que aliás se alarga a novas invocações – como, por exemplo, Nossa

* Membro do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta. ORCID: 0000-0003-3127-1420. Correio eletrónico: porpinto@gmail.com

¹ Podemos encontrar uma interessante síntese dessas origens na obra de Martin JUGIE, *La mort et l'assomption de la Sainte Vierge: étude historique-doctrinale*, Città del Vaticano, Biblioteca Apostolica Vaticana, 1944, pp. 58-59 e 81-82.

² Continua clássico o estudo de Avelino de Jesus da COSTA, “A Virgem Maria padroeira de Portugal na Idade Média”, *Lusitania Sacra*, série 1, n.º 2, 1957, pp. 7-49. Recordemos que, durante o primeiro milénio, sobressaía a imagem de Cristo na sua divindade, o *Pantocrator*.

Senhora das Necessidades, Nossa Senhora da Saúde ou Nossa Senhora dos Aflitos –, é completada depois por exercícios piedosos, que então conhecem um grande incremento, dado lugar ao desenvolvimento da chamada “piedade mariana”. Ao falar de “piedade”, referimo-nos às práticas relacionadas com o escapulário da Senhora do Carmo, as litânias marianas da Senhora do Loreto, a oração da coroa, do terço e do rosário da Senhora do Rosário, os votos e juramentos à Senhora da Conceição, entre outros. Simultaneamente, também na Modernidade, surgirá ainda um novo tipo de agremiação, as congregações, criadoras do “devoto moderno”,³ que envolverá as camadas superiores da sociedade e possibilitará um novo uso político dessas devoções.

1. Usos políticos do imaculismo

O uso político-teológico da devoção mariana, em geral, teve alguns antecedentes tardo-medievais, de que poderíamos referir vários exemplos. Nas páginas que se seguem, basta-nos evocar dois, que estão entre os mais significativos.⁴

Na Península Itálica, no quadro das lutas entre guelfos e gibelinos, em setembro de 1260, deu-se a Batalha de Montaperti que opôs Florença (do lado dos guelfos) e Sena (do lado dos gibelinos). A cidade de Sena, em inferioridade numérica, saiu vencedora, naquela que foi a batalha mais sangrenta da Itália medieval. A vitória foi atribuída à intercessão da Virgem, uma vez que, na véspera, a cidade tinha sido consagrada a Santa Maria da Assunção, o orago da catedral, e colocada sob a sua proteção. Assinalando o acontecimento, os estatutos passaram a mencionar a Virgem como a “Senhora de Sena” e foram cunhadas moedas comemorativas da vitória com a inscrição: “*Sena vetus civitas Virginis*”.⁵ Curiosamente, também em Portugal existe uma *civitas Virginis*, a cidade do Porto, graças à devoção dos habitantes daquela cidade nortenha à Senhora da Vandoma. A imagem ali venerada é do século XIV, mas a devoção remeteria para o período da Reconquista e para os feitos da famigerada Armada dos Gascões, que teria trazido essa devoção para Portugal.

Uma outra cidade mariana (até no nome), Marienburg, na Prússia Oriental, atual Polónia, foi a sede dos Cavaleiros Teutónicos na Europa. Esta Ordem Militar constituiu um poderoso estado – o Estado Teutónico – entre 1226 e 1411, altura em que foram derrotados pelo rei polaco. Nesse período, a literatura local retratava

³ Veja-se o importante estudo de Louis CHÂTELLIER, *L'Europe des dévots*, Paris, Éditions Flammarion, 1987.

⁴ Foram estudados por Annick DELFOSSE, “Quand Marie entre en politique: la Vierge et l'État moderne”, in J.-P. Delville, J. Famerée & M.-E. Henneau (dir.), *Marie, figures et réceptions: enjeux historiques et théologiques*, Paris, Éditions Mame-Desclée, pp. 59-70 (ver particularmente pp. 60-61).

⁵ Ver <https://provincedesienne.com/2020/05/14/sena-vetus-civitas-virginis/> (última consulta em 20-5-2025).

Santa Maria como a protetora dos Cavaleiros Teutónicos e, na arte, a representação mariana mais corrente era a *Glorificação de Maria*, coroada por Cristo. As expedições militares destes temíveis guerreiros eram organizadas em torno de grandes festas marianas, invocando sempre a sua proteção: no inverno, isso acontecia em torno da festa da Purificação (2 de fevereiro); e no verão, nas proximidades da Assunção (15 de agosto) ou da Natividade de Maria (8 de setembro).⁶ Curiosamente, e voltando ao território luso, no início da segunda dinastia, os dois principais acontecimentos relacionados com a dinastia de Avis são também em torno da Assunção de Maria: a Batalha de Aljubarrota ocorreu na véspera dessa festa mariana; e a conquista de Ceuta, na sua oitava, ou seja, na véspera da memória litúrgica da Coroação de Maria. É precisamente esta cena que é gravada no vértice do tímpano do Mosteiro da Batalha (Santa Maria da Vitória), à maneira do uso dos Cavaleiros Teutónicos: a Virgem é coroada por Cristo.

Os exemplos medievais do uso político da devoção mariana estão ainda relacionados com a principal invocação de Maria na Idade Média: Santa Maria ou Nossa Senhora da Assunção (isto é, Santa Maria de agosto). Na Idade Moderna, ganharão proeminência as invocações cultivadas pelas ordens mendicantes.

O episódio paradigmático do uso político-teológico da devoção/piedade mariana na Modernidade é a estrondosa vitória da Liga Santa, contra o Turco, na Batalha de Lepanto. Essa vitória é atribuída à proteção mariana. Num primeiro momento, a Nossa Senhora do Loreto, como parecem demonstrar as peregrinações àquele santuário quer de Marco Antonio Colonna, o comandante da frota pontifícia, quer de D. João da Áustria, o comandante-geral da Liga Santa. Mas também poderia ser atribuída a Nossa Senhora da Vitória, a cuja intercessão se confiou o papa dominicano Pio V. Porém, num segundo momento, algumas coincidências vão rapidamente ligar esse triunfo a Nossa Senhora do Rosário. A batalha ocorre no primeiro domingo do mês de outubro (dia 7, naquele ano), no qual, em muitos lugares da Península Itálica, se celebrava a Senhora do Rosário com orações e procissão. Por isso, logo em 1572, o papa Pio V, na Bula *Salvatoris Domini Nostri Iesu Christi*, através da qual confirma a confraria do rosário de Martorell (Barcelona), faz a relação entre o evento e a devoção que se promovia, propondo a data de 7 de outubro para a celebração da festa do Rosário, que, até então, se celebrava frequentemente no segundo domingo de maio, Festa das Rosas.⁷ Mas é o papa Gregório XIII que universaliza essa relação, em 1573, na Bula *Monet apostolus*, em que é retido, de modo definitivo, o 7 de outubro como a data festiva da Senhora do Rosário.⁸

⁶ Ver Marian DYGO, "The political role of the culte of the Virgin Mary in Teutonic Prussia in the fourteenth and fifteenth centuries", *Journal of Medieval History*, 15, 1989, pp. 63-80.

⁷ Sobre a prática em Portugal, veja-se o artigo de Saul António GOMES, "Notas e documentos sobre as confrarias portuguesas entre o fim da Idade Média e o século XVII: o protagonismo dominicano de S.^{ta} Maria da Vitória", *Lusitania Sacra*, 2.^a série, n. 7, 1995, pp. 89-150 (ver p. 100).

⁸ O texto pode ser consultado em Hilario MARÍN (ed.), *Doctrina pontificia: IV. Documentos marianos*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1954, pp. 87-89.

Esse paradigma irá manter-se ao longo de todo o século xvii, mas usando uma outra invocação mariana, emergente nessa centúria: a Imaculada Conceição.⁹ Os casos são numerosos, incluindo o reino de Portugal, e merecem ser evocados.

Em 1616, *Maximiliano I* instala na fachada da sua residência em Munique uma estátua da Virgem (coroad e representada em parte como a mulher do Apocalipse), com a inscrição *Padroeira da Baviera* e, portanto, protetora do ducado. Depois da vitória da Liga Católica na Batalha da Montanha Branca (contra os protestantes), em que o duque Maximiliano I teve uma ação decisiva, a proteção mariana foi cada vez mais realçada, até à ereção, em 1638, de uma coluna mariana na principal praça de Munique, relembrando o padroado da Virgem imaculada sobre toda a Baviera.

Nesse mesmo ano de 1638, também o rei *Luís XIII* fez um juramento, colocando-se sob a proteção da Virgem Maria. A França acabara de entrar na Guerra dos Trinta Anos, ao lado da Suécia (protestante) e contra os Habsburgos católicos. Filipe IV, por esses anos, pressionava Roma para obter uma definição da doutrina imaculista, esbarrando com a inflexibilidade do papa Urbano VIII e a oposição francesa. Por isso mesmo, a representação artística do voto de Luís XIII, feita para integrar o remodelado altar-mor da catedral de Notre-Dame de Paris, não mostra uma Virgem imaculada, mas Nossa Senhora da Piedade (na típica iconografia barroca, a saber: Cristo não está ao colo da Virgem, mas por terra, encostado a ela). De qualquer modo, a festa patronal escolhida pelo monarca francês foi a da tradicional Senhora da Assunção, 15 de agosto.

Em 1 de dezembro de 1640, dá-se a Aclamação de D. João IV como rei de Portugal. No primeiro sermão da festa da Imaculada Conceição do Portugal restaurado, pregado por frei João de São Bernardino, o franciscano refere não só a relação da Senhora da Conceição com a Casa de Bragança, mas evoca-a ainda como protetora do reino de Portugal. Efetivamente, ele atribui o sucesso da Restauração à intervenção de Nossa Senhora da Conceição: primeiro, destacando o facto da Aclamação ter acontecido num *sábado*, tradicional dia de Nossa Senhora (desde os tempos de Carlos Magno); depois, referindo a *devoção mariana* quer de D. João I (o edificador do Convento da Batalha) quer de D. Nuno Álvares Pereira (o fundador do Convento do Carmo e de outras igrejas dedicadas a Santa Maria); em seguida, refere a ligação da casa brigantina à *Senhora da Conceição*, de Vila Viçosa (D. Nuno), bem como a dos pais de D. Manuel, na fundação de um convento em Beja;¹⁰ por fim, assegura ao novo rei a *proteção* da Rainha do Céu, e até mesmo em termos marciais:

⁹ Veja-se Annick DELFOSSE, *La «Protectrice du Païs Bas»: stratégies politiques et figures de la Vierge dans les Pays-Bas espagnols*, Turnhout, Brepols Publishers, 2009, pp. 12-14; A. DELFOSSE, “Vœu”, in F. Henryot & Ph. Martin (dir.), *Dictionnaire historique de la Vierge Marie*, Paris, Perrin, 2017, pp. 502-505.

¹⁰ Fr. João de SÃO BERNARDINO, *Sermão da Immaculada Conceição da Mãe de Deos, que fez em a Capella Real, assistindo em ella a primeira vez; S. M. oito dias depois de sua aclamação que foi feita em Sabbado, primeiro dia de Dezembro do Anno de 1640*, Lisboa, Antonio Alvarez, 1641, p. 22.

Uso político-teológico do Imaculismo no século XVII, em Portugal e na Europa

Procedei prosperamente, e reinai. [...] Oh, *Astitit Regina a dextris tuis*, que tudo vos está prometendo a soberana Rainha do Céu, a Mãe de Deus, com a assistência que faz à vossa mão direita, *a dextris tuis*, que, se com essa mão haveis de mover a espada, quer esta divina Senhora ajudar-vo-la a mover. Seja assim, Senhora, seja assim, e eu vos prometo, em nome de todo este Reino, que ele agradecido levante um trofeu à Vossa Imaculada Conceição que, vencendo os séculos, seja eterno monumento da Restauração de Portugal.¹¹

Efetivamente, seis anos mais tarde, *D. João IV* proclama a Senhora da Conceição padroeira do reino de Portugal.

No ano de 1640, também o imperador *Fernando III* do Sacro Império Romano faz um voto de consagração à Virgem Imaculada e, sete anos mais tarde, coloca a Áustria sob a proteção da Imaculada Conceição, proclamada padroeira. Também ele assinala essa data com a ereção de uma coluna mariana na praça maior de Viena. Note-se ainda que, vinte anos mais tarde, seu filho, *Leopoldo I*, reitera o voto paterno e declara, por seu turno, a Virgem padroeira da Hungria.

Em final de 1650, a 7 de dezembro, a Irlanda, praticamente vergada pela brutal ofensiva do puritano Cromwell, também se colocou sob o padroado de Maria, Mãe de Deus, na invocação da Imaculada Conceição.¹²

Enfim, em 1656, em pleno período de enfrentamentos entre a Polónia e a Suécia, o rei polaco *João Casimiro Vasa* realiza, na presença do legado papal, um juramento à Virgem na catedral de Lviv e proclama a Nossa Senhora padroeira da Polónia.

A investigadora belga Annick Delfosse, que estudou este tema, sublinha o carácter marcial da utilização da imagem da Virgem na Europa moderna: Maria surge como uma padroeira poderosa e vitoriosa contra o inimigo pagão, muçulmano ou herético, mas também católico. Nas batalhas que opuseram franceses e espanhóis, a Virgem era evocada dos dois lados, e o mesmo acontecia nos conflitos entre espanhóis e portugueses! Ela protege os seus.¹³

Curiosamente, no momento em que o papado define a doutrina imaculista – na Constituição Apostólica *Sollicitudo omnium ecclesiarum* (8 de dezembro de 1661) –, dando razão, aparentemente, aos insistentes pedidos do rei Filipe IV, o paradigma parece mudar. A definição é dirigida a toda a Igreja, e não apenas à Monarquia Católica. Deixou então de ser possível usar essa doutrina como bandeira própria, que era a intenção do rei espanhol. Expressão dessa mudança de paradigma foi o fracasso na proclamação do padroado da Imaculada Conceição sobre os Países Baixos espanhóis, que vinha a ser pedido desde 1654 e que nunca se concretizou verdadeiramente. O padroado da Imaculada Conceição sobre Espanha e todos

¹¹ *Ibidem*, p. 23. A grafia foi atualizada.

¹² Testemunha-o uma carta do jesuíta William St. Leger, de 13 de dezembro de 1650, publicada por Patrick F. MORAN, *Spicilegium Ossoriense: Being a collection of original letters and papers illustrative of the history of the Irish church from the Reformation to the year 1800*, Dublin, W. B. Kelly, Grafton-Street, pp. 353-354.

¹³ Ver A. DELFOSSE, “Quand Marie entre en politique...”, *Op. cit.*, p. 59

os seus domínios só viria a tornar-se realidade cem anos depois do texto de Alexandre VII, em 1761, e já com outro espírito.

2. Devoção e culto: as congregações marianas, a doutrina e o poder

O culto e devoção de Maria estão relacionados, como é natural, com o culto e devoção a seu filho: Jesus Cristo. Algumas festas litúrgicas importantes são comuns à Mãe e ao Filho: a Purificação de Maria (2 de fevereiro) é simultaneamente a Apresentação do Senhor; a Anunciação a Maria (25 de março) é também a Encarnação do Verbo. Mas há outras unicamente marianas. A mais antiga de todas, chamada “Memória de Maria”, celebrava a Mãe de Deus, a *Theotokos*, como foi proclamada no concílio de Éfeso. Depois, em Jerusalém e na Síria, começaram a ser celebradas as festas da Conceição de Santa Ana, a Natividade de Maria e a Dormição. Destas, a que teve maior apoio popular teve, como seria de esperar, foi a da Dormição ou Assunção, uma vez que era esse o *dies natalis* da Mãe de Cristo. Efetivamente, no cristianismo, celebra-se o dia da morte dos mártires e dos santos. O de Santa Maria foi fixado a 15 de agosto. Por isso, durante toda a Idade Média, esse era o grande dia mariano, como mostrou o padre Avelino de Jesus da Costa, tornando-se até corrente referir-se a data e a festa como “Santa Maria de agosto”.¹⁴ Era esse também o orago de muitas catedrais. Mas, como acontecia com S. João Batista, depois começou também a celebrar-se a Natividade de Maria¹⁵ e, até, a sua Conceição (primeiro, a Conceição [ativa] de S. Ana; depois, a Conceição [passiva] de Maria).¹⁶

O desenvolvimento da devoção mariana nas ordens religiosas medievais, nomeadamente nas ordens mendicantes, está na origem de muitas outras invocações e do aparecimento das confrarias devocionais. As primeiras confrarias marianas, dedicadas a Santa Maria, eram fundamentalmente de tipo assistencial, colocando essas obras assistenciais sob a proteção da Virgem Maria. No final da Idade Média, porém, assiste-se a uma transformação do mundo confraternal, com claro ascendente da dimensão devocional sobre a assistencial.¹⁷ Relacionada com a emergente doutrina do purgatório – a devoção do escapulário e o “privilegio sabatino” – está a criação das confrarias de Nossa Senhora do Carmo. Considerando apenas a realidade portuguesa, no início do século xv, esta confraria estava já estabelecida em Lisboa, sendo os seus membros – entres os quais se contava o rei D.

¹⁴ Distingua-se de duas outras grandes festas marianas: Santa Maria de março (a Santa Maria da Anunciada) e Santa Maria de dezembro (Nossa Senhora da Expectação, ou Senhora do Ó).

¹⁵ No Ocidente, a festa da Natividade de Maria começou a ser celebrada em 1020, por Fluberto de Chartres.

¹⁶ Após alguns testemunhos esporádicos em Itália, na Irlanda e Inglaterra, ela torna-se-ia a grande “Festa normanda”, no século xi, expandindo-se depois por todo o território europeu. Em Portugal, o primeiro testemunho consistente é de 1320, na cidade de Coimbra.

¹⁷ Veja-se S. A. GOMES, Art. cit., p. 93.

João I e sua esposa – conhecidos como os “irmãos do capelinho”.¹⁸ No final do mesmo século, a confraria de Nossa Senhora do Rosário era fundada no Convento de São Domingos, em Lisboa, com a missão de difundir a oração do rosário. Pela mesma altura, durante o reinado de D. João II, teria sido criada a confraria de Nossa Senhora da Conceição, em Vila Viçosa, que se encarregaria da celebração da festa concecionista, mas também das demais festas marianas, ao longo do ano.¹⁹

Quando chegamos à Idade Moderna, as novas ordens religiosas, renovam também as devoções marianas, surgindo então uma instituição nova, diferente quer das ordens terceiras quer das confrarias (uma espécie de meio termo entre as duas): as congregações. Os jesuítas, particularmente, estão na origem das congregações marianas (ainda pouco estudadas entre nós).²⁰ Estas novas agremiações foram – e continuam a ser – verdadeiras escolas de vida cristã, criadoras do “devoto” moderno: o seu dia é ritmado pela oração (vocal e mental; nomeadamente a recitação diária do terço, que era obrigatório, como obrigatória era a inscrição numa confraria do rosário), e o exame de consciência ao final do dia; depois, encorajava-se a frequência sacramental, ou seja, a confissão semanal, a missa dominical e a comunhão frequente. Como acontecia antigamente, sobretudo com as ordens terceiras, também estas novas agremiações contavam com a presença de governantes: Maximiliano I da Baviera pertenceu à Congregação Maior de Munique; o imperador Fernando III, à Congregação *Sodalitas Major* de Lovaina; de Luís XIII, diz-se ter pertencido à Congregação dos *Messieurs de Paris*; e João Casimiro Vasa foi noviço jesuíta.²¹

Desde início, os jesuítas foram grandes defensores da doutrina imaculista, coadjuvando a Ordem Franciscana. Mas, como é evidente, a Casa de Bragança já

¹⁸ João F. MARQUES, “Oração e devoções”, in C. M. Azevedo (dir.), *História religiosa de Portugal*, volume 2 (Humanismos e reformas), Lisboa, Círculo de leitores, 2000, p. 631.

¹⁹ Francisco J. P. PARDAL, *Uma devoção de grandes e pequenos: Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa nos séculos XVII e XVIII*, dissertação de mestrado em História apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, FLUL, 2018, pp. 133, 199 e 204.

²⁰ O grande iniciador das congregações marianas foi o padre Jean Leunis, que, em 1563, fundou no Colégio Romano a Congregação da Anunciada. A difusão em França e noutros países foi rápida e vigorosa. Veja-se Louis CHÂTELLIER, “Les premières congrégations mariales dans les pays de langue française”, *Revue d'histoire de l'Église de France*, t. 75, n.º 194, 1989, pp. 167-176. Em Portugal, refere o P. Francisco Rodrigues que a Congregação da Anunciada do Colégio de Santo Antão congregava a fina flor da nobreza lisboeta; cf. F. RODRIGUES, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, t. II, vol. I, pp. 450-451. Já a Congregação de Nossa Senhora da Doutrina, em São Roque, foi instituída apenas para oficiais mecânicos, não podendo entrar nela os nobres, para os quais seria instituída depois, nessa mesma igreja, a Congregação Jesus, Maria e José (ver *Ibidem*, pp. 473-474). Também o colégio eborense tinha uma Congregação da Anunciada (ver *Ibidem*, t. II, col. II, pp. 42-43).

²¹ Veja-se Serge BRUNET, “La proyección imperial de la Monarquía y la recepción exterior del imaculismo”, in J. J. Ruiz Ibáñez, G. Sabatini & B. Vincent (eds.), *La Inmaculada Concepción y la Monarquía Hispánica*, Madrid, FCE/Red Columnaria, 2019, pp. 185-230 (p. 212). Importaria também conhecer a relação do duque de Bragança e, depois, rei D. João IV com os jesuítas, em Vila Viçosa. Terá ele pertencido também a alguma congregação?

tinha uma tradição em relação ao culto de Nossa Senhora da Conceição – e até em defesa da doutrina imaculista – que podia dispensar facilmente essa influência jesuíta. Em Espanha, no entanto, as coisas eram diferentes. Dois eventos vieram alterar profundamente a situação no país vizinho: primeiro, a descoberta dos *Libros Plúmbeos* em Granada, entre 1595 e 1599 (são provavelmente de origem mourisca, procurando conciliar cristianismo e islamismo); depois, as graves discussões entre maculistas e imaculistas em Córdoba e, sobretudo, em Sevilha, nos anos de 1612 a 1615.

Os *Libros Plúmbeos* descobertos em Granada eram uma falsificação mourisca, como se veio a revelar mais tarde. Porém, no momento da sua descoberta, causaram um grande impacto na sociedade e na corte. Não esqueçamos que, desde há algumas décadas, a sociedade espanhola vivia obcecada pelo problema da “limpeza de sangue”. Ora, esses documentos vinham dizer que a pureza de Nossa Senhora era defendida pelos apóstolos, mas aduziam trechos retirados de textos islâmicos, nomeadamente a frase emblemática desses livros: “A Maria no tocó el pecado primero”.²²

Em relação às discussões, os acontecimentos mais graves ocorreram em Sevilha, a partir de 1613. Neste ano, no dia 8 de setembro – festa da Natividade de Maria – um dominicano do convento Regina Angelorum, fundamentando-se em S. Tomás de Aquino, criticou as teses imaculistas provocando graves enfrentamentos populares, que duraram várias semanas, e debates teológicos, que se prolongaram no tempo. O arcebispo da cidade, D. Pedro de Castro, acérrimo defensor dos *Libros Plúmbeos*, aproveitou a ocasião para solicitar ao monarca espanhol – Filipe III – que implorasse junto do papa uma definição da doutrina imaculista. O rei tomou a peito o pedido e fez do imaculismo uma bandeira junto da Santa Sé,²³ sendo depois imitado pelo seu filho, Filipe IV.

Sendo assim, a Monarquia Católica acolheu como uma vitória a Constituição *Sanctissimus Dominus Noster* (12 de setembro de 1617) de Paulo V, que autorizava unicamente aos imaculistas de expor publicamente a sua doutrina – desde que não atacassem a posição contrária, maculista, que devia permanecer silenciosa. Isso permitiu, um pouco por todo o lado, a realização de votos, juramentos e declarações a favor da doutrina imaculista. Quanto ao monarca, ele continuou, nas décadas seguintes, a bater-se, sem sucesso, por uma definição doutrinal.

Para compreender o papel político de Maria aos olhos de todos estes monarcas, podemos aqui mencionar o livro do jesuíta François Poiré, *La triple couronne de la Mère de Dieu* (1634). A primeira coroa tem que ver com as excelências da Mãe de Deus, ou seja, os privilégios que ela recebeu da divindade; a segunda, com o poder da Virgem Maria, enquanto protetora e padroeira; a terceira, com a bondade da

²² Veja-se Francisco Javier MARTÍNEZ MEDINA, “La Real Junta de la Inmaculada de 1617 y los *Libros Plúmbeos*: religiosidad popular y monarquía en la Andalucía barroca”, *Proyección*, LXIV, 2016, pp. 311-330.

²³ Deste empenho é também testemunho a criação da Real Junta de la Inmaculada Concepción, logo em 1616.

Mãe misericordiosa de Cristo, atenta às necessidades de todos. Para o tema que tratamos, interessa sobretudo a segunda coroa. François Poiré mostra então que o poder de Maria é enorme: como Mãe de Deus, ela dispõe permanentemente de seu Filho, que não lhe nega favor algum; e como Esposa do Espírito Santo, ela goza de todos os títulos e qualidades... é rainha e senhora do universo, é advogada, é general das milícias cristãs, é tesoureira das graças divinas.²⁴



Figura 1 – Virgem da Imaculada Conceição Protectora da Restauração (c. 1648), gravura de Lucas Vosterman II (MNAA).

Este imaginário devocional-teológico transparece na iconografia. Trago apenas dois exemplos. Primeiro, a gravura de Lucas Vosterman II, de 1648 (no MNAA), alusiva aos acontecimentos portugueses, em que mostra a representação da Imaculada Conceição enquanto protetora da Restauração: a Virgem encontra-se ao centro, dentro de uma fortificação (cujas legendas dizem tratar-se da Torre de David, *Turris Davidica*, uma das invocações da ladainha lauretana), e é flanqueada pelo Beato Duns Escoto (o grande defensor do imaculismo) e o rei D. João IV (que jurou a doutrina imaculista e proclamou a Senhora da Conceição padroeira de Portugal).

²⁴ Veja-se Damien TRICOIRE, *La Vierge et le Roi: politique princière et imaginaire catholique dans l'Europe du XVII^e siècle* (Préface de Denis Crouzet), Paris, Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2017, pp. 51-52.

Mas o que é mais significativo são os textos bíblicos citados e a súplica introduzida pelo gravurista. Na parte superior da gravura, ele introduz um excerto glosado do livro de Isaías, onde se lê: “Os reis hão de levantar-se ao ver-te, os príncipes se prostrarão, adorando o Senhor teu Deus e o Santo de Israel que te escolheu *concebida sem mácula*” (Is 49, 7).²⁵ Além de introduzir a doutrina imaculista na glosa do texto bíblico, observa-se que o artista quer sublinhar o compromisso dos governantes com o culto e devoção marianos. A súplica na parte inferior da gravura releva claramente o uso político dessa devoção: *Dignare nos defendere te, virgo sacrata, da nobis virtutem contra hostes tuas* (“Fazei-nos dignos de vos defender, ó Virgem sagrada; dai-nos força contra os vossos inimigos”). Os adversários da Restauração, os espanhóis, são evocados como inimigos da Virgem Imaculada!



Figura 2 – Filipe IV e D. João de Áustria prestam vassalagem à Virgem Imaculada, Rainha do Céu (c. 1658), gravura de Peter van Lisebetten a partir de um desenho de Philippe Fruytiers (frontispício da obra *Trophea Mariana* de Juan Eusebio Nieremberg).

²⁵ O itálico corresponde à glosa do gravurista. As duas figuras que flanqueiam a Virgem Imaculada estão também caracterizadas com trechos bíblicos, citação de Provérbios 8, 34. João Duns Escoto é considerado beato porque se mantém vigilante à porta da Virgem-Torre de David (*Beatus, qui vigilat ad fores meas*). O rei D. João IV também é aclamado beato porque frequentador dessa mesma fortificação (*Beatus, qui observat ad postes ostii mei*).

A mesma fundamentação teológica encontramos numa outra imagem. Trata-se da gravura de Peter van Lisebette, a partir de um desenho de Philip Fruytiers, colocada no frontispício da obra do jesuíta Juan Eusebio Nieremberg, *Trophaea Mariana* (1658),²⁶ onde se vê Filipe IV ajoelhado, oferecendo à Virgem Imaculada o globo terrestre alusivo aos seus domínios, e seu filho D. João José de Áustria, na altura governador dos Países Baixos espanhóis, representados no leão a seu lado. Também aqui o texto bíblico, retirado do livro dos Provérbios, é significativo, e aplicável aos dois protagonistas: “Por mim reinam os reis [...]. Por mim governam os príncipes [...]” (Pr. 8, 15.16). Nesse momento, os dois governantes procuravam introduzir o padroado da Imaculada Conceição nos seus domínios: o rei, em Espanha e nos territórios ultramarinos; o príncipe, nos Países Baixos espanhóis. Como na gravura portuguesa, o uso político da devoção mariana é expresso no texto latino no topo da imagem: “Virgem, glória do céu, a ti se submetem os reinos que FILIPE possui em toda a terra por onde se estende o orbe. JOÃO assente ao exemplo de seu austríaco pai; e o Leão com o seu senhor honram-te. Ambos te servem; tu, ó forte, protege os dois. Que não pode a CÍNTIA [Lua] cheia do seu próprio Sol?”

3. O padroado mariano

Como vimos anteriormente, os monarcas e príncipes católicos não só juraram a doutrina imaculista, como também proclamaram a Virgem Imaculada padroeira dos seus reinos. Importa contextualizar esta ação.²⁷

As cidades, províncias e reinos desde há muito que tinham os seus padroeiros e os celebravam solenemente. O que aconteceu foi que, ao longo dos séculos, essas diferentes entidades foram pedindo a Roma ofícios e missas próprias para a respetiva festa de preceito. O concílio de Trento deu-se conta da sobrecarga do calendário litúrgico com ofícios festivos de âmbito local, que anulavam a liturgia ferial, também ela importante. Por isso, os Padres conciliares pediram uma reforma do Breviário e do Martirológio, o que foi feito logo de seguida, durante o papado de Pio V. Mas, no final do processo, as Igrejas locais manifestaram o seu descontentamento e pediram à recém-criada Congregação dos Ritos que revisse aquela reforma pós-tridentina. Rapidamente, a situação reverteu-se, com a multiplicação das festas de preceito, mas agora já com críticas da sociedade civil em relação ao número de dias feriados religiosos (“dias santos de guarda”).

O papa Urbano VIII foi muito sensível a essas críticas. Logo em 1625, ordenou à Congregação dos Ritos que não concedesse novos ofícios às Igrejas locais. Depois,

²⁶ Juan Eusebio NIEREMBERG, *Trophaea Mariana seu De victrice misericordia Deiparae patrocinantis hominibus*, Antuerpiae, apud Viduam & Haeredes Ioannis Cnossri, 1658.

²⁷ Veja-se Annick DELFOSSE, “La Congrégation des Rites et la sainteté antique”, in B. Dompnier & S. Nanni (dir.), *La mémoire des saints originels entre XVI^e et XVIII^e siècle*, Rome, Publications de l’École Française de Rome, 2019, pp. 127-142. [Em acesso aberto: <https://books.openedition.org/efr/34982> (consulta a 22-5-2025).]

em 1628, publica o decreto *Contra abusos* e ordena uma nova revisão do Martiro-lógio (1630) e do Breviário (1631). Em 1630, publica o Decreto *Pro patronis eligendis*, onde estabelece as condições de escolha de um novo orago ou padroeiro, doravante necessitando, obrigatoriamente, de aprovação pela cúria romana. Em 1642, o pontífice reduz o número de festas de preceito a quarenta, ou seja, *grosso modo*, as que já constavam nas *Decretais* de Gregório IX. Retira então a festa da Conceição do calendário litúrgico! Segundo estes preceitos urbanianos, uma cidade ou praça-forte e uma província ou reino só podiam ter uma festa patronal de preceito, a saber, a do padroeiro principal.

Vemos então que os diferentes estados/reinos católicos respondem a estas exigências, escolhendo a Virgem Maria – nas suas várias invocações – como padroeira principal dos mesmos. O texto de juramento de D. João IV, perante as Cortes reunidas, é extremamente revelador a esse respeito: “[...] assentámos de tomar por Padroeira de nossos Reinos e Senhorios a sacratíssima Virgem Nossa Senhora da Conceição na forma dos Breves do Santo Padre Urbano VIII obrigando haver confirmação de Santa Apostólica Sé”. Essa confirmação chegaria, por insistência do príncipe regente D. Pedro, em 1671.

Nas cidades e praças-fortes, e até mesmo em certas províncias, a escolha patronal recaiu frequentemente em devoções locais (a Virgem local, ou os santos locais). Porém, nos reinos, houve claramente o recurso a uma Virgem “universal”.

4. Observações finais

Pelo menos desde o século XII, nos textos de S. Bernardo, a Virgem é vista como figura privilegiada da intercessão a favor dos pecadores. A isso remete o termo *advocata* referido a Maria. A grande novidade dos séculos seguinte foi, sobretudo, o alargamento da compreensão da proteção mariana a outras realidades, bem testemunhada na progressiva devoção à *Mater Omnium* – a Senhora do Manto – protetora de comunidades religiosas, de grupos de fiéis, ou até de cidades inteiras. Neste aspeto, há já na Idade Média, como vimos, uma utilização política da devoção mariana, que se acentuará depois na Idade Moderna, uma vez que a própria devoção mariana ganha também uma importância suplementar.²⁸

²⁸ Na verdade, a partir de 1600, a piedade mariana desenvolve-se exponencialmente (o rosário, o escapulário, os votos e juramentos da Imaculada, etc.). Do ponto de vista iconográfico, a Virgem protetora – a Mãe de misericórdia e de doçura, representada pela *Mater Omnium* (Senhora do Manto) –, com exceção talvez de Portugal, onde as Misericórdias prolongam no tempo essa devoção, cede lugar à Virgem medianeira (e quase corredentora) representada sob os traços da Mulher do Apocalipse, doravante identificada com a Imaculada Conceição (cf. D. TRICOIRE, *Op. cit.*, p. 50). Politicamente, acentua-se a realeza universal da Mãe de Deus. Nas novas formas de culto mariano, Maria não protege apenas o crente do Deus justiceiro e terrível (como acontecia no *Speculum humanae salvationis*, do século XIV), mas como que participa do poder divino, razão pela qual começa também a ser invocada como padroeira do(s) Estado(s) (D. TRICOIRE, *Op. cit.*, pp. 68-69).

Annick Delfosse, que estudou repetidamente o tema, diz que a presença da Virgem Maria na cena política, durante a Idade Moderna, caracteriza-se por ter tomado um tom exacerbado. Exibir uma Virgem gloriosa e poderosa, apoio permanente dos governantes, apenas revela que a Europa estava profundamente dividida (em conflitos religiosos) e procuravam-se referentes poderosos – e até transcendentais – para justificar, ou fundamentar, as respectivas políticas guerreiras. A proteção contra os inimigos foi particularmente intensa nas cidades fronteiriças da catolicidade, em que a devoção mariana se torna também um dos elementos para reafirmar a identidade católica contra os protestantes, que negavam o estatuto de intercessora à Virgem Maria.²⁹

Um outro motivo que levou à escolha da Virgem como padroeira de ducados e de reinos prendeu-se também com razões litúrgicas. Como vimos, o papa Urbano VIII procedeu a uma importante reforma neste âmbito e alterou os critérios para eleição de padroeiros principais de cidades ou de reinos. Quando, em 1642, decide suprimir a festa da Conceição (8 de dezembro) da lista das festas obrigatórias, integrando nela, porém, a festa do padroeiro principal das cidades e dos reinos, muitas cidades e reinos colocam-se então sobre a proteção da Imaculada Conceição para obviar a essas mudanças. Isso explica o elevado número de eleição de padroados à Imaculada Conceição depois dessa data e até ao fim do século. Apenas em 1708 o papa Clemente XI volta a fazer com que a festa da Conceição seja festa de preceito para a Igreja universal.

²⁹ Veja-se A. DELFOSSE, “Vœu”, in *Op. cit.*, p. 503.

Filosofia à sombra do plátano

Rodrigo Sobral Cunha

Há uma história que ilustra a dignidade com que as árvores foram apreciadas em civilizações superiores e de modo peculiar o plátano.

Conta-a o historiador grego Heródoto (7:31) em duas linhas, ao referir que o imperador Xerxes da Pérsia, quando ia a caminho da Grécia, «encontrou um plátano, que adornou de ouro pela sua beleza e encarregou um dos seus Imortais de o guardar; e no dia seguinte chegou à cidade principal dos Lídios.»

A atitude do rei para com o plátano é cheia de significado, pois o encontro do rei da Pérsia com uma árvore da vida – tal o conceito em que aí era considerada esta essência – não é um acontecimento qualquer. Os seus gestos e decisões vão além de um cultivado ritual, compreensível até certo ponto para a mais jovem civilização grega de há dois para três mil anos, para quem o plátano era a árvore dos heróis (plantada nas sepulturas destes nos tempos homéricos, segundo Plínio).

Xerxes desejou honrar com toda a realeza ao seu alcance aquela árvore epítome do universo oferecendo-lhe as maiores preciosidades, designadamente os mais belos ornamentos feitos de ouro e a sua melhor guarda real.

Como o valor mais alto para os gregos era a beleza, é com este atributo que Heródoto justifica o comportamento do imperador persa, parecendo escapar-lhe deste modo o motivo mais alto.

Para o rei, contudo, a árvore é digna de receber as mais valiosas oferendas e escolhe o ouro pela afinidade luminosa e duradoira que tem com ela e dota-o da custódia de um Imortal, flor da sua guarda real. O carácter duradoiro do plátano não decorre do facto de a árvore poder viver organicamente alguns séculos ou mil anos, mas de constituir um eixo vital esplendoroso que liga a terra ao céu e de ser, portanto, uma árvore hierocósmica. O ouro é também uma manifestação da luz e é nisso que reside o seu valor mais alto.

A vivacidade colorida do frondoso plátano, a arquitectura da sua folha, a força e a formosura do tronco, a sombra fresca e rumorejante que proporciona a sua copa, a luminosidade decantada pela folhagem auriverde, constituem também

características que nenhuma época desconheceu (com a exceção das épocas bárbaras), tendo-se cultivado mesmo a arte do convívio junto desta essência. O corpo do plátano apresenta por vezes recessos interiores, concavidades e reentrâncias que inspiraram tanto místicos sufis como os mais diversos animais. O ciclo anual da árvore exibe o poder regenerador que atravessa a morte e a vida, conferindo-lhe um carácter airoso, por assim dizer, de eterna juventude. A contemplação de um plátano em toda a sua pujança e grandiosidade é uma visão de glória. Vivo símbolo de tudo isto é, por conseguinte, o rei oferecer à árvore um dos seus Imortais como guardião. Tal não significa apenas que o rei sabe que as árvores devem ser protegidas do perigo dos machados humanos, do fogo e dos ladrões de tesouros, mas também que a árvore da imortalidade deve ser cuidada por heróis, segundo o princípio da afinidade, quer dizer, o semelhante com o semelhante.

Segundo a narrativa de Heródoto, é só no dia seguinte que Xerxes retoma a sua marcha. Assim, Cláudio Eliano pôde escrever que «Xerxes fez do deserto à volta da árvore o seu acampamento.» Se o acontecimento do rei e do plátano esteve no centro desse dia, tanto em contemplação como em ritual; e se a tradição teve o cuidado de nos dar conta disso, é porque junto das árvores ocorrem epifanias, isto é, na proximidade desses arquétipos vivos proporcionam-se formas de conhecimento superior. Xerxes determinou, então, o local do plátano como auspicioso para acampamento e assim pernoitou naquele momentâneo centro do mundo. Para os largos milhares de homens que o acompanhavam, a situação não foi estranha e por alguma razão o episódio não deixou de ser referido com curiosidade pela historiografia até aos nossos dias.

* * *

O plátano é reconhecido como árvore da vida em algumas culturas e privilegiada é certamente a civilização cujo rei se detém junto de uma árvore para reconhecer nela o cúmulo das maiores riquezas do universo. Por isso, Dario, o pai de Xerxes, recebeu como presente de Pítio, descendente da realeza da Lídia, um plátano fundido em ouro. Há na Pérsia um considerável número de topónimos e localidades, aldeias e cidades, santuários e jardins, com o radical *čenār*, *cinar*, isto é, «plátano», a atestar a importância desta essência. No *Verão de 1618*, Pietro della Valle chamou a Teerão *la città dei platani*, por aí preponderar a sua sombra, confessando nunca ter visto em sua vida tão grandes e tão belos exemplares. A exploradora Jane Dieulafoy descreveu e fotografou, no Verão de 1881, o famoso plátano de Tajrich, com uma circunferência de quinze metros, à sombra do qual rezavam os fiéis, os professores instruíam as crianças e em cujas raízes os comerciantes de chá e água instalavam os seus samovares, chávenas e jarros.

Entre os Gregos, o plátano era a árvore dos heróis por excelência. Já a oliveira era a árvore de Atena, deusa da sabedoria nascida da cabeça de Zeus tal como a luz nasce da negra azeitona, significando que há vários tipos de heroísmo. Numa área de plátanos conhecida como *Platanista*, realizavam-se em Esparta as competições entre efebos, conforme conta Pausânias. O poeta Teócrito, num epitalâmio, consa-

gra o plátano a Helena, «a mulher mais bela do mundo», aliás no seguimento de um culto dórico a *Helena Dendritis* (Helena das Árvores). Há na ilha de Cós um famoso plátano, tido por uma das mais antigas árvores da Europa, chamado «árvore de Hipócrates», à sombra da qual, segundo a tradição, conversavam o médico e os discípulos, certamente em símbolo de saúde. Estima-se que o célebre plátano de Curinga, na Calábria, tenha mil anos e o de Creta mais de dois mil.¹ Venerado tanto na época de Homero como na de Hipócrates, o plátano foi elevado até ao heroísmo filosófico com Platão. Na Academia do filósofo, *alma mater* das Universidades da Europa, havia plátanos e oliveiras, para que os homens, inspirados por estas essências, formassem as suas inteligências e sensibilidades. Um convívio apropriado com as árvores é sinal de uma educação superior. A paz e a eternidade são epifanias da oliveira, enquanto a força, a elegância, a integridade, a generosidade e a alegria são epifanias do plátano. A amenidade da sua sombra é modelo para o carácter temperado, tanto segundo pressupostos médicos como filosóficos, como políticos.

No célebre diálogo platónico intitulado *Fedro*, dois homens caminham lado a lado em campo aberto enquanto conversam, afastando-se dos muros da cidade e tomando o caminho de um ribeiro na direcção da sombra de um plátano para aí filosofar em torno da arte da elevação para a Beleza. Nessa manhã de calor estival, Sócrates e Fedro afastam-se de Atenas, deixam a estrada e caminham ao longo das águas «puras e transparentes» do Ilisso consagrado às Musas. O primeiro vai descalço conforme o seu costume e o outro de sandálias, seguindo ora pela margem ora dentro do rio. Espera-os a sombra e a brisa suave sob a copa de um plátano alto e amplo, não longe de um templo erguido a mistérios. No momento em que Sócrates evoca o autoconhecimento como destino misterioso, eis que chegam ao grande plátano (229a-b). Os ouvintes e leitores de escala filosófica contemporâneos de Platão terão sorrido em face da analogia de plátanos com o nome de Platão, palavras de raiz comum no grego πλατύς, *platys*, quer dizer, *largo* ou *amplo*, tal como se julga que seria a configuração atlética do filósofo, de ombros largos, ou a da sua testa, a justificar a alcunha que lhe foi atribuída. Um plátano pode ser também uma imagem maravilhosa da inteligência.

Nesse lugar ameno e formoso resguardado pela magnificência de um plátano, havia também um imponente agnocasto, a árvore da castidade, de sombra generosa e tudo era aí atravessado por delicioso aroma no acume da floração, de acordo com o texto platónico. Uma fonte de água fresca rebenta sob o plátano em cristalina melodia. A fonte é consagrada às ninfas e há estátuas de deuses a assinalar outras presenças. O ar é puro e prodigiosamente agradável à respiração. O som da água de Verão harmoniza-se com o canto das cigarras e a erva macia convida ao repouso filosófico, dispondo a alma ao oposto de um abandono, quer isto dizer, elevando-a a uma sublime tranquilidade e sobretudo a esse entusiasmo espiritual propício à aproximação da Beleza. A quietude, a firmeza, a elevação e a orientação para o

¹ No Alto Carabaque, na Transcaucásia, acha-se o famoso *Tnjri* (“plátano”), plantado à roda de 50 a.C., tendo na base a circunferência de 31,5 metros (27 metros à altura do peito), a altura de 54 metros, produzindo folhas com meio metro e fazendo uma sombra de 1400 metros quadrados.

astro-rei, constituem não só um exemplo oferecido pela árvore, como também um símbolo vivo da ligação da alma com a transcendência. Platão recriou desta maneira, em torno de um plátano, um jardim ou horto filosófico que depois inspiraria hortos romanos, medievais, renascentes e românticos, vale dizer, lugares de integridade para a contemplação, para a conversação, para o amor. Por exemplo, no *Orador* de Cícero é evocado o plátano platônico como envoltória perfeita para a conversa filosófica. Seguindo Pompônio Mela e Estrabão, Plínio descreve a figura do Peloponeso assemelhando-a à folha do plátano com suas reentrâncias angulosas como as da geomorfia da península grega, o que aliás devia corresponder a uma tradição. Entre os Romanos cultos prolongaram-se hábitos Gregos, como regar os plátanos com vinho para os revigorar e robustecer, ou decorá-los com ouro e grinaldas, conforme contam Autores como o mesmo Plínio e Macróbio.

É, pois, em lugares como esses, sob plátanos e oliveiras, lugares certamente mais refinados do que os primordiais bosques de carvalhos e pinheiros, que os homens em épocas urbanas ou civilizadas, procuram a verdade. Escreveu Plínio que «as árvores formaram os primeiros templos dos deuses», tendo por inspiração «os bosques sagrados com sua quietude própria» (*Naturalis Historia*, XII, 2). É na vertical que homens e árvores, irmanados nessa verticalidade, fazem a sua escalada para a luz. A verticalidade proporciona um mundo íntegro. Platão recorda que a árvore é, como os animais, um vivente (*zōon*) e o seu discípulo Aristóteles assevera nas suas investigações biológicas que «o ser humano é o único animal erecto porque a sua natureza e essência é divina e a função do mais divino é pensar e ser inteligente; e isso não é fácil quando [ao contrário] se está sob a pressão do peso da maior parte do corpo, pois o peso torna o pensamento e o senso comum lerdos» (*Partes dos Animais* IV. 10 686a 27–31). De acordo com Platão (*Timeu*, 77a, 90a-b), o homem espiritual é uma planta celeste, um ente fitóurânico.

A essência das coisas, para os Romanos, dizia-se *vis*, significando *vigor*, força. Das raízes deste solo derivaram eles *vir*, varão ou herói e também *virtus*, a virtude, isto é, a *viril* coragem ou fortaleza. *Viride*, ou verde, é a cor que exprime a força da natureza («*viride est id quod habet vires*», escreveu Varrão:

«verde é o que tem vigor») e por isso constitui a cor da vida.

Plínio surpreende-se por essa árvore exótica ter sido introduzida na Grécia e na Itália apenas pela sua sombra, acrescentando que as nações tributárias de Roma tinham de pagar um imposto pela sombra do plátano (*Naturalis Historia*, XII, 2). É possível, por conseguinte, que razões fiscais tenham contribuído para o desaparecimento dos plátanos na Europa.

* * *

Também a Idade do Meio foi tocada ao mais alto nível por esse sempre-verde (*sempervirens*), ou seja, pela *aeternae viriditatis*. Junto do verde-pinho os trovadores Galegos e Portugueses procuraram Deus. É neste sentido que Manuel Bernardes fala das «florestas ameníssimas, cujo verdor sempre novo não segue as leis do tempo».

Quando, às portas da alta Idade Média, havia um êxodo das cidades devassadas para o campo e a árvore se tornou de novo um centro da vida e um bem maior para a Cristandade, pelos finais desse século IV, Pseudo-Crisóstomo, na sua sexta homilia sobre a Páscoa, ilustrou o carácter axial da árvore, designando-a firme sustentáculo do universo, ligação de todas as coisas, suporte de toda a terra habitada, entrelaçamento cósmico, abrangendo em si toda a variedade da natureza humana. Fixada pelos pregos invisíveis do Espírito, para não vacilar no seu ajustamento ao divino; tocando o céu com o topo da sua cabeça, consolidando a firmeza da terra com os seus pés, e, no espaço intermédio, abraçando toda a atmosfera com as suas mãos imensas.

No século XII, Bernardo de Claraval dizia com frequência aos seus amigos que não tivera outros mestres além dos carvalhos e das faias, tendo mesmo escrito numa carta:

«Aprende-se muito mais nos bosques do que nos livros; as árvores e os rochedos ensinar-vos-ão coisas que não se ouvem noutros sítios.»

A carta 106.^a de São Bernardo remata este passo de modo místico:

«Vereis com os vossos olhos que se pode extrair mel das pedras e azeite das mais duras rochas.»

Mas o milénio que durou o medievo sofreu também a dendroclastia contra os cultos das árvores pré-cristãos, tendo o plátano com seu porte soberbo sido atingido.

Não obstante, foi tradição dos reis de Portugal desde o século XIII mandar semear o pinheiro-bravo ao longo da costa portuguesa, bordejando o território de bosque sacro, não só para a sustentação das areias das dunas, como para a benesse do sempre-verde à beira-mar. «Pensemos nos pinheiros... – escreveu sobre a paisagem portuguesa o poeta Carlos Queiroz – Quem viu, alguma vez, esses velhos exemplares (contorcidos, torturados, mas firmes como rochedos) que sustêm à beira-mar, as areias das dunas e as primeiras investidas dos ventos mais agrestes, ficou a saber que o heroísmo não é apenas apanágio das criaturas humanas.»

Já entradas as primeiras décadas do século XVII, Frei Agostinho da Cruz escrevia, junto da Ermida da Memória, o soneto *Da contemplação da Serra da Arrábida*:

*Dos solitários bosques a verdura,
Nas duras penedias sustentada,
Nesta Serra, do mar largo cercada,
Me move a contemplar mais fermosura.*

Entre-Douro-e-Minho, nas primeiras décadas do século XVI, serão descobertos os plátanos remanescentes da Europa. Mas não só. Em Portugal, do cruzamento do *Platanus orientalis* e do *platanus occidentalis* nasceu a essência *Platanus x hispanica* ou *Platanus hybrida*, segundo a classificação de Brotero, a aperfeiçoar a de Lineu.

Estudos do Património

Os desafios e as oportunidades que futuramente se apresentarão ao sector dos mármoreis tendo em conta o actual contexto global

Luís Brito da Luz* | Luís Sotto-Mayor**

“Sabemos o que somos, mas não sabemos o que poderemos ser.”

William Shakespeare

Resumo: Depois de décadas de relativa paz, estabilidade e crescimentos económicos folgados, a entrada no novo século trouxe-nos guerra de uma forma nunca antes vista, instabilidade e crescimentos pífios ou até mesmo estagnação. O presente documento, volvidos que estão os primeiros vinte e cinco anos da actual centúria, pretende reflectir estrategicamente sobre quais as oportunidades que se apresentam ao sector dos mármoreis, de uma forma geral, e às suas empresas, de uma forma particular, tendo em conta os erros e omissões do passado, as dinâmicas recentes da evolução a nível global e as mudanças que têm vindo a desafiar o tecido empresarial e que deverão ser nele consideradas e aplicadas.

Palavras-chave: competitividade; desenvolvimento; exportação; factores críticos de sucesso; Análise SWOT

Preâmbulo

Neste mundo dúbio e politicamente polarizado em que vivemos, sedento de lideranças empáticas, decididas, fortes e focadas no futuro, apresentam-se ao sector das pedras naturais numerosos e enormíssimos desafios para os quais devemos

* Economista Conselheiro.

** Licenciado em Gestão.

Este artigo foi escrito ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

estar preparados, sob pena de os mesmos, caso vingue a nossa impreparação, criarem grandes problemas a este sector e às suas empresas.

A resolução dos actuais conflitos mundiais, num tempo de enormes indefinições, ainda assim esperançados que o seu desfecho aconteça no mais curto período de tempo possível, implicará, entre múltiplos aspectos:

- Uma maior intervenção junto dos recursos minerais de cada um dos países, pela cada vez maior necessidade dos mesmos com o intuito de poder dar resposta à crescente procura para fazer face às necessidades operacionais tendo em conta a dinâmica e crescimento exponencial dos equipamentos tecnológicos;
- uma necessidade urgente de todo um processo de reconstrução dos territórios dizimados e destruídos, com o imperioso apoio de um elevado número de países e organizações internacionais, no qual Portugal já manifestou a intenção de pertencer ao grupo de apoiantes.

Desafios

Perante estas duas realidades, quer o Estado, quer as Entidades Públicas e as Empresas, enfrentam grandes desafios estruturais e comportamentais que terão de ser assumidos por todos e implementados imediatamente no mais curto espaço de tempo para que seja possível estarem reunidas as condições para as respostas adequadas.

Da parte do Estado e das Entidades Públicas que as tutelam:

- no que aos recursos naturais diz respeito a sua visão terá de ser oposta à vigente, urgem passar a ser encarados e tratados com um outro enquadramento e visão, quer legislativo quer operacional, de forma a possibilitar um crescimento da capacidade extractiva em moldes mais competitivos e economicamente sustentáveis;
- no que diz respeito aos desafios da reconstrução dos diversos territórios e aos apoios que venham a ser concedidos pelos diversos Governos, entre os quais o português, deverão forçosamente deixar de ser puramente monetários e directamente canalizados para os países e entidades apoiadas, mas sim em espécie (com a disponibilização de materiais relacionados com as obras de reconstrução).

Da parte das empresas e dos seus representantes:

- ajustarem a sua postura empresarial, numa lógica de estabelecimento de parcerias industriais e comerciais por forma a ser possível ter uma real capacidade de oferta quer nos mercados da reconstrução quer nos anteriores mercados em que já estiveram:
 - face às necessidades governamentais para os apoios que forem determinados;
 - quer junto dos outros operadores nos mercados da reconstrução.

Os desafios e as oportunidades que futuramente se apresentarão ao sector dos mármoreis tendo em conta o actual contexto global

- melhorarem a sua eficiência extractiva e transformadora
 - pelo alargamento das actuais áreas em exploração (neste aspecto a questão da legislação será determinante);
 - pelo estabelecimento das parcerias necessárias a uma utilização racional e económica dos recursos e equipamentos.

O que não pode acontecer

Para que os desafios sejam alcançados, o sector alentejano das rochas ornamentais não pode correr o risco de desprezar e não aproveitar os recursos que já dispôs e que não potenciou e valorizou e, que contribuíram também, mas não só, para a actual situação de decréscimo significativo da sua representatividade e importância, pois:

- Não pode continuar a perder influência, importância e a não aproveitar as suas características e conhecimento obtido;
- Não pode continuar a encerrar explorações e unidades transformadoras que retiram capacidade de reafirmação do sector. Das 250 pedreiras¹ existentes em 1990 apenas subsistem cerca de 20 a laborar;
- Não pode continuar a laborar em profundidade, processo que implica uma contínua redução da percentagem de aproveitamento por maiores fissuras originadas pela pressão e por uma cada vez menor área à medida que se desce, implicando custos cada vez maiores a serem imputados a cada vez menos m³, face às percentagens de aproveitamento dos volumes desmontados;
- Não pode continuar a perder capacidades de intervenção e reforço de conhecimento tecnológico. No passado existiu o Centro Tecnológico², com instalações na zona de Borba, o qual não foi aproveitado na investigação e desenvolvimento quer das empresas quer dos seus recursos humanos, tornando-se concorrente daquelas, evidenciando situações sem qualquer compromisso de solução acabando por ter desaparecido na sequência de um processo de insolvência, decorrente também de um progressivo afastamento dos empresários desta unidade;
- Não pode continuar a permanecer a incapacidade de associativismo e criação de parcerias para fazer valer o peso do sector. Tardou muito a criação de um ACE³ que apesar de ter produzido resultados importantes não teve continuidade por falta de visão dos outros interlocutores locais⁴;

¹ LUZ, Luís Brito da, *Análise crítica ao modelo...Estremoz-Borba-Vila Viçosa 1980-2003*, (2008). – Inclui pedreiras do distrito de Évora (Escoural, Viana do Alentejo, Borba, Estremoz e Vila Viçosa)

² CEVALOR (1990-2016) – Centro Tecnológico para Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais

³ Acordo Complementar de Empresas

⁴ LUZ, Luís Brito da, *Rose Project A.C.E.*, (2024)

- Não pode continuar a perder as empresas de referência do sector, as quais, conjuntamente com as que ainda subsistem sejam catalisadoras dos processos de mudança;
- Não pode continuar a perder a representatividade e reduzir a importância da sua actividade industrial e comercial, quer a montante quer a jusante, do sector das rochas ornamentais;
- Não pode continuar a ser incapaz de inovar produtos;
- Não pode voltar a ter demasiada dependência dos importadores, primeiro dos italianos, mais tarde dos árabes e, também, indianos que nos impunham e ainda impõe regras e preços;
- Não pode continuar a perder importância social como empregador de referência na região, embora ainda relevante, não se aproximando minimamente da dimensão e da importância que já patenteou;
- Não pode continuar a ser incapaz de valorizar o trabalho no sector, mantendo uma média etária alta e sem renovação, em consequência do afastamento dos jovens desta actividade;
- Não pode ficar na dependência de intermediários;
- Não pode continuar a ter legislação que continue a não ser adaptada às necessidades de desenvolvimento do sector;
- Não pode continuar a abdicar e até mesmo a desistir das vantagens de ter sido considerado no célebre relatório Porter⁵, vantagens que nunca foram assumidas de forma pragmática e construtiva quer por parte do Estado quer por parte das empresas;
- Não pode continuar a manter o sentimento de desconfiança que persiste ainda hoje entre os diversos empresários e da parte das entidades oficiais paras com estes;
- Não pode continuar a não aproveitar a oportunidade como a da remoção para o Porto de Sines de um número significativo de escomboreiras por via férrea. No passado este tema foi falado com o então ministro da economia Dr. Augusto Mateus, que originou na altura um trabalho de avaliação pela DGE do Alentejo.⁶

Na verdade, muitas destas oportunidades e vantagens já não são recuperáveis, mas subsistem ainda um conjunto de acções que podem ser desenvolvidas para que o sector retome e reassuma o seu papel de importância quer a nível nacional quer a nível regional.

⁵ Estudo promovido pelo governo português que contratou o professor Michael Porter teórico de negócios da *Harvard Business School* para desenvolver um estudo sobre a competitividade da economia nacional.

⁶ DUQUE, Victor; Piteira, Bernardino e Morais, Luís, (2010)

Pontos Fortes, Fracos, Oportunidades e Ameaças

O mármore cristalino português é um produto com características únicas, jazidas conhecidas, com capacidade futura, proliferação de explorações com várias tonalidades, que ainda ostenta, apesar do menor peso actualmente, um papel relevante no mercado mundial das rochas ornamentais.

No Alentejo, para lá do anticlinal de Estremoz, também conhecido pelo triângulo marmorífero de Estremoz-Borba e Vila Viçosa, principal área extractiva de mármore em Portugal, que tem sido de há décadas a esta parte o principal motor de desenvolvimento regional, em conjunto com outras regiões como Viana do Alentejo, Mourão, Trigaches e as zonas graníticas de Monforte, Alpalhão e Elvas, extensível aos setores a montante e a jusante da actividade extractiva e transformadora, com um *know-how* acumulado ao longo de décadas, e que se traduz em importante factor de competitividade.

No célebre relatório Porter, o sector das pedras naturais foi reconhecido pela sua importância, onde a ideia ali apresentada dos *clusters*⁷, “concentrações geográficas de empresas interconectadas, fornecedores especializados, provedores de serviços e empresas relacionadas que competem, mas também colaboram”, como catalisadores de mudanças significativas nas políticas de inovação no nosso país era o ponto fulcral. Facilita muito o acesso às empresas a novos desenvolvimentos, captação de aptidões ao nível da criatividade, antecipando valor acrescentado.

Mas também devemos estar cientes das nossas desvantagens e fraquezas para que não ponhamos em causa aquilo que queremos. A ausência de cultura de cooperação empresarial impede a promoção de vantagens competitivas, designadamente, economias de escala e complementaridade da oferta e dificulta em muito a actuação das empresas internacionalmente. Só a título de exemplo, com o fim do conflito na Ucrânia, estimular dinâmicas de cooperação para intervir nos processos de reabilitação do património e infraestruturas destruídas onde a aplicação da pedra natural é relevante, torna-se fulcral.

A falta de investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) é um dos factores que condiciona a competitividade e a criação de valor na oferta estagnando processos de melhoria contínua e restringindo a competitividade empresarial.

Também a ausência de políticas estruturadas de eficiência ambiental que minimizem os impactes dos processos de extracção e de transformação, em conformidade com as exigências ambientais e de ordenamento do território podem suscitar situações restritivas para o sector.

Por outro lado, a estrutura de capitais próprios também não é boa, com as empresas a depender muito de capitais alheios, prejudicando o equilíbrio financeiro e impedindo o crescimento saudável daquelas, a maioria com ciclos de exploração longos.

⁷ PORTER, Michael, (1990)

Finalmente a deficiente promoção e imagem do sector condiciona a notoriedade dos nossos produtos e o seu reconhecimento de qualidade.

Para estes desafios serem alcançados é necessário:

- Coragem institucional, sectorial e empresarial;
- Definição por parte das empresas de um núcleo duro que dinamize a mudança necessária;
- Uma reformulação de toda a legislação aplicável aos recursos naturais, que deve ser específica e adaptada, facilitando quer o acesso aos mesmos e concomitantemente regulando de forma simples, mas eficaz a sua exploração tendo em atenção os aspectos sociais e ambientais de forma pragmática e equilibrada;
- Estratégia eficaz e sustentável na vertente produtiva. Caso de algumas escombreyras que se encontram junto das zonas de exploração, que ao serem retiradas deixam de condicionar a sua expansão e, ao mesmo tempo, disponibilizam materiais “descartáveis” com aproveitamento comercial;
- Capacidade das empresas (na sua maioria empresa familiares) se modernizarem, com um maior recurso a uma gestão profissional;
- Capacidade para mitigar custos de transformação energéticos e de combustíveis;
- Capacidade de utilização de subprodutos nas estradas⁸;
- Retomar o transporte por via férrea⁹ no eixo Sines/Elvas, com um terminal de carga no Alandroal, evitando assim não só um número significativo de camiões pelas estradas de acesso aos portos (questões ambientais) mas também contribuindo positivamente para a redução dos elevados custos logísticos da exportação;
- Orientação de uma parte significativa, ou mesmo a totalidade do valor que venha a ser contemplado para o apoio pós conflitos, na “formalização de encomendas firmes” de materiais a serem utilizados na reconstrução, e, assim, fazê-los chegar aos países apoiados em prazos adequados que impliquem obrigatoriamente a necessidade de se ir produzindo antecipadamente;
- Aliar de forma mais permanente a vertente da cultura ao material pétreo (mármore e granito) com a utilização de recursos existentes (pedreiras desactivadas, museu do mármore, edificações de referência na região) para a realização de eventos variados (música, teatro, moda, etc.) em locais diversos, quer na zona do anticlinal quer também na zona de Viana do Alentejo;

⁸ Única investigação feita com seriedade pelo CEVALOR e pelo LNEC, na utilização das britas para as estradas, mas, ainda assim inconsequente. Como exemplo desta utilização a requalificação da estrada Estremoz – Évora que possibilitou a eliminação da escombreira de São Sebastião da empresa Solubema.

⁹ Projecto piloto de organização e utilização de transporte ferroviário, que funcionou temporariamente, em que os Granitos de Maceira criaram uma zona de recolha de blocos na estação do caminho de ferro, na linha de Portalegre.

Os desafios e as oportunidades que futuramente se apresentarão ao sector dos mármore e tendo em conta o actual contexto global

- Reforçar a ligação ao turismo industrial;
- Repensar e promover novas Iniciativas de afirmação das rochas ornamentais portuguesas para lá das tradicionais abordagens através das usuais presenças em feiras, com a criação de unidades comerciais conjuntas nos mercados de referência (como por exemplo o processo de globalização para o oriente levada a cabo pelos Granitos de Maceira, particularmente com o granito de Alpalhão);
- Avaliar a instalação em Portugal de unidades para utilização e valorização dos subprodutos das escombreyras e da transformação, como por exemplo a avaliação de uma unidade de produção do papel de pedra¹⁰.

A noção de quais as ameaças que se deparam ao sector, também é indispensável para se alcançarem os objectivos.

A inexistência de um núcleo duro que encoraje, abane e dinamize a mudança é talvez o principal problema a ter em conta.

A concorrência sem regras dos países terceiros que praticam preços muito baixos deve também ser levada a sério, sendo elementar o reajuste estratégico, diversificando e defendendo comercialmente as empresas de práticas da concorrência irregulares.

Ainda toda esta instabilidade financeira a nível global não ajuda à recuperação económica, ao aumento da confiança dos agentes e ao fomento do investimento.

Finalmente, a persistência da contração da procura nos mercados da construção imobiliária e obras públicas (o mercado interno estagnado e o mercado da União Europeia com crescimentos insignificantes), principais fontes de escoamento dos nossos produtos é uma importante restrição.

Temos plena noção que tudo o que aqui propomos, se fosse fácil a sua implementação, decerto já estaria feito. Sabemos igualmente que algumas destas questões já foram abordadas, umas até mesmo de diversas formas. Com a experiência daquilo que correu mal anteriormente e a consciência da complexidade do momento actual podemos encarar o futuro com alguma esperança, tendo claro conhecimento que o momento actual do sector é muito angustiante, muito embora, também seja altamente desafiante.

São estes períodos de enormes dificuldades, indefinições e incertezas que catapultam mudanças e crescimentos ímpares.

Referências Bibliográficas

Monografias

ASSOCIAÇÃO Nacional da Indústria Extractiva e Transformadora – *Diagnóstico Competitivo sobre o Sector da Extracção e Transformação da Pedra Natural*. – Porto: (Ed. do A.),

¹⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=ykVikXyq9hQ>

- [s.d.]. – Diagnóstico promovido no âmbito do projecto “GAP – Ganhar a aposta na Pedra Natural”, ao abrigo do Sistema de Apoio a Acções Colectivas do COMPETE 2020.
- DIRECÇÃO Geral de Energia e Geologia – *Pedreiras da Região Alentejo: Caracterização do sector da extracção de massas minerais – Situação face à regulamentação técnica e legal*. – [Lisboa]: DGEG – Divisão de Pedreiras do Sul, 2016.
- LUZ, Luís Miguel Nunes Barata de Brito da – *Análise crítica ao modelo de desenvolvimento do sector das pedras naturais: o caso dos mármore no triângulo de Estremoz-Borba-Vila Viçosa 1980-2003*. – Porto: A. Alves – Arte e Edições Lda, 2008. – Págs. 70, 177 a 191.
- MACHADO, António Fernando da Silva Rodrigues – *Aprendizagem em políticas de inovação: o caso do relatório Porter e a política de “clusters” em Portugal*. – Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 2023. – Dissertação Mestrado em Economia e Gestão da Inovação.
- PLANO Regional de Inovação do Alentejo / Augusto Mateus & Associados; coord. Augusto Mateus. – [Évora]: CCDDR – Alentejo Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, 2005.

Publicações Periódicas

- LUZ, Luís Miguel Nunes Barata de Brito da – A oportunidade para uma reflexão estratégica na sequência do trágico acidente da estrada de Borba, in *Revista de Cultura Callipole* n.º 27, 2021. – Páginas 217-221.
- LUZ, Luís Miguel Nunes Barata de Brito da – Rose Project A.C.E., in *Revista de Cultura Callipole* n.º 30, 2024. – Páginas 241-263.
- MARTINS, Ruben; LOPES, Luís; LUZ, Luís Brito da; GERMANO, David; MELO, Natália – Museu do Mármore – O futuro, presente. – In *Revista de Cultura Callipole* n.º 23, 2016. – Páginas 227-256.
- MARTINS, Octávio Rabaçal – A indústria extractiva das rochas ornamentais do Alentejo/ in *Boletim de Minas*. – Lisboa: Direcção-Geral de Geologia e Minas, 1991. – Vol. 28, n.º 4, p. 309 a 359.
- MOURA, A. CASAL – A pedra natural ornamental em Portugal – Nota breve/ in *Boletim de Minas*. – Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro, 2001. – Vol. 38, n.º 3, p. 161 a 177.
- NAPOLI, Silvana – *Stone sector 2002*. – Marina di Carrara: Internazionale Marmi e Macchine Carrara S.p.A., 2003.
- NAPOLI, Silvana – *Stone sector 2003*. – Marina di Carrara: Internazionale Marmi e Macchine Carrara S.p.A., 2004.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Sr. Eng.º Bernardino Piteira pela informação disponibilizada.

... Pouco depois do dilúvio: O Megalitismo do concelho de Vila Viçosa

Rui Mataloto* | Marco António Andrade**

A maior parte dos escriptores só escrevem nos seus gabinetes, copiando uns pelos outros, sem visitarem os monumentos pelos matos e bosques, estudando-os e examinando-os nas localidades.

S. Ferreira – Mon. Cyclopeenses em Portugal no Bolei. d'Archit. e Arqueol., apud Espanca, P. – As Antas e seus congéneres, 1894.

1. Território, paisagem, recursos naturais

O território calipolense representa o melhor exemplo de uma estratégia administrativa, comum aos outros concelhos da chamada Zona dos Mármorez, especialmente os que partilham a parte central desta (Borba e Estremoz), que consistiu na delimitação de áreas alongadas, transversais à estrutura geológica regional, por forma a melhor acolher a maior diversidade paisagística e, portanto, de recursos naturais disponíveis, com a consequente diversidade nas formas como se processou a ocupação humana, ao longo dos tempos.

A periferia do Anticlinal de Estremoz, onde genericamente afloram os famosos mármorez, atraiu a si todas as sedes de concelho, mesmo aquelas que, como Sousel ou, principalmente, Alandroal, dominam territórios que apenas marginalmente incluem o chamado Anticlinal de Estremoz. Não cremos que tenha sido nem casualidade, nem uma hipervaloração da exploração marmórea, antes um outro aspecto, a abundância de águas e a fertilidade dos solos na margem do maciço calcário.

* Município de Redondo – rmataloto@gmail.com

** Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; marcoandrade@edu.ulisboa.pt

Por outro lado, para entendermos melhor este território na sua diversidade, convém relembrar, em primeiro lugar, que o Anticlinal de Estremoz se posiciona num excelente eixo de transitabilidade natural, ao surgir no festo entre as bacias do rio Tejo e rio Guadiana, não longe do do rio Sado, favorecendo a ligação entre o litoral e o interior peninsular. Em termos mais locais, cabe destacar a elevada transitabilidade natural oferecida pelos patamares que o delimitam, agregadores, então, de vivências e passo ao longo do Tempo.

Os solos do patamar que bordejam o Anticlinal são particularmente férteis e profundos, constituídos essencialmente por “*terra rossa*”, argilas vermelhas resultantes da alteração das rochas carbonatadas, o que associado à abundância de água, derivada das características hidrogeológicas específicas das geologias cársicas, é, provavelmente, o principal factor de fixação, transversal às diferentes formações económicas e sociais, desde o Neolítico até à actualidade.

A acrescer a estas, ainda que com escasso interesse para a temática que pretendemos tratar, cabe ainda destacar as ocorrências de cobre e de ferro/magnésio que, surgindo geologias distintas, se localizam também elas na margem do Anticlinal no concelho de Vila Viçosa, como a antiga mina de Ferro da Almagreira com trabalhos de pesquisa anteriores a 1716, ou a mina de cobre de Miguel Vacas foi explorada até muito recentemente, na Fonte Soeiro.

O concelho de Vila Viçosa é, contudo, bastante mais diverso que ambas margens do maciço, tendo sido em trabalho recente, no qual nos baseamos, dividido com base na geologia, com respectiva repercussão paisagística, de NE para SO em onze zonas, como foi proposto na Carta Arqueológica de Vila Viçosa (Calado e Mataloto, 2020) (v. Fig. 1):

1. *Torre do Cabedal. Xistos e grauvaques. Pré-Câmbrico. Área que se desenvolve em anfiteatro, correspondendo praticamente ao troço superior da bacia da Ribeira do Casco. Declives suaves, escassos afloramentos e elevado valor de uso agrícola. Vinhas e campos agrícolas.*
2. *Rego-Coroados. Calcários cristalinos, incluindo dolomitos. Câmbrico. Declives muito vigorosos, solos muito pedregosos, ausência de água superficial. Olivais.*
3. *Ciladas. Xistos, quartzitos e grauvaques. Câmbrico. Área de relevo relativamente movimentado, com frequeres afloramentos de xisto, alguns destacados, e maioritariamente coberta por montado de azinho. Ganadaria.*
4. *S. Romão. Xistos, quartzitos e grauvaques, com intercalações de calcários, rochas verdes e rochas hiperalcalinas, como o sienito. Câmbrico. Área de relevo relativamente suave, com afloramentos discretos. Campos agrícolas e ganadaria.*
5. *Vale da Asseca. Xistos com fñanitos, xistos grafitosos e quartzitos intercalados. Silúrico. Área muito dobrada, correspondendo genericamente à bacia da Ribeira de Borba/Asseca. Montado de azinho e estevais. Ganadaria.*
6. *Vila Viçosa. Complexo Vulcano Sedimentar Carbonatado. Ordovícico/Devónico. Área bastante aplanada, com abundância de água e solos argilosos profundos. Uso agrícola e olival.*

...Pouco depois do dilúvio: O Megalitismo do concelho de Vila Viçosa

7. Alto do Pombal. Dolomitos. Câmbrico. Solos pedregosos, ausência de água superficial. Olival.
8. Bencatel. Complexo Vulcano Sedimentar Carbonatado. Ordovícico/Devónico. Área bastante aplanada, com abundância de água e solos argilosos profundos.
9. Freiras. Xistos cinzentos-escuros, com intercalações. Silúrico. Área com declives acentuados e alguns afloramentos superficiais. Montado de azinho e estevais. Ganadaria.
10. Cavaleira. Xistos brandos. Devónico. Relevo muito suave, escassos afloramentos. Uso agrícola intenso.
11. Alto das Cabeças. Xistos siliciosos. Silúrico. Relevo muito movimentado, solos esqueléticos. Montado de azinho e estevais.

Como se verá, esta diversidade paisagística, transversalmente à qual se organiza o concelho, trará como óbvia consequência um entrecortar das realidades arqueológicas, que deveremos entender, então, num quadro mais alargado que apenas as suas áreas concelhias, incorporando uma diversidade do maior interesse, justamente pelas suas ligações a diversos “Mundos Megalíticos”.

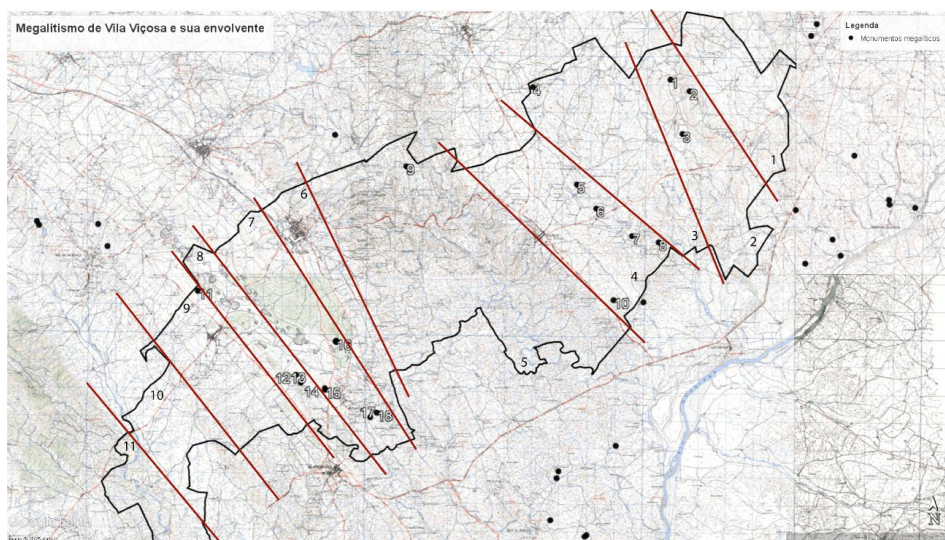


Figura 1 – Mapa do Concelho de Vila Viçosa sobre as Cartas Militares de Portugal. Representação das áreas naturais listadas (1 a 11); listagem dos sepulcros de Vila Viçosa descritos (1 a 18).

2. História das antas e seus congéneres no concelho de Vila Viçosa

O panorama que aqui pretendemos apresentar, sobre a presença de monumentos megalíticos no actual concelho de Vila Viçosa deriva, em grande medida, do apresentado na respectiva Carta Arqueológica, a que temos que acrescer a identificação

recente de mais um sepulcro por Bruno Gambinhas¹, nas proximidades de São Romão. Para o trabalho de Carta Arqueológica desenvolvemos um trabalho em estreita colaboração com o projecto MegaGeo, dirigido por Rui Boaventura, tendo os dados aí reunidos servido para a aturada revisão de terreno por nós, então, efectuada.

Esta colaboração traduziu-se na recolha intensiva de informação publicada ou inédita, relativamente a cada monumento, registando as múltiplas localizações atribuídas, que eram posteriormente verificadas no terreno. Na realidade, as muitas menções a monumentos megalíticos na região da Serra das Correias/Carvão/Torre do Cabedal, quase todos com localizações muito vagas, apesar das múltiplas incidências marcadas nos mapas geológicos, acabou por se traduzir num intenso trabalho de campo que apenas comprovou que, ou nunca existiram, podendo corresponder a informações vagas cedidas aos geólogos do século XIX, ou, a terem existido, poucas chegaram aos dias de hoje. Todavia, todo este intenso trabalho de verificação acabou por ser subaproveitado, mesmo que publicado, quando, no processo de Classificação do Megalitismo alentejano (DRE Anúncio n.º 17/2023²), se mantiveram localizações erróneas, como a Anta da Serra das Correias, apesar de havermos disponibilizado a localização correcta.

O Padre Joaquim da Rocha Espanca foi o primeiro investigador a focar-se exclusivamente na Arqueologia do concelho de Vila Viçosa, tendo desenvolvido uma intensa actividade de recolha de informação, de que nos foi dando notícia em diversas publicações (Espanca, 1892; 1894; Pinho Leal, 1886 – entrada *Villa Viçosa*). No entanto, José Leite de Vasconcelos, no texto necrológico que lhe dedicou, reconheceu que ele “[...] *não era propriamente archeólogo; era antiquário e curioso, mas instruído. [...] Espanca não acompanhava o moderno espírito científico, antes, como se vê do opusculo sobre as antas, fugia d’elle.*” (Vasconcelos, 1897: 136).

Na verdade, o Padre Joaquim da Rocha Espanca foi um dos últimos representantes daquela velha tradição renascentista de eruditos homens de fé que procuravam nas suas observações do terreno a comprovação dos velhos textos clássicos ou bíblicos, revendo-se ele mesmo na acção de André de Resende. Todavia, e como a própria polémica sobre a antiguidade das antas, em que se envolveu nas páginas da revista *Vida Moderna*, o demonstram, a realidade estava a mudar, até pela mão de homens de fé ilustrados como o padre José Isidro Brenha (Pereira, 2018: 126).

No fundo, o que estava aqui em causa não seria apenas a antiguidade das antas, mas sim a própria aceitação da existência de uma Pré-História que vinha colocar em causa o “*tempo bíblico*”. Não há dúvida de que esta era já, mesmo no Portugal de finais de oitocentos, e dentro da própria estrutura eclesiástica, uma discussão extemporânea e comprometedora para a imagem da própria Igreja enquanto instituição de saber (Pereira, 2018: 128). Com este conjunto de observações, não pretendemos, de modo algum, minorizar a acção do Padre Joaquim da Rocha Espanca,

¹ A Bruno Gambinhas agradecemos a disponibilização da informação referente a este sepulcro.

² <https://files.dre.pt/2s/2023/02/03100000/0006200062.pdf>

o qual, além da sua ânsia colectora, procurou divulgar a informação sobre os achados a um nível nacional e não meramente local, acabando por integrar a rede de interlocutores nacionais que veiculavam informação a homens como Augusto Filipe Simões ou Leite de Vasconcelos (Pereira, 2018: 132), ao mesmo tempo que estabelecia ele próprio a sua rede de informadores, especialmente párocos. É curioso verificar como o concelho de Vila Viçosa presenciou, na segunda metade de oitocentos, experiências bem distintas no que diz respeito a própria História do conhecimento arqueológico. Enquanto o Padre Espanca desenvolvia a sua acção de erudito local, com um claro pendor apologético pela sua paróquia de origem, Ben-catel, mas igualmente na sua segunda paróquia, Pardais, na outra extremidade do concelho, e especialmente ligada a acção dos Serviços Geológicos, pela mão do elvense Nery Delgado e Carlos Ribeiro, pioneiros da Pré-História portuguesa (Fabião, 2011; Cardoso, 2013), procedia-se à identificação no terreno de um conjunto de monumentos megalíticos, dos quais, infelizmente, nos chegou quase só a sua localização aproximada (Neto, 1976-77).

A Arqueologia do concelho de Vila Viçosa, apesar deste interessante final de século, não teve avanços notáveis durante a primeira metade do século XX, registando-se apenas a presença de José Leite de Vasconcelos, que apenas escavou, em 1904, a Anta dos Apóstolos (Vasconcelos, 1916: 153), cuja planta e espólio, escasso, apenas viria a ser publicado mais tarde, a par de uma fotografia que nos revela uma paisagem algo distinta da actual, publicada por Georg e Vera Leisner (1959: 165; Taf. 34:3; 75:1). Estes investigadores, por falha de José Leite de Vasconcelos, que a menciona, na citada publicação, como sendo do concelho do Alandroal, mantêm o erro de localização, o que originou, igualmente, a sua menção nas Cartas Arqueológicas do Alandroal (Calado, 1993: 37; Calado e Roque, 2013: 73). O casal alemão Georg e Vera Leisner, incansáveis calcorreadores dos campos alentejanos, principalmente a partir de meados dos anos 40 do século XX, deixaram claro que nunca receberam informação sobre qualquer monumento megalítico no concelho, com excepção de duas antas, que não visitaram (Leisner e Leisner, 1959: 164), e que lhes foram dadas a conhecer pelos trabalhos de António Dias de Deus e Abel Viana (1955). Resta assinalar que uma delas, a Anta da Aboboreira, pelas suas indicações, 1,5km a Oeste do Monte homónimo, não se localizava no concelho; contudo, a identificação recente de Bruno Gambinhas, constante no Portal do Arqueólogo, de um sepulcro nas imediações do monte permite a remissão para este monumento. Georg e Vera Leisner publicaram da Anta do Carvão o espólio recolhido por aqueles investigadores (Leisner e Leisner, 1959: 164, Tafel 34: 6), ainda que apresentem, também aqui, uma localização manifestamente errónea, demasiado próxima do Monte do Carvão, eventualmente decorrente de informações erradas dos escavadores, conhecedores da proximidade com Manuel Heleno, de quem tentavam manter a sua acção afastada (Rolo, 2018). No entanto, o casal alemão está bem ciente da relevância desta zona, dada a proximidade com outros sepulcros de Elvas, aventando a mais que provável identificação de novos sepulcros.

Os trabalhos de Carta Arqueológica permitiram compor uma imagem bem distinta das presenças megalíticas do concelho, com a identificação de cerca de uma

dezena de sepulcros; todavia, estamos certos que novos trabalhos permitirão identificar mais monumentos que, cremos, não alterarão sobejamente a imagem agora disponível.

3. O Megalitismo de Vila Viçosa: listagem de sepulcros (v. Fig. 1)

O conjunto de megálitos não é extenso, mas exemplifica bem a diversidade que o próprio concelho engloba, e evidencia a sua inclusão em dinâmicas mais amplas. Mas importa assinalar cada um dos sepulcros aqui debatidos.

1 – Anta 2 da Serra das Correias *Sepulcro megalítico*

38°49'35.51"N 7°15'50.97"W

Grandes lajes de xisto amontoadas e duas aparentemente fincadas.

Grande laje tombada com 2,6 m de comprimento e 0,8 m de espessura. Laje fincada: 1,30 m x 0,95 m; Laje fincada: 1,20 m x 0,7 m.

Este conjunto poderá, efectivamente, resultar do desmantelamento do monumento cartografado na CGP 37-A, na baixa a Nascente do Monte das Correias.

2 – Anta da Serra das Correias *Sepulcro megalítico*

38°49'22.66"N 7°15'22.50"W

Sepulcro megalítico de câmara poligonal de sete esteios, erguido com recurso a blocos de calcários cristalinos da geologia local, mas também de xisto.

Diâmetro interno da base da câmara – 2,85 m x 2,4 m; diâmetro superior – 2,28 m. ES1 – 0,75 m x 2 m alt. – xisto; ES2 – 1,2 m x 2,25 m alt. – xisto; ES3 – 1,33 m x 2 m alt. – xisto. EC1 – 1 m x 1,32 m alt. – xisto. EC2 – 0,85 m x 1,56 m alt. – xisto; EN1 – partido pela base – geologia local base – 0,87 m x 0,60 m total – 2,15 m partido e tombado para exterior; EN2 – 0,70 m x 1,85 m alt. – geologia local; EN3 – 0,98 m x 2 m alt. – geologia local; Possível fragmento da tampa 0,9 m x 2,60 m; orientação do eixo central: 110°.

Este monumento poderá corresponder ao sepulcro mencionado em Neto (1976-77:105) “2 2000 m a E.N.E. da Capella de Ciladas”, com base em informação recolhida por Carlos Ribeiro. Este deve ser igualmente o monumento citado e fotografado pelo Padre Henrique Louro, 1967: 4.

Este sepulcro encontra-se erradamente localizado no processo de classificação do Megalitismo alentejano, apesar de termos disponibilizado a sua correcta implantação.

3 – Anta do Carvão *Sepulcro megalítico*

38°48'33.50"N 7°15'32.45"W

Sepulcro megalítico de câmara poligonal, com cerca de 2,5 m de diâmetro e cinco esteios de xisto *in situ*. O corredor apresenta cerca de 0,7 m de largura e cerca de 2 m de comprimento. ECS1 – 0,8 m x 0,56 m; 0,22 m – xisto; ECS2 – 1,17 m x 0,27 m; 0,14 m – xisto; ECS3 – 0,77 m x 0,41 m; 0,19 m – calcário; ECab – 1 m x 0,58 m; 0,25 m – xisto; ECN1 – 0,88 m x 0,94 m; 0,22 m – xisto; EcN – 1,66 m x 0,37 m x 0,17 m – xisto; EcS1 – 1,37 m x 0,22 m x 0,29 m – xisto;

EcS2 – 0,56 m x 0,23 m x 0,14 m – xisto; Esteio corredor exterior Norte 1 – 1,47 m x 0,47 m x 0,19 m – xisto; Esteio corredor exterior Norte 2 – 0,94 m x 0,36 m x 0,09 m – xisto; Esteio/tampa remobilizado – 1,17 m x 0,19 m x 0,68 m-xisto. Monumento escavado pelo Padre Louro e António Dias de Deus em 1949 (Rolo, 2016: 98) e posteriormente publicado por Abel Viana e Dias de Deus (1955), no qual recolheram cinco placas de xisto completas e fragmentos de outras oito. No interior da Câmara do monumento foi registada a presença de uma sepultura construída com duas lajes de xisto, a qual foi tida como mais tardia; contudo, dada a ausência de qualquer indício cronológico, esta poderá ter sido uma subdivisão interna do monumento em época pré-histórica, de que são conhecidos diversos paralelos na realidade megalítica alentejana. O monumento, apesar de entulhado, apresenta-se ainda, como quando escavado, com seis esteios na câmara e respectivo corredor.

Viana e Deus, 1955; Leisner e Leisner, 1959: 165; Rolo, 2016: 98.

4 – Anta da Aboboreira *Sepulcro megalítico*

38°49'29.29"N/ 7°19'14.60"W

Sepulcro megalítico de câmara poligonal, com seis esteios de xisto preservados, faltando aparentemente a cabeceira, sem vestígios de corredor.

5 – Anta dos Carvalhais *Sepulcro megalítico*

38°47'36.07"N 7°18'10.80"W

Sepulcro megalítico de câmara poligonal e corredor, em xisto.

ES2: 1 m x 0,6 m; ECS2: 0,6 m x 0,4 m; ECS3: 0,4 m x 0,25 m; EC: 1,5 m x 0,8 m; EN1: 0,85 m x 0,8 m; EN2: 1,2 m x 0,45 m; Ecn1: 0,2 m x ao nível do solo; Orientação: 105°

6 – Monte dos Amados *Sepulcro megalítico*

38°47'7.43"N 7°17'41.40"W

Anta violada e bastante afectada, coberta parcialmente por um moroiço. Esteios em xisto e tampa em granito. Cabeceira: 1,6 m x 1,4 m; Esteio Sul 1: 1,1 m x 2,3 m; Tampa: 1,6 m x 1,9 m x 0,5 m.

7 – Amoreira *Sepulcro megalítico*

38°46'35.77"N 7°16'48.29"W

Câmara poligonal com cerca de 3 m de diâmetro, com seis esteios de xisto *in situ* e outro arrancado, a 3 m a Este. Corredor com cerca de 1 m largura e cerca de 2 m de comprimento. ES1: 0,80 m x 0,45 m; ES2: 1,45 m x 0,4 m; EC: 0,9 m x 0,25 m; EN1: 1,1 m x ao nível do solo; EN2: 1,45 m x 0,4 m; EN3: 1,1 m x 0,75 m; Ecs1: 0,65 m x 0,4 m; Ecs2: 0,40 m x ao nível do solo; En: 0,6 m x ao nível do solo; Esteio solto: 1,65 m x 0,95 m.

8 – Afeiteira *Sepulcro de falsa cúpula*

38°46'28.53"N 7°16'8.40"W

Monumento funerário, aparentemente do tipo *tholos*, com cinco esteios de xisto visíveis, três no corredor e dois na Câmara. Os esteios afloram ao nível do solo, excepto um do corredor com 0,46 m x 0,65 m. O corredor tem cerca de 1 m de

largura e a câmara tem cerca de 3 m de diâmetro. Comprimento total visível cerca de 5 m. Abundância de pedra solta na envolvente, onde se documentou a presença de uma mó e um seixo de quartzito talhado. Este monumento, bastante arruinado, poderá corresponder ao sepulcro mencionado em Neto (1976-77:106) “500 m a NE do monte de Affeiteira de Cima. 4,5 Kil. A NNO. de Juromenha” com base em informação recolhida por Nery Delgado.

9 – Vale do Poço Sepultura protomegalítica

38° 47' 58, 19" N 7° 22' 24, 45" W

Três lajes de xisto de dimensões megalíticas, arrancadas e amontoadas; no local, parecem observar-se restos da mamoa, na qual aflora uma linha de pequenas lajes em cutelo.

10 – Anta da Horta do Marmeleiro Sepulcro protomegalítico

38°45'22.01"N 7°17'16.63"W

Monumento funerário de pequena dimensão, composto por câmara poligonal aparentemente de sete esteios, de que se conservam apenas seis de xisto, faltando o de cabeceira, e por corredor, de que se conservam apenas dois esteios, junto da entrada, marcada por duas lajes perpendiculares as anteriores, a modo de portal. A Câmara apresenta cerca de 1,3 m de diâmetro máximo, apresentando o corredor 2,1 m x 0,8 m. Este não se apresenta alinhado com o eixo aparente da câmara.

11 – Vinhas Novas Sepulcro protomegalítico

38o 45' 35, 62" N/7o 27' 33, 53" W

Monumento funerário composto por três esteios fincados, dois de calcário dolomítico e um terceiro, menor, de xisto. Os dois primeiros parecem delimitar, a Norte e a Sul, a câmara do monumento, com cerca de 1,3 m de largura. EN: 1,92 m x 0,5 m x 0,6 m; ES2: 1,5 m x 0,35 m x 0,75 m; ES1: 0,7 m x 0,15 m x 0,25 m. Vestígios de mamoa.

12 – Anta 1 da Lagoa Sepulcro protomegalítico

38°43'58.00"N 7°25'9.00"W

Pequeno monumento funerário, bastante amputado, com esteios em xisto local (este material aflora a escassos 10 m da sepultura). ES: 0,7 m x ao nível do solo; Ec: 1,25 m x 0,45 m; En1: 1,15 m x 0,4 m; En2: 0,85 m x 0,5 m; orientação aproximadamente ESE.

13 – Anta 2 da Lagoa Sepulcro protomegalítico

38°43'49.66"N 7°25'1.92"W

Restos de monumento funerário de dimensões modestas; vestígios de mamoa, com cerca de 10 m de diâmetro. En: 0,85 m x 0,6 m; Es: 0,85 m x 0,35 m. Além destes esteios, apresenta outras lajes fincadas, uma delas do lado W, aflorando a superfície apenas 0,10 m, tal como uma outra do lado Sul, além de alguns blocos que parecem continuar, de um doutro lado, a estrutura. A mais de 2 m desta estrutura, para W, são visíveis mais duas lajes cravadas, ambas inclinadas,

que parecem igualmente fazer parte do conjunto, constituindo, eventualmente, um “prolongamento” para W do esteio de cabeceira, como se tem vindo a verificar noutras sepulturas análogas, nomeadamente na da Almagreira.

14 – Anta 1 da Almagreira *Sepultura protomegalítica*

38°43'42.00"N 7°24'26.00"W

Monumento funerário, de planta em forma de ferradura, com sete esteios em xisto, aberto a 80 graus, faltando-lhe a cabeceira. Esteios visíveis com 30 cm de largura e 25 cm acima do solo. Adjacente a esta surge um bloco oblongo em xisto, com cerca de 1,5 m, que poderá ter correspondido a um menir/estela erguido junto ao monumento.

Trabalhos recentes permitiram verificar a presença de uma estrutura tumular pétrea bem conservada, inserida na qual, pelo lado Poente da câmara, se documentou a presença de uma pequena cista de lajes em cutelo, sendo ainda difícil estabelecer a relação cronológica entre ambas.

15 – Anta 2 da Almagreira *Sepultura megalítica*

38°43'40.90"N 7°24'26.10"W

Sepulcro bastante danificado, de que restam apenas dois esteios cravados, em xisto, aparentemente correspondentes ao lado Norte da Câmara; adjacente a estes, para Nascente, existe uma grande laje, com cerca de 1,2 m x 0,5 m disposta na horizontal, sob a qual parece desenvolver-se um corredor. Vestígios de mamoa, com cerca de 5 m pelo lado Norte.

16 – Torre 2ª *Sepultura protomegalítica*

38°44'36.31"N 7°24'9.75"W

Sepulcro protomegalítica desmantelado, composto por 8 lajes amontoadas. 1– 2,00 m x 0,5 m x 0,30 m; 2– 1,00 m x 0,4 m x 0,25 m; 3 – 0,85 m x 0,41 m x 0,28 m; 4– 0,86 m x ? m x ? m; 5 – 0,75 m x 0,5 m x 0,35 m; 6 – 1,10 m x 0,60 m x 0,40 m; 7 – 1,10 m x 0,40 m x 0,40 m 8 – 0,80 m x 0,40 m x 0,25 m.

17 – Anta 2 dos Apóstolos *Sepulcro protomegalítico*

38°43'8.40"N 7°23'19.60"W

Dois esteios em xisto cravados de modo aproximadamente paralelo, distantes cerca de 1,5 m: ES: 2,1 m x 60 m; EN 1,6 m x 0,20 m.

18 – Anta dos Apóstolos *Sepulcro megalítico*

38°43'13.58"N 7°23'10.57"W

Monumento funerário de Câmara poligonal, que apresentava quatro esteios de xisto *in situ* na descrição de Georg e Vera Leisner (1959), dos quais subsistem hoje apenas dois (*a* e *b* de G. e V. Leisner), além de uma pequena laje cravada, estando os restantes dois tombados adjacentes àqueles. Esteio *a*: 1,70 m. Esteio *b*: 1,80 m de altura. Primeiramente mencionado pelo Padre Joaquim da Rocha Espanca (1894), tera sido intervencionado por José Leite de Vasconcelos em 1904, que nos deu breve notícia (Vasconcelos, 1916: 153). CNS 4491. Espanca, 1894: 21; Vasconcelos, 1916: 153; Leisner e Leisner, 1959: 165

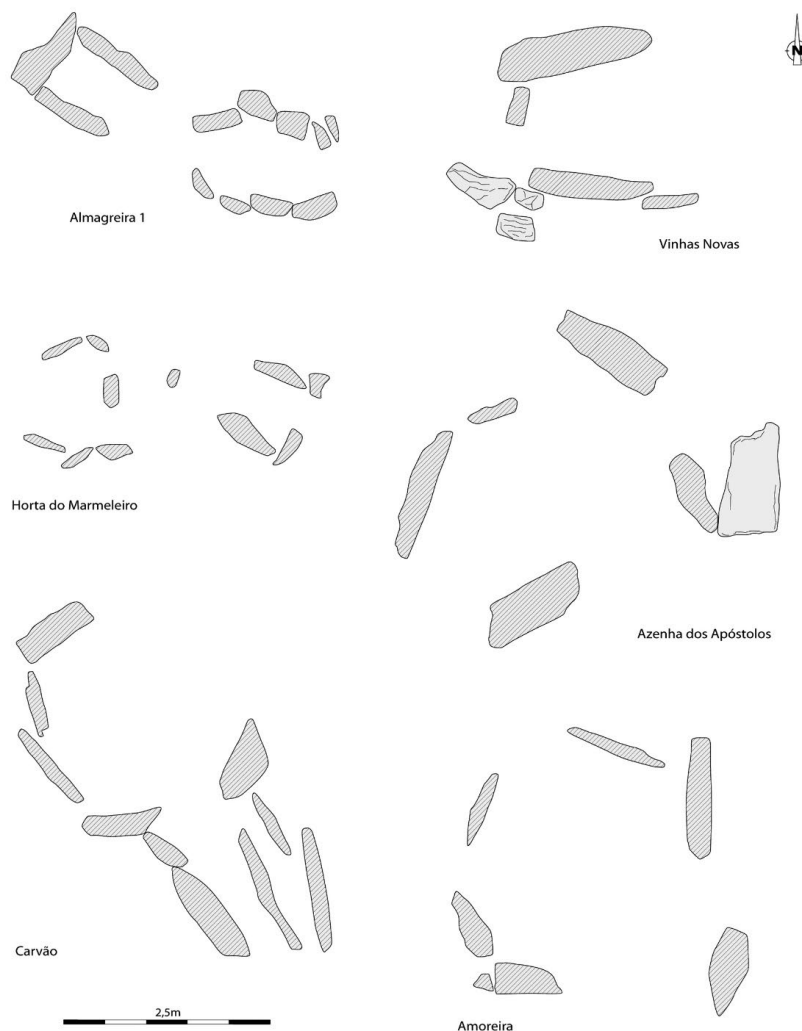


Figura 2 – Planta dos diversos sepulcros megalíticos, desenhados no contexto da Carta Arqueológica de Vila Viçosa. 1 – Sepulcros megalíticos da área do concelho de Vila Viçosa: Anta 1 da Almagreira, Anta das Vinhas Novas, Anta da Horta do Marmeleiro, Anta da Azenha dos Apóstolos, Anta do Carvão e Anta da Amoreira (plantas desenhadas no âmbito da Carta Arqueológica de Vila Viçosa, à excepção de Azenha dos Apóstolos, redesenhada a partir de Leisner e Leinsner, 1959, Taf. 34).

4. *I'll wait for you there, like a stone*: uma perspectiva geral do Megalitismo de Vila Viçosa

As prospekções realizadas para a Carta Arqueológica de Vila Viçosa, há mais de 5 anos, permitiram obter uma imagem bastante mais completa do megalitismo de Vila Viçosa, resumido que estava a três exemplares. Por outro lado, colmatou-se uma lacuna importante correspondente à fase inicial do Megalitismo funerário,

registando-se diversas pequenas sepulturas, algumas muito desmanteladas e, por isso, de difícil identificação. A maioria localiza-se na periferia imediata do Anticlinal de Estremoz, em presumível articulação espacial com os vários povoados neolíticos identificados nesta paisagem muito especial de que se podia destacar, pela sua antiguidade, o povoado Neolítico Antigo/Médio de Bencatel (Calado, 1995)

O Megalitismo de Vila Viçosa é assumidamente marcado pela diversidade, geográfica e arquitectónica dos seus sepulcros, que se organizam na paisagem ao longo de amplos corredores, como o patamar Poente do Anticlinal, ou o vale da Ribeira de Mures. Claramente, em ambos casos, as antas do território de Vila Viçosa integram-se numa dinâmica de ocupação mais ampla, como as antas da Lagoa, Cruz do Coelho ou Vale de Ourigo, que se distribuem ao longo do sopé do Anticlinal, enquanto no caso do grupo da Ribeira de Mures acabam por desembocar no conjunto de sepulcros conhecidos nas cabeceiras desta ribeira, entre a Terrugem e Vila Fernando.

Um outro grupo, menor, é constituído pelos sepulcros do Maciço Calcário da Serra das Correias, onde uma vez mais estes bordejam um óbvio caminho natural de atravessamento da mesma, no qual aparentemente outros sepulcros terão existido. A Anta do Carvão, em xisto e de média dimensão, situa-se claramente no início dessa passagem, posicionando-se a Anta da Serra das Correias em posição dominante, na crista que acompanha o caminho.

Os *clusters*³ de Mures e Serra das Correias demarcam-se, claramente, em termos arquitectónicos do reconhecido no patamar do Anticlinal. Naqueles dominam os sepulcros de câmara poligonal de sete esteios, de média dimensão, que recorrem a um uso oportunista da matéria-prima para edificação. O xisto, da geologia local, domina, mas em diversas ocasiões surge a par de outros litotipos também disponíveis, como o calcário ou o granito. O caso da Anta 1 da Serra das Correias representa justamente aquilo que pretendemos sublinhar, neste caso o calcário domina, justamente por ser o único sepulcro implantado sobre esta geologia, estando o xisto, agora, em presença minoritária.

A arquitectura destes *clusters* integra-os nas dinâmicas mais abrangentes do grande Megalitismo de xisto a sudoeste de Elvas, onde pontuam exemplares como a excepcional Anta do Forte de Botas, a Anta 1 do Torre das Arcas, a Anta 1 do Sobral ou as Antas 1 e 2 de São Rafael. Na realidade, este acaba por ser o amplo *cluster* das antas de xisto do Guadiana, que se estende das margens do rio até ao festo com a bacia do rio Tejo, entre Terrugem e Vila Fernando, a partir de onde se dá passo ao grande Megalitismo de granito do Norte Alentejano, onde Monforte (Boaventura, 2006) nos surge, também ele, como um território de transição, pejado de diversidade.

O *cluster* do patamar do Anticlinal, mais a Poente, constitui uma realidade bem distinta, marcado essencialmente por pequenos sepulcros, de arquitecturas simples, até onde conseguimos avaliar, construídos em rochas locais, principalmente o xisto, mas ocasionalmente recorrendo também aos calcários, como acontece na

³ Utiliza-se aqui a expressão inglesa *cluster* no sentido que lhe foi dado por Rui Boaventura (2006: 62, nota 5), enquanto aglomerado mais ou menos heterogéneo de sepulcros megalíticos.

Anta das Vinhas Novas. No entanto, a presença de sepulcros como a Anta 1 dos Apóstolos ou a Anta 2 da Almagreira, poderão indiciar a presença de monumentos de dimensão média, de que a grande laje de xisto da Horta Nova (Calado e Mataloto, 2020: 147, E-14) poderá ser mais um exemplar. Surge-nos, então, como um agrupamento claramente demarcado do resto do Megalitismo de Vila Viçosa, mas também do *cluster* relativamente próximo do sopé Norte da Serra d'Ossa, usualmente designado do Canal ou da Casa de Bragança (Estremoz) (Leisner e Leisner, 1955), marcado por sepulcros de câmara poligonal de xisto, de média dimensão. Talvez os pouco conhecidos sepulcros de São Bento do Cortiço (Estremoz), também eles situados no sopé do Anticlinal, a Norte neste caso, possam apresentar alguma semelhança com este, mas os dados são ainda difíceis de valorar.

Para o *cluster* do Patamar Sul do Anticlinal, o caso da Anta 1 da Almagreira, onde desenvolvemos trabalhos, pode-nos surgir como paradigmático do conjunto (v. Fig.3).



Figura 3 – (em cima) Fotografia zenital do sepulcro 1 da Almagreira; (em baixo) Fotografia da Anta dos Apóstolos ou Azenha dos Apóstolos, vista de Norte, seg. Georg e Vera Leisner (Arquivo Leisner: D-DAI-LX-AL-1774-R).

Este sepulcro é constituído por duas câmaras (Fig. 3), uma subrectangular de seis esteios, construída em rochas locais, metavulcanitos básicos, mais a Poente, e outra, imediatamente a Nascente, ovalada, de seis esteios de xisto, com portal. Ambas as câmaras estão envolvidas numa estrutura tumular de tipo *cairn* pétreo. A relação entre ambas não é totalmente clara, podendo dar-se uma de duas situações:

- 1 – A câmara subrectangular, com ligeiro portal de fecho, de rocha local, rodeada de pequena estrutura tumular é construída inicialmente; num segundo momento, indeterminado, é-lhe adicionada a câmara ovalada de xisto, também de pequena dimensão, a Nascente, reorientando ligeiramente o eixo principal do sepulcro, e integrando tudo numa única estrutura tumular.
- 2 – O sepulcro de câmara ovalada de xisto, não local, mas próximo, é edificada, com a respectiva estrutura tumular. Num momento subsequente, o esteio de cabeceira seria removido e ter-lhe-ia sido adicionada a câmara subrectangular, a Poente.

Este segundo cenário parece-nos menos provável, por diversos motivos, entre os quais o facto de não termos evidências da presença de um esteio de cabeceira, já que não foi documentado o alvéolo do mesmo, além do facto de a câmara ocidental estar claramente completa e é coerente em si, sem necessidade de outra argumentação para a sua arquitectura; isto é, a sua concepção parece fazer-se de raiz, com um contraforte que a rodeia, havendo a câmara oriental sido erguida a partir desta, sem esteio de cabeceira, justamente para dar passagem ou conexão ao sepulcro pré-existente, sem o anular ou alterar, antes integrando-o. Como se comentará nas presenças artefactuais, ambas câmaras terão sido utilizadas em simultâneo no momento pleno do uso.

Este sepulcro, em qualquer dos dois momentos, parece enquadrar-se numa fase relativamente recuada das propostas tradicionais de evolução arquitectónica do Megalitismo alentejano (Mataloto, Andrade e Pereira, 2017), sendo provavelmente acompanhado por outros, como a Anta das Vinhas Novas, ou mesmo os pequenos sepulcros da Lagoa. Fora deste *cluster* encontra-se a Anta de Vale Poço, outro pequeno sepulcro excêntrico face aos restantes, localizado na paisagem enrugada da Ribeira da Asseca. Ainda que relativamente isolada, é provável que um trabalho direccionado para as cabeceiras desta ribeira, nomeadamente dentro da Tapada Real, onde não fomos autorizados a entrar, possa traduzir-se num panorama mais complexo. Um último comentário merece a Anta da Horta do Marmeleiro, de pequena dimensão e uma arquitectura aparentemente complexa, onde apenas novos trabalhos podem ajudar a descortinar uma realidade construtiva menos linear. Efectivamente, ainda que numa primeira leitura possa surgir como um sepulcro de câmara e corredor, uma observação mais atenta evidencia um desalinhamento entre a câmara e o possível corredor; por outro lado, a maior robustez dos possíveis esteios do corredor face aos da câmara, pode mais uma vez apontar para uma biografia mais complexa.

Um momento aparentemente subsequente do Megalitismo regional, certamente associado a um crescimento demográfico notável, traduziu-se regionalmente na

construção de sepulcros de grandes dimensões, a par dos povoados de fossos que têm ganho, nos últimos anos, enorme visibilidade, na Pré-História do Sudoeste peninsular, atendendo às dimensões, complexidade e densidade dos sítios.

As antas de maiores dimensões, no Anticlinal de Estremoz, ou não existiram (ainda que a Anta de Nossa Senhora da Conceição, em Estremoz, e, até certo ponto, a Anta dos Apóstolos, em Pardais, parecem comprovar que sim), ou teriam sido amplamente desmanteladas pela utilização intensa de um território muito fértil, como é o caso do patamar que o bordeja.

Outras modalidades de enterramento podem ter sido concretizadas, nesta área na Pré-História e, até agora, não terem sido detectadas. Fossas, hipogeus e *tholoi* são virtualmente invisíveis, em prospecções de superfície, como a identificação de um número crescente deste tipo de soluções sepulcrais tem vindo a revelar nas intervenções de salvaguarda levadas a efeito sobretudo no perímetro de Rega de Alqueva, no Baixo Alentejo.

É muito sugestiva da presença de um *tholos* a informação veiculada pelo Padre Espanca, segundo a qual, “*na herdade da Vigária, próximo do Monte do Barrinho, grande lajões de piçarra e de mármore de um jazigo redondo com cinco metros de diâmetro. (...) observei que no centro jaziam muitos crâneos, tíbias e tornozelos, cobertos de pedras grossas colocadas sem ordem, parecendo cadáveres mortos numa batalha. Mais abaixo estava um túmulo já arrombado.*” (Espanca, 1983: 81).

Será importante que, na sequência do processo de remoção de escombreyras, que se tem vindo a tornar-se mais frequente ultimamente, se fizesse um acompanhamento arqueológico atendendo que se trata de uma área sensível, do ponto de vista patrimonial, da qual, infelizmente, se perdeu já uma parte considerável.

Perante estes dados, cremos que o Megalitismo de Vila Viçosa, relativamente periférico aos grandes pólos, tanto do eixo Évora-Montemor como do de Vila Fernando-Elvas, apresenta uma realidade de enorme interesse e diversidade, certamente carente de um trabalho mais aprofundado que permite afinar a biografia de cada *cluster*, a partir da História de cada sepulcro.

Importa, então, aprofundar um pouco mais a análise aqui apresentada “*à vole d’oiseau*”, com base nos dados disponíveis para a realidade sepulcral megalítica do concelho de Vila Viçosa.

5. Our Past Always Finds Us⁴: A principal dificuldade em estabelecer um panorama crono-cultural preciso para o Megalitismo de Vila Viçosa prende-se com a escassez efectiva de dados disponíveis para a sua aferição – tanto a nível dos espólios votivos, como das características arquitetónicas dos próprios monumentos. Com efeito, um número reduzido de contextos encontra-se escavado (nomeadamente, as Antas 1 dos Apóstolos, Carvão e 1 da Almagreira), sendo que as arquitecturas, apresentando-se por vezes muito debilitadas, não permitem avaliação rigorosa das suas características estritas. Todavia, poderemos sempre recorrer neste âmbito à comparação com sepulcros já localizados em áreas extrínsecas ao conce-

⁴ Série *Dune: Prophecy* – BSO [2024].

lho de Vila Viçosa, relacionando assim, como referido, os *clusters* da parcela Nordeste aos sepulcros do aro de Monforte-Elvas e os *clusters* da parcela Sudoeste aos sepulcros do aro Estremoz-Redondo-Alandroal (sobre este último caso, cf. Andrade, Mataloto e Pereira, 2018; Mataloto, 2020). Como se assinalou acima, registam-se na área de Vila Viçosa sepulcros relativos aos dois grandes momentos genéricos estabelecidos para o desenvolvimento do fenómeno megalítico no Sudoeste peninsular, de acordo com espólios votivos, arquiteturas e cronologias absolutas – balizando-se assim entre o pleno Neolítico Médio/inícios do Neolítico Final (entre o segundo e o terceiro quartel do IV milénio a. C.) e o pleno Neolítico Final/Calcolítico Inicial (entre o último quartel do IV milénio a. C. e o segundo quartel do milénio seguinte) (Boaventura, 2011; Boaventura e Mataloto, 2013).

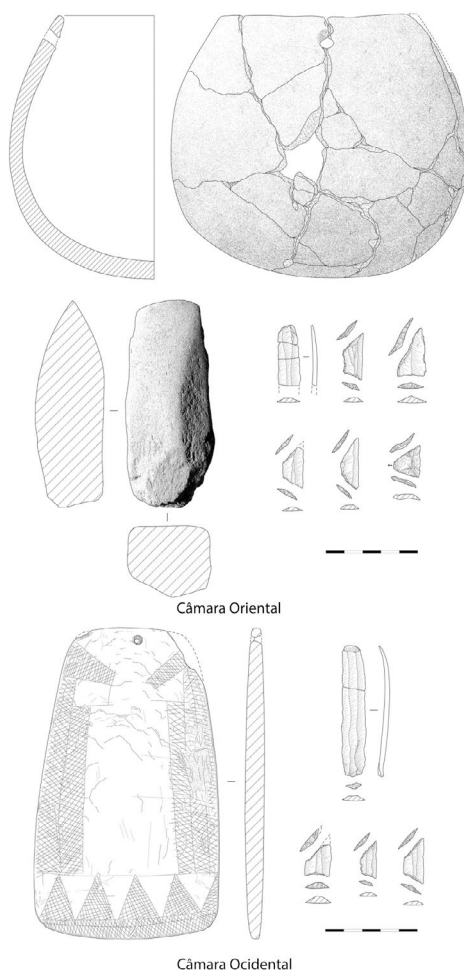


Figura 4 – Espólio votivo recolhido na Anta 1 da Almagreira. Câmara Oriental: recipiente cerâmico, machado de anfibolito, pequena lâmina de sílex não retocada e armaduras geométricas de sílex e quartzo; Câmara Ocidental: placa de xisto gravada, pequena lâmina de sílex não retocada e armaduras geométricas de sílex.

O primeiro momento, precisamente relacionado com a origem do Megalitismo funerário e arranque do seu processo de complexificação, encontra-se representado pelos pequenos sepulcros simples de tendência «*cistóide*», ditos *proto-megalíticos* (Rocha, 2005; Mataloto, Andrade e Pereira, 2016-2017), aqui representados principalmente na Anta 1 da Almagreira. Trata-se, como descrito acima, de um sepulcro de pequena dimensão, com duas câmaras *cistóides* adossadas, com espólios votivos genericamente compostos por itens característicos de uma fase final do Neolítico Médio (artefactos de pedra polida, pequenas lâminas de sílex não retocadas, armaduras geométricas), comuns tanto à Câmara Oriental, como à Câmara Ocidental. Todavia, a presença de um recipiente cerâmico na Câmara Oriental poderá reportar-se a um uso num momento ligeiramente subsequente, já a par, nas leituras mais habituais, dos pequenos sepulcros de Câmara e Corredor diferenciados, característicos já do final da segunda metade do IV milénio, a. C. algures pelo início do Neolítico Final, cujo exemplo maior é usualmente a famosa Anta 1 do Poço da Gateira (Reguengos de Monsaraz) (Leisner e Leisner, 1951). No Megalitismo de Vila Viçosa talvez o sepulcro que melhor se enquadre nesta fase seja a Anta da Horta do Marmeleiro, apesar das dificuldades enunciadas acima. No entanto, estes esquemas lineares têm vindo cada vez mais a ser postos em causa, nomeadamente pelas biografias complexas que muitos dos sepulcros podem apresentar, como é justamente o caso da Anta 1 da Almagreira. Aliás, para além de um processo arquitectónico complexo, o espólio votivo parece acompanhar e ampliar esta percepção, como a presença de uma placa de xisto gravada na Câmara Ocidental, já relativa à transição do IV para o III milénio a. C. (pleno Neolítico Final/Calcolítico Inicial) não deixa de sublinhar. Com efeito, este tipo de artefactos é normalmente associado a grandes lâminas retocadas e pontas de seta, completamente ausentes no espólio votivo deste sepulcro. Esta placa apresenta características notáveis que recolhem espantosos paralelos (nomeadamente, a presença de uma “cartela” interna de feição antropomórfica) nas placas de xisto gravadas recolhidas na Anta 1 do Paço (Montemor-o-Novo) ou na gruta da Lapa do Bugio (Sesimbra) (Gonçalves, 2004: 64, fig. 12; Cardoso, 1992, Est. 19).

Um trabalho recente sobre as deposições funerárias da necrópole de Panoría (Granada, Espanha) veio comprovar justamente estas dinâmicas de uso dos sepulcros, permitindo igualmente assinalar que, ao invés do habitualmente proposto, estes monumentos não apresentam longos períodos de utilização, mas antes picos de uso entre fases de abandono (Aranda, *et al.*, 2022), o que o conjunto votivo da Anta 1 da Almagreira parece assinalar.

Como já se assinalou, outros sepulcros da área de Vila Viçosa se poderão incluir numa fase recuada do Megalitismo regional, afecta aos pequenos monumentos, alguns deles já muito desmantelados, caso de Vale Poço, Antas 1 e 2 da Lagoa, Anta das Vinhas Novas e, de certo modo, a Anta 2 dos Apóstolos.

O que usualmente se considera um momento mais avançado do Megalitismo funerário alentejano, já correspondente ao apogeu do fenómeno, encontra-se representada nos sepulcros de Câmara e Corredor diferenciados, de média a grande

dimensão, como as Antas da Serra das Correias, Carvão, Aboboreira, Carvalhais, Amoreira, 2 da Almagreira e 1 dos Apóstolos.

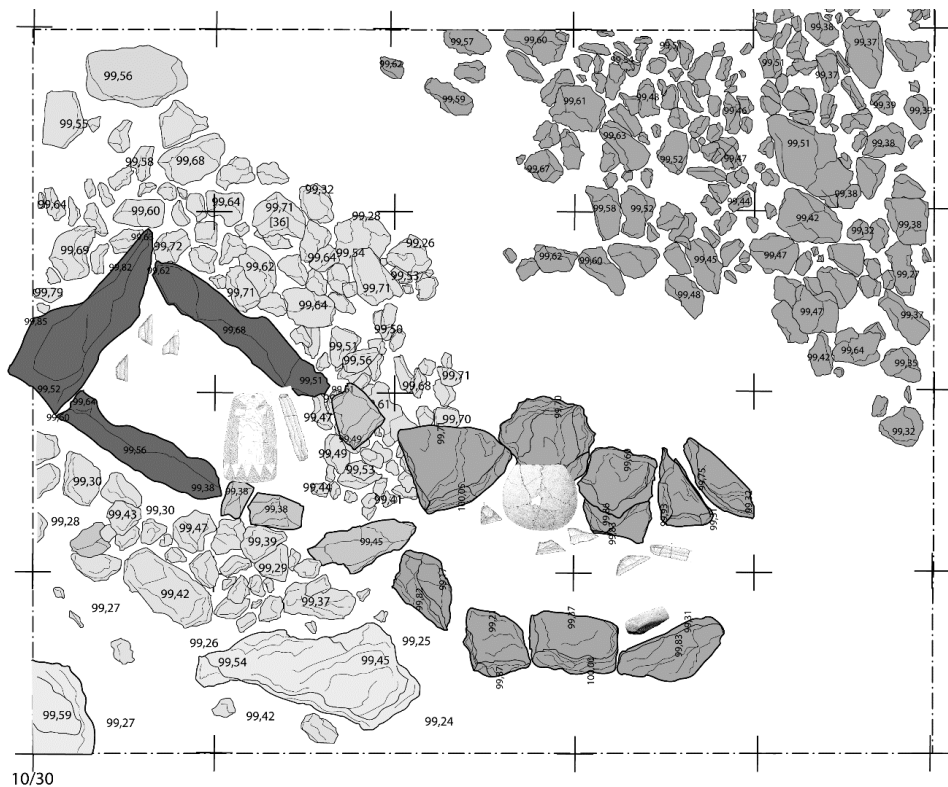


Figura 5 – Planta geral da Anta 1 da Almagreira, com distribuição do conjunto votivo aí recolhido.

Apenas dois destes monumentos foram intervencionados em termos minimamente arqueológicos, nomeadamente a Anta do Carvão e a Anta 1 dos Apóstolos. Se o segundo monumento, escavado há mais de 100 anos, não forneceu grande informação artefactual (resumindo-se à presença de um “bastão” de diorito – Vasconcelos, 1916: 153; Leisner e Leisner, 1959: 165; Taf. 34), já o primeiro forneceu um conjunto votivo claramente integrável neste segundo momento do Megalitismo regional – nomeadamente lâminas de sílex, assim como cinco placas de xisto gravadas inteiras e fragmentos de outras oito (Viana, 1950: 311-312; Viana e Deus, 1957: 156; Leisner e Leisner, 1959: 164-165; Taf. 34). As placas de xisto, embora sigam os padrões genéricos documentados na colectânea das placas votivas do Sudoeste peninsular (nomeadamente placas cujo Corpo se encontra decorado com bandas de triângulos preenchidos, faixas ziguezagueantes ou campos de xadrez), alguns exemplares da Anta do Carvão merecem destaque, juntando-se assim à placa recolhida na Anta 1 da Almagreira (v. Fig. 4).



Figura 6 – Placas de xisto gravadas recolhidas na Anta do Carvão (redesenhas a partir de Leisner e Leisner, 1959, Taf. 34 e Viana, 1950, figs. 8 e 9).

Uma das placas da Anta do Carvão apresenta um extenso Separador Cabeça/Corpo, ocupando a área central da peça, composto por uma faixa de cerca de 8 cm de altura de finas bandas preenchidas com pequenos “chevrons”, complementando a decoração do Corpo, formada por faixas verticais preenchidas (Fig. 6 – 1). Trata-se de um motivo de certo modo pouco comum, sendo observado, por exemplo, num exemplar da Anta Grande do Zambujeiro (Évora) e outro do sepulcro calcolítico do Escoural (Montemor-o-Novo). Nestes dois exemplares, contudo, essa gramática decorativa alterna com bandas “em espinha” horizontal e sendo a decoração do Corpo composta por faixas ziguezagueantes não compartimentadas (Gonçalves, 2004: 63, fig. 11; Santos e Ferreira, 1969). Regista-se igualmente fragmentos de placa com motivo idêntico no sepulcro do Caladinho (Redondo) (Mataloto e Rocha, 2007), surgindo igualmente no remate da decoração do báculo da Anta 2 da Lobeira de Baixo (Montemor-o-Novo) (Leisner e Leisner, 1959, Taf. 29; Cardoso, 2021: 189, fig. 11).

Uma outra placa, esta de grande dimensão, com altura aproximando-se dos 20 cm, apresenta o Corpo decorado com campo de xadrez (Fig. 6 – 2). Embora visi-

velmente minoritários dentro dos conjuntos de placas de xisto gravadas, onde dominam os motivos constituídos por bandas de triângulos preenchidos ou por faixas zigzagueantes, os exemplares decorados com campo de xadrez apresentam uma ampla distribuição geográfica, devendo-se destacar, contudo, as características particulares da placa da Anta do Carvão, correspondendo ao tipo cuja Cabeça apresenta um elevado índice de altura (por vezes ocupando toda a metade superior da peça). É curioso notar a sua ocorrência em monumentos da área de Elvas, relacionáveis, como dito, com os sepulcros mais orientais de Vila Viçosa – como se atesta nas Antas do Poço Novo, 5 da Torre das Arcas e em sepulcro indeterminado da área de Fontalva (Leisner e Leisner, 1959, Taf. 11-12), estendendo-se igualmente a outras áreas do Alto Alentejo, como a Anta das Romeiras (Crato) (Gonçalves e Andrade, 2014: 69, fig. 8), e do Alentejo Central, como a Anta 1 do Olival da Pega (Reguengos de Monsaraz) ou o sepulcro indeterminado da área de Viana do Alentejo (Leisner e Leisner, 1951, Est. 28; Veiga, 1887, Est. 9). Alguns destes exemplares distinguem-se por apresentarem Separadores Cabeça/Corpo diferenciados do observado na Anta do Carvão (faixa horizontal lisa, repetida nas placas das Antas do Poço Novo, Fontalva, Romeiras e Olival da Pega), sendo nestes casos composto por banda horizontal “em espinha” (Anta 5 da Torre das Arcas) ou por banda de triângulos preenchidos (Viana do Alentejo).

Outras duas placas da Anta do Carvão que convirá sublinhar são o exemplar que apresenta Cabeça não decorada e Corpo decorado com bandas de triângulos preenchidos (Fig. 6 – 4), e o exemplar, possivelmente de serpentinito ou xisto anfibólico (de acordo com as características da decoração), que poderá corresponder, segundo Katina Lillios, a um exemplar reaproveitado (Fig. 6 – 5)⁵. O caso de placas reaproveitadas (por reconformação do seu contorno) poderia indicar uma recuperação e reutilização tardia destes artefactos; contudo, como já debatido, exemplares reaproveitados encontram-se associados a placas de xisto típicas em contextos facilmente integráveis no momento de maior disseminação da utilização votiva destes elementos, não só em contextos funerários como também habitacionais (Gonçalves, Andrade e Pereira, 2003; Lillios, 2010; Andrade, 2015; Andrade, Costeira e Mataloto, 2015; 2016; 2021).

No seguimento deste momento de apogeu do fenómeno megalítico, caracterizado pelos monumentos ortostáticos de média a grande dimensão, será de referir a eventual existência de outro tipo de sepulcros já claramente calcolíticos (pleno III milénio a. C.) como o são os sepulcros de tipo *tholos*, que na área de Vila Viçosa poderão estar representados pelos casos de Afeiteira e o citado caso da Vigária, visto pelo Padre Espanca, surgindo assim em sequência cultural directa com as típicas antas, como demonstrado, entre outros, no sepulcro do Escoural acima mencionado.

⁵ https://iberian.its.uiowa.edu/view?cat_num=240

6. Epílogo: Megalitismos e território

O património megalítico de Vila Viçosa, não sendo extenso, é rico na sua diversidade e no modo como se distribui na Paisagem, afluindo ou apartando-se de espaços onde os sepulcros já eram conhecidos, numa dinâmica que importava muito conhecer de modo mais detalhado. Longe dos grandes núcleos megalíticos de Évora ou Reguengos de Monsaraz, associados ao granito, que não faz a sua aparição no concelho, Vila Viçosa desenvolve um Megalitismo com identidade própria, sem deixar de apresentar conexões com as regiões adjacentes de Elvas ou Estremoz. O território concelhio emerge como uma área muito relevante para um maior conhecimento das fases mais antigas do Megalitismo regional, como a concentração de pequenos sepulcros parece assinalar. Assim, importa apostar na investigação do fenómeno concelhio, procurando valorizar a sua integração numa Paisagem viva, onde a dinâmica de cada sepulcro está ainda por explorar.

Redondo/Lisboa, 1 de Outubro de 2025.

Bibliografia

- ANDRADE, M. A. (2015) – *Cherchez la femme!* Iconografia e imagética nas placas de xisto gravadas do megalitismo do Su-doeste da Península Ibérica. In COLLADO GIRALDO, H.; GARCÍA ARRANZ, J. J. (eds.) – *Symbols in the Landscape: Rock Art and its Context. Proceedings of the XIX International Rock Art Conference IFRAO 2015*. Tomar: CEIPHAR, p. 1545-1571 (*Arkeos*, 37).
- ANDRADE, M. A.; COSTEIRA, C.; MATALOTO, R. (2015) – Símbolos de morte em espaços de vida? Sobre a presença de placas de xisto gravadas em povoados do Alto Alentejo, no contexto do Sudoeste peninsular. In COLLADO GIRALDO, H.; GARCÍA ARRANZ, J. J. (eds.) – *Symbols in the Landscape: Rock Art and its Context. Proceedings of the XIX International Rock Art Conference IFRAO 2015*. Tomar: CEIPHAR, p. 1607-1635. (*Arkeos*, 37).
- ANDRADE, M. A.; COSTEIRA, C.; MATALOTO, R. (2016) – Placas de xisto gravadas em contexto de povoado: o caso do Castelo de Pavia. *Al-madan. Adenda Electrónica*. 2.^a Série, 20: 2, p. 43-53.
- ANDRADE, M. A.; COSTEIRA, C.; MATALOTO, R. (2021) – À sua imagem e semelhança. De deuses, ídolos e representações simbólicas em espaços de matriz habitacional durante os 4.^o e 3.^o milénios a.n.e. no Sul de Portugal. In BUENO RAMIREZ, P.; SOLER DÍAZ, J. A. (coords.) – *Ídolos, Olhares Milenares. O Estado da Arte em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 213-247.
- ANDRADE, M. A.; MATALOTO, R.; PEREIRA, A. (2018) – *Territórios de fronteira: o Megalitismo nas abas da Serra d'Ossa (Estremoz-Redondo, Alentejo, Portugal)*. In SENNA-MARTINEZ, J. C.; DINIZ, M.; CARVALHO, A. F. (eds.) – *De Gibraltar aos Pirenéus. Megalitismo, vida e morte na fachada atlântica Peninsular*. Nelas: Fundação Lapa do Lobo, p. 353-392.

- ARANDA JIMÉNEZ, G.; MILESI GARCÍA, L.; HAMILTON, D.; DÍAZ-ZORITA BONILLA, M.; VÍLCHEZ SUÁREZ, M.; ROBLES CARRASCO, S.; SÁNCHEZ ROMERO, M.; BENAVIDES LÓPEZ, J. (2022) The tempo of the Iberian megalithic rituals in the European context: The cemetery of Panoría. *Journal of Archaeological Science*, 140, 105579, <https://doi.org/10.1016/j.jas.2022.105579>
- BOAVENTURA, R. (2011) – Chronology of megalithism in South-Central Portugal. In GARCÍA SANJUÁN, L.; SCARRE, Ch.; WHEATLEY, D. W. (eds.) – *Exploring time and matter in prehistoric monuments: absolute chronology and rare rocks in European megaliths*. Antequera: Junta de Andalucía, p. 159-190.
- BOAVENTURA, R.; MATALOTO, R. (2013) – Entre mortos e vivos: nótulas acerca da cronologia absoluta do Megalitismo do Sul de Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 16, p. 81-101.
- CALADO, M. (1993) – *Carta Arqueológica do Alandroal*. Alandroal: Camara Municipal de Alandroal.
- CALADO, M. (1995) – O povoado Neolítico de Bencatel (Vila Viçosa). *Callipole: Revista de Cultura*, no 3, p. 13-18.
- CALADO, M.; MATALOTO, R. (2020) – *Carta Arqueológica de Vila Viçosa*. Câmara Municipal de Vila Viçosa: Edições Viera da Silva.
- CALADO, M.; ROQUE, C. (2013) – *O tempo dos deuses. Nova carta arqueológica de Alandroal*. Alandroal: Camara Municipal do Alandroal.
- CARDOSO, J. L. (1992) – A Lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*, 9/10, p. 89-225.
- CARDOSO, J. L. (2013). Carlos Ribeiro e Oeiras. Razões de uma Homenagem. *Estudos Arqueológicos De Oeiras*, 20, 11–20. <https://eao.oeiras.pt/index.php/DOC/article/view/239>
- CARDOSO, J. L. (2021) – Os «báculos» das sociedades agropastoris do Sul do território português (último quartel do 4.º milénio/inícios do 3.º milénio a. C.). In BUENO RAMÍREZ, P.; SOLER DÍAZ, J. A. (coords.) – *Ídolos, Olhares Milenares. O Estado da Arte em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 171-199.
- ESPANCA, J. R. (1892)[1893] – *Compendio de Noticias de Villa Viçosa*. Redondo: Typ. De Francisco de Paula Oliveira de Carvalho.
- ESPANCA, J. R. (1894) – *Estudo sobre as Antas e seus congéneres*. Vila Viçosa: Typ. Particular do Auctor e editor.
- FABIÃO, Carlos (2011) Uma História da Arqueologia Portuguesa: das origens à descoberta da Arte de Côa. Lisboa: CTT.
- GONÇALVES, V. S. (2004) – As deusas da noite: o projecto “Placa Nostra” e as placas de xisto gravadas da região de Évora. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7: 2, p. 49-72.
- GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. A. (2014) – Pequenos sítios, objectos perdidos, artefactos sem contexto. 2: Antas inéditas do grupo megalítico Crato-Nisa (Anta das Romeiras e Anta da Ferranha). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 17, p. 61-94.
- GONÇALVES, V. A.; ANDRADE, M. A.; PEREIRA, A. (2003) – A propósito do reaproveitamento de algumas placas de xisto gravadas da região de Évora. *O Arqueólogo Português*, 4.ª série, 21, p. 209-244
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1951) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura (reeditado por Uniarq/INIC, 1985).

- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter & Co. 2.
- LILLIOS, K. (2010) – Mnemonic practices of the Iberian Neolithic: The production and use of the engraved slate plaque-relics. In LILLIOS, K.; TSAMIS, V. (eds.) – *Material Mnemonics. Every-day Memory in Prehistoric Europe*. Oxbow Books, Oxford, p. 40-72.
- MATALOTO, R. (2020) – Antas e seus congêneres: algumas reflexões em torno do Megalitismo a partir da aba Sul da Serra d'Ossa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 27, p. 141-180.
- MATALOTO, R.; ANDRADE, M. A.; PEREIRA, A. (2016-2017) – O Megalitismo das pequenas antas: novos dados para um velho problema. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 23, p. 33-156.
- MATALOTO, R.; ROCHA, L. (2007) – O monumento do Caladinho (Redondo, Évora): estudo preliminar de um monumento megalítico no Redondo. *Vipasca*. 2.^a série, 2 (*Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*), p. 107-116.
- NETO, Maria Cristina Santos (1976–1977) – Notícias ineditas sobre dolmens em Portugal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2–3: p. 99–107.
- PEREIRA, Elisabete J. Santos (2018) – *Colecionismo Arqueológico e Redes de Conhecimento: Atores, Coleções e Objetos (1850-1930)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- ROCHA, Leonor (2005) – *Estudo do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vols., policopiado.
- ROLO, A. M. (2018) – *O Mundo Funerário Romano No Nordeste Alentejano (Portugal) – O Contributo Das Intervenções De Abel Viana E António Dias De Deus*. Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de Historia, na especialidade de Arqueologia. Texto Policopiado.
- SANTOS, M. F.; FERREIRA, O. V. (1969) – O monumento eneolítico de Santiago do Escoural. *O Arqueólogo Português*. 3.^a série, 3, p. 37-62.
- VASCONCELOS, J. L. (1897) – Notícia biographica do Pe. Joaquim J. da Rocha Espanca. *Archeólogo Português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 3: p. 127-137.
- VASCONCELOS, J. L. (1916) – Entre Tejo e Odiana. *O Archeólogo Portugues*. XXI, p. 152-195.
- VEIGA, S. Ph. M. E. (1887) – *Paleoethnologia. Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional. 2.
- VIANA, A. (1950) – Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 12: 3/4, p. 289-322.
- VIANA, A.; DEUS, A. D. (1957) – Notas para o estudo dos dólmenes da região de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. 15: 3/4, p. 143-189.

O Postal Ilustrado de Vila Viçosa – Dois conjuntos exemplares

Joaquim Saial

Considerando-se o objetivo principal para que foi criado, o postal ilustrado é o bilhete de visita de uma paisagem ou de uma terra (cidade, vila ou aldeia) e suas gentes, edifícios, jardins e diversificado mobiliário urbano. Pode também referir figuras públicas das artes ou ciências, tipos humanos característicos regionais, meios de transporte, elementos da fauna e flora, exemplares pictóricos, escultóricos, etc., etc., etc. E, em geral, é utilizado por quem em longa viagem ou reduzido passeio quer mostrar essas referências a outrem, familiar ou amigo.

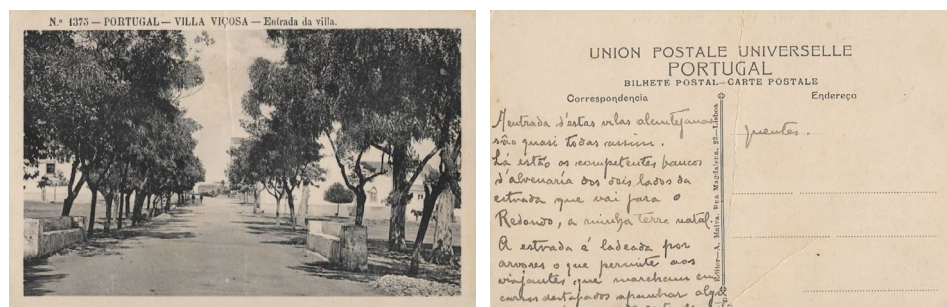
Vila Viçosa, pela sua longa e importante história e cultura, constitui-se como urbe que se presta ao tipo de divulgação que os postais ilustrados oferecem, pela multitude de motivos seus passíveis de neles figurarem. Daí que, com o intuito de fazermos um pouco a história desses veículos de informação local calipolense, ao longo de vários anos temos vindo a recolher na Internet espécimes alusivos à cidade ducal. São materiais que estavam disponíveis em diversos sites de venda de objectos colecionáveis, ali postos por quem deles se quis desfazer, sabendo-os apetecíveis tanto pela antiguidade e/ou raridade como pelos selos e carimbos que algumas vezes transportam¹. Dentre o imenso espólio de que dispomos em arquivo, divulgaremos desta feita dois casos que reputamos de interesse, um dos quais anónimo e outro alusivo a figura já falecida, mas que ainda tem familiares na terra.

1. Um erudito gozão redondense

O autor e o receptor deste e dos restantes quatro postais não são conhecidos. Sabemos apenas, porque ele assim o refere, que o autor é natural do Redondo e primo de um dos proprietários de uma das casas que editou três dos postais: a Casa

¹ Muitos postais não têm selo nem carimbo, por terem sido remetidos para o destinatário dentro de envelopes.

Silva & Amaro, que supomos ter existido em Vila Viçosa. O tom que imprime aos textos dos postais é jocoso e crítico. Escreve bem e parece pessoa culta. Aparentemente, estes postais terão sido enviados em conjunto para o destinatário.



Legenda: N.º 1375 – PORTUGAL – VILLA VIÇOSA – Entrada da villa

Editor: A. Malva², Rua da Madalena, 23, Lisboa, com indicação no verso da Union Postale Universelle, Portugal.

Datação: É postal dos anos 10 do século XX, embora possa ter sido escrito mais tarde. Não apresenta carimbo de correio nem selo, pelo que deve ter sido enviado em envelope, tal como os restantes quatro.

Imagem: Fotografia anónima (como a seguinte) do que parece ser a entrada da vila que na altura servia quem vinha da freguesia calipolense de Bencatel e do Redondo³. Ao longe, na estrada, caminham dois homens; à direita, longe dela, vemos uma alimária, aparentemente atrelada a um carro.

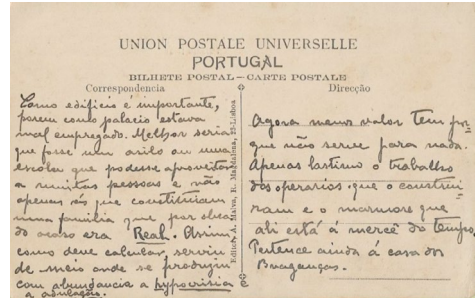
Texto⁴: *As entradas destas vilas alentejanas são quase todas assim. Lá estão os competentes bancos de alvenaria, dos dois lados da estrada que vai para o Redondo, a minha terra natal. A estrada é ladeada por árvores, o que permite aos viajantes que marcham em carros destapados apanhar alguma sombra, quando as tardes estão quentes.*

² Trata-se de Alberto Malva. Segundo estudo do Arquivo Digital de Cascais/Cascais Cultura, Alberto Malva “iniciou a actividade como editor de postais ilustrados em 1900. Numerou-os sempre por ordem crescente, pelo que a partir do número é fácil saber o ano da edição. Em 1900 editou 18 postais e em 1918 atingiu o nº 2348. A partir desta data apenas fez reedições. Os postais do 61 ao 70 são novos e correspondem ao ano de 1906. Fontes: Vicente Sousa e Neto Jacob, “*Portugal no 1º quartel do século XX documentado pelo bilhete postal ilustrado.*”

³ Tal como ainda hoje, embora agora atravessada pela chamada *variante* que pode ser utilizada por quem vem do Alandroal, de Borba ou de Estremoz. A identificação da imagem é corroborada pelo texto de quem envia o postal.

⁴ Para comodidade do leitor, emendámos alguns erros e actualizámos a grafia dos autores de todos os postais ilustrados deste texto, seguindo as regras do penúltimo acordo ortográfico, excepto na legenda.

O Postal Ilustrado de Vila Viçosa – Dois conjuntos exemplares



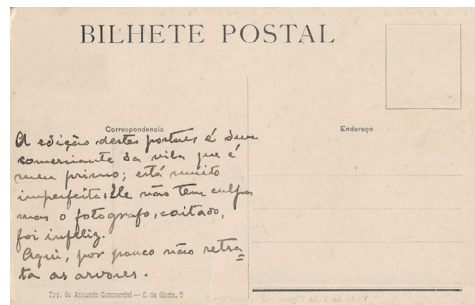
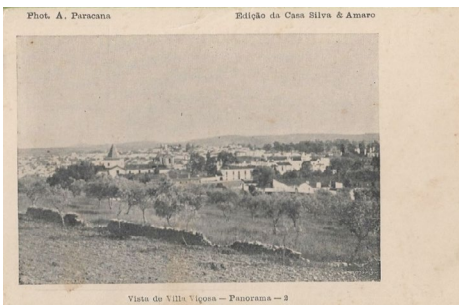
Legenda: N.º 1376 – PORTUGAL – VILLA VIÇOSA – Palácio Real

Editor: A. Malva, Rua da Madalena, 23, Lisboa, com indicação no verso da Union Postale Universelle, Portugal.

Datação: A mesma do anterior.

Imagem: Fotografia anónima – Vista total da fachada do paço, sem figuras humanas.

Texto: *Como edificio é importante. Porém, como palácio, estava mal-empregado. Melhor seria que fosse um asilo ou uma escola, que pudesse aproveitar a muitas pessoas e não apenas às que constituíam uma família que por obra do acaso era Real⁵. Assim, como deve calcular, serviu de meio onde se produziu com abundância a hipocrisia e a adulação⁶. Agora, menos valor tem, porque não serve para nada. Apenas lastimo o trabalho dos operários que o construíram e o mármore que ali está à mercê do tempo. Pertence ainda à casa dos Braganças⁷.*



Legenda⁸: Vista de Villa Viçosa – Panorama 2

⁵ O autor sublinhou a palavra “Real”.

⁶ As palavras “hipocrisia” e “adulação” também foram sublinhadas.

⁷ Por esta altura ainda não existia a Fundação da Casa de Bragança, mas o paço era de facto propriedade da família real (neste caso, melhor dizendo, ducal). Quanto ao fraseado que utiliza, percebe-se que o autor era garantidamente adepto do republicanismo ou pelo menos contestatário dos ideais monárquicos.

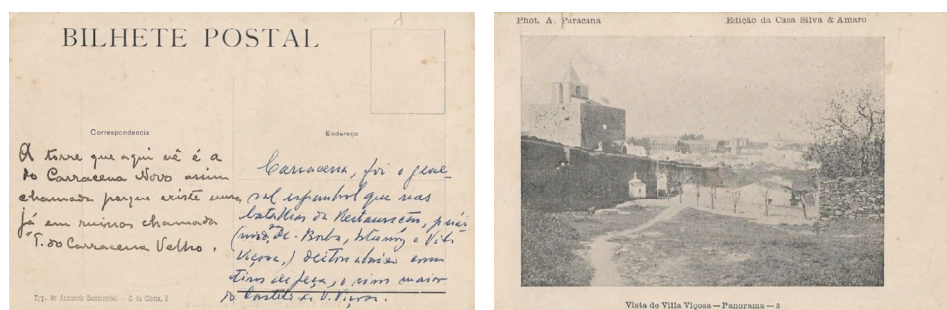
⁸ Os restantes três postais não apresentam numeração.

Editor: Phot. A. Paracana⁹ (à esquerda) Edição da Casa Silva & Amaro (à direita) – Typ. do Annuário Commercial, C. da Gloria, 5 [Lisboa]

Datação: A mesma dos anteriores.

Imagem: Observa-se uma vista de Vila Viçosa feita algures a partir do local da ermida de S. Bento. Em primeiro plano, terra lavrada. Ao longe, entre o casario, a igreja do convento de Santo Agostinho, panteão dos duques de Bragança.

Texto: *A edição destes postais é de um comerciante da vila que é meu primo. Está muito imperfeita [a vista]. Ele não tem culpa, coitado, mas o fotógrafo foi muito infeliz.*



Legenda: Vista de Villa Viçosa – Panorama 3

Editor: Phot. A. Paracana (à esquerda) Edição da Casa Silva & Amaro (à direita) – Typ. do Annuário Commercial, C. da Gloria, 5 [Lisboa]

Datação: A mesma dos anteriores.

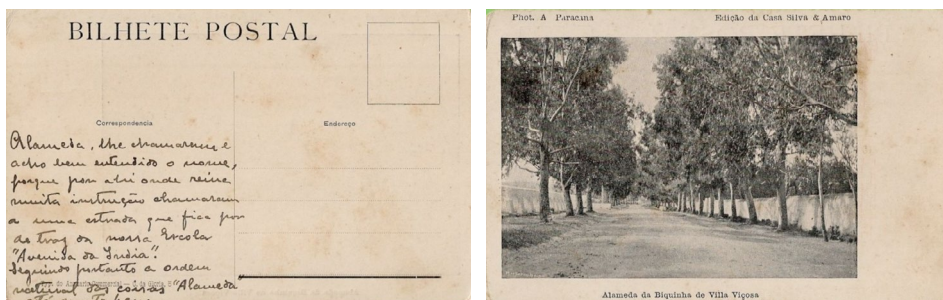
Imagem: A foto foi feita a partir da rampa que sobe para a porta de Évora, mais ou menos onde estão hoje os materiais arqueológico romanos provenientes da Herdade da Vigária. Ainda se vê a torre sineira no eirado da torre albarrã e a também eliminada ermida de Nossa Senhora dos Remedios incrustada na cerca velha.

Texto: *A torre que aqui vê é a do Caracena novo, assim chamado porque existe uma em ruínas chamada Torre do Caracena velho. Mais tarde, ao lado, alguém escreveu a esferográfica de tinta azul o seguinte texto: Caracena foi o general espanhol que nas batalhas da Restauração (próximo de Borba, Estremoz e Vila Viçosa) deitou abaixo com tiros de peça, o sino maior do castelo de Vila Viçosa¹⁰.*

⁹ Trata-se de António Augusto da Silva Paracana (nasceu em 14.03.1852 – in digitarc.arquivos.pt), fotógrafo em Vila Viçosa, foi sócio do Clube Literário e Recreativo de Vila Viçosa. Em 1876 era fiscal da Câmara Municipal de Vila Viçosa. O Pe. Joaquim Espanca, que o cita várias vezes (em particular nos volumes 19 e 29 das suas *Memórias de Vila Viçosa*, ed. Câmara Municipal de Vila Viçosa), dá-o como tendo nascido em 1853 e refere que estudou no liceu e no seminário de Évora, que tocava clarinete e que tinha aptidão para a pirotecnia e o galvanismo, mas que vivia como lavrador. Em Maio de 1911 já tinha falecido (ver Diário do Governo n.º 121 de 25.05.1911, pág. 2125).

¹⁰ Tanto o autor do texto do postal como a pessoa que depois nele também escreveu, grafam o título como “Carracena”. Ora o general e político Luis de Benevides Carrillo (1608-1668), era marquês de Caracena (Soria, Espanha). Foi derrotado em 17 de Junho de 1665 em Montes Claros

O Postal Ilustrado de Vila Viçosa – Dois conjuntos exemplares



Legenda: Alameda da Biquinha de Villa Viçosa

Editor: Phot. A. Paracana (à esquerda) Edição da Casa Silva & Amaro (à direita) – Typ. do Annuário Commercial, C. da Gloria, 5 [Lisboa]

Datação: A mesma dos anteriores.

Imagem: Trata-se novamente da estrada que vem de Bencatel, agora mostrando a alameda da Biquinha.

Texto: *Alameda lhe chamaram e acho bem entendido o nome, porque aí onde reina muita instrução chamaram a uma entrada que fica por detrás da nossa escola¹¹ “Avenida da Índia”. Seguindo, portanto, a ordem natural das coisas, está muito bem.*

2. Um esforço guia turístico

O autor destes dois postais foi o sr. Tarcísio Gapête, guia turístico por conta própria. Costumava estar junto ao Panteão dos Duques à espera de clientes, no inverno envergando longo sobretudo escuro, retratado e eternizado no painel que hoje se pode ver no posto de turismo à ilharga dos paços do Concelho de Vila Viçosa. Infelizmente, um dos postais não apresenta data escrita pelo autor nem de correio (decerto, foi enviado dentro de envelope). O outro tem duas marcas de carimbo (envio e chegada ao destino), mas em ambos os casos apenas são legíveis as indicações de dia e mês e não as de ano. Sendo o selo de \$50 da série “Cavaleiro medieval”, lançada em 1953, a data do postal situar-se-á algures entre essa data e pelo menos 1975, altura em que conhecemos correspondência que atesta que ainda estava em circulação.

(entre Estremoz e Vila Viçosa) pelas tropas portuguesas comandadas pelo marquês de Marialva, no âmbito da Guerra da Restauração. Refundido o sino, encontra-se numa das torres sineiras da igreja de S. João Evangelista (vulgo de S. Bartolomeu ou Colégio).

¹¹ É difícil identificar que escola seria esta – que tanto poderia ser uma primária da zona, como o Colégio do Bom Sucesso, a Casa Pia de Lisboa ou outra.



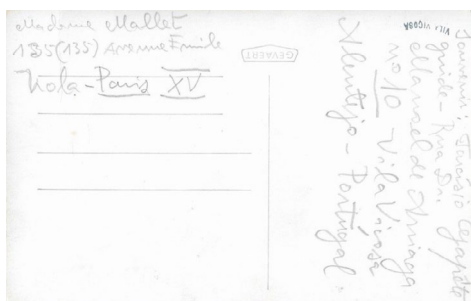
Legenda: O postal não tem qualquer legenda impressa. Apenas ostenta no canto inferior esquerdo do verso a inscrição “Vila Viçosa” e a marca fotográfica Gevaert. No entanto, o remetente escreveu também no verso, no sentido da parte mais estreita do postal, a seguinte frase: “R/C do Museu de Arte Sacra de Vila Viçosa”. É enviado por Tarcísio Gapête para a Direcção do Automóvel Clube de Portugal, em Lisboa, sem indicação de rua ou número de porta. O texto demonstra a consciência profissional deste homem que serviu o turismo calipolense durante longos anos, sem formação conhecida que não a da aprendizagem auto-didacta.

Editor: Não tem.

Datação: Existente, mas indecifrável.

Imagem: Trata-se de uma vista do interior do piso térreo da igreja do convento de Santa Cruz, na altura, como hoje, Museu de Arte Sacra.

Texto: Exmos. Senhores, rogo a V. Exas., se possível, a gentileza de me remeterem gratuitamente dois mapas das estradas de Portugal, referentes ao ano corrente, a fim de poder informar os senhores visitantes das distâncias a percorrer, etc. Apresento a V. Exas. a expressão da minha maior gratidão. Tarcísio Gapête, guia de turismo, Vila Viçosa, Alentejo.



Legenda: O postal não tem legenda impressa. Tal como o anterior apenas ostenta no canto inferior esquerdo do verso a inscrição “Vila Viçosa” e a marca fotográfica Gevaert. Não há datação, pelo que o postal deve ter sido remetido dentro de envelope. O remetente não faz qualquer referência a esta rua florida.

O Postal Ilustrado de Vila Viçosa – Dois conjuntos exemplares

Editor: Não tem.

Datação: Inexistente.

Imagem: Rua de Vila Viçosa, em aparato próprio da época em que houve concursos do Secretariado Nacional da Informação (entre 1954 e 1973), com atribuição de placa em bronze às três ruas com melhor ornamentação floral. A avaliação era feita por júri local.

Texto: Escritos a lápis, o postal mostra no verso o endereço de Tarcísio Gapête e o de uma senhora residente em Paris, possivelmente turista que guiou em Vila Viçosa: Madame Mallet, Avenue Émile Zola, 135, Paris XV¹².

¹² 15^e arrondissement (bairro) de Paris é o bairro Vaugirard, na margem esquerda do rio Sena, o mais populoso da cidade. É ali que se situa a Gare Montparnasse.

Procedimentos de conservação e restauro dos painéis azulejares exteriores da Estação Ferroviária de Vila Viçosa

Ana Campanilho Barradas*

Resumo: O presente artigo versa sobre a realização dos trabalhos de conservação e restauro dos painéis azulejares exteriores da antiga Estação Ferroviária de Vila Viçosa. A obra foi adjudicada pela Câmara Municipal de Vila Viçosa à empresa de conservação e restauro Oficina dos franceses. Os trabalhos decorreram entre junho e setembro de 2024. Descrevem-se os métodos, procedimentos, técnicas utilizadas no decorrer das várias fases dos trabalhos.

Palavras-chave: Conservação, restauro, azulejos, Vila Viçosa, estação

Keywords: Conservation, restauration, tiles, Vila Viçosa, train station



Figura 1 – Vista do edifício de passageiros da Estação de CF, Vila Viçosa.

* Conservadora-restauradora na empresa Oficina dos Franceses (acampanilhobarradas@sapo.pt)

A estação de comboios de Vila Viçosa (fig. 1) foi um ponto importante na ligação da vila ducal ao país e um sinal da modernidade do fim do século XIX e início do século XX.

A 14 de setembro de 1863, pela Companhia dos Caminhos de Ferro do Sueste, chega a Évora o caminho de ferro.

Cerca de trinta e cinco anos mais tarde, em comissão técnica foi decidido integrar no Plano da Rede a continuação da Linha de Évora até Elvas, que há muito era desejada. Neste, estava planeado também o troço entre Estremoz e Vila Viçosa. Devido às características do terreno, era de fácil, rápida e económica construção, dando serventia aos ricos e populosos concelhos de Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal.

A sua construção, no Campo do Carrascal, data do ano de 1903 e terá terminado em 1905, permitindo a abertura oficial à exploração no dia 1 de agosto deste ano.

A estação de Vila Viçosa correspondia a uma zona especial de tarifas de transportes de cortiça, até ao Barreiro.

Nesta vila, a família real tinha a sua casa de família e fez uso deste meio de transporte para se deslocar até lá, utilizando para isso um comboio e locomotiva especiais.

Da estação de caminhos de ferro de Vila Viçosa partiu o Rei D. Carlos e a família, depois da habitual estada de inverno na vila, para Lisboa, no fatídico dia 1 de fevereiro de 1908, Dia do Regicídio, à chegada da família ao Terreiro do Paço, na capital de Portugal.

Este ramal esteve em funcionamento até ao dia 1 de janeiro de 1990. Nesta altura, foi posto em prática um novo plano de caminhos de ferro em todo o país, o que incluiu a eliminação de várias dezenas de linhas e, conseqüentemente, de estações em todo o país. A linha e a estação de Vila Viçosa foi uma delas. Permaneceu o tráfego de mercadorias, mas o ramal acabou por ser, mais tarde, também encerrado na totalidade.

O edifício da estação é propriedade da empresa pública Infraestruturas de Portugal, S.A.. O usufruto do espaço pertence à Câmara Municipal de Vila Viçosa (edifício de passageiros e instalações sanitárias).

Esteve encerrado durante um longo período, até nas suas instalações ter sido instalado o Museu do Mármore. Nos últimos anos (desde 2015), foi cedido o usufruto do espaço ao Sr. Eduardo Veiga de Araújo, para aí instalar o Museu Agrícola e Etnográfico de Vila Viçosa. O espaço interior encontra-se presentemente adaptado a esse fim.

A estação de comboios de Vila Viçosa está situada numa das entradas da vila, no Campo do Carrascal. A área da estação é composta pelo edifício de passageiros com alpendre, edifício das instalações sanitárias e arrecadação de lampiões, plataforma de embarque e linhas férreas, cais coberto e cais descoberto, antiga cocheira, fosso da placa giratória, reservatório de água, poço e várias casas de apoio ao pessoal.

O objeto desta intervenção de conservação e restauro, os painéis azulejares decorativos, centra-se em dois destes edifícios: o edifício de passageiros e as instalações sanitárias.

Procedimentos de conservação e restauro dos painéis azulejares exteriores da Estação Ferroviária de Vila Viçosa

O edifício de passageiros apresenta planta retangular composta por três corpos, dispostos paralelamente, de nível com a antiga linha, o central de dois pisos e os laterais de um piso. As fachadas principal e a virada à linha férrea apresentam composição simétrica. As quatro fachadas são rebocadas e pintadas de branco, com soco em mármore rosa e remate em cornija de pedra. As quatro fachadas apresentam decoração azulejar de composição figurativa em azul sobre branco. Este conjunto corresponde a dez painéis que representam momentos regionais da história de Portugal e usos e costumes da vida agro-pecuária alentejana. Compondo estes painéis maiores de temática histórica e rural existem ainda outros dezasseis (seis na fachada principal, seis na fachada virada à linha e dois em cada uma das laterais) com motivos de estilo barroco e rococó como albarradas, putis, enrolamentos.

O edifício das instalações sanitárias (Retretes) apresenta planta retangular simples, de corpo único e um só piso. As fachadas mostram-se rebocadas e pintadas de branco acima dos lambris de azulejos de padrão fitomórfico, monocromático (azul sobre branco), colocados sobre embasamento, até meio dos vãos de porta e janela. Painéis de azulejos azuis e brancos sinalizam toponimicamente as entradas – Retretes e os correspondentes acessos para Homens e Senhoras.

Este conjunto azulejar integra o protocolo de cooperação entre o Projecto “SOS Azulejo” e a IP (Infraestruturas de Portugal) Património, uma iniciativa em colaboração com o Museu da Polícia Judiciária que tem como objetivo combater a destruição do património azulejar português por furto, vandalismo e incúria. Desde a criação do Dia Nacional do Azulejo e da criação destas cooperações a IP tem lançado várias Rotas dos Azulejos. Estas Rotas permitem conhecer o extenso património azulejar, histórico e cultural português, espalhado pelas muitas estações ferroviárias portuguesas e sob gestão da IP. Compreendendo a importância deste património guardado pela IP, uma das principais ações para a sua proteção incide em ações de conservação e restauro de todo este rico património, adotando metodologias e técnicas específicas para cada caso.

Este revestimento azulejar foi acrescentado aos dois edifícios da estação posteriormente à sua construção. Os painéis datam de 1920 e foram desenhados e produzidos na Fábrica de Sant’Anna, Lisboa, sendo da autoria de Gilberto Renda (1884-1971). Gilberto Renda foi o mestre de pintura da Fábrica de Sant’Anna desde a década de 20 até à década de 70 do século XX. É autor de uma extensa obra sobre azulejo, mas também sobre outras artes decorativas e áreas artísticas, tendo sido também pintor de cenários para teatro. A sua obra sobre azulejo pode ser apreciada nas Estações de Caminhos de Ferro de Caminha, Pocinho, Sendim, Mondim de Basto, Duas Igrejas – Miranda, Santiago do Cacém e Sines, além do magnífico conjunto de Vila Viçosa. Renda foi discípulo de Veloso Salgado e fez o Curso de Pintura na Escola de Belas-Artes de Lisboa. Em 1910 ganha o Prémio Tomás d’Anunciação e nos anos de 1912 e 1913 foi bolseiro do legado Valmor em Paris. Recebeu da Sociedade Nacional de Belas Artes inúmeras medalhas e prémios.

Devido ao debilitado estado de conservação que os painéis da estação de Vila Viçosa apresentavam, aliado à qualidade de produção evidenciada por este conjunto de painéis azulejares, e à intensa e rica história e memória que a Estação de

Ana Campanilho Barradas

Vila Viçosa transporta, a Infraestruturas de Portugal, S.A. e a Câmara Municipal de Vila Viçosa entenderam por bem proceder à intervenção de conservação e restauro dos mesmos.

Foi efetuado um convite à empresa de Conservação e Restauro Oficina dos franceses para apresentar uma proposta de intervenção, a qual foi validada, procedendo-se à consequente adjudicação. Os trabalhos decorreram entre julho e setembro de 2024 e foram realizados por três técnicos superiores de conservação e restauro.

Identificação dos painéis:

Edifício de passageiros:

Alçado Anterior Painel 1 a Painel 6 – *Recolha da Cortiça; Albarradas; Entrevista do Duque de Bragança com D. Pedro de Mendonça 1640; Partida do Duque de Bragança para Lisboa para ocupar o trono; Albarradas; Carro de Feno.*

Alçado Posterior Painel 1 a Painel 10 – *Albarradas; Fenação (enleiramento); Albarradas; Albarradas; Panteão das Duquesas (Vila Viçosa); Panteão dos Duques e vista geral de Vila Viçosa; Albarradas; Albarradas; Ceifa; Albarradas.*

Alçado Lateral Direito – *Homem com parelha de cavalos num curso de água*

Alçado Lateral Esquerdo – *Malhar o trigo*

Instalações sanitárias (Retretes):

Alçado Anterior Painel 1 e Painel 2; Alçado Posterior; Alçado Lateral Esquerdo Painel 1 e Painel 2; Alçado Lateral Direito Painel 1 e Painel 2 – *azulejos de padrão fitomórfico.*

A intervenção de conservação e restauro foi acompanhada por registo contínuo, através do registo fotográfico dos painéis antes da intervenção, durante as várias etapas de tratamento e após a conclusão do mesmo.



Figura 2 – Pormenor de destacamentos de vidrado, ALD.



Figura 3 – Pormenor de desagregação da chacota, AAP6.

Procedimentos de conservação e restauro dos painéis azulejares exteriores da Estação Ferroviária de Vila Viçosa

O primeiro passo para uma correta intervenção é o levantamento do estado de conservação das áreas a intervencionar. Os revestimentos azulejares encontram-se num estado de conservação muito diverso, dependendo da sua localização e das intervenções que neles foram já anteriormente efetuadas.

As áreas mais expostas aos elementos são as que se encontram mais degradadas. Quase todos os revestimentos apresentam *deficit* funcional ao nível do vidroado que, para além da sua função estética, protege o corpo cerâmico. A perda de estanquidade do revestimento leva ao envelhecimento prematuro das argamassas, originando extensas áreas de lacunas (fig. 2), que promovem a infiltração de humidade, criando bolsas e delaminações ao nível do suporte (fig. 3).

Foram observadas intervenções anteriores, com colagens inadequadas e o uso de argamassas de cimento Portland, que resultaram em tensões indesejadas nos azulejos, levando ao destacamento dos vidrados, um problema comum em restauros não especializados (fig. 4). Essas aplicações não apenas alteram a compatibilidade dos materiais, como também podem gerar tensões indesejadas, levando a mais danos no revestimento, como fendas e fraturas. A presença de “juntas cegas” preenchidas com argamassa de cimento foi um aspeto particularmente preocupante pois, mais uma vez, impedem a movimentação natural dos azulejos, essencial para a estabilidade e integridade estrutural.

Ao longo do tempo, as deficientes intervenções anteriores e o facto de este revestimento azulejar estar ao ar livre pode levar à perda parcial ou total, num relativo curto espaço de tempo, do conjunto (fig. 5).



Figura 4 – Pormenor da presença de argamassas de cimento nas juntas, APP5.



Figura 5 – Pormenor de fratura e perda significativa de vidroado, ALER.

Uma outra patologia relacionada com anteriores intervenções diz respeito ao ruído e deturpação estética que estas têm sobre o conjunto, nomeadamente réplicas com tonalidades diferentes do original, tamanhos de chacota diferentes que inter-

ferem no tamanho das juntas e errados assentamentos que alteram a fruição total e correta da obra (fig. 6).

Verificou-se também que as áreas com perda de vitrado e as que estavam em risco de descolamento apresentavam uma forte colonização biológica (fig. 7).



Figura 6 – Assentamento errado no painel, AAP6.



Figura 7 – Pormenor da colonização biológica nas áreas de bolsa e descolamento, AAP1.

As superfícies azulejares mostram-se bastante craqueladas, com sujidade superficial (poeiras, concreções, salpicos de tintas, etc.), interferindo mais uma vez na leitura correta da obra.

As superfícies pétreas apresentam sobretudo patologias resultantes da poluição atmosférica e exposição aos elementos, como manchas, incrustações e colonização biológica.

Apresenta-se em seguida uma relação das etapas de intervenção mencionadas que foram efetuadas, que poderá ajudar a entender a sequência lógica da intervenção e as necessidades do tratamento.

Estas etapas, se seguidas com cuidado e precisão, têm o potencial de recuperar e preservar o valor histórico e arquitetónico do edifício de forma adequada, garantindo a sua longevidade e integridade.

Iniciando com um mapeamento de lacunas volumétricas e de vitrado (fig. 8), o passo seguinte foi a pré-fixação do vitrado, através da aplicação de *facing* (fig. 9), de forma a não se perder o vitrado que se encontra fragilizado para que seja possível efetuar a sua fixação de forma mais segura.

De forma a mitigar todos os vestígios de colonização biológica presentes nas superfícies, aplicou-se biocida de largo espectro (fig. 10) em todas as superfícies em tratamento (painéis azulejares e superfícies pétreas dos rodapés).

Procedimentos de conservação e restauro dos painéis azulejares exteriores da Estação Ferroviária de Vila Viçosa



Figura 8 – Mapeamento de lacunas do vidroado, AAP1.



Figura 9 – Aplicação de facing, AAP1.

Durante o processo de fixação da camada policroma dos azulejos, detetou-se a presença de colonização biológica em muitas das bolsas do vidroado, o que exigiu uma desinfecção eficaz dessas áreas. Foram realizadas duas aplicações adicionais do biocida nessas áreas específicas. Após a degradação dos resíduos, estes foram removidos mecanicamente.

Essas áreas foram alvo de fixação e consolidação pontuais.

Após a análise inicial, foi necessário proceder ao desmonte parcial dos azulejos e argamassas de suporte (fig. 11), devido à presença de diversas bolsas e descolamentos. O desmonte estendeu-se também a azulejos que apresentavam mais de 50% de perdas de vidroado, de forma a serem substituídos por réplicas (realizadas pela ceramista local Cristina Claro). O processo de desmonte e recuperação dos azulejos exige uma abordagem cuidadosa e metódica, essencial para assegurar a preservação do património. A primeira etapa incluiu a identificação (mapeamento) (figs. 12 e 13) e acondicionamento dos azulejos removidos para tratamento futuro, o que demonstra um compromisso com um restauro adequado.



Figura 10 – Pormenor da aplicação de biocida, APR.



Figura 11 – Levantamento de azulejos, APP9.

Durante a desmontagem, verificou-se que as argamassas estavam em pior estado do que o esperado, pelo que foi necessária uma adaptação rápida da estratégia de conservação e restauro. O resultado foi a remoção de um número maior de azulejos do que o inicialmente previsto (fig. 14). Este tipo de mapeamento prévio

é crucial para entender a extensão dos danos e as intervenções passadas, que muitas vezes complicam o processo.



Figura 12 – Mapeamento da remoção de azulejos, AAP1.



Figura 13 – Mapeamento da remoção de azulejos, AAP1.



Figura 14 – Desmonte, AAP1.

Por fim, a decisão de remover todas as argamassas de cimento, tanto do suporte quanto dos próprios azulejos (figs. 15, 16), é uma abordagem prudente e necessária para garantir que os novos materiais aplicados são compatíveis, permitindo um melhor restauro e longevidade do trabalho realizado. O uso de ferramentas manuais e elétricas para essa remoção é apropriado, pois garante um controle preciso e minimiza riscos de danos adicionais aos azulejos.



Figura 15 – Remoção de argamassas não funcionais nas áreas de levantamento de azulejos, APP2.



Figura 16 – Pormenor de abertura de juntas, AAP1.

Procedimentos de conservação e restauro dos painéis azulejares exteriores da Estação Ferroviária de Vila Viçosa

Após a remoção, foi realizado um tratamento de fixação e consolidação de lacunas, bolsas e delaminações com argamassa consolidante fluida (fig. 17), desenvolvida especificamente para intervenção em património histórico, de forma a assegurar a estabilidade dos azulejos existentes. A preparação do suporte foi completada com a aplicação de um reboco de cal aérea.

Os azulejos removidos passaram por um cuidadoso processo de limpeza, com a remoção do *facing* e outras concreções. As argamassas antigas também foram eliminadas (fig. 18). Para reduzir a presença de sais na chacota, os azulejos foram imersos em água desmineralizada, com ciclos de dois dias, aumentando a duração de acordo com o nível de dessalinização.

Os azulejos fraturados foram tratados previamente à sua aplicação na parede (figs. 19 e 20).



Figura 17 – Infiltração de consolidante, AAP1.



Figura 18 – Remoção das argamassas de cimento do tardoz.



Figura 19 – Azulejo fraturado.



Figura 20 – Colagem de azulejo.

Para o assentamento dos azulejos removidos e das réplicas (fig. 21) foi novamente utilizada uma argamassa pré-doseada à base de cal, que mimetiza as características das argamassas tradicionais.

A recolocação dos azulejos B44 e B45 do Alçado Lateral Direito foi efectuada. No entanto, devido aos riscos associados à remoção dos azulejos contíguos colados rigidamente ao suporte, optou-se por não efetuar a remoção dos outros azulejos previstos em proposta.

Foram também realizados testes de limpeza química a fim de reduzir o escurecimento dos craquelados existentes nas superfícies vidradas. Foram utilizados no teste três tipos de soluções que atuam sobre diferentes naturezas de sujidade.

Os painéis azulejares foram alvo de limpeza para remoção de sujidade depositada e para a redução do escurecimento das linhas do craquelado.

No rodapé pétreo, após a aplicação do biocida, efectuou-se uma limpeza mista, com meio químico (água e detergente neutro) e mecânico (máquina de pressão ajustável).

Nas lacunas existentes no vitrado foram colocadas massas de preenchimento de natureza epóxida (fig. 22), que foram, posteriormente, niveladas com lixas de granulometria fina (fig. 23).



Figura 21 – Assentamento de azulejos, APP5.



Figura 22 – Pormenor de Aplicação de massas de preenchimento nas lacunas do vitrado, ALE.



Figura 23 – Pormenor de nivelamento de massas, APR.

Procedimentos de conservação e restauro dos painéis azulejares exteriores da Estação Ferroviária de Vila Viçosa

A reintegração cromática foi efectuada de forma a devolver equilíbrio estético e legibilidade à obra (fig. 24 e 25). Para tal, utilizaram-se pigmentos aglutinados numa resina acrílica de baixo peso molecular.

Sobre a reintegração cromática foi aplicada uma resina epóxida, que funciona como proteção e ao mesmo tempo completa a integração estética, igualando a profundidade vítrea da superfície original.

Uma vez que todas as intervenções antes realizadas (recolocação de azulejos, incorporação de réplicas) alteraram a dimensão das juntas e negativamente a leitura estética dos painéis, bem como aumentaram o risco de deterioração do suporte pela infiltração de água, entendeu-se que deveria ser efetuado o preenchimento das juntas.



Figura 24 – Pormenor antes da reintegração cromática, AAP4.



Figura 25 – Pormenor após a reintegração cromática, AAP4.



Figura 26 – Registro fotográfico após intervenção, AAP1.



Figura 27 – Registro fotográfico após intervenção, AAP1.



Figura 28 – Registro fotográfico após intervenção, APP9.

As juntas da pedra também foram preenchidas com uma diferente afinação de cor em relação à utilizada nas juntas dos azulejos.

De forma a proteger e minimizar o impacto que os fatores climatéricos têm nas obras, aplicou-se um repelente de água e óleo em fase aquosa, que não modifica o aspeto do suporte e onde a troca de vapor de água interior/exterior é preservada. O aumento de tensão superficial criada traz pela sua natureza química, propriedades hidrofugante, oleofugante, anti *graffiti* e anti incrustante.

Sendo este conjunto azulejar um património que está ao ar livre, e, por isso, exposto a diferentes tipos de degradação (natural e por ação humana), é importante que os edifícios onde estão integrados os azulejos sejam igualmente reabilitados e mantidos.



Figura 29 – Registro fotográfico após intervenção, ALE.



Figura 30 – Registro fotográfico após intervenção, APR.

Procedimentos de conservação e restauro dos painéis azulejares exteriores da Estação Ferroviária de Vila Viçosa

Bibliografia

- GOMES, L., *Restauro de Azulejos: Técnicas e Casos de Estudo*, 2018.
- ICOMOS, *Guidelines for the Conservation of Historic Tiles*, 2011.
- LEMOS, A., *Conservação e Restauro de Azulejos*, 2010.
- Rota dos Azulejos*, Rota Autoria Gilberto Renda, Infraestruturas de Portugal, SA IP Património, dezembro de 2021.
- SILVA, M. e PEREIRA, R., *Patrimônio Cultural: Conservação e Restauro*, 2015.
- TORRES, Carlos Manitto, «A evolução das linhas portuguesas e o seu significado ferroviário», in *Gazeta dos Caminhos de Ferro*. Lisboa, 01/02/1958 (Consultado em 20 de agosto de 2024).
- «De Extremoz a Villa Viçosa», in *Gazeta dos Caminhos de Ferro*. Ano 16 (364), Lisboa, 16/02/1903, p. 53. https://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/GazetaCF/1903/N364/N364_master/GazetaCFN364.pdf (Consultado em 20 de agosto de 2024).

O Museu Monforte Sacro, um caso exemplar de recuperação do Património Cultural

Maria de Lourdes Cidraes*

Resumo: O museu MONFORTE SACRO mostra ao público o notável revestimento azulejar barroco da antiga Igreja do Convento do Bom Jesus de Monforte demolida em 1945/46, assim salvaguardando o mais completo programa iconográfico relativo a episódios da vida e milagres da Rainha Santa Isabel, a mais importante figura feminina da Idade Média em Portugal. A Rainha Santa é ainda hoje uma das personagens históricas mais presentes no imaginário coletivo português e objeto de profunda devoção popular.

Palavras chave: Rainha Santa Isabel, Azulejo barroco, Valentim de Almeida, Monforte Sacro, Património cultural

Key words: Holly Queen Elisabeth, Baroc glaze tile, Valentim de Almeida, Monforte Sacro, Cultural patrimony

No dia 13 de Outubro do ano 2023 foi solenemente inaugurado na vila de Monforte um novo museu dotado de um centro interpretativo a que foi dada a feliz designação de MONFORTE SACRO. O novo espaço cultural foi instalado na antiga igreja do Espírito Santo situada na malha urbana da vila mas que na época funcionava como armazém de materiais de construção da Câmara Municipal tendo sido para o efeito objeto de uma profunda recuperação a cargo desta entidade.

Na nave desta antiga igreja foi integralmente instalado o revestimento azulejar proveniente da Igreja do antigo Convento do Bom Jesus de Monforte, um dos mais notáveis mosteiros femininos do Alto Alentejo, alvo de lamentável demolição em 1945/46, um crime de lesa património que muito empobreceu o panorama monu-

* CLEPUL / Universidade de Lisboa.

mental alentejano. Foi apenas salvo o excepcional conjunto de azulejos barrocos versando a iconografia da Rainha Santa Isabel, felizmente retirados e acondicionados em 59 caixotes armazenados, durante quase setenta anos numa dependência da Santa Casa da Misericórdia local proprietária do espólio.

A concretização do novo museu resultou de um longo processo de inventariação, estudo histórico e artístico, restauro e instalação deste acervo de aproximadamente 15 000 azulejos no novo espaço, levado a cabo no âmbito de uma parceria entre a Câmara Municipal de Monforte que se empenhou decididamente neste processo assegurando os meios humanos e financeiros para a sua concretização, a Santa Casa da Misericórdia local que disponibilizou este acervo azulejar e uma equipa de investigadores do CLEPUL e ARTIS / IHA, centros de investigação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e ainda o Departamento de Arqueologia da Câmara Municipal de Monforte, que garantiu o acompanhamento científico¹.

O trabalho de inventariação teve início com a abertura do primeiro caixote em 2012.

O rigoroso e aturado trabalho realizado desde então permitiu apreciar a elevada qualidade artística dos azulejos, identificar os temas dos painéis historiados (L. Cidraes, 2016), determinar a datação (c. 1745) e atribuir a sua autoria à oficina lisboeta Valentim de Almeida, um dos mais importantes pintores de azulejo do designado período da “Grande Produção Joanina” (Meco, 2016).

Deste acervo faz parte um importante conjunto de dezasseis painéis historiados de grandes dimensões, delimitados por molduras imitando talha dourada, dispostos em dois níveis e suportados por pedestais da mesma época. Treze destes painéis narram milagres e episódios da vida da Rainha Santa Isabel conferindo uma particular singularidade a um programa iconográfico único na abundante imagética de temática isabelina.

A Rainha Santa Isabel é, não apenas, uma das mais notáveis figuras femininas da Idade Média portuguesa, mas também uma das personagens históricas mais presentes no imaginário coletivo português e na devoção popular².

Ignora-se a data exata do seu nascimento ocorrido provavelmente no inverno de 1269 – 1270 disputando Saragoça e Barcelona ainda hoje o seu berço. Foi seu pai Pedro III de Aragão, filho de Jaime I, o Conquistador, e de Violante da Hungria, filha de André II e meia-irmã de Isabel da Hungria ou da Turíngia que foi canonizada em 1235. Em honra desta tia avó recebeu a infanta o nome de Isabel. Pelo lado materno descendia igualmente de grandes casas reinantes europeias. Era sua mãe D. Constança filha de Manfredo da Sicília e neta do Imperador Frederico II da Alemanha.

¹ Relativamente a este projeto consultar AAVV, *Imagens da Rainha Santa na Arte Portuguesa – Os Painéis de Azulejo da Igreja do Antigo Convento do Bom Jesus de Monforte*

² Sobre a vida e o culto da Rainha Santa refiram-se, entre muitos outros, os estudos fundamentais de VASCONCELOS, A. G. R. (1993) e ANDRADE, M. F. (2012)

Cedo a pequena princesa deixou a sua casa e o seu reino pois em Fevereiro de 1281 casava por procuração em Barcelona com o jovem rei D. Dinis, partindo para Portugal, já na qualidade de rainha apenas em 1282 devido à instabilidade política entre Aragão e Castela que não garantia uma viagem segura. Entrou em Quintanilha (Bragança) de onde se dirigiu à vila de Trancoso onde D. Dinis a esperava e onde se realizaram as festas de recepção à jovem rainha. Depois de alguns meses na região da Guarda o casal dirigiu-se para Coimbra onde ficou a residir no paço da alcáçova desta cidade.

Deste casamento nasceram D. Constança que casou com Fernando IV de Castela e D. Afonso futuro rei de Portugal. Durante a vida de casada D. Isabel acompanhou D. Dinis nas frequentes deslocações da corte intervindo diretamente nos negócios da governação e na resolução de conflitos surgidos nos diversos reinos peninsulares. Em Portugal desempenhou o papel de mediadora entre D. Dinis e seu meio irmão, o infante D. Afonso e, mais tarde, entre o rei e o filho rebelde, o futuro Afonso IV, apesar de no início deste conflito ter apoiado a filho o que levou ao seu desterro em Alenquer imposto por D. Dinis que cedo o revogou face a atitude de obediência da rainha que recusou o auxílio que diversos alcaides e cavaleiros lhe vieram oferecer.

Na primeira biografia, *Livro que fala da boa vida que fez a Rainha de Portugal, Dona Isabel, & dos seus bons feitos & milagres em sa vida & depois da morte*, texto de natureza hagiográfica escrito pouco depois da sua morte e que visa demonstrar a santidade da rainha, são descritos inúmeros actos de humildade e de piedade cristã, de penitência e de caridade. Por todo o lado onde passava acorria gente a vê-la, “por onde ela ia não ficavam emparedadas, nem gafos, nem presos que da sua esmola não recebessem parte”, escreve o primeiro biógrafo, alguém com quem privara de perto, provavelmente o seu testamenteiro D. Salvado Martins, Bispo de Lamego.

Diversos documentos coevos testemunham uma impressionante obra social de proteção a órfãos, jovens desamparadas, pobres envergonhados, inválidos, velhos e doentes. Fundou orfanatos, albergarias, hospícios, hospitais e gafarias. Fundou ainda, ou tomou sob sua proteção diversos mosteiros, em particular o Mosteiro de Santa Clara e Santa Isabel em Coimbra, onde quis ser sepultada.

O seu estatuto de rainha permitiu-lhe ter acesso a uma cultura invulgar no universo feminino medieval.

Quando em 1325 D. Dinis faleceu em Santarém, a rainha viúva vestiu o hábito franciscano em sinal de luto embora deixasse registado em duas declarações certificadas por tabelião que tal não significava obediência a uma ordem religiosa.

Pouco tempo depois foi em peregrinação a Santiago de Compostela onde ficou a fama da magnificência dos presentes que ofereceu e onde recebeu das mão do Arcebispo Berengário o bordão de peregrina que se conserva no Museu da Confraria da Rainha Santa Isabel em Coimbra. A partir de então intensificou a prática dos seus actos de piedade e de caridade cristã, de apoio às suas obras sociais, conventos e obras religiosas empenhando em tais práticas os seus recursos pessoais.

Morreu em Estremoz, no ano de 1336, quando se dirigia para a fronteira na tentativa de conciliar o filho Afonso IV e o seu neto Afonso XI de Castela. O seu corpo foi trasladado para Coimbra e sepultado, como era seu desejo, no Mosteiro de Santa Clara e Santa Isabel.

Os primeiros relatos de milagres sucedem-se logo após a sua morte. A esses dias remonta igualmente o início de uma devoção religiosa que Roma tardou em reconhecer apesar das sucessivas diligências da coroa portuguesa. Em 1516, durante o reinado de D. Manuel I, o Papa Leão X procedeu à sua beatificação e autorizou o seu culto na diocese de Coimbra, culto que foi posteriormente alargado aos lugares onde a corte se deslocasse. Em meados do século XVI o Papa Paulo IV estendeu o seu culto a todo o reino e autorizou que a sua imagem fosse pintada e colocada nos altares. Finalmente no dia 25 de Maio de 1625, Urbano VIII, na sequência de diligências da Diocese de Coimbra e do próprio rei Filipe II, proclamou solenemente a santidade da sexta rainha de Portugal, incluindo-a no número daqueles que se distinguiram em vida pelas suas virtudes.

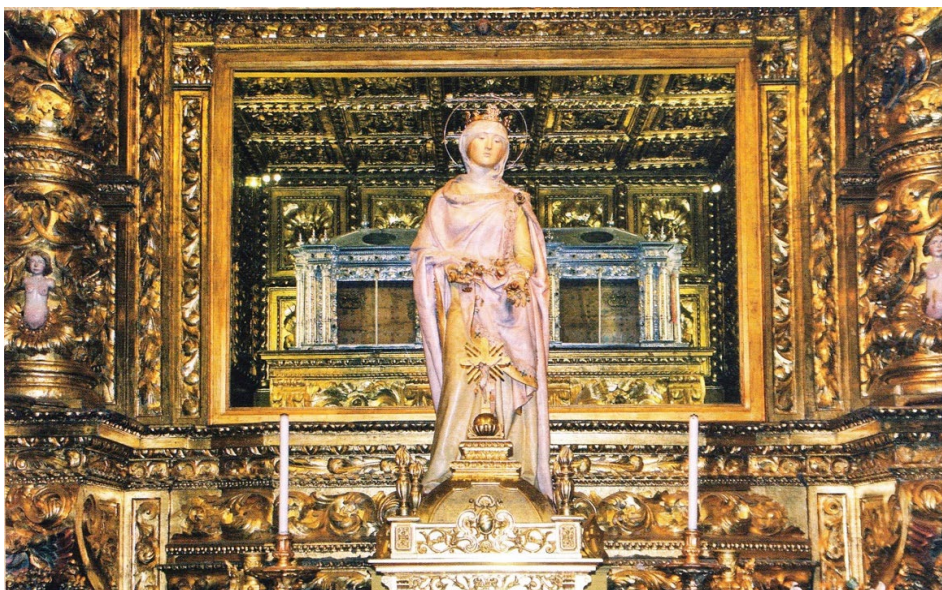
Em paralelo com o culto religioso apoiado pela Ordem de S. Francisco e pela Universidade de Coimbra, que organizou cerimónias religiosas, sermões e concursos poéticos evocativos da Rainha Santa, foi-se formando uma vasta tradição que inclui narrativas de episódios da vida da rainha mas também um elevado número de lendas históricas, sagradas, etiológicas e toponímicas, que foram transmitidas através dos tempos por biógrafos, cronistas, pela tradição oral e ainda através de numerosas gravuras, pinturas e esculturas. De todas estas narrativas “o milagre das rosas” é aquela que ainda hoje todos conhecemos. Pelo contrário, muitas outros episódios históricos e lendários estão caídos no esquecimento, sendo algumas apenas conhecidos localmente ou evocados através de imagens instaladas em igrejas ou outros locais mas cujo significado os devotos e o público em geral já não sabem interpretar.

O Convento de Santa-Clara-a-Nova em Coimbra, que guarda como preciosa relíquia o corpo da Rainha Santa, encerrado numa urna de prata e cristal colocada no altar-mor, é o centro do culto religioso e o principal lugar de memória da sexta Rainha de Portugal. Do antigo Convento de Santa Clara e Santa Isabel, que a rainha protegeu e onde quis ser sepultada, mas que foi abandonado em 1677 devido às grandes inundações do rio Mondego, veio para o novo mosteiro a notabilíssima arca tumular que D. Isabel para si mandara construir e ainda alguns altares, o cedeiral do coro e preciosos objetos devocionais que se conservam hoje, à guarda da Confraria da Rainha Santa Isabel ou expostos no Museu Nacional Machado de Castro de Coimbra.

Na igreja deste novo mosteiro, a capela-mor e a nave da estão decoradas com pinturas a óleo e grandes retábulos de madeira relatando episódios e milagres referentes à Rainha Santa.

A imagem esculpida por Teixeira Lopes em 1896 e entronizada no altar-mor, que se transformou no modelo de referência de todas as posteriores representações da Rainha Santa, é objeto de particular veneração de numerosíssimos fieis que aos

milhares acompanham as grandes procissões que bianualmente ocorrem em Coimbra por ocasião do aniversário da sua morte.



Rainha Santa Isabel. Teixeira Lopes (1896). Igreja de Santa Clara-a-Nova, Coimbra.

Foto: Confraria da Rainha Santa Isabel

Esta imagem que todos conhecemos e recordamos quando invocamos a Rainha Santa resultou de uma encomenda da Rainha de Portugal, D. Amélia de Orleans e Bragança, a um dos principais escultores portugueses do seu tempo oferecendo-a à Confraria da Rainha Santa Isabel fundada no século XVI. O escultor optou pelo modelo régio apresentando a Rainha em traje aulico e coroa na cabeça, envergando sobre a túnica um manto preso sobre o ombro esquerdo e formando um regaço onde segura um molho de rosas. O rosto está esculpindo com as marcas da idade de acordo com os padrões do realismo característicos dessa época.

Antes desta escultura que fixou a imagem da Rainha Santa no imaginário coletivo contemporâneo português, os escultores e pintores dos séculos XVII, século XVIII e primeira parte do século XIX seguiam preferencialmente o modelo franciscano iniciado a partir da estátua jacente, esculpida em vida da rainha e que assim deve ser considerada a sua *vera efigie*. Nesta escultura D. Isabel está representada com o hábito franciscano, escarcela, bordão de peregrina e a coroa real, assim sublinhando a sua condição de rainha e as virtudes da espiritualidade franciscana.

Este modelo a que foram acrescentadas, como emblema identificador, as rosas alusivas ao milagre, veio a ter grande difusão a partir de gravura de Cornelius Gale (1621) largamente distribuída durante as festas da canonização em Roma (1625).



Estátua jacente da Rainha Santa Isabel. Mestre Pero (c. 1330). Santa-Clara-a-Nova, Coimbra.
Foto da autora.

Podemos reconhecer, entre outros exemplos, a mesma tipologia franciscana no baixo relevo em madeira dourada e policromada da nave da Igreja de Santa-Clara-a-Nova (da autoria de António Gomes e Domingos Nunes), no óleo de André Reinoso no Museu da Sé de Lamego, nas telas de autores desconhecidos expostas na sacristia da Igreja Santa Clara-a-Nova em Coimbra e na atual Academia das Ciências, antigo Convento de Nossa Senhora de Jesus da Ordem Terceira de S. Francisco.



Rainha Santa Isabel, Autor desconhecido (século XVII), Sacristia da Igreja de Santa Clara-a-Nova, Coimbra. Foto da autora.

O Museu Monforte Sacro, um caso exemplar de recuperação do Património Cultural

É este modelo que podemos observar em numerosos conventos franciscanos, particularmente da Ordem de Santa Clara, de que em Vila Viçosa é exemplo o Convento de Nossa Senhora da Esperança.

Este Convento de clarissas foi fundado pela Duquesa de Bragança, D. Isabel de Lencastre, mulher do quinto Duque de Bragança, D. Teodósio I, em 1553. Protegido pela Casa de Bragança constituía um dos mais importantes cenóbios femininos do Alentejo.

Para além da Igreja, existia um importante conjunto de edifícios, um amplo claustro, um aqueduto e uma vasta cerca conventual. A igreja ficou concluída em 1570.



Cúpula da Capela-mor da Igreja Igreja do Convento de Nossa Senhora da Esperança, Vila Viçosa.
Fotos da autora.



O portal voltado para ocidente e aberto na parede lateral como em todos os conventos femininos, distingue-se pela notável qualidade do alto relevo do tímpano representando Nossa Senhora da Esperança com o menino no regaço.

A igreja de uma só nave é coberta por uma abóbada de berço pintada a fresco com cenas dos Evangelhos.

A cúpula semi-esférica da capela-mor é revestida por pintura a fresco de natureza erudita que Vitor Serrão atribui ao pintor maneirista André Peres (Princípio do século XVII).

A nave dá acesso à capela da Ordem Terceira de São Francisco onde, em nichos na parede estão colocadas as imagens de vestir dos santos que tradicionalmente desfilavam na procissão das cinzas, também conhecida por Procissão dos Terceiros, entre eles S. Luís da França e Santa Isabel da Hungria, padroeiros da Ordem, e ainda a Rainha Santa Isabel de Portugal.

Se Coimbra é o principal centro do culto religioso da Rainha Santa Isabel é no Alto Alentejo, em Estremoz e Monforte, que podemos encontrar os mais extensos e completos programas iconográficos isabelinos.

No Castelo de Estremoz, no local onde a tradição situa a morte de D. Isabel, a rainha D. Luísa de Gusmão mandou fazer um pequeno oratório a que o rei D. Pedro II, em 1680, quis dar maior esplendor transformando-o numa capela sob a direção do arquiteto régio P. Francisco Tinoco. Um terrível incêndio ocorreu em 1689 tendo-se apenas salvo a belíssima imagem da Rainha Santa em madeira estofada e dourada que se encontra atualmente na Igreja de Santa Maria.. A reconstrução da capela ficou a cargo dos Congregados do Oratório. A sua atual decoração deve-se à iniciativa de D. João V, que em 1715 a integrou no seu padroado.



Capela dos Santos Terceiros, Igreja de Nossa Senhora da Esperança, Vila Viçosa.



Capela da Rainha Santa Isabel do Castelo de Estremoz,
Paulo Correia / Câmara Municipal de Estremoz,

Nesta capela, um duplo programa iconográfico recorda a vida e milagres da Rainha Santa: três painéis de azulejo atribuíveis a Teotónio dos Santos (MECO, 2005) e seis grandes telas a óleo atribuíveis à oficina de André Gonçalves, que constituem em alguns casos as primeiras e por vezes únicas representações de episódios e de milagres da Rainha Santa³.

Nos painéis de azulejo estão representados a célebre intervenção da rainha no campo de batalha ou “recontro de Alvalade” e dois milagres pouco conhecidos nos nossos dias: “O milagre das águas do Tejo que se apartam” e “o milagre da criança salva das águas”. Não é possível apresentar qualquer justificação para a escolha destes temas que poderá ter resultado de uma preferência pessoal do programador

³ CIDRAES, 2005. Um estudo mais aprofundado desta série de telas confirma a hipótese então apresentada da existência de mais de uma mão, certamente a participação de discípulos de André Gonçalves, o que justifica a desigual qualidade de algumas telas nomeadamente do Milagre das Rosas, que embora tomando como modelo o óleo da Igreja do Menino Deus em Lisboa (1730), com autoria confirmada de André Gonçalves, não atinge o seu nível artístico. As telas terão sido realizadas mais de uma década depois do conjunto de painéis de azulejo e assim, em data próxima do programa azulejar da Igreja do Antigo Convento de Bom Jesus de Monforte.

inspirada por textos ou eventualmente por gravuras que até ao momento se desconhecem.

O programa de pintura a óleo segue uma ordem cronológica em que coexistem episódios históricos e milagres: “milagre das rosas”, “milagre da água e do vinho”, “tomada do hábito”, “milagre da cura da criança cega”, “as rainhas servem as freiras no Convento de Santa Clara” e “morte de D. Isabel”. Este programa baseia-se provavelmente no livro de D. Fernando Correia Lacerda, Bispo do Porto e protetor da Congregação do Oratório, publicado em 1680.

A pintura do teto, alguns anos posterior, representando a assunção em glória da Rainha ao Céu completa a decoração laudatória desta capela.

Contudo é em Monforte, na Igreja do antigo Convento do Bom Jesus que existia um riquíssimo revestimento azulejar setecentista que exhibia, como já foi referido, o mais completo e estruturado programa iconográfico de temática isabelina.

Ao invés do que se verifica na Capela da Rainha Santa no Castelo de Estremoz, onde se encontram dois programas independentes, a azulejo e a óleo, na Igreja do Antigo Convento do Bom Jesus de Monforte o revestimento azulejar que cobria totalmente as paredes da nave e onde se destacam dezasseis painéis historiados de grandes dimensões, constitui um único programa iconográfico que não segue a tradicional sequência cronológica optando por uma singular organização temática.

Treze destes painéis narram milagres e episódios da vida da Rainha Santa Isabel, constituindo o mais completo programa iconográfico de temática isabelina. Caracteriza-se pelo elevado número de composições narrativas, pela raridade das cenas apresentadas, pela unidade e coerência de um programa que pressupõe um autor conhecedor das fontes hagiográficas e cronísticas e ainda pela harmoniosa adequação ao espaço arquitetónico.

Este revestimento azulejar que foi instalado na nave da igreja em 1749 sendo à época Abadessa do Mosteiro Soror Maria Baptista do Nascimento Barcane Leite, resultou da encomenda do Desembargador Plácido de Almeida Moutozo superintendente das minas de ouro e diamantes da Tijuca no Brasil, natural desta vila. A eles se deve certamente o programa iconográfico baseado na primeira biografia da Rainha Santa, talvez a partir de uma cópia do manuscrito original pertencente ao Convento de Santa Clara de Coimbra, ou do texto publicado na *Monarquia Lusitana*, VI parte de Frei Francisco Brandão com o título *Relação da vida da gloriosa Santa Isabel Rainha de Portugal*⁴. Dada a ausência de fontes documentais não é possível estabelecer com rigor a quem se deve efetivamente a escolha do programa. Se o encomendante que viveu nos círculos da corte tinha acesso fácil ao texto da *Monarquia Lusitana*, a sua permanência e morte no Brasil⁵, na época da

⁴ A primeira edição crítica foi realizada por José Joaquim Nunes nos anos vinte do século passado com o título *Vida e Milagres de Dona Isabel Rainha de Portugal. Texto do séc. XIV restituído à sua presumível forma primitiva*. Publicado pela Academia das Ciências, Boletim da Classe de Letras, XIII, 1920, pp. 1292-1383. Apesar de outros trabalhos mais recentes foi esta a edição utilizada e citada no presente trabalho considerando a sua acessibilidade a um público alargado.

⁵ Informação recolhida por J. I. Miilitao Silva em documentação consultada.

execução dos painéis, pode por em causa a sua intervenção na realização do programa. Por outro lado, a abadessa do Mosteiro do Bom Jesus embora não dependesse do Convento de Santa Clara de Coimbra mas da Província dos Algarves, não deixaria de ter acesso a uma das cópias do manuscrito que se conservava no Cenóbio de Coimbra.

O programador optou pela organização em três grandes núcleos temáticos, correspondentes a três espaços distintos mas complementares da igreja: episódios da vida da rainha D. Isabel, instalados na parede lateral do lado da Epístola, milagres e outras manifestações de santidade da rainha portuguesa, colocados na parede lateral do lado do Evangelho, e a glorificação da Rainha Santa, exaltada na parede fundeira.

Para além destes treze painéis de temática isabelina, fazem parte do acervo dois painéis alusivos a milagres de S. Francisco e um painel representando a Última Ceia, colocado no local onde, segundo documentação coeva⁶, teria existido uma pintura mural com o mesmo tema de exaltação da Sagrada Eucaristia.

Como veremos, estes painéis de temática eucarística e franciscana, que numa primeira observação se afastam do programa iconográfico isabelino quebrando a sua unidade temática, reforçam, pelo contrário, o seu significado sublinhando a glorificação da rainha portuguesa que Roma reconheceu como santa e elevou aos altares.

Podemos reconhecer como um dos critérios gerais, que presidiram à organização do programa, a avaliação subjetiva do programador na seleção dos episódios a representar, certamente por ele próprio considerados mais relevantes enquanto testemunhos das excelsas virtudes da Rainha Santa Isabel. Não podemos contudo ignorar uma eventual influência dos programas iconográficos da Capela de Estremoz que certamente eram do conhecimento do autor dos azulejos da Igreja de Monforte. Alguns temas, raros na iconografia isabelina, estão presentes em ambos os espaços.

Devem ainda ser considerados, enquanto critérios fundamentais, a fidelidade às fontes documentais e a adequação dos painéis ao espaço arquitetónico. Não deve também ser ignorada a importância que as coleções de gravuras tinham na composição das obras de artistas que delas tinham conhecimento e que por vezes conservavam nas suas oficinas.

A sequência dos painéis baseia-se fundamentalmente na estrutura narrativa da principal fonte textual, a primeira biografia da Rainha D. Isabel, atrás referida. O manuscrito primitivo deste texto hagiográfico não chegou até nós mas conserva-se, no Museu Nacional Machado de Castro, uma cópia iluminada, datada de 1592, proveniente do Convento de Santa Clara. Terão existido outras cópias e versões latinas.

Para além desta fonte, o autor do programa terá ainda recorrido a outras fontes documentais e artísticas, nomeadamente no que se refere ao *Milagre das Rosas*, narrado pela primeira vez apenas na segunda metade do século XVI e ao *Milagre*

⁶ *Breve notícia do Convento do Bom Jesus de Monforte de Religiosas da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco*, escrito em 1740 (Documento transcrito por J. I. Militão Silva).

da aparição de Cristo crucificado. Estes dois milagres que já constavam da hagiografia de Santa Isabel da Hungria estão representados não nas paredes laterais da nave mas destacados na parede fundeira da Igreja.

O primeiro biógrafo não refere milagres ocorridos em vida da Rainha Santa. Segundo este texto, a devoção popular e o culto religioso iniciaram-se a seguir à sua morte, durante a longa transladação de Estremoz, onde morreu, para o Mosteiro de Santa Clara em Coimbra, onde ficou sepultada. Junto do ataúde ter-se-iam verificado os primeiros milagres. Os milagres realizados pela rainha em vida foram acrescentados em capítulos apócrifos deste manuscrito e em textos hagiográficos e crónicas posteriores. Dois destes milagres foram incluídos no programa iconográfico de Monforte: a cura de uma freira de um convento de Lisboa e a cura de uma mulher leprosa a quem a rainha tratou do pé chagado durante o lava-pés pascal. Por seu lado, o painel representando a separação das águas do Tejo que se abriram para dar passagem à Rainha D. Isabel poderá ter como fonte um documento inserido na

Monarquia Lusitana, Sexta parte, de Frei Francisco Brandão. Este facto constitui um argumento a favor da hipótese que aponta esta crónica como a fonte documental utilizada para este programa iconográfico. Porém, a existência na Capela da Rainha Santa Isabel do Castelo de Estremoz de um painel com o mesmo tema e com grandes semelhanças no desenho da composição, executado cerca de duas décadas mais cedo, levanta a questão de poder ter sido este painel a fonte utilizada.

A aparente desorganização temporal que se observa na sequência dos painéis da igreja de Monforte resulta, fundamentalmente, da sua fidelidade às fontes textuais, embora as características dos espaços arquitetónicos devam também ser consideradas, nomeadamente na seleção dos painéis a instalar em locais nobres, como a parede fundeira ou os amplos espaços sobrepostos aos altares laterais, que foram reservados para os milagres e episódios da vida da rainha a que o programador quis dar maior destaque.

Disposição dos painéis figurativos na nave da igreja⁷

Parede do lado da Epístola – Episódios da vida da Rainha D. Isabel

Conjunto de cinco painéis, dispostos em dois níveis, narrando episódios da vida da rainha D. Isabel que testemunham as suas excelsas virtudes cristãs mas também as suas notáveis qualidades de rainha, intervindo ativamente na vida dos seus súditos e na política do reino e protegendo conventos, orfanatos e hospitais.

⁷ Os esquemas gerais que se reproduzem foram elaborados com base no trabalho de inventariação e montagem do espólio azulejar dirigido pela Arqueóloga Paula Morgado da Câmara Municipal de Monforte, feito a partir de referências alfa-numéricas inscritas nos azulejos. Foram ainda consultadas as escassas fotografias parcelares anteriores à demolição da igreja existentes no SIPA/DGMN (1945) ou publicadas em pequeno número por *Breve notícia do Convento do Bom Jesus de Monforte de Religiosas da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco*, escrito em 1740 (Documento transcrito por J. I. Militão Silva) L. Keil no *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Portalegre* (1943). Estes esquemas foram apresentados pela primeira vez em Coimbra no Congresso Internacional do Espírito Santo (Junho de 2016).

O Museu Monforte Sacro, um caso exemplar de recuperação do Património Cultural

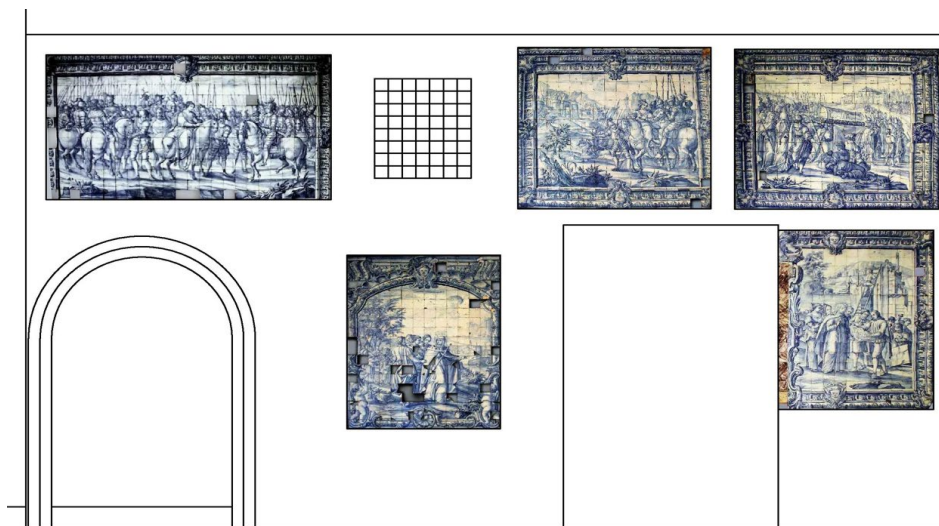
Painel n.º 1 – *Intervenção pacificadora da Rainha D. Isabel no campo de batalha* (“Recontro de Alvalade”).

Painel n.º 2 – *Chegada da Rainha D. Isabel ao desterro em Alenquer*.

Painel n.º 3 – *Chegada do cortejo fúnebre da Rainha D. Isabel ao Mosteiro de Santa Clara em Coimbra*.

Painel n.º 4 – *Peregrinação da Rainha D. Isabel a Santiago de Compostela*.

Painel n.º 5 – *A Rainha D. Isabel observando os planos e obras do Mosteiro e do Paço de Santa Clara*.



Os episódios da vida da Rainha constituem uma síntese em que são destacados, pela sua instalação no nível superior, três episódios nucleares: a intervenção pacificadora da Rainha no campo de batalha, o seu desterro em Alenquer e a chegada do cortejo fúnebre ao Mosteiro de Santa Clara em Coimbra. São painéis de composição complexa com muitas personagens, considerados certamente pelo autor do programa como mais relevantes.

No nível inferior foram instalados dois painéis com medidas diferentes, determinadas pela sua posição sob a janela e junto da porta de entrada, ladeados por ricas molduras com elementos vegetalistas, volutas, anjos, etc.. Representam dois episódios que testemunham a piedade cristã da rainha D. Isabel que a seguir à morte de D. Dinis empreendeu uma peregrinação ao santuário de Santiago de Compostela e o empenho da rainha nas obras da Santa Clara de Coimbra que quis dirigir pessoalmente.

Parede do lado do Evangelho – Milagres da Rainha Santa Isabel

Conjunto de seis painéis figurativos, dispostos em dois níveis, celebrando milagres e outras manifestações de santidade da Rainha Santa Isabel.

Painel n.º 6 – *Morte da Rainha D. Isabel e aparição de Nossa Senhora* (“A Senhora de Branco”)

Painel n.º 7 – *Lava-pés pascal e cura da mulher leprosa; As rainhas servindo as freiras de Santa Clara*

Painel n.º 8 – *Veneração do corpo da Rainha Santa e primeiros milagres junto do seu ataúde*

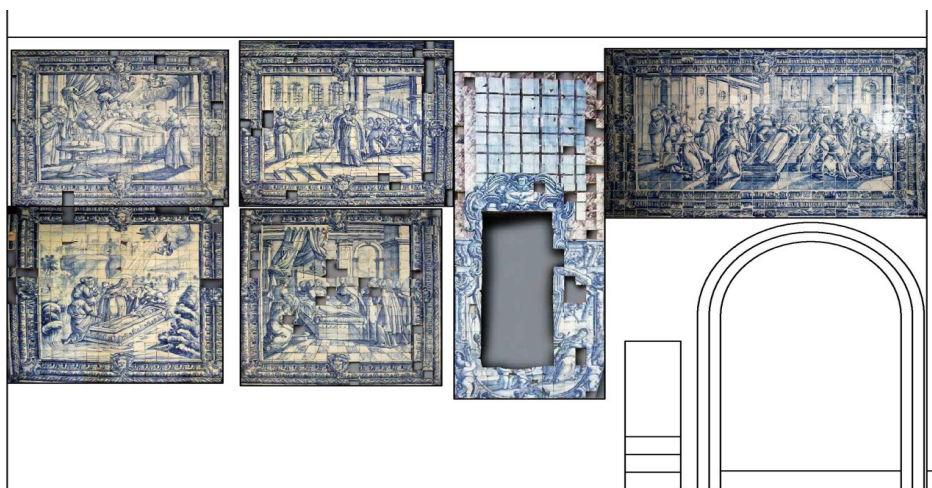
Painel n.º 9 – *Milagre das águas do Tejo que se apartam*

Painel n.º 10 – *Cura da freira do convento de Chelas*

Painel n.º 11 – *A “Santa Peregrina”*

Na disposição dos painéis que decoravam esta parede não foi seguida, tal como na parede do lado da Epístola, uma ordenação cronológica, iniciando-se esta série com a representação da morte da rainha D. Isabel e terminando com o painel “A Santa Peregrina”, em que a imagem da rainha surge cercada de anjos que celebram a santidade da sua peregrinação na terra.

A ordenação dos painéis segue, quase sempre, a sequência narrativa do texto que lhes serviu de principal fonte documental. Como foi referido antes, neste texto hagiográfico não são relatados milagres ocorridos em vida da rainha que foram posteriormente acrescentados em capítulos apócrifos. Assim se explica que o primeiro painel desta série seja precisamente o episódio da morte de D. Isabel, seguindo-se-lhe a representação de vários milagres que teriam sido realizados durante a sua vida e que não constavam do texto original.



Parede fundeira – Glorificação da Rainha Santa Isabel.

Conjunto de cinco painéis que recordam dois milagres atribuídos à Rainha Santa Isabel e dois milagres semelhantes atribuídos a S. Francisco. O espaço central, situado entre as grades do coro alto e do coro baixo, é ocupado com a representação da *Última Ceia*.

O Museu Monforte Sacro, um caso exemplar de recuperação do Património Cultural

Painel n.º 12 – *Milagre das rosas*

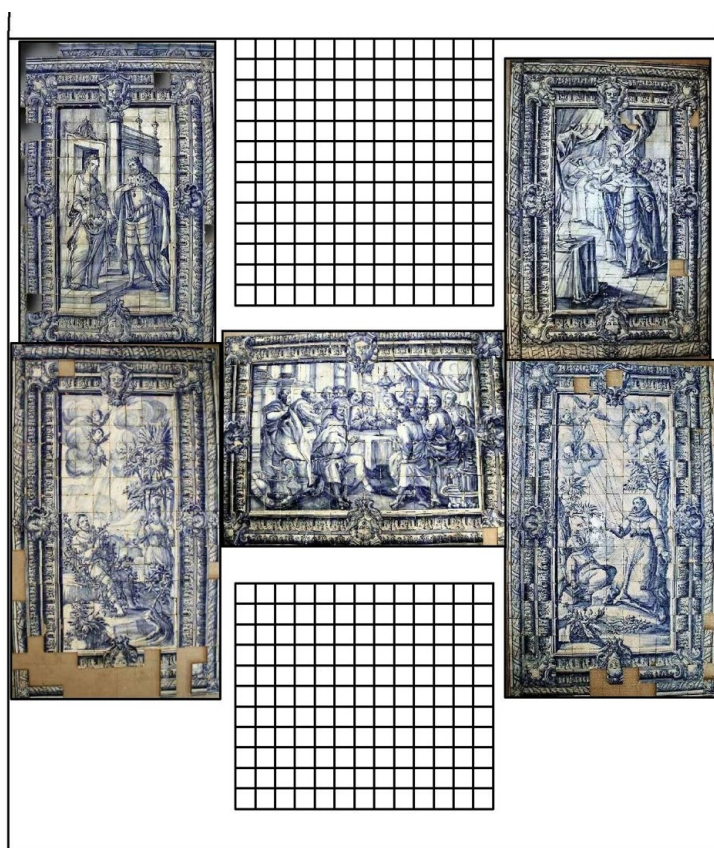
Painel n.º 13 – *Aparição de Cristo crucificado à Rainha Santa Isabel*

Painel n.º 14 – *Milagre dos espinhos* ou *Milagre das roseiras bravas*

Painel n.º 15 – *Estigmatização de S. Francisco* (S. Francisco recebendo os estigmas de Cristo crucificado)

Painel n.º 16 – *Última Ceia*

Se os painéis do lado da Epístola nos recordam episódios exemplares da vida de D. Isabel e os painéis da parede do lado do Evangelho celebram os seus milagres, o conjunto exposto na parede fundeira promove a glorificação da Rainha cuja santidade é comparada a S. Francisco.



Neste grandioso programa iconográfico destacam-se alguns painéis pela originalidade ou importância do tema, ou pela sua qualidade artística.

Alguns são representações únicas no contexto da iconografia isabelina:

O painel n.º 2 – Chegada da Rainha D. Isabel ao desterro em Alenquer, o painel n.º 3 – Chegada do cortejo fúnebre da Rainha D. Isabel ao Mosteiro de

Maria de Lourdes Cidraes

Santa Clara em Coimbra, o painel n.º 5 – A Rainha D. Isabel observando os planos e obras de Santa Clara, o painel n.º 8 – Veneração do corpo da Rainha Santa e primeiros milagres junto do seu ataúde e o painel n.º 10 – Cura da freira do Convento de Chelas.

Outros recordam temas fundamentais da hagiografia da Rainha Santa:

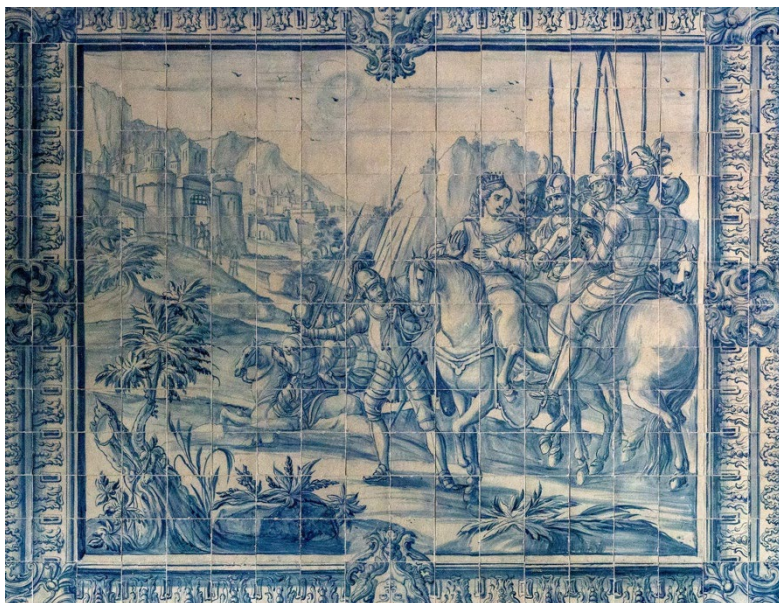
O painel n.º 1 – A intervenção pacificadora da Rainha D. Isabel no campo de batalha (ou Recontro de Alvalade), o painel n.º 6 – Morte da Rainha D. Isabel e milagre da aparição de Nossa Senhora (A Senhora de branco) e o painel n.º 12 – Milagre das rosas.

Deve ser ainda realçada a qualidade artística ao nível do desenho e da complexidade da composição particularmente em relação aos seguintes painéis:

O painel n.º 2 – Chegada da Rainha D. Isabel ao desterro em Alenquer, o Painel n.º 3 – Chegada do cortejo fúnebre da Rainha D. Isabel ao Mosteiro de Santa Clara em Coimbra, o painel n.º 4 – Peregrinação da Rainha D. Isabel a Santiago de Compostela, o painel n.º 5 – A Rainha D. Isabel observando os planos e obras de Santa Clara e o painel n.º 9 – Milagre das águas do Tejo que se apartam.

Pela sua excepcional qualidade artística e por constituírem representações únicas de episódios da vida da Rainha D. Isabel destacaremos os seguintes painéis:

Painel n.º 2 – A Chegada da Rainha D. Isabel ao desterro em Alenquer.



O Museu Monforte Sacro, um caso exemplar de recuperação do Património Cultural

Este painel recorda o desterro da rainha D. Isabel na vila de Alenquer, por ordem de D. Dinis que a acusava de apoiar o filho que se revoltara alegando que o rei o queria afastar da sucessão ao trono em favor do filho bastardo Afonso Sanches. Ao fundo podemos ver a fortaleza de Alenquer e em primeiro plano um grupo de homens armados escoltando a rainha. A expressão do seu rosto voltado para trás denota angústia e sofrimento.

O painel n.º 3 – Chegada do cortejo fúnebre da Rainha D. Isabel ao Mosteiro de Santa Clara em Coimbra.



Este painel mostra o momento em que o cortejo fúnebre vindo de Estremoz, onde a rainha falecera a 4 de julho de 1336, se aproxima da cidade de Coimbra, após sete dias de viagem. Destaca-se o ataúde da rainha, transportado em ombros, rodeado por um amplo conjunto de personagens, designadamente um grupo de dignatários que empunha compridas velas acesas. Entre eles estarão os bispos de Coimbra e de Lamego, a abadessa do mosteiro e o próprio rei D. Afonso IV que enverga vestes sumptuosas. Num plano mais esbatido, ao longe, várias fileiras de soldados com as lanças erguidas, fazem guarda de honra ao cortejo que se dirige ao mosteiro de Santa Clara.

Painel n.º 5 – A Rainha D. Isabel observando os planos e obras de Santa Clara.



Nos últimos anos da sua vida D. Isabel dedicou-se pessoalmente à continuação das obras do Mosteiro de Santa Clara de Coimbra, incluindo a construção da igreja e de um Hospital para pobres e doentes. A rainha procedeu à venda de bens pessoais e à disponibilização de rendas próprias para financiar as obras.

O painel n.º 9 – Milagre das águas do Tejo que se apartam merece uma particular atenção. Situado na parede do lado do Evangelho distingue-se dos restantes por não ter como fonte literária a primeira biografia. Como foi referido, este milagre foi registado pela primeira vez apenas no final do século XVII nos capítulos sobre o reinado de D. Dinis incluídos na *Monarquia Lusitana*, VI Parte. Por outro lado, não pode ser lido independentemente do anterior painel azulejar com o mesmo tema que se encontra na capela do Castelo de Estremoz. Realizados a duas décadas de distância, constituem as únicas representações, até hoje conhecidas na arte portuguesa deste episódio milagroso.

Para além da identidade temática, são evidentes as semelhanças de composição que fazem pressupor contactos entre as oficinas lisboetas onde foram realizados ou, pelo menos, o prévio conhecimento dos azulejos de Estremoz pelo autor do painel de Monforte. A repetição de alguns motivos pode também justificar-se por uma eventual utilização de fontes comuns.

**O Museu Monforte Sacro, um caso exemplar de recuperação
do Património Cultural**



Milagre das águas do Tejo que se apartam. Museu NONFORTE SACRO.



Milagre das águas do Tejo que se apartam. Castelo de Estremoz

Nos dois painéis destaca-se, no centro da composição, o vulto da Rainha D. Isabel que, rodeada por um pequeno grupo de homens e mulheres, se inclina sobre o túmulo de Santa Iria. Em ambos esta cena central é emoldurada por volutas de água que se

erguem suspendendo no ar o seu movimento e que, à semelhança dos cortinados tão frequentes na pintura de azulejo barroca, desempenham uma função cenográfica.

Em ambos os painéis divisa-se ao longe, como que aventurando-se pelo leito seco do rio, um pequeno grupo onde figura provavelmente o rei D. Dinis, que, segundo os mais antigos documentos, estava presente quando teria ocorrido tão extraordinário prodígio.

No entanto, apesar desta identidade de tema e similitude de motivos, os dois painéis distinguem-se pelo diferente estilo artístico, nomeadamente no desenho dos rostos e na atitude dos personagens, e pela diversa representação da paisagem. Na capela de Estremoz há uma maior atenção ao desenho do fundo paisagístico: um lugar tranquilo, que parece recuperar o *locus amenus* da paisagem renascentista, com prados suaves cortados por renques de árvores e pequenos montes recortando-se contra o céu onde bandos de pássaros volteiam entre nuvens⁸. Já no painel de Monforte, a paisagem quase se dilui na distância, não deixando contudo de se poder ver um alto monte, onde se ergue uma fortaleza, e um vale onde mal se divisa uma igreja isolada de outros edifícios. Esta paisagem, embora difusa, permite identificar o rio Tejo e a cidade de Santarém onde ainda hoje as muralhas da Porta do Sol se sobrepõem aos edifícios erguidos na margem do rio.

Mas o que diferencia sobretudo os dois painéis resulta da diferente função a que se destinavam ao serem colocados em dois espaços distintos: uma capela régia, no Castelo de Estremoz e uma igreja conventual, aberta a um largo público de devotos, no Mosteiro de Monforte.

Assim, no painel de Estremoz, a rainha D. Isabel embora envergando o hábito franciscano ostenta sobre o véu branco a coroa real, emblema do seu estatuto régio, deste modo se sublinhando a sua condição de rainha. Já no painel de Monforte D. Isabel veste o mesmo hábito franciscano mas sem a coroa real. A dimensão religiosa e sobrenatural é simbolizada, neste painel, pelos raios de luz que descem do céu como sinal de proteção divina. Iluminada, por esta luz celestial, a rainha D. Isabel, de mãos erguidas em sinal de veneração, inclina-se sobre a urna de cristal onde repousa Santa Iria, representada muito jovem, de olhos fechados e mãos cruzadas sobre o peito. Ao contrário do painel de Estremoz, onde não é dado ao espectador ver o corpo da virgem mártir, o painel de Monforte convida os fieis e devotos a participar no acto devocional de contemplação de tão preciosa relíquia. Desta forma a imagem desempenha a função catequética que lhe é conferida na doutrinação pós-tridentina e que influenciou a renovação da igreja de Monforte onde, como vimos, na primeira metade do século XVIII teve lugar uma grande campanha de obras que veio a culminar no grandioso programa iconográfico de que este painel é um dos mais belos elementos.

Este magnífico património, tantos anos esquecido e em risco de se perder, é hoje oferecido à contemplação dos visitantes que podem apreciar o novo Museu MON-

⁸ Note-se que na Capela de Estremoz um segundo painel de azulejo, onde é representado o milagre da criança salva das águas, se caracteriza por um realismo descritivo, o cenário permite reconhecer a cidade de Santarém, à semelhança do que se verifica no painel de Monforte.

O Museu Monforte Sacro, um caso exemplar de recuperação do Património Cultural

FORTE SACRO que constitui, sem qual quer dúvida, uma referência no panorama monumental do Alto Alentejo.



Vista geral do Museu MONFORTE SACRO, na malha urbana da Vila de Monforte.
Foto: Câmara Municipal de Monforte.

Referências bibliográficas

- AA VV, CIDRAES, Maria de Lourdes (Coord.), José Meco, Paula Morgado, Vitor Serrão e J.I. Militão Silva, *Imagens da Rainha Santa Isabel na Arte Portuguesa: O Painéis de Azulejo da Igreja do Antigo Convento do Bom Jesus de Monforte*, CLEPUL, Lisboa, 2022.
- ANDRADE, Maria Filomena. *Rainha Santa, mãe exemplar, Isabel de Aragão*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2012.
- BRANDÃO, Frei Francisco, *Monarchia Lusitana, VI Parte, Cap. 44, 482-484, e Relaçam da vida da gloriosa Santa Isabel Rainha de Portugal [...] (Apendice)*, 495-534, Of. João da Costa Lisboa, 1672.
- CIDRAES, Maria de Lourdes, *Memórias de Isabel de Aragão – Os painéis da Capela da Rainha Santa do Castelo de Estremoz*, *Callipolle – Revista de Cultura*, n.º 13, Câmara Municipal de Vila Viçosa, Vila Viçosa, 2005.
- CIDRAES, Maria de Lourdes, *Os Painéis da Rainha (Capela da Rainha Santa Isabel do Castelo de Estremoz)*, Ed. Colibri / Câmara Municipal de Estremoz Lisboa, 2005.

Maria de Lourdes Cidraes

- KEIL, L., *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Portalegre*, ANBA – Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943.
- LACERDA, D. Fernando Correia de (1680), *Vida, Morte, Milagres, Canonização e Transladação de Santa Isabel, sexta rainha de Portugal*, Imprensa da Universidade, Coimbra. 2.^a ed. 1868.
- MECO, José, Autoria dos azulejos do Convento do Bom Jesus de Monforte, in *Imagens da Rainha Santa Isabel na Arte Portuguesa: O Painéis de Azulejo da Igreja do Antigo Convento do Bom Jesus de Monforte*, CLEPUL, Lisboa, 2022.
- MECO, José, *Os Painéis da Rainha (Capela da Rainha Santa Isabel do Castelo de Estremoz)*, Ed. Colibri / Câmara Municipal de Estremoz, Lisboa, 2005.
- NUNES, José Joaquim, Vida e Milagres de Dona Isabel, Rainha de Portugal. Texto do século XIV restituído à sua presumível forma, *Boletim da Classe de Letras*, vol. XIII, 1293-1384, Academia das Ciências, Lisboa, 1921.
- SERRÃO, Vitor, *O fresco maneirista do Paço de Vila Viçosa, Parnaso dos Duques de Bragança, 1540-1630*, Fundação da Casa de Bragança, Vila Viçosa, 2007.
- VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de, *Dona Isabel de Aragão (a Rainha Santa)*, 2 vols., Fac-simile da ed. de 1891-1894, Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993.

Mártires do Japão

Padre João Caniço*

Falamos aqui, sob a designação de “Mártires do Japão”, de um grupo de 205 mártires, que deram a vida pela fê, entre 1617 e 1632, um período de 15 anos da terrível perseguição movida por Hidetada Iemitsu, em Nagasáqui e em Tóquio. Este grupo de mártires foi beatificado por Pio IX, a 7 de Junho de 1867. No Martirólogo Romano, é conhecido com o nome de “Beato Carlos Spínola e Companheiros Mártires no Japão”, com a sua comemoração festiva a 8 de Junho.

Notemos, no entanto, que a grande perseguição ao cristianismo no Japão foi movida desde 1614 até à década de 1860, durante cerca de 250 anos (dois séculos e meio).

Mas, quando se fala de Mártires do Japão, em geral, está-se a fazer referência a vários grupos de cristãos que foram martirizados no Japão, devido à sua fê, sendo o mais conhecido o grupo dos **26 Mártires do Japão**, crucificados em Nagasaki em 1597 e já canonizados. Além deste, outros grupos notáveis incluem numerosos mártires do século XVII e XIX, que totalizam alguns milhares de pessoas, entre muitos leigos e sacerdotes que morreram na perseguição de todo o tempo do Xogunado.

O **primeiro grupo de Mártires do Japão** é constituído por 26 cristãos – entre missionários e leigos – crucificados em Nagasaki, a 5 de fevereiro de 1597, sob as ordens de Toyotomi Hideyoshi, o unificador do Japão. O grupo incluía missionários jesuítas, franciscanos e leigos da Ordem Terceira de São Francisco. Este martírio, que envolveu torturas várias e a crucificação, foi um ato de fê que muito inspirou e edificou os milhares de presentes. Entre as figuras históricas, destacam-se Paulo Miki (primeiro sacerdote jesuíta japonês), Diogo Kisai e Filipe de Jesus, mais conhecidos pela sua liderança e pelo testemunho de fê. Foram canonizados pelo Papa Pio IX, em 8 de junho de 1862.

* S. J., vice-postulador da Causa de Canonização dos Mártires do Japão

Há outros grupos de Mártires que envolvem centenas de cristãos em que se incluem os 205 mártires beatificados em 1867, que foram vítimas de perseguições entre 1617 e 1632 em Nagasáqui e Tóquio, e que são conhecidos como “Beato Carlos Spínola e Companheiros Mártires” – o grupo a que nos referimos aqui mais em particular.

Os “nossos” Mártires do Japão

O segundo grupo de mártires, beatificado em 1867, consta de 205 mártires, 166 cristãos leigos (quase todos japoneses) e 39 sacerdotes. De entre estes, 13 são jesuítas (sendo cinco portugueses), 12 são dominicanos, oito franciscanos, cinco agostinhos (entre eles o português Vicente Carvalho ou Vicente de Santo António, de Albufeira, queimado vivo em Nagasáki, a 3 de Setembro de 1632), e um sacerdote diocesano japonês.

Para a canonização destes Beatos Mártires do Japão, é condição essencial e necessária que o seu culto seja reconhecido entre o povo cristão, pelo menos em regiões com eles relacionados. Esse culto desenvolve-se através da oração pessoal e da devoção pessoal e comunitária, através da promoção de novenas, de celebrações comunitárias festivas, da veneração pública das suas imagens, da atribuição dos seus nomes como padroeiros em instituições públicas ou privadas (escolas, casas religiosas, centros de juventude ou de convívio, etc.), grupos de evangelização ou de promoção missionária, etc. ... E será melhor ainda, embora não obrigatório, se, por seu intermédio, Deus manifestar a sua intercessão com um milagre autêntico.

Os mártires portugueses

Dos treze jesuítas, cinco são portugueses, a quem a Santa Sé concedeu celebração própria como Memória Facultativa (MF), para a Companhia de Jesus:

1. **João Baptista Machado**, sacerdote, natural de Angra do Heroísmo (Sé, 1582), estudou em Coimbra e em Lisboa, pedindo muito para ser enviado a evangelizar o Japão, onde milhares de cristãos eram perseguidos. Foi degolado em Omura, a 22 de Maio de 1617. É padroeiro da diocese de Angra, com festa a 22 de maio: Solenidade na Diocese de Angra e Memória Facultativa na Companhia de Jesus.
2. **Ambrósio Fernandes**, nascido em 1551, no lugar de Xisto, Guifões (Mato-sinhos), diocese do Porto. Foi soldado na Índia e mercador no Japão, onde entrou na Companhia de Jesus, como Irmão Leigo, em 1579. De grande ajuda social e missionária, pela sua longa experiência profissional e de relações humanas, foi sujeito a maus tratos na cadeia de Omura, falecendo em Suzuta, a 7 de Janeiro de 1620. A sua Festa é a 8 de junho: Memória na diocese do Porto e MF na Companhia de Jesus.

3. **Francisco Pacheco**, sacerdote, de Ponte de Lima. Era Superior Provincial dos Jesuítas no Japão quando foi martirizado, queimado vivo, em Nagasáki, a 20 de Junho de 1626. Tinha já sido Provincial, antes de ter sido expulso com outros missionários, em 1614, regressando meses depois, disfarçado de mercador. Em 1621, era de novo Provincial, dele se dizendo que era amigo de seguir os pareceres de outros, de tratar todos como iguais e não como súbditos, sendo muito apreciado e louvado também pelos japoneses. Por isso, os próprios chefes e bonzos, presentes no seu martírio, homenagearam a atitude destes mártires e a espiritualidade da religião cristã. A sua Festa é a 20 de junho: Memória na diocese de Viana do Castelo e MF na Companhia de Jesus.
4. **Diogo de Carvalho**, sacerdote, natural de Coimbra (1578). Sendo aluno do Colégio de Jesus (atual Sé Nova e Museu de História Natural), entrou na Companhia de Jesus, vindo a terminar os estudos de Teologia em Macau. Em 1609, era já missionário (clandestino) no Japão, numa região mineira e longínqua. Depois de 15 anos de presença missionária e generosa evangelização, umas pegadas na neve denunciaram a sua presença, tendo sido preso com mais dez cristãos. Condenados à morte, foram submetidos ao tormento da água gelada, falecendo em Xendai, a 22 de fevereiro de 1624. A sua Festa é a 7 de julho: Memória na diocese de Coimbra e MF na Companhia de Jesus.
5. **Miguel de Carvalho**, sacerdote, de Braga, teve uma cuidada preparação intelectual desde a meninice, quer em Braga quer em Goa, em cujo Colégio foi também distinto professor. Entrou no Japão, disfarçado de militar, exercendo assim em segredo o seu sacerdócio, sobretudo em confissões e explicação da fé cristã. Ansiava pelo martírio, encarando o sacrifício e a morte como etapas necessárias para alcançar a glória de Deus. Foi martirizado no fogo, em Omura, a 25 de agosto de 1624, com um grupo de cristãos, perante a admiração e o espanto dos próprios bonzos, elogiando o seu comportamento e a grandeza da Lei de Cristo. A sua festa é a 25 de agosto: Memória na arquidiocese de Braga e MF na Companhia de Jesus.
6. **Domingos Jorge e Vicente Carvalho** – A estes cinco beatos mártires jesuítas, acrescentamos nós – por solidariedade patriótica – o beato **Domingos Jorge**, cristão leigo, natural de Vermoim da Maia (Porto), queimado vivo em Nagasáki, a 18 de Novembro de 1619, e o beato **Vicente Carvalho** ou **Vicente de Santo António**, natural de Albufeira, Algarve, religioso agostinho, também queimado vivo em Nagasáki, a 3 de setembro de 1632. Ambos são venerados nas terras de nascimento, por iniciativa das paróquias locais, onde são bem reconhecidos pelas comunidades cristãs, onde são venerados através das suas imagens e onde a devoção particular se junta às novenas comunitárias e às festas anuais, celebradas com notória devoção pública e privada.

Notícias

O Diário de José Maria Trindade (Vila Viçosa, 1884 -1929)

Joaquim Saial*

Este é um daqueles presentes que raras vezes recebemos na vida, saborosíssimo material escrito, longos anos escondido do olhar público, ainda por cima alusivo a Vila Viçosa, entre 1884 e 1929. Por outro lado, prova de confiança de quem no-lo entregou para o transformarmos em material publicável, o nosso amigo e patricio dr. José Manuel Martins, descendente próximo do autor do diário – bem como do seu parente e seguidor (1947-1950). Trata-se de obra crucial para a história local, espécie de continuação do trabalho do Padre Joaquim José da Rocha Espanca (obviamente, salvaguardadas as devidas distâncias de sapiência e meticulosidade deste com José Maria Trindade, agricultor e comerciante, que com ele coexistiu durante 12 anos). Na verdade, muitos factos importantes ou curiosos do longo desenrolar da vida calipolense se teriam perdido na noite dos tempos, se este homem que apenas tinha uma tardia instrução primária não os tivesse registado manualmente nos seus livros de folhas pautadas com uma persistência de cronista encartado. Muito atento aos nascimentos e mortes e pequenos e grandes acontecimentos da sua terra e freguesias rurais da mesma, José Maria deixou-nos um repositório de memórias gerais e pessoais que nos ajudam a compreender o final do viver do século XIX e das primeiras décadas do XX da terra ducal.

Tarefas diversificadas como escrita regular mensal em jornais e revistas de Portugal e Cabo Verde, publicação de um livro, preparação de outros, apresentação de livros de colegas, palestras e demais empresas de âmbito cultural têm atrasado o trabalho deste diário que agora entrou finalmente em fase de conclusão – para a qual também não tem contribuído a afinal expectável suma dificuldade de esclarecimento de muitas das entradas com notas ao texto.

Oferta aos leitores de Callipole, o presente escrito, ainda muito incompleto – diríamos mesmo, em bruto – é espécie de aperitivo (desta feita, apenas de 1884 a 1900) daquilo que já está concretizado e terá termo em breve, em forma de livro.

* (transcrição, organização e notas).



Encontro entre José Manuel Martins e Joaquim Saial a 6 de Março de 2020, na Biblioteca da Casa do Alentejo, Lisboa, onde pela primeira vez foi abordada a possibilidade de se efectuar a transcrição e posterior publicação deste diário. O trabalho efectivo começou em Setembro de 2023, após a digitalização do volume¹. Foto de Anya Belova².

1884

19.4.1884 – Faleceu o Matos da Alfândega³.

1885

Janeiro⁴

Agosto

18 – Faleceu o Pe. Moita.

30 – Não houve feira.

Outubro

05 – Faleceu o Pe. Canário⁵.

¹ Necessária, porque facilitadora de troca de impressões sobre pontos mais obscuros do documento.

² Foto fortuita desta fotógrafa russa residente em Lisboa que estava a fotografar a instituição alentejana e que gentilmente no-la enviou depois.

³ Grafado como “Afandegá”.

⁴ Apesar de estar indicado o mês de Janeiro, não existem registos no mesmo.

⁵ Ver entrada de 22.09.1891. (**COMPLETAR**)

1886⁶

1887

00

00 – É colocada a gradaria no Jardim da Lapa⁷.

Maio

23 – Chegada da princesa⁸.

Junho

17 – Grande trovoadas. Andou o Camões pelas ruas pedindo para uma missa à meia-noite. Metia horror. Ficou memória⁹!

Julho

24 – Tomou posse o Pe. Joaquim Espanca¹⁰, da freguesia de S. Bartolomeu desta vila.

30 – Casou a Sr.^a Ana Ribeiro com o Sr. Dr. César de Matos.

Agosto

13 – Marchou o João B. para o Porto (alienado).

19 – Houve fogo no zambujeiro que estava à esquina do lado do Carrascal.

Outubro

16 – Nasceu a Maria.

– Faleceu a mulher do Inácio Silveira.

Dezembro

13 – Faleceu o António da Silva, filho do Sebastião da praça.

⁶ Não surgem entradas para o ano de 1886.

⁷ Trata-se da gradaria que delimita a igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Milagres (mais conhecida por Senhora da Lapa), restantes instalações (hospedaria dos peregrinos e casas do capelão e do eremita) e jardim, da estrada que lhe passa em frente. Para além do ano, não é indicado dia ou mês para este acontecimento.

⁸ Era a princesa D. Amélia, que casara com o príncipe D. Carlos em 22.05.1886 e partira de França para Portugal a 18. Estava, portanto, a futura rainha há um ano exacto em Portugal, quando se deu esta viagem a Vila Viçosa.

⁹ Por cima da última linha deste texto, a lápis e depois reforçado em parte a tinta azul, escreve-se: “Há cinco anos que não há procissão de S. Jorge (a expressão que identificamos como “S. Jorge” oferece dúvidas de leitura).

¹⁰ Joaquim José da Rocha Espanca (Vila Viçosa, 1839 – Vila Viçosa, 1896). Sacerdote católico, historiador, arqueólogo, compositor musical e agricultor, prestigiado em todas estas actividades, a ele se deve parte significativa do conhecimento histórico da sua terra. Antepassado da poetisa Florbela Espanca.

1888

Janeiro

00¹¹ – Este ano foi arborizada a Praça pela primeira vez com austrálias¹², sendo assentes 20 bancos de pés de ferro fundido.

Fevereiro

02 – Grande nevão, foi a dança dirigida por Alberto Quintino laranjeira ao palácio¹³.
12 – Domingo Gordo.

Março

04 – Bênção da bandeira nova da Misericórdia.
03¹⁴
14 – Explosão de aguardente na estila¹⁵.
18 – Nasceu o Mariano Mata¹⁶.

Outubro

29 – Faz hoje seis anos que faleceu o padre das Ciladas¹⁷.
28¹⁸ (sic) – Faleceu a Carolina, mulher do Mariano Lérias.

Novembro

08 – Casou a Luísa Poucochinha¹⁹ com o José Navarro.

Dezembro

13 – Faleceu o Sr. Tomé de Sousa.

¹¹ Doravante, quando não for indicado mês ou dia, a referência será esta: 00.

¹² A palavra que parece ser “austrálias” lê-se mal. Contudo, há de facto uma espécie arbórea que encontramos em Portugal e se pode ver por exemplo nos jardins da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, designada como “Acácia-Austrália” (*acacia melanoxylon*), de folha persistente e copa densa que pode chegar aos 15 metros de altura. É possível que seja a esta árvore que JMT se refere.

¹³ Frase enigmática, sem problemas de leitura, transcrita tal qual. Se a palavra “laranjeira” surgesse escrita com maiúscula seria segundo apelido de Alberto Quintino.

¹⁴ A seguir ao acontecimento anterior (4 de Março) surge este, com data de 3, mas riscado. Percebe-se, no entanto, que se refere a alguém que fez oito anos a 3 de Abril e volta a palavra “ensaaiador” que vimos no início deste livro, também a nascer a 03.04.1880. Ambas as notas estão obviamente relacionadas. Fica a ideia de que JMT queria colocar o texto em Abril e o escreveu em Março e que ao dar pelo erro terá riscado a frase.

¹⁵ Palavra muito utilizada no Alentejo, para designar um local onde se fabrica aguardente. JMT não refere a localização da mesma ou se seria sua.

¹⁶ Frase escrita a lápis.

¹⁷ Freguesia de Vila Viçosa.

¹⁸ Escrito com tinta de cor turquesa, em espaço que havia entre a nota anterior e a seguinte. É decerto de outra mão, dado que os “F” são diferentes: 29 – Faz; 28 – Faleceu.

¹⁹ Poucochinha (no texto, palavra iniciada por minúscula) é possivelmente alcunha.

1889

Janeiro

05 – Faleceu minha prima Josefa.

Fevereiro²⁰

Março

03 – Domingo Gordo.

16 – Faleceu o José Navarro, filho da Joaquina dos Chibos.

Abril

12 – Faleceu o Dr. Rivara²¹.

21 – Domingo de Páscoa.

Junho

21 – Faleceu a D. Maria Carolina.

29 – Grandes festejos ao S. Pedro na Corredoura²².

Julho

13 – Fiz exame elementar²³ primário, ficando aprovado. **(COMPLETAR)**

24 – Casamento de Francisco Abreu com a filha do José Bicudo.

Setembro

02 – Baptizou-se o Manuel Navarro (filho da Luiza).

12 – Casamento do Agostinho Nunes com a filha do Sande²⁴.

28 – Explosão de aguardente outra vez²⁵.

Outubro

19 – Faleceu D. Luís, pai de D. Carlos.

24 – Faleceu o Joaquim Fusco.

26 – Funeral do Rei.

Novembro

19 – Exéquias por D. Luís²⁶.

²⁰ Este mês não é referido.

²¹ No texto, a ordem surge ao contrário. JMT deve ter sabido da morte do Dr. Rivara algum tempo depois de este ter falecido e inseriu a notícia onde havia espaço. **(COMPLETAR)**

²² **(COMPLETAR)**

²³ Riscou “de instrução”.

²⁴ **(COMPLETAR)**

²⁵ Ver 14.03.1888.

²⁶ JMT não refere onde se realizaram estas exéquias, sendo possível que se refira a Vila Viçosa.

Joaquim Saial

Dezembro

21 – Faleceu minha tia Francisca.

1890

Janeiro

15 – Primeiro dia que fomos à lição de música a casa do Pe. Sereno²⁷.

Fevereiro

16 – Domingo Gordo.

Abril

06 – Domingo de festa. Acabou-se o bacelo no Ferrolho²⁸.

Mai

11 – Grande iluminação no Terreiro do Paço e fogo de artifício, na presença de Suas Majestades.

Julho

16 – Faleceu o Filipe Francisco Ferreira (vulgo “o Tendeiro” ou “Padeiro”).

Outubro

19 – Veio a Comarca para Vila Viçosa²⁹.

Dezembro

20 (sábado) – 1.º dia que fomos cantar.

²⁷ O Pe. José Nunes Sereno, último capelão da Capela Real, doou duas dezenas de partituras, manuscritos de obras de autores portugueses da segunda metade do século XVIII e primeira metade do XIX, hoje no Arquivo Musical do Paço Ducal de Viça Viçosa. Ver CRANMER, David – *O património musical de Vila Viçosa: o arquivo musical do Paço Ducal e a actividade musical*, Estudos Históricos, Vol. III, ed. Câmara Municipal de Vila Viçosa, Março.2020, pp. 186.

²⁸ Vinha de JMT, como se verá mais tarde.

²⁹ Esta questão da comarca de Vila Viçosa, com intervenção cívica do Pe. Espanca e da Câmara Municipal da sua terra, foi tratada em SAIAL, Joaquim – *Achegas à biografia dos padres calipolenses irmãos Rocha Espanca, António Joaquim e Joaquim José, com desenvolvimento de alguns assuntos em que o segundo interveio ou referiu*, revista de cultura Callipole, n.º 28, 2022, pág. 131.

1891

Março³⁰

8 – Março de 1891³¹. Inauguração do Asilo Luísa Soeiro³². As primeiras meninas que entraram foram Eugénia do Paul, Joana Rabilona, mulher do Guilherme Baião³³, [e] uma irmã da viúva do Silva Faleiro. Creio que todas estão vivas. em (sic) Março de 1949³⁴.

Abril

Maiο

05 – Dia em que roubaram o capote.

Junho

17 – Dia em que apareceu o capote na vila do Cano³⁵.

Setembro

22 – Dia em que se vendeu vinho, na casa onde habitou o Pe. Canário³⁶.

Outubro

26 – Faleceu o João da Defesa.

28 – Faleceu a mulher do Mariano Lérias³⁷.

Novembro

05 – Faleceu o filho do Sande

Janeiro [sic]

08 – Chegou a Escola Prática de Cavalaria³⁸.

³⁰ Texto escrito rasurado, de impossível leitura. Percebe-se (mal) apenas “Fevereiro de”. O texto é escrito com outra letra, a tinta azul.

³¹ Toda a frase (sic). 1991, a tinta, com o primeiro 9 emendado para 8, a lápis.

³² Luísa da Conceição Soeiro, que foi casada com o agricultor Francisco António Cravo, falecido em 11.04.1880. Ver ESPANCA, Pe. Joaquim José da Rocha – Memórias de Vila Viçosa, Vol. 31, pp. 85-86, Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa, Outubro.1986.

³³ Note-se que esta entrada é escrita com as ditas meninas já adultas.

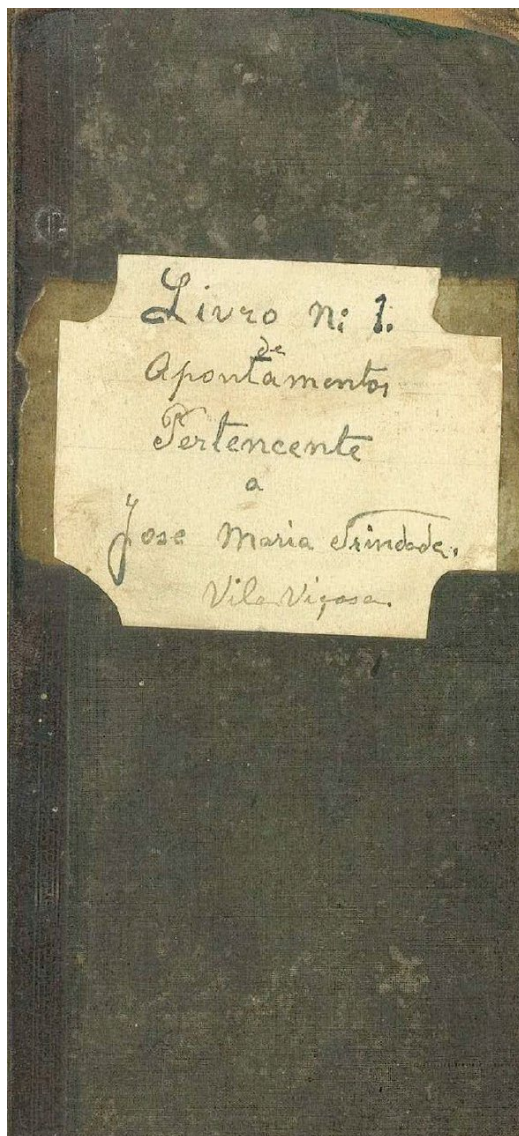
³⁴ “em Março de 1949” a lápis, data em que terá sido rasurado o texto e feita a emenda.

³⁵ Nesta altura, Cano era freguesia, depois de ter sido vila de 1512 a 1836. É freguesia do município de Sousel.

³⁶ Ver entrada de 05.10.1885.

³⁷ Esta entrada está riscada a tinta preta e no final está a lápis a data de 1888. Com efeito, a seguir à entrada de 29 de Outubro de 1888, está uma de 28 (sic), com este texto, aparentemente escrito por outra mão.

³⁸ Esta entrada, escrita a tinta azul, aparentemente por JMT, surge fora de ordem. (COMPLETAR)



1892

Fevereiro

- 05 – Faleceu a mulher do José Manuel Cágado.
- Faleceu o Inácio da Silveira.
- 27 – Inauguração do novo Teatro Calypolense.

Março

- 29 – Faleceu o filho do José Martins galego [sic], com 26 anos.

Maio

26 – É instalada no convento de Santa Cruz a Sociedade Artística Calipolense, ficando isenta de pagar renda de casa³⁹.

Agosto

13 – Faleceu o Manhoso.

15 – Faz hoje 18 anos que faleceu a minha mãe⁴⁰.

Outubro

23 – Foi o Miguel para o ofício, para casa do Francisco Lopes.

1893

Fevereiro

12 – Domingo Gordo.

14 – Faleceu o Inácio da Silveira⁴¹.

Abril

02 – Domingo de festa.

Maio

03 – Caiu uma faísca na chaminé da casa que é hoje do Inácio Bicudo⁴².

Outubro

06 – Casou o José da Silva.

1894

Janeiro

27 – Tomou posse da freguesia matriz, o Pe. António Espanca⁴³.

³⁹ (COMPLETAR)

⁴⁰ Provável esquecimento originou esta desordenação de datas. 18 está escrito a lápis, sobre 50, a tinta.

⁴¹ (COMPLETAR)

⁴² Inácio da Conceição Rosa. (COMPLETAR)

⁴³ Pe. António Joaquim da Rocha Espanca. Ver SAIAL, Joaquim – *Achegas à biografia dos padres calipolenses irmãos Rocha Espanca, António Joaquim e Joaquim José, com desenvolvimento de alguns assuntos em que o segundo interveio ou referiu*, revista de cultura Callipole, n.º 28, 2022, pág. 131.

Joaquim Saial

Fevereiro

04 – Domingo Gordo

02 [sic] – Fez 21 anos que faleceu meu pai⁴⁴.

14 – Faleceu o Pe. Caetano e nasceu o Alfredo Santos⁴⁵.

Março

22 – Houve exposição⁴⁶ na Esperança⁴⁷, sem haver missa.

25 – Domingo de festa.

Abril

18 – Faleceu a D. Rosália⁴⁸.

30 – Comprou o Antônio Carlos Silveira o convento dos Capuchos por 720:500 réis⁴⁹.

Agosto

13 – O Bento Broxado matou o Serafim Tabarra.

31 – Começou a estrada em frente da minha casa.

Dezembro

03 – Faleceu o Filipe Cunhal⁵⁰.

1895

No dia 5 deste mês casou o Joaquim Antônio Anão Jr.⁵¹

Janeiro

18 – Plantaram-se as árvores em frente da minha casa.

25 – Primeira audiência do Bento. Julgado em 25 anos⁵².

Fevereiro

24 – Domingo Gordo.

28 – Saíram os trabalhadores a pedir pelas ruas, devido à grande invernía.

⁴⁴ 21 escrito a lápis, por cima de 41 escrito a tinta

⁴⁵ “e nasceu o Alfredo Santos”, escrito a lápis, com letra diferente.

⁴⁶ (COMPLETAR)

⁴⁷ (COMPLETAR)

⁴⁸ No mesmo dia, escreve frase depois riscada a tinta: “O João Froes matou o filho do Justo Guerra”. Havemos de ver esta notícia a 7 de Abril de 1895.

⁴⁹ (COMPLETAR)

⁵⁰ (COMPLETAR) Mesmo nome de personalidade que há-de ser presidente da CMVV.

⁵¹ Esta frase surge escrita a lápis e com letra diferente, no topo da página 10 do manuscrito, em cuja primeira linha está “Janeiro de 1895”.

⁵² Trata-se do Bento Broxado referido na entrada de 13.08.1894. A frase “Julgado em 25 anos” está escrita a lápis, com letra diferente.

Março

- 11 – Não saiu a procissão de Paços⁵³.
- 17 – Bênção do cemitério novo.
- 19 – Saiu a procissão à noite para os Agostinhos, e enterrou-se nesse mesmo dia 19 a primeira pessoa no cemitério novo, sendo uma filha de Joaquim de Sant' Ana, serralheiro da Escola Prática de Cavalaria, chamada Maria, com 34 dias de idade.

Abril

- 02 – Faleceu o João latoeiro.
- 07 – Mataram o filho do Justo Guerra⁵⁴.
- 15 – Começou pela primeira vez o trabalho na praça de touros.

Maiο

- 10 – Faleceu o filho do Joaquim António. Chamava-se também António.
 - Neste ano efectuou-se a prisão do Gungunhana, em Chaimite⁵⁵.

Junho

- 12 – Foi Santo António para os Capuchos, em procissão, havendo no dia seguinte fogo e arraial. (foi conduzido por seis Antónios⁵⁶).
- 29 – Grandes festejos de S. Pedro, em frente da minha casa.
 - Missa nova, pelo Pe. Augusto Pereira⁵⁷.

Julho

- 16 – Foi suprimido o concelho de Borba e anexo ao de Vila Viçosa⁵⁸.
- 24 – Faleceu o filho do Miguel Azambuja.

Agosto

- 29 – Faleceu a irmã do Inácio Prado.

Novembro

- 09 – Segundo julgamento do Bento em cinco anos de prisão celular⁵⁹.

⁵³ (COMPLETAR)

⁵⁴ A notícia surgiu também antes, a 18 de Abril do ano anterior, mas ali foi riscada.

⁵⁵ Entrada não datada, no topo da pág. 11. A tomada da localidade moçambicana de Chaimite por Mouzinho de Albuquerque teve lugar a 28.12.1895. No final da página, entrada semelhante, riscada, a tinta, com difícil leitura de algumas palavras.

⁵⁶ Frase escrita a lápis.

⁵⁷ Data de 30, a tinta, emendada com 29 por cima, a lápis.

⁵⁸ Por decreto de 13.01.1898, o concelho de Borba foi restaurado.

⁵⁹ Ver entradas de 13.08.1894 e 25.01.1895.

Joaquim Saial

Dezembro

22⁶⁰ – Faleceu o António Luís Fusco.

1896

Fevereiro

16 – Domingo Gordo.

Março

06 – Começou o trabalho das prensas de madeira.

09⁶¹

24 – Faleceu o José de Sousa Figueiredo.

Abril

02 – Faleceu a mulher do dito José de Sousa Figueiredo.

05 – Domingo de festa.

11 – Faleceu a mulher do Cabral.

Junho

26 – Casamento da Luísa com João Maria de Almeida.

Agosto

16 – Fui a Setúbal.

22⁶²

29 – Faleceu o Francisco José Ponce Macias⁶³.

Setembro

21 – Faleceu o Vicente Galvão

– Faleceu o J. [sic] das Dores

Outubro

21 – Faleceu o Desidério Mata

Novembro

02 – Inauguração da lagareta.

– Andava-se acabando o cano da Rua de Três⁶⁴.

⁶⁰ Devido a um risco por cima da data, que a torna indecifrável, esta tanto pode ser 22 como 29.

⁶¹ Só o dia escrito a lápis. Houve uma entrada, escrita a lápis, que foi apagada.

⁶² Entrada riscada, percebendo-se que se tratava do falecimento de Valentim Ovelha que só falecerá em 22.08.1898, como veremos.

⁶³ Natural de Vila Viçosa (**COMPLETAR**)

⁶⁴ Rua de Três ou de Trás, actual Rua Dr. Gomes Jardim.

O Diário de José Maria Trindade (Vila Viçosa, 1884-1929)

26 – Faleceu o Pe. Joaquim Espanca⁶⁵.

Dezembro

22 – Faleceu o António Luís Fusco.

1897

Fevereiro

00 – Plantação da estacaria à Nora.

28 – Domingo Gordo.

Abril

18 – Domingo de festa.

Julho

01 – Faleceu o Eugénio Tarana

11 – Faleceu a mulher do dito.

12 – Crisma nos Agostinhos, por D. Augusto Eduardo Nunes.

Agosto

13 – Faleceu o José da Botica⁶⁶.

15 – Faleceu o filho do Joaquim Mateus.

Outubro

10 – Foi ao ar um balão saindo da praça de touros.

30 – Fui trabalhar para o Alandroal com o Joaquim Balão e o Palma.

Novembro

18 – Faleceu o Francisco Figueiredo.

Dezembro

07 – Casou a prima Joaquina com o Calça e Pina, de Sousel.

1898

Janeiro

01 – Faleceu a mãe do António Nabuco.

30 – Nasceu Jerónimo Rosa⁶⁷.

⁶⁵ (COMPLETAR)

⁶⁶ Desconhecemos se neste caso “Botica” se refere a farmácia, e é alcunha, ou se é mesmo apelido.

⁶⁷ Entrada escrita a lápis.

Joaquim Saial

Fevereiro

03 – Faleceu a tia Henriqueta.

17 – Faleceu o tio Simão (quinta-feira de comadres⁶⁸).

Abril

10 – Domingo de festa.

18 – Foi o João para o ofício, para casa do Inácio⁶⁹.

Julho

22 – Faleceu o Agostinho Nunes.

Agosto

22 – Faleceu o Valentim Ovelha

– Abrição do cano do Rossio⁷⁰.

Novembro

11 – Dia em que tirei o n.º 9⁷¹.

1899

Janeiro

01 – Faleceu o Joaquim Paracana.

16 – Faleceu o Paiva.

21 – Baptizou-se o Raul, filho do Inácio Bicudo⁷².

Fevereiro

12 – Domingo Gordo.

Abril

02 – Domingo de festa.

10 – Sepultou-se o velho Monteiro.

– Trasladaram-se os ossos do Dr. Rivara e mulher para [a igreja de] Nossa Senhora [da Conceição].

– Foi lançado à água o cruzador D. Amélia⁷³.

24 – Faleceu o Francisco Alfaiate⁷⁴.

⁶⁸ Divertimento que antecede as festas carnavalescas propriamente ditas.

⁶⁹ Para Inácio, existe um apelido, ilegível.

⁷⁰ Grafada como “Rocio”, a palavra está numa frase escrita a lápis. Completa, seria “Abrição do Canal do Rocio, na [palavra ilegível], do Cabral”.

⁷¹ Provavelmente na Lotaria Nacional.

⁷² Ver entrada de 03.05.1893.

⁷³ O nome completo do cruzador era “Rainha D. Amélia”. Após a alteração do regime, em 05.10.1910, foi renomeado como “República”. **(COMPLETAR)**

⁷⁴ Mais uma vez, desconhecemos se “Alfaiate” será apelido ou designativo de profissão. Porém o padre Espanca refere algumas pessoas em Vila Viçosa com esse apelido.

Maio

29 – D. Carlos I estreia o camarote real na praça de touros.

Agosto

22 – Faleceu o Ernesto Simões.

Outubro

03 – Faleceu o Manuel Cabeças.

Dezembro

16 – Faleceu a irmã do Pe. Sereno.

21 – Faleceu a mulher do Curado.

1900

Janeiro

04 – Faleceu a viúva⁷⁵ do Francisco Ribeiro⁷⁶.

21 – Primeira barraca de cavalinhos no Rossio, pertencente ao Cardinali⁷⁷.

Fevereiro

06 – Faleceu o José Palma.

27 – Domingo Gordo.

Março

23 – Foi o [...] ⁷⁸ de fonte do... para a cadeia. Esteve lá três dias.

31 – Faleceu o João Ribeiro.

Abril

15 – Domingo de festa.

Maio

09 – Entregou o Eduardo P. ao André Á. a quantia de 8.438\$000 réis, cuja quantia ele encontrou numa papeleira que o dito Á. lhe dera a consertar (mas que ninguém o sabia, se ele o não descobrisse). Com as bebedeiras, por fim, foi preso e ficou tanto ele como a família na miséria, como dantes.

⁷⁵ Palavra “Mulher” riscada a lápis, com outra letra, e por cima a palavra “viúva”.

⁷⁶ No final da frase, em letra de tamanho menor, a palavra “Pai”.

⁷⁷ Palavra grafada como “Cardinal”. Apelido de família famosa, longamente ligada à actividade circense.

⁷⁸ Palavra ilegível, embora não totalmente rasurada.

Joaquim Saial

Junho

01 – Tourada nocturna, nos Capuchos.

Agosto

15 – Faleceu o coxo Tarrifa.

29 – Faleceu o Figueiredo da botica.

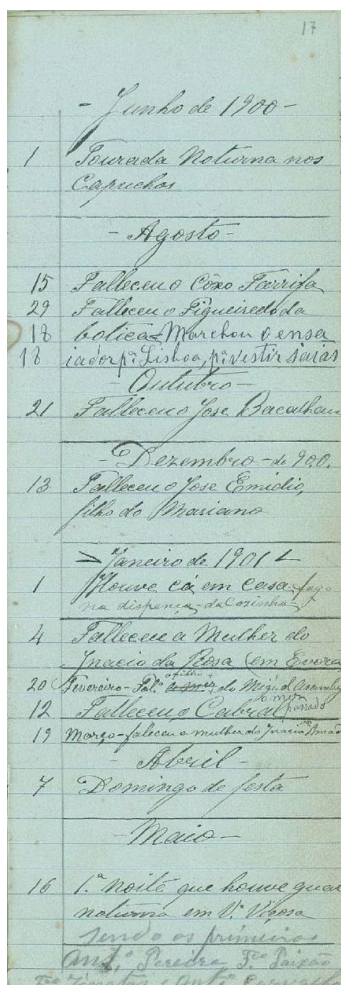
18⁷⁹ – Marchou o ensaiador para Lisboa, para vestir saias.

Outubro

21 – Faleceu o José Bacalhau.

Dezembro

13 – Faleceu o José Emídio, filho do Mariano.



⁷⁹ Entrada fora de ordem, decerto por lembrança posterior.

Memória

Vila Viçosa de há cerca de 100 Anos, nas páginas do *Álbum Alentejano**

Nota explicativa

Não é hábito da *Callipole* publicar trabalhos sem autoria definida – ou muito variada e até algo diluída, como neste caso. Porém, o interesse do presente conjunto de textos para Vila Viçosa, a sua antiguidade quase centenária e a dificuldade em o encontrar com facilidade ditaram esta decisão que, estamos certos, vai de encontro ao interesse dos leitores da revista.

O *Álbum Alentejano* foi uma singular criação do jornalista e escritor bejense Pedro Muralha¹, pai do poeta e também escritor Sidónio Muralha. Publicado em fascículos, consta de quatro volumes, dedicado o primeiro ao distrito de Beja, o seguinte ao de Évora, o terceiro ao de Portalegre e ainda um último alusivo ao Baixo Alentejo.

É problemática a data inicial de publicação atribuída em bibliotecas consultadas, definida nelas entre 1931 e 1932, e a de finalização por volta de 1937. Acontece que no primeiro número do semanário *A Vida Agrícola* (11 de Setembro de 1934), dirigido por Pedro Muralha, este informava que o terceiro volume do *Álbum Alentejano* estava quase pronto: “Estão-se a imprimir os últimos concelhos do distrito de Portalegre, 3.º tomo que deve ficar com maior número de páginas que os outros dois distritos já publicados.” De modo que o de Évora seria anterior a esta data. Acontece que em demanda de dados sobre o padre [José] Lopes Manso, que

* Artigo transcrito do *Álbum Alentejano*.

¹ António Pedro Muralha (Beja, 28.5.1878 – Lisboa, 3.3.1946). Com obra vasta e variada, esta incidiu sobretudo na elaboração de monografias sobre diversas localidades de Portugal e dos seus territórios ultramarinos. Colaborou em jornais como *O Século*, *Diário de Notícias* e *A Capital*. Fundou ou foi director de outros títulos da imprensa, como *A Vanguarda*, *O Socialista*, *A Semana em Lisboa*, o *Jornal Meio-Dia*, *Vida Alentejana*, *Portugal Maior* e *Raça*. Acresce à sua biografia, ter estado ligado ao antigo Partido Socialista Português e ao sindicalismo.

exerceu o seu múnus em Vila Viçosa e que, como veremos, colaborou largamente com Pedro Muralha na parte referente à vila ducal, demos com a sua morte noticiada no jornal brasileiro *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, de 12 de Outubro de 1933². Daí que possamos provisoriamente ir ainda mais para trás no tempo e datar o volume onde Vila Viçosa consta, deste ano de 1933 ou até de 1932.

O financiamento para obra tão vasta e complexa era carregado através das câmaras municipais e dos comerciantes e industriais (e gente endinheirada) dos concelhos visitados que colocavam anúncios nos blocos respectivos. Em Vila Viçosa, por exemplo, conseguiu Pedro Muralha 49 anúncios, sendo um deles, o de maior dimensão, colocado pela Câmara Municipal que propagandeava as feiras de Janeiro, Maio e Agosto e as Festas dos Capuchos. E sabemos como era feito esse financiamento, pelo remoque de Muralha à Câmara Municipal do Alandroal, cujo concelho beneficiava apenas de uma página, enquanto a secção dedicada a Vila Viçosa conseguia 23... Eis a explicação dada pelo jornalista: “Deve estranhar muita gente este concelho, o primeiro, infelizmente para nós, que figura no 2.º tomo do *Álbum Alentejano* vir tão reduzido de elementos, comparando-o com outros concelhos não menos inferiores em categoria. Devemos dizer que estas simples notas que publicamos sobre o Alandroal se devem a alguns filhos ilustres daquele concelho que não quiseram que ele deixasse de figurar no *Álbum Alentejano*, ainda que resumidamente. A culpa desta contrariedade não foi nossa. Quando estivemos na região do Alandroal escreveu-se ao sr. Presidente da Câmara expondo-lhe o assunto que nos levou a percorrer todo o Alentejo. O sr. José Belo respondeu-nos com a seguinte carta: ‘Alandroal, 18 de Agosto de 1932 – Exm.º Senhor Pedro Muralha (...), As Câmaras, perante a situação económica que as atinge, estão inibidas de desviar verbas para fins, embora úteis, diferentes daqueles que se relacionam com a crise que vai até ao desemprego. Nestes termos, não posso levar a Câmara para uma despesa incomportável com os seus recursos, os quais humanamente têm de ser empregados na representação da crise. Todavia, querendo aceitar qualquer referência ao meu concelho e satisfazer V. Ex.^a, era favor dizer qual a verba precisa para o fim que V. Ex.^a tem em vista (...).’ Respondemos ao sr. José Belo que outras Câmaras, também falhas de recursos financeiros, não tinham deixado de cooperar nesta obra sem dispêndio, visto que haviam apelado para o comércio, indústria e para todos os filhos ricos desses concelhos. Mas... nunca mais tivemos notícias do Alandroal.”

Os artigos sobre Vila Viçosa foram distribuídos pelo organizador da obra, pelo escritor e jornalista Albino Lapa³, pelo engenheiro Leopoldo Portas⁴ e pelo Padre

² A notícia, com o título “Fallecimento de um escriptor portuguez”, era veiculada de Lisboa, do dia anterior, através da United Press: “Faleceu em Villa Viçosa o escriptor portuguez padre Lopes Manso”.

³ (Vila Viçosa, 1898-Lisboa, 1968) Possui longa e diversificada obra, expostas em jornais, revistas e livros. No próximo número de *Callipole* será divulgado curioso conjunto de cartas e postais ilustrados, reveladores da sua passagem por Espanha e por África.

⁴ Leopoldo Barreiro Portas (Lisboa, 1898-Vila Viçosa, 1989). Licenciado em Engenharia de Minas e Engenharia Química Industrial, foi administrador de várias empresas. Fixou-se em Vila

Lopes Manso. Lapa, que se assina como jornalista e director editorial da revista *Ribalta*, escreve sobre Públia Hortênsia de Castro, humanista e poliglota renascentista calipolense. O eng. Portas apresenta um artigo técnico de excepcional interesse para a história da extracção de mármore na região. O Padre Manso⁵ é autor de outros oito trabalhos: “A linda e histórica pátria dos Duques de Bragança – Generalidades, aspectos e anotações”, “Origem da Sereníssima Casa de Bragança – Estabelecimento do seu solar – Série cronológica dos seus 28 duques⁶”, “A padroeira de Portugal”, “A Tapada Real – Factos que se ligam à sua história”, “Uma grande figura calipolense” (sobre o médico Dr. João do Couto Jardim), “Descrição popular e pitoresca de Vila Viçosa”, “Uma notável poetisa alentejana⁷” e “A vila da Virgem” (poema em 18 quintilhas). De Pedro Muralha são os textos alusivos ao Padre Manso e ao tenor calipolense José Rosa.

A publicidade, numa desejável história do comércio e indústria de Vila Viçosa, que já tem vasto repositório nos programas das Festas dos Capuchos, recolhe aqui mais três páginas, também elas de elevado proveito. Muitos dos nomes de lojas e oficinas e seus proprietários aqui inseridos, ou ainda existem ou estão bem vivos na memória dos calipolenses. Dentre eles, o autor destas linhas destaca um dos que conheceu, o comerciante sr. José Abelha Godinho. O anúncio fala da sua Loja Popular, especializada em mercearias, louças e vidros, papelaria, chá, café e tabacos, mas na Rua dos Fidalgos. Porém, nos últimos anos 50 do século XX o estabelecimento situava-se na esquina da Rua Câmara Pestana com a Av. Eng. Duarte Pacheco (hoje de Bento de Jesus Caraça), oposta à do Grémio Agrícola (hoje Banco Santander). Passou depois para a mão do comerciante sr. Manuel Inácio e na actua-

Viçosa, onde exerceu a vice-presidência e presidência da Câmara Municipal e desempenhou outras actividades de vulto. A sua biografia completa pode ser vista em https://pt.wikipedia.org/wiki/Leopoldo_Barreiro_Portas

⁵ O Padre Lopes Manso era beirão (naturalidade por enquanto desconhecida), mas esteve em Vila Viçosa mais de uma dúzia de anos. Muito activo culturalmente, escrevia poesia e foi um dos impulsionadores de pelo menos umas festas dos Capuchos, como se pode observar em artigo do jornal *O Alentejo*, de 27 de Agosto de 1921. Sabemos através do “Diário de José Maria Trindade”, do qual revelamos alguns excertos neste número da *Callipole*, que em 16 de janeiro de 1919, ainda antes de ser pároco da matriz, fez eloquente elogio fúnebre do presidente Sidónio Pais (assassinado em Lisboa) na igreja do Mosteiro de Santo Agostinho. A 10 de Junho desse mesmo ano chegou a Vila Viçosa, para tomar posse do cargo de prior da freguesia matriz a 6 de Agosto. A 27, em Te Deum na igreja de Nossa Senhora da Conceição, agradeceu a paz resultante do fim da Grande Guerra e o regresso dos calipolenses que combateram na mesma. Encontramos outro longo poema seu, “Pátria portuguesa” na *Revista Portuguesa* (Vila Viçosa, Janeiro.1923), de que foi co-director, juntamente com José Emídio Amaro e outro, póstumo, no jornal *Notícias do Montijo*, de 1 de Abril de 1934, “Jesus”. Morreria em Outubro de 1933, como antes referimos, pouco após a publicação do *Álbum Alentejano*, ao qual deu importante apoio.

⁶ O texto surge na pág. 476 e não na 479, como por gralha se pode ler na pág. 519, onde Pedro Muralha enumera a lista dos cooperadores do *Álbum Alentejano*.

⁷ Salientamos a inesperada simpatia do clérigo para com a figura de Florbela Espanca e a sua obra, numa altura em que a poetisa não era muito estimada em algum meio religioso, pelo teor da sua obra e por via dos seus três casamentos e dois divórcios.

Vila Viçosa de há cerca de 100 Anos, nas páginas do *Álbum Alentejano*

lidade é uma das filiais da óptica Portas de Santo António. Registe-se ainda a curiosidade do nome *avant-garde* de Centro Comercial, de Frederico António Paes, de fazendas, moda, camisaria e chapelaria da então Rua Miguel Bombarda – que já fora Corredoura e foi depois de Oliveira Salazar, fugazmente de José António Patuleia e que hoje honra Florbela Espanca.

Joaquim Saial

CONCELHO DE VILA VIÇOSA

A linda e histórica Pátria dos Duques de Bragança

Generalidades, aspetos e anotações

Se o Álbum Alentejano que vai inserir em duas páginas regionalistas, um documentário resumido sobre a Linda e Histórica Pátria dos Duques de Bragança, não se fala desta célebre corte com o desenvolvimento que a sua categoria e os seus predicados pediam, é porque o espaço concedido a cada concelho, obedece a certas limitações que não se podem ignorar. Aliás, Vila Viçosa daria assunto abundante, não só para uma dúzia de crónicas, mas para cinquenta ou sessenta artigos, bem variados, sugestivos e interessantes. Porque a Terra Ducal tem um passado assombroso, tão espiritualizado, tão notabilíssimo que a sua mística, a sua ideologia, a sua interpretação é um verdadeiro compêndio de história portuguesa.

A província do Alentejo, a maior do nosso país, que em si, congrega as tão regionalistas e sugestivas apelidações de “terra do Sol”, “Rincão dos Grandes Latifúndios” ou “Celeiro de Portugal”, conta em seu âmbito geográfico, vilas e cidades de real valor, elevado brilho, categoria e importância social, histórica, artística e monumental.

Entre as vilas alentejanas, há uma que prima pelos seus predicados e quilates naturais e seculares: Vila Viçosa.

Quais os atributos, privilégios e primazias que distinguem e esmaltam a formosa Terra Ducal? Muitos são, e todos de relevo inconfundível e acentuado carácter nobilitante.

Vila Viçosa é, na vida portuguesa, a fonte fecunda e centenária da Tradição Nacional. O seu brilhante passado histórico, desde que surgiu, com D. Nuno Álvares Pereira, o grandioso Ducado de Bragança, está íntima e estruturalmente ligado e integrado nos vínculos tradicionais do Solo, da Grei e da Raça, e é uma das inspirações e um dos fortes elos latentes na alma da nossa Pátria. Por tal facto a Terra Calipolense foi sempre o torrão estremecido dos Grandes Senhores Ducais, merecendo que eles, no intuito e na soberba aspiração de engradecerem, elevarem e nobilitarem Vila Viçosa, pensassem, um dia, no âmago dos remotos séculos, conceder-lhe a categoria de «cidade», dotando-a, simultaneamente, com a suprema distinção cultural de uma «universidade», completa no seu género e segundo as exigências do tempo.

Estes factos sensacionais passaram-se no decorrer do século XVI, e há crónicas monásticas e documentos coevos que atestam a veracidade da magnanimidade e



O Pelourinho

munificência ducal, pelo que concerne à elevação de Vila Viçosa a «cidade universitária».

A inconstância desses tempos conflituosos, entraves diplomáticos, lutas guerreiras, eis os naturais impedimentos emergentes, que impediram o Solar Brigantino de se erguer à situação elevada de burgo citadino e universitário.

Possuía Vila Viçosa monumentos sacros, civis e militares de grande merecimento, imponência e ancestralidade, entre os quais há verdadeiras jóias artísticas e arquitetónicas.

Os mármore da região calipolense, seletos, policrómicos, finíssimos e de grande variedade são, atualmente já, apreciadíssimos em todo o mundo civilizado, sendo uma riqueza local e um património nacional. A grande extração e irradiação que as lindas cantarias calipolenses têm em Portugal e no estrangeiro, cimentaram, em bases indestrutíveis, a supremacia que as faz admiradas e louvadas.

Os campos, veigas e vales arrabaldinos da Pátria dos Duques de Bragança, são telas de magia e bucolismo, panoramas surpreendentes da beleza agrária e de arborização encantadora. Os variados aspetos de todo o seu alfoz, prendem pela suavidade das ondulações da gleba regional, pelo risonho do quadro global, pelas alternativas de vales e colinas, chãs e vertentes, hortejos e cerrados, quintas e casais, em que predominam as tonalidades nostálgicas e saudosistas dos longes desafogados e das paisagens melancólicas da planície alentejana.

As memórias históricas, os monumentos de antanho, os padrões, cruzeiros, inscrições lapidadas, ermidas, conventos, cemitérios, paróquias, matizam, nobilitam e realçam o aro campestre calipolense, e são veneráveis e inapagáveis documentos da interessantíssima história do nobilíssimo passado da fidalga Corte Ducal.

Os seus três Paços Realengos – o da Tapada, o do Castelo e o do Reguengo – são provas autênticas de uma dinastia de Grandes Senhores, de Duques Soberbos e de Reis Fidelíssimos que em Vila Viçosa nasceram, brilharam e dominaram outorgando ao seu Solar de que eram donatários o mais alto relevo social, a maior magnitude de sumptuosidade e fidalguia, e o maior brilhantismo regional e principesco.

Pedras que falam, cantam, evocam e sugestionam – os três Paços Ducais Calipolenses, transportam o nosso pensamento, coração, alma e sensibilidade a esses tempos heróicos das eras fortes, leais, grandiosas e épicas, em que vemos passar, como num caleidoscópio, as lutas homéricas em prol da independência pátria, os feitos assombrosos dos Nossos Maiores, as navegações e descobrimentos da Raça e todas as virtudes cívicas, religiosas e morais do velho Portugal.

Tudo isso nós vemos, sentimos. Lemos e entendemos, percorrendo, examinando, decifrando, nas três Residências Senhoriais, motivos arquitetónicos, símbolos e emblemas heráldicos, pinturas e frescos murais, armaduras mediélicas, painéis e retábulos, telas e quadros, tapetes artísticos e panos de Arrás, mobiliário de valor, tombos, arquivos, livrarias, panóplias, museus e Casas de Armas. Entrar, pois, dentro dos palácios, dos templos, das Casas Armoriadas, das ermidas e santuários da Callipole Romana, de Vila Viçosa, é receber impressões inesquecíveis, lições de arte e de estética, de gosto e de beleza; é sentir no mais recôndito do nosso coração, no âmago da nossa alma deslumbrada, a sugestão suave e bendita de um

banho lustral de luar, de sonho, de luz, de estesia, de emoção comovida e encantamento espiritualizado.

Perlustrar o Castelo Calipolense, a antiquíssima almedina e contemplar em seu pristino recinto, o venerando santuário da Imaculada; ler e sentir o significado arquitetónico de suas portas, fossos, baluartes, barbacãs, revelins e torres, e pontes levadiças: auscultar, analisar, considerar com veneração e respeito, o alto escopo e finalidade das ameias, seteiras, matacões, guaritas, sineiras e poternas, é ver surgir das vastas ruínas uma explosão de sentimento pátrio, tendo a ilusão simultânea de ouvir o ruído de armas e pelouros, as sortidas e os assaltos, os assédios e as traições, como holocausto e renúncia de vida, ofertadas à defesa do solar e da pátria idolatrada.

O nosso povo, com a intuição mediúnica, que o caracteriza, é felicíssimo nos ditames de suas sínteses conceptivas, nas suas apreciações sociais ou coletivas, nos seus juízos e apodos. Por isso, quando nós dizemos – «Vox pôpuli, vox Dei», exprimimos uma sentença, um conceito de luminosa verdade.

Pois o Povo das Regiões dos Mármore, por excelência, concretiza a sua admiração, respeito e homenagem pelos Duques de Bragança com a prolação desta ideia sintética – *O Estado de Bragança*.

E não há dúvida que quem conhecer a história da Corte Ducal, do Estado de Bragança, desde D. João I até hoje, compreenderá que tão privilegiadas e seculares distinções se apresentam como um grande Estado dentro da Nação. Tempo houve em que os Duques de Bragança eram mais ricos, mais poderosos, mais opulentos e magníficos que os próprios Reis de Portugal. Punham em pé de guerra milícias guerreiras mais numerosas do que as do país. Tempo houve em que os Duques Bragantinos, como verdadeiros Senhores Feudais, dispunham da vida e dos haveres de cem mil vassallos e de quase toda a feudalagem do Alentejo Central.

Mas, também, diga-se em sua honra e louvor, com espírito de justiça e gratidão que os Grandes Senhores Ducais eram espíritos magnânimos, almas grandes, pessoas beneficentes, de quem todas as classes sociais dos seus domínios receberam favores, proteção e valimento. Crentes, profundamente católicos, despendiam largas somas e auxílios em ermidas, igrejas, santuários, templos, hospitais, albergarias e gafarias. Das suas benemerências de toda a ordem falam a tradição, os monumentos e as crónicas do tempo. As misericórdias, os albergues, a miséria, a mendicidade, tiveram sempre na Sereníssima Casa de Bragança a proteção carinhosa e desvelada, o óbolo, a esmola, o socorro, pronto acessível e condocido.

Há atos de filantropia, altruísmo e caridade na biografia dos Duques de Bragança, passados com servos humildes e populares indigentes, que são poemas de bondade e cânticos de bem-fazer.

Muitos factos e ações, praticados pelos Duques e Duquesas, quando de encontros fortuitos com pobres mateiros rurais e jornaleiros, dentro das suas imensas propriedades, são exemplos chocantes de humildade cristã e espírito evangélico. Se, ainda hoje, nas pessoas dos últimos Senhores da Casa de Bragança, essas virtudes de benemerência se exemplificam constantemente!

Feliz é, pois, a terra que pôde ostentar, perante o mundo, pergaminhos e prerrogativas sociais, morais, históricas e tradicionais como Vila Viçosa.



Entrada para o Castelo

O forasteiro, o estranho que, pela primeira vez, visitar e percorrer o burgo tão ridente e fidalgo, receberá uma sensação de encanto e deslumbramento, se for dotado de aquelas qualidades que sobrepujam a análise e dão relevo ao senso estético e artístico.

Subir aos terraços da pristina Alcáçova, dentro do Castelo de Homenagem, ao Alto de São Bento, à cúspide da Serrinha, é sentir um verdadeiro êxtase, à vista do surpreendente quadro que, perante nós, se desenrola.

Como paisagem alentejana é uma autêntica maravilha. Para qualquer lado que incida o nosso olhar, o cenário rural, a tela panorâmica tem grandeza e majestade. Ao norte, nordeste e nascente, o Alto Alentejo e terras de Espanha, nimbando-se de miragens esfumadas, numa orla de luz velada ou brilhante, conforme a bora crepuscular ou a meridiana, em que o sol explende inteiramente.

Depois de Évora é Vila Viçosa o burgo alentejano mais belo, formoso e imponente, por qualquer aspeto que encaremos a «Vila da Virgem» aureolado pela graça e santidade da Padroeira Imaculada, e pela fama e retumbância que o Real Ducado e Estado de Bragança lhe outorgam. E se Vila Viçosa é grande pelos monumentos que contêm e pela história que a enobrece, presentemente tem progredido bastante, sob vários aspetos e em especial pelas suas indústrias, entre as quais avultam as grandes empresas de mármore que para a sua economia e renome são mina inesgotável.

A hospitalidade calipolense é verdadeiramente fidalga, pelo carinho, pela obsequiosidade, pela urbanidade e franco acolhimento.

Este predicado, aliado às belezas materiais, artísticas, panorâmicas e monumentais, tem o condão de cativar estranhos, em qualquer emergência, vista geral, mercado, feira, festa ou grande romaria.

Origem da Sereníssima Casa de Bragança

Estabelecimento do seu Solar – Série cronológica dos seus 28 Duques

Há quase seiscentos anos que a Sereníssima Casa e Estado de Bragança se fundou e estabeleceu em Vila Viçosa. Tal facto, tal acontecimento tem, na brilhante história do Alentejo e de Portugal, um lugar primacial, uma importância incalculável, uma retumbância mundial. O grande sucesso deu, às Regiões de Mármore, por excelência, uma aura de relevo social e prestígio histórico que as vicissitudes dos séculos não puderam eclipsar ou apagar.

Desde os recuados tempos da Idade Média até ao presente, os grandes Senhores e Donatários de Vila Viçosa, sempre manifestaram e exteriorizaram pela sua Corte Alentejana a mais decidida preferência, a maior dedicação e predileção, dispensando-lhe provas constantes e bem frisantes do seu carinho, simpatia e patrocínio regionalista. E tudo o que Vila Viçosa foi e é, em brilho social e histórico, em valor artístico e monumental, em grandeza e prestígio, à proteção e desvelo do Ducado de Bragança o deve.

Quando em 1640 os Sereníssimos Duques iniciaram a sua poderosa dinastia de reis brigantinos, passando a residir em Lisboa, o facto profundamente feriu a alma calipolense, pela desolada viuvez e ausência dos seus Excelsos Senhores e Donatários, reservando-lhe apenas, o destino das coisas, a consolação transitória de os verem, de os contemplarem, de vez em quando, nas suas rápidas visitas ao Real Solar, ou nas caçadas temporárias do seu Grande Couto.

Embora ausentes, os magnânimos Duques de Bragança jamais esqueceram, ao longo dos séculos, a sua egrégia Corte Calipolense, o seu ínclito e secular Solar, pois sempre mandaram cuidar, com solicitude, da condigna conservação e gerência dos seus Realengos Paços e Palácios, como dispensaram, a Vila Viçosa, aos seus habitantes e às suas Instituições de Beneficência, uma assistência contínua e protetora, e um eficaz socorro, cheio de piedade, bondade e generosidade. Por isso, nunca será de mais todo o respeito, saudade, homenagem e louvor que os calipolenses manifestem e dediquem aos seus Reais Donatários Altos Duques e Nobilíssimos Reis.

El-Rei D. João I, reconhecidíssimo ao grande Condestável D. Nuno Álvares Pereira pelos seus estupendos serviços que lhe prestara nas campanhas da Independência, contra Espanha, doou-lhe muitos senhorios de terras, que davam a D. Nuno grossas rendas; como o genial guerreiro só tinha uma filha, D. Beatriz Pereira, sua feliz e privilegiada herdeira, veio esta a ser a noiva mais rica e apetecida de toda a nação.



Fachada do Paço Ducal

Tendo D. João I um filho bastardo, havido, quando era Mestre de Avis, de uma donzela de Veiros do Alentejo – Inês Pires – filha do proprietário Pêro Esteves, por alcunha o «Barbadão» lembrou-se de propor ao seu grande amigo D. Nuno o casamento do seu bastardo com a filha do Condestável. Este aceitou a sugestão, convido no enlace dos noivos, com a prévia condição de El-Rei D. João I legitimar o seu filho, o que realizou em 1401.

Celebrou-se o casamento em Lisboa, a 8 de Novembro de 1401, contando o noivo 30 anos.

D. Nuno Álvares Pereira, dotou liberalmente sua filha, e cedeu, a favor do genro, o condado de Barcelos. O rei, por sua parte, também largamente apoiou o filho, que muito amava e os dois monarcas, seus sucessores, D. Duarte e D. Afonso V, igualmente o encheram de mercês, o que muito elevou a sua grandeza e poderio.

Acontecendo falecer, em 1442, D. Duarte de Eça, senhor de Bragança, passou o senhorio desta povoação para o conde de Barcelos D. Afonso, a seu rogo e pedido, fazendo-lhe nesta conjuntura, D. Pedro, regente do reino, em nome de D. Afonso V, mercê do título de Duque de Bragança.

Foi esta a origem histórica da *Sereníssima Casa e Estado de Bragança*. Do casamento do primeiro Duque de Bragança com D. Beatriz Pereira, nasceram os seguintes filhos:

- D. Afonso, conde de Ourém e Marquês de Valença.
- D. Fernando, conde de Arraiolos.
- D. Isabel, que casou com o seu tio, o infante D. João e, em segundas núpcias, D. João II, rei de Castela.

Quando D. Nuno Álvares Pereira resolveu vestir o hábito de donato e acolher-se no Convento do Carmo em Lisboa, que ele fundara, distribuiu pelos netos, os bens e senhorios que ainda tinha, por meio de escritura lavrada em Borba, em 4 de Abril de 1442.

Além de muitas terras, coube ao neto de Frei Nuno, D. Fernando, Vila Viçosa.

Ora D. Fernando, pouco depois de ser elevado a Donatário de Vila Viçosa, escolheu-a para sua residência preferida, indo habitar o Paço do Castelo de Homena-

gem, onde vinha descansar repousadamente, ao regressar das suas campanhas africanas.

Foi neste Paço que ele fez o seu testamento e recebeu o El-Rei D. Afonso V, o generoso prémio dos seus serviços guerreiros – o *apetecido título de Marquês de Vila Viçosa*.



D. João I

Decorridos cinco anos de Vila Viçosa ter sido elevado a categoria de Marquês, faleceu D. Afonso, conde de Ourém e Marquês de Valença, primogénito do Duque de Bragança D. Afonso, e em 1461, morre no Castelo de Chaves, o velho Duque, sucedendo-lhe no título o filho D. Fernando, como segundo Duque de Bragança.

Apesar, porém de ter sido exaltado e elevado a tão alta dignidade, D. Fernando I, não esquece a sua predileta e viçosa terra, continua a viver nela, em o Paço do Castelo de Homenagem e é desta forma que definitivamente se estabelece, na feliz e alentejana Vila Viçosa, o *Real Solar da Sereníssima Casa e Estado de Bragança*.

Eis a derivação cronológica dos Duques, com indicação de seus títulos de nobreza e outras circunstâncias.

D. Afonso, conde de Barcelos e 1.º Duque de Bragança, era filho de El-Rei D. João I e de Inês Pires. Nasceu no Castelo de Veiros do Alentejo em 1370 e morreu no Castelo de Chaves em 1461, jazendo em rico mausoléu na Igreja de São Francisco da mesma povoação.

D. Fernando I, conde de Arraiolos, 1.º Marquês de Vila Viçosa e 2.º Duque de Bragança, era filho do 1.º Duque de Bragança D. Afonso e D. Beatriz Pereira. Nasceu em Chaves em 1403 e faleceu no paço do Castelo de Homenagem, em Vila Viçosa, em 1478, e jaz na Igreja do Convento dos Agostinhos, Panteão dos Duques de Bragança.

D. Fernando II, 1.º Duque de Guimarães, 2.º marquês de Vila Viçosa e 3.º Duque de Bragança, era filho de D. Fernando I e da Duquesa D. Joana de castro. Nasceu

Vila Viçosa de há cerca de 100 Anos, nas páginas do *Álbum Alentejano*

em 1430 e foi decapitado em Évora, em 20 de junho de 1483. Jaz no Panteão de Vila Viçosa.

D. Jaime, 3.º Marquês de Vila Viçosa, 4.º Duque de Bragança e 2.º de Guimarães, filho do Duque D. Fernando II e da Duquesa D. Isabel, nasceu no Paço do Castelo de Homenagem em 1478 e morreu em 1532, jazendo no Panteão da Casa de Bragança.

D. Teodósio I, 4.º Marquês de Vila Viçosa, 5.º Duque de Bragança e 3.º de Guimarães.

Duquesa D. Leonor, nasceu em 1504 e faleceu em 1563.

Está sepultada no Panteão dos Agostinhos, da Sereníssima Casa Bragantina.

D. João I, 5.º Marquês de Vila Viçosa, 6.º Duque de Bragança, 1.º de Barcelos. Filho do Duque D. Teodósio I e da Duquesa D. Isabel, nasceu em 1546 e faleceu em 1583. Em 1562, foi-lhe conferido o título de Duque de Barcelos. Está sepultado no panteão dos Agostinhos.

D. Teodósio II, 6.º marquês de Vila Viçosa, 7.º Duque de Bragança e 2.º de Barcelos. Filho do Duque D. João I e da Duquesa D. Catarina, nasceu em 1568 e morreu em 1630. Jaz no Panteão dos Duques.

D. João II, 7.º marquês de Vila Viçosa, 8.º Duque de Bragança e 3.º de Barcelos. Filho do Duque D. Teodósio II e da Duquesa D. Ana de Velasco e Giron, nasceu em 1604 e morreu em 1656. Foi aclamado Rei de Portugal com o nome de D. João IV, na gloriosa data de 1 de Dezembro de 1640. Está sepultado no Panteão de São Vicente.

Este Rei e 8.º Duque de Bragança decretou que os herdeiros presuntivos da Coroa Real Portuguesa tivessem o título de Duque de Bragança, filho de El-Rei D. João IV, nasceu em 1634 e morreu em 1653, não chegando a reinar. Está sepultado no Mosteiro de Belém (D. Teodósio III).



D. Manuel II, último Duque de Bragança quando Infante



D. Nuno Álvares Pereira

Vila Viçosa de há cerca de 100 Anos, nas páginas do *Álbum Alentejano*

- O 10.º Duque de Bragança foi El-Rei D. Afonso VI.
O 11.º El-Rei D. Pedro II.
O 12.º e o 13.º foram os filhos de D. Pedro II, que faleceram crianças. Foram a Infanta D. Isabel Josefa e o infante D. João.
O 14.º foi El-Rei D. João V.
O 15.º e 16.º foram a Infanta D. Maria Bárbara e o infante D. Pedro, respetivamente, filhos de D. João V.
O 17.º foi El-Rei D. José.
O 18.º, a Rainha D. Maria I.
O 19.º o príncipe D. José II, filho de D. Maria I
O 20.º foi el Rei D. João VI.
O 21.º foi El-Rei D. Pedro IV e o 22.º El-Rei D. Miguel, filhos de D. João VI.
O 23.º a Rainha D. Maria II, filha de D. Pedro IV.
O 24.º El-Rei D. Pedro V
O 25.º El-Rei D. Luiz
O 26.º El-Rei D. Carlos
O 27.º D. Luís Filipe.
O 28.º Duque de Bragança e 27.º Marquês de Vila Viçosa foi o malogrado e saudoso Rei D. Manuel II, falecido em Inglaterra, inesperadamente, em julho de 1932.

Vila Viçosa Março 1933

CENSO DA POPULAÇÃO

4 de Dezembro de 1930

Freguesias	Fogos	Varões	Fêmeas	Total
Bencatel (S. ^a Ana)	449	940	942	1882
Pardais (S. ^a Catarina)	167	350	316	666
São Romão e Ciladas	430	919	852	1771
Vila Viçosa (Conceição)	598	1176	1093	2269
Vila Viçosa (São Bartolomeu)	556	904	1168	2072
	2.200	4287	4371	8.660

A PADROEIRA DE PORTUGAL

Quebradas as algemas com que a Espanha nos subjugava, viram os portugueses que a libertação da nacionalidade, se era um feito prodigioso dos que prepararam a conjura da revolução de 1640, não menos certo era terem intervindo nesse memorando facto, auxílios que não tinham filiação humana.

Fora tamanha a empresa, tão fulminante o golpe, tão decisivo o assalto dos conjurados que, necessariamente, um poder sobrenatural favorecera Portugal, em conjura tão melindrosa para a sua existência de nação autónoma, depois de sessenta anos de escravidão política e económica.

Então não recordou e avivou a circunstância impressionante de as tropas portuguesas, na batalha de Montes-Claros, gritarem pelo auxílio e socorro de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Concorde todos os corações das Regiões dos Mármorez neste facto maravilhoso, se a veneração pela Imaculada Conceição da Pátria dos Duques de Bragança era muita, tornou-se desde então dominadora, absorvente, cheia de encanto e poesia.

Outro facto extraordinário em que os lusitanos viram a milagrosa influência da Padroeira de Portugal, foi o que sucedeu ao dia 16 de Junho de 1665 quando o governador do castelo calipolense, Cristóvão de Brito, ao ser intimado a entregar a fortaleza pelo general marquês de Ceracena, por ser estarem os sitiados no último aperto e já sem água por se dessedentarem, respondeu, confiado na protecção da Virgem Santíssima, que, se havia perdido o abastecimento do poço do Concelho, tinha ainda na cidadela uma grande cisterna de boa água, e, por tal motivo, não se rendia nem entregava o castelo. Tal resposta e decisão deu-lhe animo e valor para sustentar a sua atitude briosa, até que, no dia seguinte, a decisiva e memorável batalha de Montes-Claros, livrou os defensores da fortaleza calipolense do perigoso assédio em que se viam.

Nove dias depois da batalha de Aljubarrota, ganha aos castelhanos em 14 de Agosto de 1385. D. João I, para galardoar os valiosíssimos e heroicos serviços feitos à causa da Pátria pelo invicto Condestável D. Nuno Álvares Pereira, fez-lhe doação de diversas povoações, no número das quais se compreendia Vila Viçosa.

Investido na dignidade do senhor das honras e contas desta Vila, D. Nuno, como prova da sua fé ardente, da sua dedicação cristã e do seu amor elevado à Virgem Imaculada mandou edificar o templo consagrado a Santa Maria do Castelo, no âmbito da almedina calipolense, e ofertar no mesmo santuário a histórica Imagem de Nossa Senhora da Conceição que, felizmente, ainda hoje ali se venera.

A vetusta e venerada Imagem logrou, desde que D. Nuno a fez entronizar no novo templo, expondo-a à veneração dos fiéis, um tão vivo, constante, acendrado e comovido culto, que todas as classes sociais se lhe renderam pressurosas.

E, no decorrer dos tempos, factos célebres e culminantes na biografia e na história da milagrosa Imagem, envolveram-na de tantas prerrogativas, privilégios, primazias e distinções que, seguramente, não há em Portugal e em toda a cristandade, Imagem de tanta celebridade e categoria.

Para confirmarmos esta asserção perentória, vamos aduzir as provas concludentes.

Foi guerreiro e monge, herói e santo Condestável D. Nuno Álvares Pereira que, segundo uma tradição respeitável, a trouxe de Inglaterra, e ofertas aos portugueses e lhe erigiu condigno monumento religioso, para seu Solar, dentro da almedina calipolense e junto do antiquíssimo Paço do Castelo de Homenagem, a grande alcáçova, residência dos primeiros Duques de Bragança.



Igreja de Nossa Senhora da Conceição

Se D. Afonso Henriques colocou a nascente nacionalidade sob o patrocínio da Virgem de Caraval, o oitavo Duque de Bragança, ao subir ao trono português com o nome de D. João IV, quis logo dar um testemunho público e retumbante do seu reconhecimento à Mãe de Deus, pelo influxo da sua graça bendita em socorro da causa portuguesa, e pelos milagres de esforço e valentia com que brindou os soldados lusitanos na campanha da Independência que, sempre heroicamente, vieram a terminar com a máxima glória, na memorável batalha de Montes-Claros.

Em 25 de março de 1646, Festa da Anunciação de Nossa Senhora. D. João IV, depois de ter a sanção da autoridade eclesiástica, o assentimento dos três estados do Reino, e o consenso tácito do povo, jurava solenemente, em Capela do Paço da Ribeira, em Lisboa, reconhecer como Padroeira de Portugal, Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Este monarca, reconhecendo as mercês, graças e benefícios da liberal e poderosa Mãe de Deus, por intermédio da Virgem Imaculada, Nossa senhora da Conceição em ação de graças pela restauração do reino, declarou e fez jurar por decreto de 24 e carta régia de 25 de março de 1646, por Padroeira do Reino, a mesma Imaculada Virgem, determinando mais por carta régia de 1654 que este padroado se transmitisse à posteridade, em lápides colocadas em todas as cidades e vilas dos seus domínios.

A data memorável do padroado da Imaculada Conceição, as festividades realizadas revestiram carácter nacional e, para mais realçar o sucesso extraordinário, D. João IV mandou circular uma medalha de ouro e prata, tendo numa das faces, insculpida a imagem da Virgem.

Em sinal de tributo e vassalagem também D. João IV insistiu, pela mesma ocasião, feudo de 50 mil cruzados de oiro, inerentes à Santa Casa da Imaculada de Vila Viçosa, liberalidade bizarra que bem indica os sentimentos de gratidão e respeito do monarca para com a Mãe dos Homens.

El-rei D. João IV, reconhecendo a proteção eficaz da Padroeira do Reino, na libertação de Portugal do jugo francês, criou, por decreto de 6 março de 1818, dia da sua coroação, a Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

A insígnia da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa é constituída por uma estrela suspensa por uma fita azul com bordos brancos. A estrela tem nove bicos, de esmalte branco, riscado a ouro. Entre cada dois bicos da estrela estão colocadas nove pequenas estrelas, também esmaltadas. No centro da estrela, sobre um fundo de ouro fosco, vê-se a saudação angélica, gravada em ouro polido. A circunferência é constituída por uma orla de esmalte azul claro, sobre a qual está gravada a legenda Padroeira do Reino; servindo de remate à insígnia na sua parte superior, está a coroa real.

Os reis e as rainhas de Portugal, além do culto venerável que à Padroeira de Portugal sempre votaram fizeram-lhe valiosas ofertas de veste, alfaia e objetos artísticos.

Mas nem só a Família Real tem exteriorizado a sua excelsa devoção à Venerada Imagem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Muitos nobres, fidalgos e titulares têm tributado, à Divina Padroeira, as maiores homenagens. Exemplifiquemos.

Do Marquês de Marialva, no glorioso 17 de Junho de 1665 acompanhado de 10:000 portugueses, ajoelhou perante o altar da Virgem, traduzindo assim um agradecimento sincero pela vitória definitiva das armas lusitanas.

A Condessa de Alva, D. Constança Paim, esposa de D. João Digo de Ataíde, ofertou-lhe valiosas vestes e joias e o mesmo liberalmente fez a família ilustre dos Galvelas.

Muitas dádivas de grandes senhores poderíamos singularizar, aqui, se o espaço o comportasse; mas o que dissemos dá uma ideia elevada das ofertas, votos e promessas com que Nossa Senhora é distinguida.

Além de tudo que temos dito para provar a grandeza e sublimidade da Padroeira de Portugal, frisemos ainda o facto notável de a sua Veneranda Imaculada estar sempre no seu Camarim fechado, com porta de prata batida, e só pode sair de lá com licença do Prelado da diocese de Évora, e acompanhada processionalmente por um ou muitos bispos.

Toda a longa dinastia dos Duques de Bragança, além de essencialmente veneradores da excelsa Imagem da Imaculada Conceição, sempre foram beneméritos do seu culto, da sua indumentária e ornamentos, bem como da decoração e brilho do seu santuário.

Subsidiaram obras feitas na Igreja de Nossa Senhora, em várias épocas, e promoveram o esplendor de grandes solenidades efetuadas em honra da divina Padroeira de Portugal.

Tanto reis e rainhas como duque e duquesas fidalgos e titulares honravam-se em serem escravos de Nossa Senhora, pois se inscreviam como filhos da célebre Confraria dos escravos, dignando-se com essa atitude, dar testemunho público das suas crenças cristãs e da sua humildade sincera de católicos.

Para provarmos a importância e elevação dos privilégios com que foi honrosa a divina Padroeira de Portugal, vamos apontar as poucas vezes que a venerada e célebre Imagem da Imaculada Calipolense foi autorizada a sair do seu secular camarim, percorrendo processionalmente as ruas de Vila Viçosa.

Nossa senhora da Conceição saiu do seu histórico nicho: – Em 1570, para a Igreja de Santo António, onde esteve todo o tempo que duraram as obras da reedificação do seu santuário do qual a abobada abatera inteiramente.

Em 1643, para a mesma Igreja de Santo António, igualmente por motivo de obras no seu templo, as quais se prolongaram até agosto de 1645.

Em 14 de maio de 1633, para a Capela Real, a fim de se fazerem preces pelas melhoras do príncipe D. Teodósio.

Em 4 de novembro de 1753 para a mesma Capela Real, por ter caído a abóboda da Igreja do Castelo, em virtude da violência do terramoto de 1755.

Em 1792, também para a mesma Capela, com o objetivo de se fazerem preces públicas pelas melhoras de D. Maria I.

Em 1855, na procissão de gala, com que na Pátria do Duques de Bragança se comemorou a definição, por Pio IX, do Dogma da Imaculada Conceição.

Em 1905, a 15 de Agosto, um dos principais dias dos festejos com que Vila Viçosa comemorou o quinquagenário da referida definição dogmática da Virgem Imaculada.

Vamos resumir aqui uma série de lendas milagrosas que dão esmalte e sentido místico às virtudes, predicados e graças que formam a aura espiritual da excelsa Imagem Padroeira da Portugal.

Desde séculos que os crentes e devotos da Nossa Senhora da Conceição se preocupam com este curioso e milagroso problema: – Nossa Senhora é de carne, de pedra ou de madeira.

O santuário Mariano diz: – “Tão grande é o respeito e veneração com que todos tratam a Sagrada Imagem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, que parece ninguém se atrever a examinar nada do que a ela pertence.

Sem dúvida virá este respeitoso temor do que se refere sucedera a um bispo de Elvas que, vindo visitar Nossa Senhora; quisera, por curiosidade, saber de que matéria era constituída a Santa Imagem.

Para isso picara com um alfinete no pescoço, e imediatamente manara sangue e lhe saltara para o rosto, ficando cego”.

Diz Frei Agostinho de Santa Maria que a Imagem de Nossa Senhora da Conceição aparecera a D. nuno Álvares Pereira, nas praias do mar, acompanhada por dois anjos, e ele a recolhera e trouxera para Vila Viçosa.

Outra versão diz que fora encontrada na praia de Peniche, dentro de um caixão, com uma legenda escrita, onde se indicava que era destinada a receber culto no castelo da Terra Ducal.

Como no tempo de D. Fernando I, de quem D. Nuno foi coevo, os portugueses mantinham as melhores e contínuas relações, com a Inglaterra há a tradição de que a Venerada Imagem da Padroeira fora esculturada em Inglaterra e de lá trazida pelo Condestável para lhe dar culto dentro do Almodôvar calipolense onde lhe mandou erguer altar condigno.

A crença geral do povo é de que Nossa Senhora da Conceição é de carne, e que tem vestida, unida à carne, uma camisa de tecido especial, com esta legenda nas costas: Para o Castelo de Vila Viçosa. É tão alta a ideia de santidade e poder miraculoso que o povo atribui à Santíssima Imagem que não nos devemos admirar de toda a teia maravilhosa que a envolve.

Há uma outra lenda curiosa, relativa a Nossa Senhora da Conceição. Como D. Nuno, viveu nos Paços do Castelo de Homenagem, quando a trouxe de Inglaterra, deu-lhe culto na capela do mesmo Paço, que era no andar nobre. Mas, Nossa Senhora, de manhã, aparecia no lugar do Castelo, onde hoje se levanta o seu santuário. E tanta vez o facto se deu, que o Condestável se determinou a mandar erigir o atual templo.

É crença arraigada no povo das Regiões de Mármore que Nossa Senhora nos sábados, os dias do seu culto por excelência, vai banhar no mar; e, quando volta no seu camarim traz os vestidos molhados e com vestígios evidentes de areia fina.

Os fiéis sinceros e crentes veem fases diferentes no rosto da Santa Imagem, segundo as impressões trágicas ou alegres dos factos. Em certas ocasiões a senhora sorri me melgamente, prova da sua satisfação e alegria; noutras sua fisionomia mostra-se triste, chorosa.

O facto de Vila Viçosa não ser agitada por epidemias, descargas elétricas fatais, tempestades assoladoras, atribuem-no os devotos de Nossa Senhora ao seu patrocínio milagroso.

Por higiene, parece que, em tempos, se falara na transferência do cemitério calipolense do castelo para outro sítio, nos subúrbios de Vila Viçosa. Logo que tal constou, toda a população se mostrou pesarosa por esse desiderato dizendo que desejavam ser enterrados á sombra do templo da Imaculada, que os protegeria na outra vida e lhes daria a graça do seu auxílio.

Finalizaremos estas notas com a sucinta narrativa da milagrosa intervenção da Padroeira de Portugal, a favor dos soldados lusos, na espantosa batalha dos Montes-Claros.

Se todas as lendas e tradições maravilhosas atribuídas à Sagrada Imagem da Padroeira tem o cunho de uma epopeia mística e espiritual, a que vou expor é tão sugestiva tão comovidamente generosa, que insensivelmente, nos afloram as lágrimas dos olhos.

Eis a interessante lenda da extraordinária peleja.

– O início da batalha dos Montes Claros deu grandes vantagens aos espanhóis, que chegaram às nossas primeiras linhas e a ferir as segundas. A tradição diz que os favoráveis resultados obtidos pelos castelhanos, em princípio do prélio, deve atribuir-se à circunstância de o vento soprar contra o exército portu-

Vila Viçosa de há cerca de 100 Anos, nas páginas do *Álbum Alentejano*

guês, cujos soldados eram fustigados nos rostos por nuvens de pó e fumo contantes, obrigando-os a cerrar os olhos pelo ardor e perturbação que sentiam na vista.



Dr. Joaquim Maria Machado Faria

Célebre médico do século passado, tendo deixado o seu nome em muitas produções literárias principalmente em cousas de teatro. Foi muito amigo do Duque de Saldanha e de Sá da Bandeira.

Esta situação de inferioridade e de angústia, atribulando os portugueses e o seu notável comandante – o Marquês de Marialva – provocou um apelo grandioso, uma explosão de fé implorativa, e ouviu-se, nesse grave momento, um grito agónico, soltado pelos nossos soldados, pedindo, rogando, em altas vozes, a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, que lhes acudisse e os salvasse de uma derrota, ao mesmo tempo que o grande general fazia o voto solene de edificar uma ermida, naquele local, dedicada a Nossa Senhora da Vitória, voto que se efetivou e que com o Padrão histórico de Montes-Claros, constitui um documento real do triunfo do exército lusitano.

Instantaneamente apareceu Nossa Senhora da Conceição na forma de uma pomba branca, voando por cima das tropas portuguesas e foi buscar sobre o ombro de grande cabo-de-guerra.

Desde esse momento, a vitória inclinou-se para os nossos, e o desbarato das hostes castelhanas foi completo.

Os mármore de Vila Viçosa

Por Leopoldo Barreiros Portas (Engenheiro)



Engenheiro Leopoldo Barreiros Portas

São bem conhecidas as riquezas minerais do Alentejo. Se as do subsolo são variadas e valiosíssimas, as do solo representam igualmente um valor enorme e muito importante, porquanto, nesta conta, se devem ter os mármore que tanto abundam neste distrito, dando origem ao desenvolvimento de um dos ramos mais valiosos das indústrias calipolenses.

Nesta lentilha arcaica, com cerca de 40km de extensão que, tendo origem nas proximidades de Vila Viçosa e estendendo-se para noroeste, passa por Borba e Estremoz, chegando até próximo de Sousel, encontram-se, entre os calcários, camadas cristalinas, constituindo um mármore que, pelas suas múltiplas qualidades, tem sido apreciadíssimo, desde tempos recuados.

Eletricamente, a região de Vila Viçosa e Estremoz foi objeto de grandes explorações, como provam varia factos.

Moedas de bronze do tempo dominação romana e mesmo pré-romana, assim como algumas ferramentas, encontradas nessas escavações, são vestígios evidentes de tais trabalhos, sem dúvida, facilmente explicáveis, tendo-se em conta certas construções antiquíssimas, como o Templo de Diana, em Évora, e o do Deus Endovélico, entre Terena e o Alandroal.

Tais explorações, mais ou menos intermitentes, conforme as épocas, que tomavam maior incremento, quando os grandes monumentos assim o exigiam, sobretudo a seguir ao renovador período de Renascença, declinam e caem depois, até que os opulentos solares a construir ou faziam reviver, transformaram-se, na atualidade, em indústrias que vão acompanhando todas as inovações que a técnica moderna aconselha.

E se de facto assim sucede, e se a indústria de exploração marmorária veio assentar os seus arraiais, de preferência no Concelho de Vila Viçosa, é porque encontrou nos seus mármore uma matéria-prima superior e abundante, que bem pode classificar-se de primeira qualidade, quer pela sua resistência, atestada por monumentos e construções que, após séculos, conservam sua primitiva elegância, delicadeza de linhas, solidez e estabilidade, quer também por sua beleza, brilho, vida e imponência, que lhes granjearam fama que ultrapassou as fronteiras do país, bastando recordar a aplicação dos nossos mármore no grandioso mosteiro do Escorial, conhecidíssimo no estrangeiro com a designação de “Rosa Aurora”, e que felizmente ou infelizmente os nossos jazigos produzem em diferentes tonalidades.

Dizemos felizmente ou infelizmente, porque, por um lado, essa variedade de tipos, ora vernáculos, ora nublados, origina uma mais fácil colocação lá fora, por outro dificulta o fornecimento de grandes dificuldades, em prazos curtos, para tais mercados.

Ora essa irregularidade de distribuição de tipos, provoca a falta de gosto artístico na escolha e emparelhamento dos mármore que encontramos em muitas das nossas construções, sobretudo nas funerárias, não pode justificar-se perante os países importadores, e sem mesmo ela seria compatível com um produto que lá chega oneradíssimo com despesas diversas, destacando principalmente as de transporte.

Convém, pois, que tal tipo seja homogêneo, harmonizando-se, ao mesmo tempo, perfeitamente na sequência dos seus veios e manchas que vão assim cortar a monotonia da cor uniforme, seja ela branca, creme, rosa, azul ou cinzenta.

A irregularidade de distribuição de tipos atrás, pois, consigo, dificuldades de exportação que podem, em parte, ser supridas pelo aproveitamento, ao máximo, da matéria-prima de cada tonalidade: – Eis o trabalho que justifica as instalações de trabalho mecânico, existentes nas pedreiras das Herdades da Vigaria e Barriño Branco, e que uma empresa de formação relativamente recente – a Sociedade Luso Belga de Mármore, Lda. – explora, servindo-se do processo de corte, pelo “cabo helicoidal” auxiliado pela perfuração mecânica de poços e corte pelo ar comprimido, podendo assim atacar grandes camadas ou bancos que, depois de subdividido, são deslocados e removidos pelos meios adequados da tração mecânica.

À morosidade das construções de outros tempos, que se arrestavam durante as gerações, contrapõe-se hoje a celeridade de alguns meses apenas, raríssimas vezes levando anos, pelo que toca a grandes palácios, monumentos os edifícios públicos.

Além disso, nenhum outro material permite ao arquiteto obter os efeitos decorativos que consegue do mármore, seja com imitações ou com qualquer dos produtos que o pretendam substituir, pois só o mármore lhe fornece as mais belas modalidades artísticas.

Mas para que o seu emprego se possa fazer em grande escala, necessário é que o mármore possa acompanhar a rapidez de construção que o cimento armado veio proporcionar.

Tudo isto justifica, plenamente, a necessidade do emprego dos processos mecânicos, poderosos auxiliares, cooperadores indispensáveis da mão do operário, a qual não vem oferecer concorrência caprichosa ou esmagadora.

Assim, em vez de escavações geralmente curtas e pouco profundas, aliás justificadas pela proximidade do micel hidrostático ou pelas grandes dimensões das camadas a explorar, constituindo bancos sem pés e sem cabos, nós encontramos hoje, nas pedreiras de Vila Viçosa, frentes de desmonte, com algumas dezenas de metro de comprimento, aonde os cabos ou folhas laterais auxiliares do desmonte, deixam muitas vezes de existir, mas que são artificialmente abertos, recorrendo ao processo do corte da rocha pelo “fio helicoidal” – cordão constituído por três fios de aço, enrolados em hélice, e que animado de um movimento de translação cons-

Vila Viçosa de há cerca de 100 Anos, nas páginas do *Álbum Alentejano*

tante, serve de veículo à areia misturada com água, que vai cortando a rocha, dando uma superfície de corte absolutamente perfeita, com a extensão de algumas dezenas de metros, se necessário for. Pelo mesmo processo a rocha é serrada horizontalmente, dividindo-se assim em maciços isolados que depois são, por sua vez, serrados ou em certos casos, cortados com auxílio de pequenas quantidades de pólvora negra.

E assim conseguem blocos de mármore de grandes dimensões, sobretudo homogêneas, que o cabouqueiro acaba de desbastar, e cujo aproveitamento seria muito reduzido ou mesmo, às vezes, nulo se o “fio helicoidal” não viesse em seu auxílio.

Não queremos com isto significar que não existam camadas que não devam ser exploradas por processos mais primitivos; elas existem e são, então, de uma exploração mais económica.

O estudo desta indústria levou à convicção de que só uma exploração industrial organizada, permitiria um aproveitamento razoável destes jazigos. Já assim o compreendera, há anos, a empresa de Mármore e Cerâmica de Estremoz e Borba, fazendo a primeira tentativa, no nosso país, de uma instalação verdadeiramente industrial de exploração de pedreiras, em Estremoz, e pena foi que, por motivos de ordem administrativa e comercial, se não tivesse conseguido levar avante os seus desígnios. Posteriormente apareceram o industrial Sousa Batista, a Sociedade de Mármore de Portugal, a Sociedade de Mármore de Vila Viçosa, explorando pedreiras por processos antigos e primitivos. Por fim, há coisa de cinco anos, surgiu a Sociedade Luso-Belga de Mármore, que aplica inteiramente nas medidas que lhe são adaptáveis os métodos que a técnica moderna recomenda.

Sob o impulso e patrocínio de todas estas entidades industriais, estão sendo exploradas as pedreiras das herdades de Lagoa, Coutos, Figueira, Vigária, Mouro, Ruivinha, Poço Bravo, etc., subsistindo, ainda, algumas pequenas extrações em Estremoz.



Perfurador de rocha retirando uma coluna de um poço



Aspecto de uma pedreira trabalhada pelo fio helicoidal

A indústria de canteiro mantém-se com certo desenvolvimento em toda a região de Vila Viçosa-Estremoz. Do que ela vale neste concelho dão bem a ideia os notá-

Vila Viçosa de há cerca de 100 Anos, nas páginas do *Álbum Alentejano*

veis trabalhos apresentados pela Sociedade de Mármore de Vila Viçosa, na última Exposição Industrial Portuguesa, distinguindo-se mesmo, entre todos os expositores pelos trabalhos artísticos saídos da sua oficina; nas suas instalações encontram-se engenhos de serrar dos mais modernos, máquinas de cortar, furar e polir das mais perfeitas, que lhe dão direito a considerar-se entre as primeiras na indústria de transformação da pedra.

Podemos ter uma ideia do grau de importância desta indústria, dentro da economia nacional, examinando a tonelagem transportada pelo caminho-de-ferro, expedida nas estações de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, nos últimos anos, no mapa que a seguir vai, e cujos dados compreende o mármore em blocos, mármore serrado e mármore em obra:

Anos	Estremoz	Borba	Vila Viçosa	Total (tonelagem)
1910	31	53	34	121
1911	46	37	39	122
1912	46	40	26	112
1913	157	89	21	267
1914	147	36	69	252
1915	105	151	10	260
1916	28	103	59	190
1917	20	65	45	131
1918	37	71	88	196
1919	78	72	12	166
1920	99	118	60	277
1921	63	156	161	383
1922	205	164	241	610
1923	178	319	859	1440
1924	106	129	531	956
1925	108	84	1057	1294
1926	170	64	1211	1465
1927	122	201	616	802
1928	162	201	1001	4364
1929	494	113	3412	3719
1930	76	44	1840	1960
1931	71	66	2711	2841

Estes números provam bem quanto esta industria se desenvolveu nos últimos anos, e se atendermos a que a maior parte da tonelagem de destino ao estrangeiro, fica patente a prova do que ela representa na economia nacional. Para lastimar é

Vila Viçosa de há cerca de 100 Anos, nas páginas do *Álbum Alentejano*

que a crise mundial tanto se faça sentir no seu desenvolvimento. Nem podia deixar de assim ser afetada tal indústria, porquanto a temos de considerar, se não de luxo, pelo menos de bom gosto.

Podemos, porém, orgulhar-nos de sermos, entre os países produtores de mármore, um dos que ainda consegue maior exportação, facto que é, sem dúvida, devido às qualidades da matéria-prima, e também à razão de influência da Sociedade Luso-Belga de Mármore, que está ligada ao maior colosso de mármore de Europa, que lhe empresta o prestígio da sua formidável organização comercial.

Com mármore de Vila Viçosa vemos decorados os grandes transatlânticos “Bremen” e “Europe”, como também era o “Atlantique”. Admiram-se igualmente os mesmos mármore nestes grandes edifícios: – Hotel Century, de Anvers, Strand Palace, de Londres, Banco de Joanesburgo, Casas de Chá de “Lyons Tes”, de Londres mas “Ford Fountains”, da América do Norte, e acabam por ser escolhidos mármore nossos para a Monumental Memória que se vai erguer a Benjamim Franklyn, em Nova Iorque.

A título de comparação podemos indicar a tonelagem de mármore exportados pelo nosso país, nos últimos quatro anos:

1929: 3:500 toneladas;

1930: 4:685 toneladas;

1931: 1:810 toneladas;

1932: 1:400 toneladas;

Sendo, os principais países consumidores, a Bélgica, o Brasil, a América, a Alemanha, Marrocos, etc., figurando, entre os de menor tonelagem, o Japão, a África do Sul e até a própria Itália, e, indiretamente, a Suíça.

Faltam-me elementos para dizer qual a quota-parte dos mármore desta região na tonelagem apontada nos últimos quatro anos atrás indicados, mas não andaremos longe da verdade, calculando, “grosso modo”, em dois terços dos números indicados, o que quer significar que a diferença para o que saiu das três estações do caminho-de-ferro da região, foi consumido no nosso país, pormenor que mostra, felizmente, uma maior exploração do mármore em Portugal.

O valor da tonelada de mármore desbastado, posto sobre vagão em Vila Viçosa, regula por Esc. 250\$00, sobrecarregados depois com o transporte de caminho-de-ferro até Lisboa, não inferior a Esc. 100\$.

Públia Hortênsia de Castro **A MAIOR ORADORA DO SÉCULO XVI**

Por Albino Lapa

Natural de Vila Viçosa – Jornalista distinto
e director da Revista Editorial e “Ribalta”

Fica bem neste álbum, o relembrar das virtudes e talento de Públia Hortênsia de Castro, nascida em Vila Viçosa, e filha de Branca Alves e de Tomás de Castro.

Esta alentejana célebre e nobre, desejosa de se instruir nas ciências, desmentiu o seu sexo, estudando em trajes masculinos na Universidade de Coimbra, em companhia de seu irmão Jerónimo de Castro, que depois alcançou a vida eclesiástica.

Ali cursou Humanidades e Filosofia, defendendo tese pública apenas com 17 primaveras, na cidade de Sertório, com grande admiração de todos os espectadores, respondendo com prontidão aos mais complicados argumentos que lhe opunham, como certifica André de Resende, numa carta a Bartolomeu Frias Albernór, em que diz entre outras coisas:



«... porque, ainda que mais não tivesse encontrado, de que te regozijasses (e, para dizer verdade, temos aqui algumas cousas bem bonitas), poderias ter assistido, seis dias depois da tua partida, a um espetáculo único. Ouvias a Publia Hortensia de Castro, uma menina de dezassete anos, instruída além dos estudos aristotélicos, disputar publicamente. Desfazendo com suma perícia e graça os arguciosos argumentos que lhe opunham muitos homens doutos, esforçando-se por combater as teses dela. E mesmo tu, ó sábio jurisconsulto, terias confessado que nunca presencaste um torneio mais formoso, nem poderias ter negado que uma cidade que produz tal donzela (de mais a mais figura muito agradável) era digna de ser visitada, e fosse somente por causa dela.»

Não foram menores os progressos, de que a sua perspicaz compreensão fez nas matérias teológicas, penetrando nos recônditos mistérios desta ciência, do que deu claro testemunho, sustentando na cidade de Elvas, outras conclusões, nas quais mereceu ter ouvinte Filipe II, rei de Castela, que em aplauso deste acto literário lhe deu uma tença de 15.000 reis, igual à que teve o grande e imortal poeta Luiz de Camões.

Públia, foi uma das damas que formaram em torno da célebre, Infanta D. Maria, filha de el-rei D. Manuel, uma verdadeira corte de sabedoria. As outras que juntamente com esta, formaram esse cortejo ilustre, eram Luiza Sigés, Angela Vaz e Paula Vicente.

Vila Viçosa de há cerca de 100 Anos, nas páginas do *Álbum Alentejano*

Quando o filho do príncipe D. Duarte e da Infanta D. Isabel, partiu para as guerras de Africa, em companhia de el-rei D. Sebastião, a Públia, a convite da mãe do jovem, compôs uns salmos pela vitória e felicidade do Senhor D. Duarte.

Mas um belo dia, esta célebre mulher, troca todo o esplendor duma corte faustosa, pela cela fria do convento da Graça, em Évora.

Ali arrastou a sua vida que tinha sido grandiosa, vindo a falecer a 10 de outubro de 1595.

Fazem dela honorífica menção:

Nicolau António, na “Biblioteca Hispanica”; Francisco Morais Sarno “Parnaso de Vila Viçosa”; Fr. Luiz dos Anjos no “Jardim de Portugal”; padre Francisco da Fonseca, na “Evora Gloriosa”; D. Maria M. Vasconcelos, na “Infanta D. Maria de Portugal e as suas damas”; A Silva Túlio, num artigo da “Revista Universal”, de 10-5-905; Paulo Perestelo da Camara, no “Dicionário Geográfico de Portugal e seus domínios”; Pinheiro Chagas, no Dicionário Popular; Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, no “Dicionário de Portugal”; padre Joaquim da Rocha Espanca, seu patricio, no “Compêndio de Vila Viçosa; Barbosa Machado, na “Biblioteca Luzitana”; “Dicionário Bibliográfico do inocencio”; Dr. Júlio Dantas, no “Heroismo, Elegancia e a Amor” etc.



Divisão de blocos pelo fio helicoidal

Já vimos quais as razões do desenvolvimento da indústria no último ano. Pode afirmar-se que, essencialmente, ele se deve só à iniciativa particular. No entanto, é de justiça recordar que a substituição do velho regulamento de pedreiras, de 1884, pelo decreto 13:642, de 7 de Maio de 1927, veio trazer novos alentos à indústria, pelas garantias que deu ao industrial de pedreiras, que queira abalançar-se à sua exploração de uma forma verdadeiramente técnica, sem deixar de manter o principio basilar de todas as legislações europeias, que considera as rochas como fazendo parte integrante do solo e, portanto, considerando-as de livre aproveitamento do proprietário do solo, podendo ser lacrado por ele ou com o seu consentimento.

Tal decreto satisfaz plenamente as necessidades da indústria que, à sua sombra, terá oportunidade de desenvolver-se.

A TAPADA REAL

Factos que se ligam à sua história

O notável e grande Couto que é o tradicional Parque venatório do Ducado e Estado de Bragança, é uma das grandes propriedades de seu património realengo. Sendo um Coutado complexa completo, de grandiosa extensão, de solo fecundo, adaptado a várias culturas apesar da sua arborização, a Tapada Real de Vila Viçosa tem a celebrizá-la mil circunstâncias de situação de história de tradição e desporto.

O conspecto geral que lhe dá fisionomia própria, apresenta curiosas modalidades e contornos de terreno.

Por entre vales e plasuras surgem elevações e colinas de suave ondulação que se destacam naquele meio rural.

Cortam-na ribeiros e ribeiras que lhe dão aspetos aprazíveis e de grande relevo.

Contemplar, em dias claros e desanuviados todas as suas ambiências e ampliações, de cima das colinas, é um panorama variado e sugestivo. Paisagem alentejana por excelência tudo nela fala e evoca as grandezas do passado e as belezas peculiares do Alentejo.

Como à Tapada Real da Sereníssima Casa de Bragança andam ligados recordações e tradições de grande magnitude e alta sugestão histórica e social, tal facto dá relevo especial a este majestoso Parque Cinegético e florestal e todo ele se esmalta de poemas evocativos que o passado ali encarna e localiza.

Tudo nesta afamada propriedade tem significado tradicional e histórico, e a sua localização junto ao Solar dos Grandes Senhores Ducais, reveste-a de uma aura sugestivamente bela e evocativa.

Pela situação privilegiada que a envolve nos subúrbios de Vila Viçosa; pelos recortes encantadores do seu meio físico e rural; pelo ambiente arbóreo, de tonalidades suaves e cheios de certo misticismo; pelo panorama regionalista que a enquadra e lhe dá feição especial; pela retumbância do seu realengo e alta posição dos seus notabilíssimos Senhorios; pelo extenso muro que a cerca amplamente em todo o seu perímetro; pela toponímia variada, pitoresca e evocadora com que se designam todas as suas partes componentes, seus lugares distintos e recantos sonhadores; pela imponência majestosa dos seus montados; pelos cursos de água que a atravessam e irriguem, pelos muitos mananciais que brotem no seu seio fecundo; pelos variados produtos que dá, especializando cortiça, lenha, carvão, bolota, cereais de todos os géneros e azeitona; pelos exemplares gigantescos de pinheiros, azinheiras, sobreiros e castanheiros que ali compraram, e de que ainda restam bastante; pelas suas históricas portas, seus couteiros e monteiros; pela situação eminente e desafogada das suas ermidas de S. Jerónimo, Santo Eustáquio e Nossa Senhora de Belém; pelo seu Palácio Realengo de Campo, e o touril anexo; pela variedade e quantidade da caça grossa e miúda que conteve; pelas suas célebres Fontes dos Castanheiros e Aguas Férreas; pela elevada categoria das grandes personagens que nos visitaram, percorreram e louvaram; pelas sumptuosas caçadas

Vila Viçosa de há cerca de 100 Anos, nas páginas do *Álbum Alentejano*

que ali efetivaram, e nas quais entravam reis, rainhas, duques, duquesas, nobres, fidalgos, grandes damas e grandes senhores; pelo seu grande passado se ligam; pelas memórias trágicas ou felizes, dramáticas ou alegres, dramáticas ou alegres que a tradição e as crónicas relatam e localizam na sua área – A Tapada Real do Ducado e Estado de Bragança é digna da ilustre e realenga fama de que goza, e merece os económicos, louvores e elogios que históricas e altas figuras e personalidade lhe dispensaram.



Panteos e Quartel de Cavalaria n.º 3

O celeberrimo poeta espanhol, que foi hospede dos Duques de Bragança, e que a história regista com o nome de Lope de Veja Carpio, depois de ver, passear, examinar e gozar os encantos que o Real Couto nesse tempo continha, dedicou-lhe um poema laudatório, que ficou célebre, e é um testemunho presencial das belezas, recreios e sítios apazíveis que o vate teve ocasião de apreciar. O próprio nome do poema que Lope de Veiga lhe dedicou, só por si, é já um cântico: *Descripcion de la Tapada Insigne*.

Quem hoje ler o poema e visite depois a Tapada Real, não encontrará os jardins, os caramanchéis, os jogos de recreio, os viveiros de peixes policrómicos, as variadíssimas calorosas flores em profusão, os vales paradisíacos, os umbrosos bosques de arbustos. Tudo isso, logo que os Sereníssimos Duques deixaram de habitar os seus históricos palácios se foi perdendo e murchando, ficando apenas desse deslumbramento os sítios com as apelidações e algumas árvores que o tempo e os homens não destruíram ainda.

No entanto, a Tapada Real, para quem ouça e compreenda a poesia rural, a beleza arbóreas, a imponência campesina é uma autêntica paisagem alentejana tem notáveis atrativos de bucolismo e ruralismo, além de todas as utilidades e riquezas de que é detentora e produtora e merece, ver-se, admirar-se e percorrer-se.

O Real Couto Bragantino, cuja porta nobre dista da vila uns 350 metros apenas, é cercado de um muro de alvenaria de cerca de 20 quilómetros de extensão. A origem desta formidável coutada remonta ao 4.º Duque de Bragança, que mandou murar, com parede de taípe, a herdade denominada Maio, que era do Ducado e citava além da Ribeira de Borba. Introduziu nesta cerca veados, gamos, corças e javalis e pôs-lhe guardas permanentes.

Seu filho D. Teodósio I, melhorou-a e deu-lhe mais seguro coutamento, mandando dar princípio ao palacete.

No tempo do 6.º Duque D. João I, a Tapada duplicou a extensão, e foi então murada de pedra e cal. Foi ele também que deu maiores proporções ao Palácio Campestre, e ergueu-lhe ao pé a igreja da Nossa Senhora de Belém e o curioso touril que ainda existe.

O novo muro foi concluído por seu filho D. Teodósio II, que mandou construir a ermida de Santo Eustáquio, em situação de relevo campesino.

Cabe porém a D. João V, o monarca magnânimo e generoso, a glória de ter dado à Tapada Real a amplidão que hoje tem focado dentro dela a Capela de São Jerónimo, que já existia antes do alargamento do Couto.

D. Carlos melhorou muito o Palácio da Tapada, que ficou com uma boa casa de jantar, mobiliário de carvalho e mesa para 50 talheres.

A revolução de 1640, está intimamente ligada à história do Grande Couto.

Foi no seu Palácio que os principais fidalgos, que prepararam a conjura, se entrevistaram, várias vezes, com o Duque D. João II, combinando os pormenores do decisivo acontecimento, que libertou Portugal do jogo castelhano, e que levou ao trono português o mesmo Duque, com o nome de El-Rei D. João IV.

A Tapada Real tem 5 portas exteriores e uma interna. As exteriores são: Porta Principal, Nobre ou de São Bento, pois se designa por todas estas apelidações. Porta de Santa Bárbara, Porta de Albufeira, Porta de Ferro ou da Silveirinha e Porta de Santo António. A porta interna tem o nome da Porta Velha.

Em 1852 foi dividida a Tapada em duas secções por um muro transversal que a corta de lado a lado, e é a Porta Velha que dá passagem, de uma para a outra parte do notável Couto.

Em 1867, foi feita a estrada macadamizada, entre a Porta Norte e a Porta da Albufeira passando junto do Palácio da Tapada.

A Albufeira que dá o nome a uma das portas, é contígua a Tapada, e foi construída com estes dois objectivos utilitários: – Para Irrigação de Várzeas de milho, feijão, melanciais, meloas e hortejos, e para que os Duques de Bragança lá tiveram abundância de peixe variado. Este grande reservatório aquático sofre limpeza geral de seis em seis anos.

Quando se pretende tratar dessa operação, manda-se avisos e prevenções para Borba Vila Boim, Terrugem, Vila Viçosa, São Romão e outras localidades, a fim de que esses povos compareçam ali para se utilizarem da grande quantidade do peixe apanhado, permitindo-se que, cada família leve uma ou duas ou mais arrobas de peixe, gratuitamente para seu consumo, pois



Porta do Nó

a quantidade de peixe colhido é colossal. Na última limpeza de Albufeira, segundo o testemunho de um couteiro que assistiu ao esvaziamento do reservatório, foram apanhadas centenas de arrobas de peixe.

Para repovoamento piscoso de Albufeira, esta não se esgota completamente, ficando ainda um pégo e nele o peixe suficiente para a reprodução das espécies piscosas. A limpeza é feita nos princípios do outono, o que permite às águas novas pluviais tornarem a encher o reservatório, durante o outono e inverno.

A passagem de peões, animais e viaturas pela estrada macadamizada que atravessa a Tapada, ligando a Porta Nobre à Porta de Albufeira, e encurtando a distância entre Vila Viçosa e Elvas, e por evitar a volta por Borba, é livre de sol a sol, mas com permissão dos couteiros que guardam essas duas portas. Antes do nascer e depois do pôr-do-sol, só se pode atravessar a Tapada por essa estrada, com licença expressa e manuscrita do Almoxarife, a qual o portador transeunte apresenta ao guarda dessas portas referidas.

Como os terrenos da Tapada são desde 1916, destinados ao cultivo de cereais e legumes, é costume dá-los aos seareiros e cingeleiros ao quarto; por esse motivo, durante as épocas dos alqueives, sementeiras, mondas e colheitas triplica o trânsito e movimento dentro da Real Coutada, Mulheres, homens, rapazes, animais arados, charruas, carros, carretas e viaturas de toda a qualidade estabelecem, de sol a sol, e quando Deus quer, de madrugada, uma vida intensa de vaivém, entre Vila Viçosa, Borba e a Tapada, trânsito que muito povoa e movimenta a propriedade, e é o bendito arranjo e ganjeio de numerosas famílias, lares e casais.

D. Manuel II, mandou abater e extinguir toda a caça grossa da Tapada, o que foi executado nos anos de 1915 e 1916, pelos couteiros de Sereníssima Casa de Bragança.

As rezes e cabeças abatidas pelos couteiros e as que os caçadores furtivos de Borba, clandestinamente extinguiram haviam andar por cerca de duas mil conforme nos assegurou um couteiro, o falecido José Maria Abalroado. A carne dos veados, corças e gamos era vendida nos talhos de Vila Viçosa e Borba, e as peles nos mercados destas duas vilas.

Para se caçarem coelhos, perdizes, pombos e outras aves na Tapada, só com licença especial do Almoxarife, é que esse desporto se pode efectivar.

Decorridos alguns meses depois de extinta toda a caça grossa, um couteiro descobriu que escapara, à hecatombe dos veados, corças e gamos, um formoso exemplar de gama que apareceu nas imediações da ermida de Santo Eustáquio. Participando o facto ao Almoxarife, este ordenou que o animal fosse respeitado e o não maltratassem. Era interessante conservar, como relíquia, na Tapada, esse belo exemplar, escape por milagre, à destruição total da caça grossa mas uns caçadores de Borba, abateram traiçoeiramente a gama.

Contou-nos o falecido capelão da Casa de Bragança, o Padre José Nunes Sereno, um episódio curioso passado entre um egresso de um convento calipolense – o Irmão Emídio – e o último javali que na Tapada foi morto. Julgava-se que já ali não existiam porcos bravos (isto passava-se aí por 1870) quando, numa tarde de primavera, em que o referido Irmão Emídio fora passear até à ermida de São Jerónimo,

encostado ao seu bengalão, um corpulento javali o atacou mesmo no alpendre da capela.

Nesse alpendre está um rústico púlpito, com acesso por três degraus. No aperto de aquele ataque inesperado, o Irmão Emídio, apesar de muito velho, refugiou-se no púlpito e com o bengalão se foi defendendo do animal bravo, enquanto gritava por socorro.

Acudiu um caseiro vizinho que, à pedrada, afugentou o javali e livrou o egresso do transe apertadíssimo. Sabido o caso pelos couteiros, estes bateram os matos e conseguiram matar o porco-montês.

Como os Duques de Bragança eram de sentimentos magnânimos e piedosos, almas beneficentes e protectoras, socorriam muito a pobreza de várias maneiras.

Uma delas era permitir que os necessitados calipolenses pudessem, durante a quaresma, ir buscar cargas de lenha ao grande Couto, para consumo de seus lares.

Há coisa de 8 ou 9 anos, intentou-se a cultura do arroz em terras da Tapada Real, junto á ribeira de Borba, e perto do sitio onde outrora foram os jardins Tais searas produziram sementes abundantes; mas tendo-se propagado, rapidamente, o mosquito, o impaludismo atacou fortemente os caseiros e trabalhadores empregados nesses faines agrícolas e as sezões propagaram-se assustadoramente, entre aqueles que por ali moravam ou os que lá eram jornaleiros.

D. Manuel II, logo que teve conhecimento das maldades do impaludismo, ordenou que cessasse a cultura do arroz a fim de que o vírus da malária se extinguisse.

Como na Tapada Real há grandes e formosos pinheiros mansos, as famílias calipolenses, durante os meses estivais, vão lá apanhar as pinhas que juncam o chão, por terem caído com o vento, ou derrubam-nas à pedrada, e delas extraem os pinhões que comem com delícia.

Também nos meses de Novembro e Dezembro, em dias soalheiros, ranchos de calipolenses, de ambos os sexos, vão ao célebre Couto buscar magustos de bolotas ou castanhas, com prévia licença do Almojarife ou dos próprios couteiros-guardas.

Há nesta Coutada Real dois belos exemplares arbóreos, duas azinheiras notáveis pelo esplêndido fruto que dão e pelas tradições fruto que dão e pelas tradições que se ligam. São designadas com as apelidações de: – *Azinheira de D. Maria Pia e Chaparro Real*, porque estas históricas personagens apreciavam muito o sabroso fruto que delas se colhia, e com ele apresentavam altos dignatários da sua Corte.

No tempo da monarquia, era livre a entrada na Tapada Real para as famílias de Vila Viçosa e visitantes de outras localidades que ali iam, ou para examinar a afamada propriedade, ou para lá passarem dias santos, de gala ou tardes dominicais, em fraternal convívio, levando lanches, farnéis, e realizando seus piqueniques e divertimentos, preferindo, em geral, os seguintes sítios, considerados como mais aprazíveis e por lá terem magníficas águas: – Fonte dos Castanheiros Águas Férreas, Jardins, Vale de Santo Eustáquio e cercanias do Palácio de Campo. Pouco depois de proclamado o novo regime, foram ali vários indivíduos de ideias avançadas que, depois de comer e beber, acabaram por partir a Coroa Ducal que encimava a linda Fonte das Águas Férreas. Resultado imediato do desacato; – Proibidos os

Vila Viçosa de há cerca de 100 Anos, nas páginas do *Álbum Alentejano*

piqueniques na Tapada Real, sem excepção alguma. E hoje, só com licença ou concessão especial, tais passatempos e recreios ali são permitidos.



Porta dos Nós

O Grande Alentejanista, Padre Lopes Manso

É Lopes Manso beirão; mas se na nossa digressão pelo Alentejo encontramos grandes dedicações em prol do *Álbum Alentejano*, devemos dizer que a cooperação que nos foi dada por Lopes Manso sobressai entre todas as grandes cooperações.

Quando chegámos a Vila Viçosa e nos dirigimos ao Padre Lopes Manso que conhecíamos de nome mas que nunca havíamos visto, tivemos a impressão de termos chegado junto dum grande, dum velho amigo, dum carinhoso irmão. Tanto assim, que, meia hora depois de nos conhecermos já nos tratávamos por tu.



Padre Lopes Manso



*O Padre Lopes Manso apreciando
o 1.º Tomo do *Álbum Alentejano*
(Cliché de J. M. Espaca)*

Vila Viçosa de há cerca de 100 Anos, nas páginas do *Álbum Alentejano*

Padre Manso, nunca nos abandonou em Vila Viçosa. A sua dedicação extraordinária foi mais além. Acompanhou-nos a Borba e ao Redondo, e ter-nos-ia acompanhado por todo o Alentejo se para isso tivesse tempo disponível.

É um grande amigo do Alentejo o Padre Lopes Manso. Ele despede-se dos seus melhores amigos, os seus livros, companheiros inseparáveis durante tantos anos; é porque quis demonstrar o seu grande amor pelo Alentejo, e a sua biblioteca, composta por milhares de volumes, foi oferecida ao Grémio Alentejano.

A colaboração que nos remeteu Lopes Manso, daria quâsi que para um *Álbum*, tal a abundância. Tivemos que reduzir essa colaboração ainda que esse facto constituísse um grande desgosto para este nosso amigo e para nós também.

Mas, o espaço é resumido; este trabalho que andamos construindo, e que já constitui uma regular monografia do Alentejo, pois deverá alcançar cerca de 1.000 páginas, era trabalho que, para ficar completo e para podermos satisfazer todos os pedidos deviam ter mil páginas em cada tomo.

A colaboração, porém, do Padre Lopes Manso é uma colaboração preciosa. É um autêntico mimo literário, e bastante honra o *Álbum Alentejano*.

Se todavia o *Álbum* tivesse encontrado muitos cooperadores como Lopes Manso, o *Álbum* resultaria um trabalho estupendo, fenomenal.



António Victor do Monte
Distinto Farmacêutico



José Arcádio
Hábil ceramista calipolense, falecido



Joaquim Amaro
Saudoso calipolense já falecido

Uma Grande Figura Calipolense

Individualidade de alto-relevo social, clínico e intelectual é aquela que vamos tentar definir, procurando fazer avultar os quilates primaciais que a exornam e esmaltam. Distinta figura de Alentejo que honra a Grande Província do Sul e uma das suas melhores competências científicas, o Dr. João do Couto Jardim é médico diplomado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, onde fez um curso de elevadas classificações, dando sempre cabais provas de uma bela inteligência.

Natural de Vila Viçosa, terra a que muito quere e a que dá lustre a sua categorizada personalidade, há trinta anos que o Dr. João do Couto Jardim aqui exerce clínica geral, com brilho e proficiência.

Desde que iniciou seus estudos preparatórios até concluir o curso da Faculdade de Coimbra, o nosso ilustre médico manifestou sempre um acendrado amor ao estudo, a par de faculdades intelectuais que o acreditaram, impuseram e distinguiram.

Tendo encarreirado a sua orientação profissional para a vida de médico militar, razões ponderosas e dignificantes o coagiram a abandonar essa inspiração e a ocupar o partido Municipal de Vila Viçosa, em substituição do seu venerando pai, que uma doença implacável inutilizara e lhe causara a morte prematura.

Outro motivo familiar, e este de comovido aspeto e nobres sentimentos afetivos, determinou o nosso egrégio médico a exercer clínica em Vila Viçosa:— o grande e extremado amor que votava a sua digníssima mãe, pela qual sempre teve um verdadeiro culto filial, não se resignando à separação do lar a que estava preso pelos fortes e suaves laços de estima e do reconhecimento. E este culto, esta dedicação filial perdurou em sua Ex.^a, até ao doloroso passamento da veneranda senhora que, recentemente, o deixou inconsolável e atribulado.

Mas o Dr. João do Couto Jardim, sentindo em si faculdades capazes de lhe ministrarem conhecimentos mais completos, e desejo de alargar e ampliar as suas aptidões profissionais repetidas vezes se utilizou dos cursos de férias em Paris e noutros centros de cultura estrangeira e lá fez estágios de grande proveito científico, com as suas faculdades de assimilação, estudo sério e aturado, elevar a sua cultura profissional a um grande singular aperfeiçoamento.

Duas prendas sociais, duas qualidades ou características de alto-relevo, dão a este categorizado clínico, uma aura de prestígio e simpatia, que muito lhe vincam a sua individualidade inconfundível.

Uma é a sua proverbial modéstia que, em Sua Ex.^a é um dom natural, sincero espontâneo, despretensioso, que muito esmalta e valoriza a sua pessoa ilustre, e dá, a todas as modalidades da sua vida útil e benemérita, uma grande expressão de agrado e bondade.

Outra é a naturalidade, o encanto, a variedade sugestiva do seu falar, da sua expressiva elocução, do seu dissertar confabular, entre amigos, colegas, clientes ou adventícios, em conversações ocasionais, palestra ou tertúlias de passatempo, ou

quando exterioriza as suas impressões de arte, de viagens e sensações estéticas, em qualquer ramo de conhecimentos artísticos.

Se juntarmos a estes predicados que tanto lustre dão ao nosso distinto médico, a tradição de saber, competência e benemerência que envolve e dinamiza a sua vida, não é difícil contestar e compreender, em toda a plenitude, a atmosfera social de popularidade e admiração que cercam, nas Regiões de Mármore, o Dr. João do Couto Jardim.



Dr. João do Couto Jardim

Todos os habitantes do Concelho de Vila Viçosa, dos concelhos limítrofes, e de muitas regiões mais afastadas, sabem que a Pátria dos Duques de Bragança possui, há trinta anos, contando-o no número dos seus filhos mais diletos e ilustres, esse grande médico, grande carácter, grande coração e bela inteligência, cujo perfil moral, intelectual, científico e cultural estamos tentando debuxar, ainda que palidamente.

O distinto médico calipolense, herdeiro da clientela, qualidades e simpatias paternas acrescentou e valorizou, ainda mais esse património social e moral herdado, com novos predicados e modalidades, filhos da experiência e do estudo indefesso e constante.

Desinteressado, altruísta, abnegado em extremo, compadecido com os pobres, a quem serve gratuitamente, quando os reconhece em necessidade, generoso com os abastados aos quais cobra modestas gratificações dos seus serviços clínicos, o Dr. João do Couto Jardim tem provado sempre que não foi a ganância, a ambição de dinheiro e riqueza, que o levaram à vida médica, mas sim o nobilíssimo e filantrópico sentimento e desejo de ser valedor para os que sofrem, humanitário para aqueles que à medicina, vão procurar alívios, ao mesmo tempo que, dedicadamente, se tem consagrado à cruzada, à missão louvável de ser bom, prestável protetor da sua terra e dos seus habitantes.

Como facultativo municipal, sub-delegado de Saúde, como protetor clínico do Hospital da Misericórdia de Vila Viçosa que inestimáveis serviços, dedicações, cuidados e ofertas não tem dispensado e objetivado, durante largo período da sua

atividade médica, continuando, hoje, com o mesmo espírito de sacrifício, de proteção e dedicação, a pôr todo o seu esforço em prol da nossa beneficente casa de caridade e assistência popular.

A grande preocupação do Dr. João do Couto Jardim pela situação dos doentes pobres e falhos de recursos e assistência, levou-o a fazer do hospital civil calipolense, uma instituição de caridade, tanto quanto possível, prestável, acolhedora e eficiente, dadas as precárias circunstâncias em que as misericórdias têm vivido, nos tempos decorrentes, e em conformidade com as exigências hospitalares da atualidade.

E tal era a ânsia deste notável médico calipolense pelo progresso e emissão do Hospital da Misericórdia, que alimentou o sonho, a vontade de ver essa instituição, dotada com uma «Casa de Saúde para Cirurgia da Misericórdia Calipolense» criação e aspiração que a realizar-se, daria aos serviços de assistência e intervenção cirúrgicas da nossa terra, uma grande finalidade e um préstimo excecional, tanto mais que, para efetivação de tão simpática e valiosa cruzada, se contavam com a superior colaboração do exímio cirurgião de Lisboa, o Dr. João de Moraes Sarmiento.

Tal sonho, tal desejo, nos tempos difíceis que atravessámos, era irrealizável por muitas circunstâncias óbvias e patentes, se atendermos à grande crise económica e financeira que perturbou o mundo, coletividades e famílias, e desorganizou os orçamentos das casas de beneficência e assistência.

Conhecemos atos de abnegação clínica e profissional do Dr. João do Couto Jardim, que, só por si, é suficiente para o colocar na galeria dos homens beneméritos, desinteressados altruístas, movidos por delicadezas de sentimento e caridades que exaltam as suas qualidades afetivas e morais.

Se o nosso grande médico fosse interesseiro, egoísta, ambicioso, cúvido, podia hoje dispor de uma boa fortuna, pois a sua enorme clínica, durante mais de trinta anos, era propícia a enriquecer-se. Ao contrário, embora viva em certo desafogo, jamais o seu desinteresse e abnegação lhe permitiram cupidez argentária ou excessos gratificativos.

Reconhecendo a valia dos seus serviços clínicos e cirúrgicos, e a sua abnegada dedicação à causa do concelho, em matéria de assistência médica, os conterrâneos e amigos do Dr. João do Couto Jardim, no intuito de lhe compensarem, em certo modo, esforços e sacrifícios profissionais, brindaram-no já por vezes com valiosas ofertas, especialmente com aparelhos caros de diagnóstico e terapêutica, tais como um aparelho de Raios X, outro de diatermia e raios ultra violetas, tendo Sua Ex.^a ofertado estes dois últimos à Misericórdia Calipolense.

Inteligente estudioso de grande cultura geral, de variados conhecimentos profissionais, artísticos e literários, é uma figura de destaque que marca nos meios alentejanos, honrando com seu nome e suas nobres qualidades, a terra que lhe foi berço e a província que o conta no número das suas beneméritas competências.

O Tenor José Rosa



Nasceu em Vila Viçosa, linda e risonha terra Alentejana. Nascido numa província de Portugal em que o povo, embora sem cultura musical, tem a intuição da Arte e a exterioriza constantemente nas suas canções, talvez as mais belas de Portugal, corais lindíssimos e também modinhas simples, graciosas, de colorido encantadores duma linha nunca banal, José Rosa é um artista de raça, filho de uma raça tão comprovadamente musical, que em épocas passadas, deu a Portugal o seu mais notável centro de irradiação musical, a escola dos polifonistas de Évora. Quase todos os grandes músicos desta escola, Manuel Mendes,

Filipe de Magalhães, Fr. Manuel Cardoso, Diogo Dias de Melgaz, Duarte Lobo, etc., foram naturais da região em volta de Évora. A própria ascendência de José Rosa tem músicos ilustres: seu avô materno, também se chamava José Maria Rosa, foi um professor de música de grande reputação, pianista e organista notabilíssimo. Seu tio Mariano José Trindade Rosa foi também notável em todo o Alentejo médio, como pianista, organista e compositor de música sacra.

Esta ascendência artística contribuiu, talvez, para o seu finíssimo sentimento musical. Em Lisboa José Rosa estudou música a fundo sendo durante alguns anos um dos melhores violinistas das grandes orquestras sinfónicas, sempre justamente apreciado pela sua boa técnica e admirável temperamento musical.

A sua bela voz fez-lhe nascer a ambição de ser cantor e estudou canto com um professor de rara competência, D. Fernando de Almeida. Fez a sua estreia como cantor de concerto no Teatro Politeama, cantando os solos das Beatitudes, admirável obra de Cesar Franch. José Rosa cantou admiravelmente, principalmente 4.^a Beatitude, sob a regência competentíssima do novel mais distinto maestro Fernandes Cabral.

Dias depois cantou no Porto as Beatitudes e também um solo da célebre Missa solene. A cidade do Porto, como a de Lisboa, fez justiça ao jovem cantor. A sua estreia foi uma bela promessa.

Fez a sua estreia um ano depois como cantor de ópera, cantando a Manon, ópera difícil, onde tem fraquejado muitos tenores de reputação.

Alguns dias depois cantou outra ópera extremamente difícil, Tosca. Foi um êxito retumbante. Toda a assistência sentiu que estava na presença de um cantor de envergadura.

Alguns meses depois foi á Itália onde esteve um ano, estudando. Atualmente encontra-se entre nós, tendo ultimamente cantando com grande êxito algumas difíceis operetas, preparando-se agora para seguir para o estrangeiro a dar alguns concertos. José Rosa sendo um cantor que vence sempre que aparece, é duma modéstia extrema, duma simplicidade rara. E, todavia, é um artista ilustre, que honra a terra em que nasceu, Vila Viçosa, a linda e risonha terra Alentejana.

Descrição popular e pitoresca de Vila Viçosa

Como os estudos de etnografia e folclore têm, nos modernos tempos, um papel preponderante na génese cultural e literária dos povos, vamos esboçar hoje, em tintas regionalistas, um quadro etnográfico de sabor local e feição popular, cheio de pitoresco colorido e graça espontânea, com seu ar de problema, advinha o enigma de constituição ingénua e simplista, e que, há mais de um século, se transmite oralmente, constituindo tradição autêntica, entre as gentes da região calipolense.



Capitão Raúl Gomes Pereira
Ilustre Governador Civil do distrito
de Évora



António da Silva Franco
Provedor da Misericórdia



Tenente Raúl Reis
Ex-Presidente da Comissão
Administrativa da Câmara Municipal

É uma curiosíssima descrição do Solar dos Duques, à qual o tempo e lenda vão esmaltando de poesia e cor regional. Para reconstituir, integralmente, o que andava na boca do povo, socorremo-nos de uma dúzia de calipolenses idosos, e de indagação em indagação, podemos arquivar inteiramente a curiosa descrição popular de Vila Viçosa. Conta-se, e tal narrativa anda bem viva nas tradições populares da nossa vila e concelho, que no tempo de D. João VI, os azares da vida militar levaram, a um regimento do Norte de Portugal, um soldado natural de Vila Viçosa, de boa educação e boas famílias.

Esse militar calipolense, que fora escolhido para «impedido» de um major, soube, conquistar a estima desse oficial superior. Um dia, disse este ao soldado:

— Estou satisfeito com o teu comportamento e os teus serviços; e, como me interesse por ti, desejo saber de onde vieste para aqui e qual a tua província.

— Saberá V.S.^a, respondeu o «impedido», que sou do Alentejo e nasci em Vila Viçosa, onde tenho família e amigos.

— Ah! Tu és de Vila Viçosa? Eu sei que essa vila é uma terra muito louvada e conhecida, mas nunca lá fui, nem sei o que ela tenha digno de maior admiração.

– Se o meu major la fosse, certo estou que muito gostaria de ver tal linda terra.
– Porquê?
– Dê me V.S.^a licença, que eu lhe conto o que, na minha pátria, há que mereça exame e atenção.

– Concedido. Diz, pois, à vontade o que sabes a tal respeito.

Eis como o soldado descreveu o burgo calipolense, descrição que, ainda hoje, *mutatis mutandis*, se adapta a fisionomia patrimonial e topográfica da Pátria dos Duques de Bragança.

– Tem Vila Viçosa, meu major, a *mãe na barriga*.”

Um rio com sete pontes.

Umas plantas que crescem nove palmos cada ano.

Três aldeias dentro da sua área.

Sete reinos ao pé.

Uma Fonte Pequena Maior que a Fonte Grande.

Uma cruz com numa serpente, jorrando água pelas narinas.

Um bispo sem bispado.

Um sino com sete fôlegos como os gatos.

Uma ilha com um palácio.

Uma porta dos Nós que não tem nó algum.

Uma fonte boa para escabeche.

Um ribeiro bom para fritar.

Um peru com sete arrobas.

Um éden selvagem.

Seis largos cada um com três igrejas.

– A minha terra, meu major, tem ainda mais particularidades dignas de nota; omiti-as, porém, para não parecer exagerado.

– O que acabas de relatar-me, retorquiu lhe o major, deixa-me boquiaberto e com ganas de ir, logo que me seja possível, ver essa terra de tanta cousa maravilhosa. E como tu és um rapaz inteligente levar-te-ei comigo quando lá fôr, para me servires de guia, dando me a explicação, a chave da estranha narrativa que acabas de fazer.

– O meu major ordena e eu obedeco. Muito gosto terei de lhe servir de «cincrone» em Vila Viçosa.

O propósito do oficial foi realizado, pois não tardou muito que major e «impedido» não chegassem à nossa terra, onde aquele viu desvendar-se, claramente a enigmática descrição que o soldado engendrara, confirmando, então, a autenticidade e realidade das afirmações emblemáticas que ouvira.

A solução cabalística e popular da curiosíssima descrição do soldado, tao engenhosamente architectada, explicar-se da maneira seguinte:

Tem Vila Viçosa a *mãe na barriga*, significa que o primeiro burgo, a vila primitiva, esta circunscrita dentro do castelo, ora como este está situado no âmbito das fortificações calipolenses, é evidente que a primeira povoação – a vila matriz, a Vila Viçosa de antanho, sito dentro da Terra Local.

Vila Viçosa de há cerca de 100 Anos, nas páginas do *Álbum Alentejano*

Um rio com sete pontes, é o ribeiro que corre do Rossio do São José até ao largo do Alandroal, o qual tinha sete pontões para poder dar acesso a São Paulo e às aldeias, e de que existem ainda alguns desses pontões.

As plantas que crescem nove palmos cada ano, são os canaviais que vegetam nas hortas e quintas dos subúrbios da vila, e que, como se sabe, tal arbusto depois de cortado cresce, é de desenvolvimento rápido.

As três aldeias que Vila Viçosa tem dentro da sua área, são os bairros que ladeiam o Rossio de São Paulo e que, há séculos, são designados com o nome de «Aldeias».

Os Sete Reinos que tem ao pé, é a herdade conhecida pela designação de «Sete Reinos», e que liga com os arredores do alfoz calipolense.



João do Rosário Ribeirinho
Professor e director das Escolas
Centrais Calipolenses



Rafael Boim
Ilustre Presidente do Sindicato
Agrícola e lavrador



Padre Joaquim da Rocha Espanca
Um dos mais ilustres filhos de Vila
Viçosa, já falecido

A Fonte Pequena que é maior que Fonte Grande, não só em tamanho mas em volume de corrente – é a que jorra por quatro grossas bicas, no Largo dos Agostinhos, e que é mais abundante e ampla do que a chamada Fonte Grande, situada no Largo a que dá o nome.

A Cruz com serpente que deita água pelas narinas, é o cruzeiro-monumento que se vê hoje, em frente da Igreja da Lapa, no Campo da Restauração, e que, primitivamente, esteve no Claustro dos Agostinhos onde servia de fonte.

O Bispo sem bispado, era o Deão da Capela Real do Paço do Reguengo, que gozava de todas as honras e privilégios, inerentes à dignidade de antístite, embora a sua jurisdição se limita-se ao burgo calipolense.

O Sino com sete fôlegos como os gatos, é o célebre e histórico bronze «Caracena» que, estilhaçado pelos pelouros do general espanhol Caracena, na sua histórica sineira das muralhas, é refundido, e colocado no mesmo lugar, e, mais tarde, por causa de novas lutas deflagradas na almedina, é, outra vez quebrado, estilhaçado, e depois de tantas vicissitudes, tem nova refundição, passa a ser o sino do relógio municipal, sobre a torre de Menagem, e hoje campeia na Praça Nova,

coroando a Igreja de São Bartolomeu, e onde continua a repicar festivamente nos dias de gala nacional, a dar horas e alarmes em caso de sinistro.

A Ilha com um palácio, são as grandes acomodações militares, adjacentes a parte norte do Palácio do Reguengo, e que são apelidadas de «Ilha» por estarem isoladas do Paço Real.

A Porta dos Nós que não tem nó algum, é a porta por onde passa a estrada de Borba, e assim apelidada dos «Nós» por causa de uma inscrição simbólica que nela está esculpida e que se refere ao nó do *jugo espanhol*, quebrado em 1640, e também por estar perto da verdadeira Porta dos Nós, aberta à entrada do seminário ou colégio Ducal, e que é célebre pelos seus emblemas, decorações e simbolismos.

Uma fonte própria para escabeche é a Fonte dos Vinagres, nas cercanias da estação ferroviária.

Um ribeiro bom para fritar é o ribeiro do Polme que atravessa a Tapada Real no sítio das Águas Férreas.

Um peru com sete arrobas, era um calipolense de nome José Maria Peru que viveu em Vila Viçosa nos tempos em referência, e pesava cento e tantos quilos.

Um edén selvagem, é o Lugar do Paraíso de natureza alpestre e montanhosa a nordeste dos Capuchos.

Seis largos cada um com três igrejas, são os seguintes:

Capuchos, com os templos do Senhor da Piedade, S. Tiago e São Luís.

Terreiro do Paço – com as igrejas da Capela Real, Chagas e Panteão dos Duques.

Campo da Restauração – com os templos da Lapa, S. João e S. José.

Rossio de S. Paulo – com igreja do mesmo nome, S. Sebastião e Senhora da Esperança.

Almedina – com Nossa Senhora da Conceição, Capela do Paço Velho e Senhora dos Remédios.

Praça Nova – com S. Bartolomeu, Espírito Santo e Santa Luzia.

De todos estes templos desapareceram dois – S. Sebastião e S. José – e outros dois estão sem culto – que é S. Luzia e Capela do Paço Velho.

Uma notável poetisa alentejana

Vivendo em Vila Viçosa há mais de uma dúzia de anos, sentimo-nos em condições especiais de conhecer particularidades, referentes à infância e juventude de Florbela Espanca, podendo interpretar, dentro dum espírito de verdade, o ambiente que lhe enquadrou sua vida social, psíquica e educativa.



Florbela Espanca
A grande poetisa alentejana



João Maria Espanca
Distinto pintor amador



Apeles Espanca
O malogrado artista e aviador

A grande poetisa alentejana amou sempre, com infinita ternura e admiração o rincão feliz e lindo que lhe foi berço, e a grandiosa província que inspirou, à sua lira de oiro, algumas perfeitas composições poéticas.

Estremeceu, com sincera afectuosidade, os entes queridos que constituíam a vida do seu lar e eram todo o seu enlevo. Era, numa palavra, uma alma de artista, enamorada do belo e fiel, à tradição, à luz, ao viver, à paisagem e às belezas alentejanas.

Pertencendo a uma família de artistas, a admirável poetisa alentejana, como que encarnou e personificou, em si, na sua arte, no seu temperamento, no seu talento, uma síntese de faculdades estéticas e artísticas, cuja floração cristalizou nesses sonetos admiráveis dos seus livros, que são autênticas Eclodas do sentimento lusíada e alentejano.

Apeles Espanca, seu adorado irmão, e João Maria Espanca, seu dedicado pai, são artistas que, com Florbela, constituem uma trilogia de privilegiados talentos.

João Maria Espanca se quiser expor as suas telas, retratos, miniaturas, desenhos e aguarelas, dispõe já de 150 ou 160 obras, que o impõem como pintor amador distinto, tendo, ainda, a valorizar os seus trabalhos picturais, a dedicada devoção de preferir os assuntos e paisagens alentejanas para os seus quadros, facto que prova o seu amor regional e a admiração que sente pela terra em que nasceu, se educou e se elevou às concepções da arte e da estética.

Apeles Espanca, arrojado tenente aviador, morto tragicamente quando tripulava um aparelho em evoluções de tirocínio sobre o imponente estuário do nosso tejo,

deixou miniaturas e aguarelas que revelam um artista de belas intuições plásticas e de temperamento inspirado.

Além destes consanguíneos estetas, tinha Florbela Espanca um tio e primos que na fotografia, no desenho e na caricatura se revelaram pessoas de real merecimento.

Ora o facto curioso e marcante de Florbela pertencer a uma família de verdadeiros artistas, dá-nos a indicações preciosa da génese emocional da sua obra poética, e presente-se que, por atavismo, constituição e herança, a notável poetisa alentejana, tinha nessas circunstâncias ingénitas, a marca, o influxo, a predisposição para a formação do seu génio, da sua arte e da sua obra encantadora.

No lar, no campo e na atmosfera da vida regional alentejana, bebeu ela os filtros de inspiração, de ternura e de sentimento que os seus maravilhosos sonetos exemplificam.

Temperamento artístico de subido quilate, multiforme e criador de imagens e ritmos soberbos, Florbela é o vivo produto e testemunho da atracção poética e artística, que o Alentejo exerce em naturezas, privilegiadas, como a desta assombrosa artista.

A Grande Província do Sul, com as suas interminas planícies, afolhamentos, gândaras, montados, olivais, herdades, courelas, coutadas, latifúndios, passagens dolentes, e sugestivas, relevos peculiares do solo, luz difusa e intensa, sol ardente e figurante, regime rural e pastoril, varas, rebanhos e manadas numerosas, e grandiosos burgos limpos, lavados, nevados, polvilhando as campinas e as planuras, pontes, monumentos e vias romanas, que dão vida a um grande passado, cursos de água ladeados de choupos, freixos e salgueiros, policromizados de loendrais em flor, horizontes amplos, indefinidos, cheios de perspectivas em que domina o mistério, o bucolismo, o panteísmo e uma como que harmoniosa palpação das cousas e da natureza, dispõe de segredos e elementos propícios à meditação e sugestão dos estados psíquicos, situações de alma, em que tudo em nós se espiritualiza se eleva, e é por tal modalidade inspirativa, que o rincão transtagano é o mais poeticamente evocador e bucolista do nosso Portugal.

No meio das planícies alentejanas, uma alma de eleição emocional, um verdadeiro poeta, se se embeber no ambiente que o rodeia; se escutar qualquer hora do dia ou da noite os impressionantes silêncios regionalistas, se souber interpretar os murmúrios da floresta, das veigas e dos burgos, dos seres e das coisas, sentir-se-há arroubado, transfigurado, engrandecido por essa estranha magia e lirismo que flui da natureza, exsudando grandiosidade e salmedia.

Em muitos passos das produções literárias ou poéticas de Florbela Espanca, ressaltam notas de psicologia alentejana, hinos de emoção e ternura que o seu coração oferta à Gleba estremecida, às paisagens que lhe encheram a alma, durante a infância e a mocidade.

O seu Alentejo surge na sua visão estética e sentimental, doirado de saudade, fremente de sentimento e nimbado de um culto regionalista, elevado, nobre e sincero.

Quem julgar que essas sínteses maravilhosas do belo artístico e da ideia que são os sonetos da “Charneca em flôr”, são cantos irreais, idealizados no vago, no esfumado da fantasia e sem finalidade subjectiva ou objectiva, engana-se redondamente.

A grande poetisa criou, com seu talento, e sua elevada intuição, realidades de sensações profundas, vividas, sofridas pela sua idiossincrasia generosa, e acalentadas na sua aspiração de sonho e felicidade.

Sua existência de poetisa foi galvanizada por um drama íntimo e impressionante, que se retrata e surpreende nitidamente quando se folheia, com devoção, e se comunga de olhos rasos de água, esse escrínio de sonetos que a “Charneca em flor” contém.

As composições líricas desse livro extraordinário, são tão belas, sugestivas, espontâneas e inspiradas que, dificilmente, se encontrará, na poesia contemporânea portuguesa, outro volume de sonetos onde brilhem jóias de tanto sentimento e perfeição.

Na vida literária de Florbela Espanca há três modalidades que a retratam espiritual e esteticamente, e dão a medida da sua bondade, da sua afectuosidade e do seu talento.

Na primeira espelha-se revela-se a Florbela das cartas que o seu coração ditou ou o seu talento burilou. Mas convém no entanto neste particular, distinguir as cartas íntimas de família, e aquelas em que exterioriza assuntos de arte ou literários.

Em ambos em facetas, a notável poetisa põe a sinceridade do seu coração e o brilho do seu talento.

Mas quem teve o prazer, como me foi dado a mim, de ouvir a leitura das suas íntimas missivas, feita por seu próprio pai, chorando comovidamente, sente que nesse arcaboço de mulher frágil e sensível, morava uma alma de eleição, um coração de bondade e um talento primoroso, quilates que infundiram nas suas lucubrações literárias, relevos de ternura e sentimento que comovem e cativam. Essas cartas cheias de afectuosidade retratam o grande amor que à família dedicava.

Nos contos que nos deixou a malograda poetisa provou exuberantemente que conhecia e dominava a língua portuguesa, que o seu pensamento era claro e pronto, a sua emoção e idealização eram aptas a delinear quadros de relevo e colorido que subjagam o leitor.

Incontestavelmente, porém, a sua obra de real valor, são os seus livros de versos, e, dentre estes, o que lhe consagrou o seu nome literário, – “Charneca em flôr”, Louvado seja o cérebro que criou, o coração que sentiu, a alma que vivificou e a pena que burilou os altos e perfeitos sonetos que esse formoso escrínio contém.

Quais as características mais notáveis desta inspirada poetisa.

O que é que dá à maioria dos seus sonetos, essa atracção e irresistível, de beleza e de encanto?

O temperamento poético e artístico da criadora da “Charneca em flor”, distingue-se por certos predicados que lhe dão esmalte e carácter bem acentuados. Os seus sonetos singularizam-se pela bondade, inspiração lírica, idealismo doce e suave, sensibilidade e sinceridade que traduzem.

Leiam-se, meditem-se com amor, com veneração, com unção íntima as formosas composições da “Charneca em flor”, e uma deliciosa harmonia vibrará dentro de nós, enchendo-nos de espanto e comoção.

O nome de Florbela Espanca é, já hoje, um novo astro literário na constelação brilhante dos poetas alentejanos, podendo enfileirar na ala dos consagrados de todos os tempos, alguns dos quais se chamaram Bernardino Ribeiro, Curvo Semedo, Conde de Monsaraz, José Duro, António Sardinha, e outros que poderíamos aduzir entre os já desaparecidos.

Atente-se no *fácies* do retrato de Florbela que acompanha a edição da Charneca em flor, e ver-se-á logo que o seu húmido, mas profundo olhar, espelha naquela fisionomia estranha, um certo tom de idealidade, de espiritualidade, de sonho vago e misterioso, que nos explica o segredo do seu grande talento.

Alma em êxtase, arroubada pela euritmia interior: vivendo na terra, mas contemplando mundos de luz, de beleza e de encanto, a que a sua imaginação ardente dava vida e realidade, Florbela era uma insatisfeita de ideal sonhado, vivendo sempre em inquieta sugestão de ansiedade.

Adivinha-se, quando nos embrenhamos na leitura dos seus sonetos, que a alma, o coração e o cérebro da excelsa poetisa passaram pela complexa e torturante guerra dos mais altos, mais nobres e mais ardentes pensamentos artísticos.

Um dia compusemos uma poesia, na qual tentamos fotografar a verdadeira essência do poeta lírico, terminando essa composição com estes dois versos emparelhado:

*Para que bom poeta alguém ser deva,
versos sem coração nunca os escreva.*

A nossa grande poetisa realizou perfeitamente, em seus belos sonetos, a verdade deste concerto.

Ela escreveu e concebeu as suas inspiradas rimas sempre com o coração nas mãos, com a alma aberta às grandes emoções líricas, olhos postos nos sonhos e poemas idealizados, na beleza inefável dos mundos que lhe povoavam a mente, ardendo em pira de amor e de anseios e interpretando a sinfonia trágica da vida, como se fosse uma ilusão de dores ou uma ambrósia envenenada.

Aquele estupendo soneto «*In Memoriam*» dedicado à morte infausta de Apeles Espanca, estremecido irmão da notável poetisa, tem um fecho verdadeiramente genial:

*Eu fui na vida a irmã de um só irmão
e já não sou a irmã de ninguém mais.*

Quanto podíamos ainda dizer sobre a malograda e grande poetisa alentejana.

Para não alongarmos este artigo além de certas proporções convenientes, pedimos ao leitor alentejano que pondere, medite e saboreie os sonetos que, a seguir, se inserem, e que são uma pequena amostra das belezas excelsas que, na “Charneca em flor”, se ostentam.

Se o espaço nos permitisse fazermos, aqui, uma análise minuciosa de certos sonetos, fazíamos ressaltar, à luz dessa crítica, os encantos artísticos de muitas composições de Florbela, que serão eternos modelos de sentimento inspiração genial.

A Câmara Municipal de Vila Viçosa
ANUNCIA
Feiras em Janeiro, Maio e Agosto, nos dias 29, 30 e 31
As mais concorridas e de maiores transacções em gado cavalar, muar, bovino, etc.
Remontas para o exército — Abundância de água e de alojamentos
para gado e pessoal — Carreiras diárias
de camionetas para Elvas, Évora, Castelo Branco e pontos intermédios

Importantes mercados agrícolas às quartas-feiras

GRANDES FESTAS DOS CAPUCHOS
NO SEGUNDO DOMINGO DE SETEMBRO
Uma das mais importantes e tradicionais romarias do Alentejo
Imponentes festas religiosas — Touradas — Fogos de artifício — Deslumbrantes iluminações, etc.

Monumentos de interesse artístico e histórico, dignos de serem visitados :
CASTELO, PAÇO DUCAL, IGREJA DOS AGOSTINHOS, IGREJA DAS CHAGAS, IGREJA DE
NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, IGREJA DE SANTO ANTÓNIO, IGREJA DA ESPERANÇA

LITERATURA

Sonetos de Florbela Espanca

Rústica

Ser a moça mais linda do povoado
Pisar, sempre contente, o mesmo trilho,
Ver descer sobre o ninho aconchegado,
A bênção do Senhor em cada filho.

Um vestido de chita bem lavado,
Cheirando a alfazema e a tomilho...
– Com o luar matar a sede ao gado,
Dar às pombas o sol num grão de milho...

Ser pura como a água da cisterna,
Ter confiança numa vida eterna
Quando descer à «terra da verdade».

Meu Deus, dai-me esta calma, esta pobreza!
Dou por elas meu trono de Princesa,
E todos os meus Reinos de Ansiedade.

Deixai entrar a Morte

Deixai entrar a Morte, a iluminada,
A que vem para mim, p'ra me levar,
Abri todas as portas par em par
Como asas a bater em revoada.

Que sou eu neste mundo? A deserdada,
A que prendeu nas mãos todo o luar,
A vida inteira, o sonho, a terra, o mar
E que, ao abri-las, não encontrou nada

Oh Mãe! Oh minha Mãe, p'ra que nascestes?
Entre agonias e em dores tamanhas
P'ra que foi, dizê-la, que me trouxeste

Dentro de ti...? P'ra que eu tivesse sido
Somente o fruto amargo das entranhas
Dum lírio que em má hora foi nascido!

Árvores do Alentejo

Ao Prof. Guido Battelli

Horas mortas... Curvadas aos pés do Monte
A planície é um brazido... e, torturadas,
As árvores sangrentas, revoltadas,
Gritam a Deus a bênção duma fonte!

E quando, manhã alta, o sol posponte
A oiro a giesta, a arder, pelas estradas,
Esfíngicas, recortam desgrenhadas
Os trágicos perfis no horizonte|

Árvores! Corações, almas que chora,
Almas iguais à minha, almas que imploram
Em vão remédio para tanta mágoa!

Árvores! Não choreis! Olhai e vêde:
– Também ando a gritar, morta de sede,
Pedindo a Deus a minha gota de água!

A Morte

Morte, minha Senhora Dona Morte,
Tão bom que deve ser o teu abraço!
Languindo e doce com um doce laço,
E como uma raiz, sereno e forte,

Não há mal que não sare ou não conforte
Tua mão que nos guia passo a passo,
Em ti dentro de ti, no teu regaço
Não há triste destino nem má sorte.

Dona Morte dos dedos de veludo,
Fecha-me os olhos que já viram tudo!
Prende-me as asas que voaram tanto!

Vim da Moirama, sou filha de rei,
Má fada me encantou e aqui fiquei
À tua espera... quebra-me o encanto!

LITERATURA

«A VILA DA VIRGEM»

Pelo Padre Lopes Manso

Fulcro de história, coração ducal,
fonte de inspiradoras emoções,
tu és, ó Terra, em todo o Portugal,
a Vila de mais nome mundial,
com mais altas e nobres tradições.

Edificada em solo alentejano,
na região dos mármore de fama,
brilhas em foco, no primeiro plano,
onde teu prestígio é soberano,
e teu foral tua nobreza aclama.

Tens um culto bendito – a Imaculada,
cujo Solar é dentro da almedina,
Paço de reis e corte celebrada,
já desde a Idade Média recuada,
teu poderio manda e predomina.

Teus duques senhoriais, armipotentes,
deram-te glória e lustre e fidalguia.
Guerreiros, fortes, cavaleiros, crentes,
são almas de eleição, beneficentes,
nas quais a força e luz, e a fé é guia.

Teu gótico castelo, o que não diz
ao coração de um português de lei!
Lembra logo o monarca Dom Denis,
o rei que tanto fez pelo país,
e pelo bem-estar de sua grei.

Não há na Lusitânia burgo assim,
com tradição tão bela e gloriosa!
Se teu aro campestre é qual jardim,
teu ínclito passado é para mim,
uma estrofe imortal, Vila Viçosa!

Interrogar a tua pré-história,
e os vestígios da época romana,
por todo o teu alfoz, região marmórea,
é pôr no bronze uma inscrição de glória
e ofertar-te ascendência soberana.

A crónica brilhante e triunfal
da tua vida nobre e secular,
é um canto de amor a Portugal,
inspirado na heráldica ducal,
e com voz no Sentir peninsular.

Tu realizas bem a encarnação
da milenar coroa lusitana.
Em ti palpita o ardente coração,
desta crente e audacíssima nação,
feliz rincão da terra alentejana!

Por séculos tu és o “santo” e a “senha”
que dão à Pátria fé, uma esperança.
Antiga e forte como Juromenha,
que há em nossa história que não venha
lançar raiz na Casa de Bragança?

Se é bucólico e lindo o ambiente agrário
de teus paços, teus templos e castelo,
nos barros e na talha e no calcário,
tu possuis património extraordinário
que as lusas gerações chamaram belo.

Escrínios de arte e cofres de beleza,
teus monumentos, obras imortais,
falam de reis de infantes e princesas,
de marqueses e duques e duquesas,
e derivam dos mármore locais.

Eles dizem da crença e lealdade
de fidalgos e grandes donatários.
Nos mosteiros e paços – a saudade
dá aos factos e lendas de outra idade,
o perfume dos velhos relicários.

Solar de evocações! Eu te bendigo
pela estirpe real do teu Ducado!
Quando a pátria corria algum perigo,
teu esforço leal, heróico e amigo,
em teus duques está sintetizado.

Vila Viçosa de há cerca de 100 Anos, nas páginas do *Álbum Alentejano*

Foi em ti que Portugal olhou,
ao sacudir o jugo filipino.
De ti partiu o poderoso voo
de liberdade, que o emancipou,
e deu aos lusos triunfal destino.

“Vila Viçosa”, donairosa terra,
cujas memórias epopeias são!
Foste grande na paz, como na guerra,
e a tua história secular encerra
um tesouro da Raça – a Tradição.

Em nome da Divina Padroeira
esmalta-te uma “Ordem Militar”.
Da pátria lusa és alma verdadeira,
e surges como fada medianeira
da Espada e Cruz, do Trono e do Altar.

Eu te saúdo, ó burgo consagrado
por esse herói e santo Condestável!
E erguendo, em teu louvor, este meu brado,
eu proclamo o esplendor do teu Passado,
e canto o que em ti há de venerável.

 <h1 style="text-align: center;">Vila Viçosa</h1>		<h2 style="text-align: center;">Comercio e Industria</h2> 	
<p style="text-align: center;">MARCENARIA E CARPINTARIA DE TOSCANO & CAROLA Encarregam-se de todos os trabalhos concernentes á sua arte Rua do Cambaia — VILA VIÇOSA</p>		<p style="text-align: center;">Filipe da Graça Paixão Madeiras, gessos, cimento, tubos de grés e louças sanitárias — Mercarias, vinhos e aguardentes — Encarregam-se de todas as obras que digam respeito á construção civil. Recio de S. Paulo — VILA VIÇOSA</p>	
<p style="text-align: center;"><i>João Antonio Filipe</i> — COM — Barbearia, venda de Sabonete e agente de «O Seculo» VILA VIÇOSA</p>	<p style="text-align: center;">LAGAR DE AZEITE DE ALFREDO DE MATOS BOIM Fábrica de azeites pelos processos mais modernos VILA VIÇOSA</p>		
<p style="text-align: center;">ANTONIO M. C. SIMÕES VINHOS, CEREAIS E AZEITES VILA VIÇOSA</p>		<p style="text-align: center;">Ourivesaria Santos CONJUNTO SORTIDO DE Ourivesaria e Relojoaria Rua Antonio José de Almeida — VILA VIÇOSA</p>	
<p style="text-align: center;">FARMACIA MONTE FUNDADA EM 1932 Casa de serviço permanente Premiada em todas as exposições a que tem concorrido Fabricação de todos os preparados officinaes, empoas medicamentosas, granulados, vinhos, xaropes, etc., etc. Rua de Cambaia — VILA VIÇOSA</p>		<p style="text-align: center;">Antonio da Silva Branco Fazendas, Chapéus e Calçado Agente de «A Tabaqueira» e «Fesforaia Portuguesa» Correspondente do Banco de Portugal TELEFONE 15 VILA VIÇOSA</p>	
<p style="text-align: center;"><i>José Pereira Aldeagas</i> COM DEPÓSITO DE Tabacos, Papeis de fumar, Fosforos, Polvora do Estado e Artigos de casa, etc. VILA VIÇOSA</p>	<p style="text-align: center;">Ernesto A. Montenegro Lobo ADVOGADO DE PROVISÃO VILA VIÇOSA</p>		<p style="text-align: center;">Pensão Canhão Serviço esmerado Recebem-se comensais VILA VIÇOSA</p>
<p style="text-align: center;">João Maria Espanca COMPRA OBRAS DE ARTE E ANTIGUIDADES Rua Gomes Jardim — VILA VIÇOSA</p>		<p style="text-align: center;">JOAQUIM ANTONIO ANÃO — COM — Officina de Carpinteiro, Madeiras e Vidros Serração e máquina para aparelhar Rua Gomes Jardim, 30 — VILA VIÇOSA</p>	
<p style="text-align: center;">Francisco Dias Ramos — COM — OFICINA DE CANTEIRO E ESCULTURA Encarrega-se de quaisquer trabalhos como jazigos de capela, ornamentos, xadrezes, pedras para móveis de sala, fogões, frente de estabelecimentos, etc. Venda de mármore branco e azul VILA VIÇOSA</p>	<p style="text-align: center;">Francisco Doria Nobrega NOTARIO E ADVOGADO RUA MIGUEL BOMBARDA VILA VIÇOSA</p>		<p style="text-align: center;">Antonio Alves de Carvalho NEGOCIANTE DE LÃS EM RAMA Estabelecimento de fazendas de lã e algodão VILA VIÇOSA</p>
<p style="text-align: center;">Amadeu Piedade Dourado BARBEARIA Perfumarias — Papelaria VILA VIÇOSA</p>		<p style="text-align: center;">LOJA POPULAR DE José Abelha Godinho Mercarias, Louças e Vidros Papellaria, Chá, Café e Tabacos Rua dos Fidalgos — VILA VIÇOSA</p>	
<p style="text-align: center;">PENSÃO CENTRAL DE JOSÉ MARIA LISBOETA Serviço esmerado Recebe comensais Rua dos Fidalgos — VILA VIÇOSA</p>		<p style="text-align: center;">Antonio Miguel Caeiro COM ESTABELECIMENTO DE Fazendas, Chapelaria, Retrozeiro, Modas e Confecções Sempre as ultimas novidades em todos os artigos de moda Chapeus para senhora e criança A casa de maior sortido e de mais requintado gosto Telefone N.º 3 VILA VIÇOSA</p>	



Vila Viçosa

Comercio Industria



CASA TOSCANO

(ELECTRICISTA)
Representante da lampada PHILIPS
e da bateria TUDOR

Armazem do Material Eléctrico
Motores, cabos, tubo isolante, lampas,
candeleros, pilhas e baterias

Instalações eléctricas de luz, força motriz,
campainhas e alarmes
Aparelhos de T. R. F. e todo o material

Vila Viçosa

Francisco Moreno

Advogado
com escritório em Borba e
Vila Viçosa

Farmacia Central

Gerente técnico: Joaquim L. Torrinha

Rua da Corredoura
VILA VIÇOSA

CENTRO COMERCIAL

de Frederico Antonio Paes
Fazendas, Modas, Camisaria e Chapelaria
Rua Miguel Bombarda (Vulgo Corredoura)
Vila Viçosa

JOAQUIM MARQUES

Estabelecimento de
Mercenarias, Ferragens e Drogas
Correspondente da Sociedade Alentejana de Seguros
"A PATRIA" (de Évora)

VILA VIÇOSA

Antonio José Castro

Funileiro
Encarrega-se de todos os trabalhos de sua arte
Vila Viçosa

Pedro das Dores Martinho

Café, mercenarias, vinhos finos e licôres
Serviço de estafeta entre Vila Viçosa e Lisboa
Rua Antonio José d'Almeida
Vila Viçosa

Miguel João Trindade

INDUSTRIAL

AGENCIA FUNERARIA

Fabrica de Cêra e Refrigerantes

Rocio de S. Paulo

Vila Viçosa

José Maria Trindade

Vinhos e Aguardentes
por grosso e atacado
RUA GOMES JARDIM
VILA VIÇOSA

Estabelecimento de Fazendas
Nacionais e Estrangeiras

— DE —
Salvador L. Torrinha
Vila Viçosa

José Francisco Santos

BARBEARIA
Rua Miguel Bombarda
Vila Viçosa

CAFÉ CENTRAL

Honorio da Silva Nepomuceno
Refrigerantes, Pastelarias e Licôres
Rua Miguel Bombarda
Vila Viçosa

Estevam Augusto Pereira

Solicitador encartado
Encarrega-se de todos os serviços forenses e comerciais,
tanto na comarca como em qualquer outra
Praça da Republica
VILA VIÇOSA

Joaquim V. Rosado e Silva

FARMACEUTICO
Especialidades farmacêuticas nacionais e estrangeiras.
Produtos químicos e farmacêuticos. Perfumarias,
Águas minerais, Produtos esterilizados, Artigos de higiene,
Esterilização de objectos cirurgicos e peles.

Vila Viçosa

Mercearia Luzitânia

de MANUEL FERNANDES CANHÃO
Estabelecimento de Mercenarias, Louças e Vidros
representante do famoso produto "Ovosalim"
Bolachas e Chocolates das acreditadas fabricas
Regina e Favorita
Rua Miguel Bombarda, 77 e 79 — Vila Viçosa

Jeronimo da Conceição Toscano

Officina de Serralharia
Fogões, Camas, e todos os trabalhos da sua arte
Rua Antonio José d'Almeida
Vila Viçosa

João dos Reis Barradas

COMERCIANTE
35, Rua Gomes Jardim, 39
Vila Viçosa

Adriano Francisco Cuba

Officina de serralheiro e Lagar de Azeite
Vila Viçosa

FARMACIA CALIPOLENSE

— DE —
Augusto C. de P. Monteiro
Farmaceutico diplomado pela U. de Coimbra
Vila Viçosa

Barbearia Central

Papelaria e Perfumaria
Avenida Antonio José d'Almeida
Vila Viçosa

José Antonio Cochicho

Comerciante
RUA GENTIL
Vila Viçosa

Antonio Ortigoso

Mercearia, cereais, legumes, tabacos, louças e vidros
Calçado fino para senhoras, homens e crianças
Especialidade em chás, café, e carnes
enlatadas, etc.
Rua dos Combatentes da Grande Guerra
VILA VIÇOSA



Vila-Viçosa

Comercio e Industria



Sociedade Lusó-Belga de Marmores, Lda

Séde em Lisboa — PRAÇA DUQUE DA TERCEIRA, 24, 2.º

Marmore branco, rosa, azul, em blocos. Exploração de Pedreiras nas herdades da Vigaria, Barrinho Branco e Ruivina.

VILA VIÇOSA

TABACARIA CENTRAL

de **Herminia Campos Lima Amaro**

Estabelecimento de Livraria, Papelaria e Perfumaria, Cartuchos, Felveas, Chumbo, etc. Tabacos nacionais e estrangeiros. Encadernações simples e de luxo.

VILA VIÇOSA

Sindicato Agrícola de Vila Viçosa

Fornece aos seus associados:

Máquinas agrícolas, adubos, alfaias, insecticidas e todos os artigos indispensáveis á agricultura.

VILA VIÇOSA



Domingos da Silva Cabrela Galo

Criador de gado cavalari, muar, lanigero, bovino, caprino e suino

Cereais, lã, azeltos e legumes

Herdade do Monte Branco — VILA VIÇOSA

Inacio da Conceição Mala

OFICINA DE FERREIRO

Encarrega-se de todos os trabalhos da sua arte.

Aldeia do Melo — VILA VIÇOSA

Manuel Joaquim Barradas & Filhos

CONSTRUTORES MECANICOS

BENCATEL-ALENTEJO

Fabricação de máquinas de debulha de sistema aperfeiçoado tornando-se sempre notadas pela sua solidez, simplicidade, facil manejo, boa apresentação, trabalho perfeito e de um grande rendimento que podemos garantir.

Merece especial atenção o aparelho preparador da palha, o qual consiste



em dois cilindros independentes, um para a cortar e o outro para a esmagar obtendo-se desta maneira palha macia em condições esplendidas para dar ao gado. A dimensão do fagulheiro montado sobre rodas e que pela sua grandeza relativa garante a melhor limpeza possível da palha, também é digna da atenção dos interessados.

CARACTERISTICAS

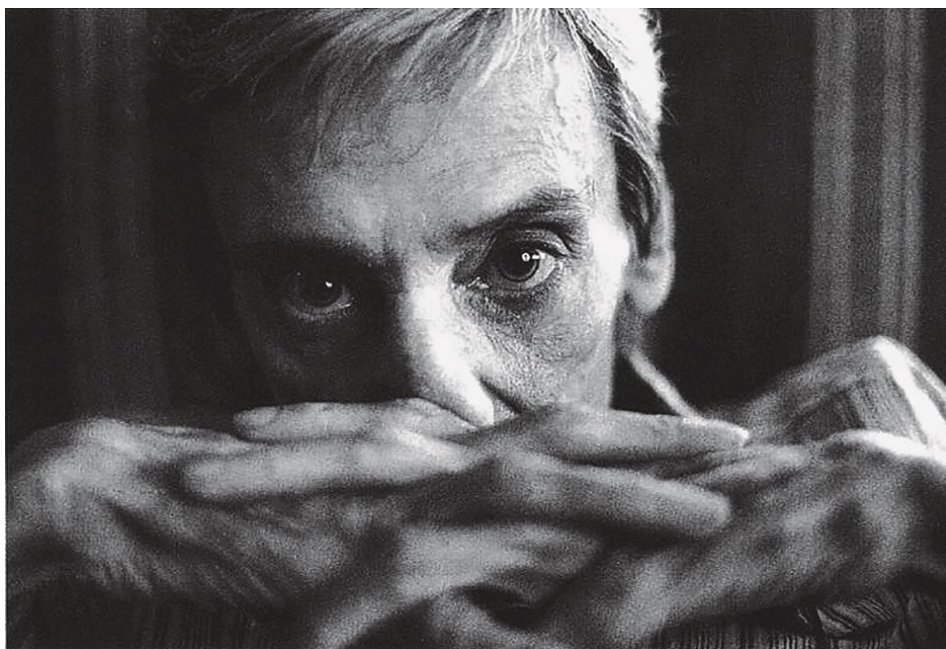
LARGURA DO		RENDIMENTO HORARIO		POLÉIA			Peso total aproximado
Batedor	Fagulheiro	Géneros	Kg.	Diametro	Rotações	Força	
830	1000	Trigo	800	375	800 por minuto	12-15 H. P.	2000 Kg.
m/m	m/m	Cevada	900				
		Aveia	1000				
		Centeno	800				

Preferie productos nacionais e contribui para o engrandecimento de Portugal

Homenagens

Rui Knopfli
Poeta com alma de mundo inteiro

Francisco Caeiro



Rui Knopfli [Foto internet]

*“Quem somos, senão o que imperfeitamente
sabemos de um passado de vultos
mal recortados na neblina opaca”*

Rui Knopfli in *O Corpo de Atena* (1984)

Rui Manuel Correia Knopfli nasceu em Inhambane, Moçambique, em 10 de agosto de 1932, filho de um funcionário da administração do Estado, sediado em Vilanculos. Inhambane foi o local escolhido para o seu nascimento, apenas pela garantia de condições sanitárias mínimas.

Completoou os seus estudos entre Lourenço Marques (atual Maputo), para onde foi com os seus pais, ainda criança, e Joanesburgo, na vizinha África do Sul, tendo, mais tarde, entre 1954 e 1974, exercido a profissão de Delegado de Informação Médica, sem jamais deixar de ser, porém, uma das figuras mais destacadas da vida cultural de Moçambique, muito crítico relativamente ao regime instalado.

Mas, irrelevante se tornam as coordenadas geográficas para quem nasce, e se assume, poeta de corpo inteiro e alma livre.

De facto, desde o final dos anos cinquenta do século XX, desenvolveu, Rui Knopfli, uma sólida obra poética, que, apesar da alma assumidamente africana, se assumiu como continuadora da tradição lírica do ocidente, não deixando de cruzar as tradições literárias portuguesa e anglo-americana.

“A nacionalidade literária é aquela que é proclamada pelos livros que nós escrevemos, pela conjuntura cultural, pela inteligência social que os produziram.” (Rui Knopfli, 1989)

O mundo inteiro que habita o coração dos poetas, e por eles se deixa dizer, indiferente a rótulos e considerações.

Camões, Pessoa, Drummond de Andrade e T. S. Eliot, são, por certo, referências na obra do poeta, embora ele olhasse as correntes literárias, em voga no seu tempo, com assumido distanciamento e muito irónica consideração, tendo recorrido, quase sempre, a um estilo clássico e formal.

Um estilo único.

Mas, também, e de forma recorrente, Rui Knopfli é classificado como um poeta barroco, com base na apetência para desenvolver temas como o tempo e o desengano, para além do elevado rigor com que talha os seus versos.

*“Eu trabalho, dura e dificilmente
a madeira rija dos meus versos
sílabas a sílabas, palavra a palavra”*

Rui Knopfli in *Mangas Verdes com Sal* (1969)

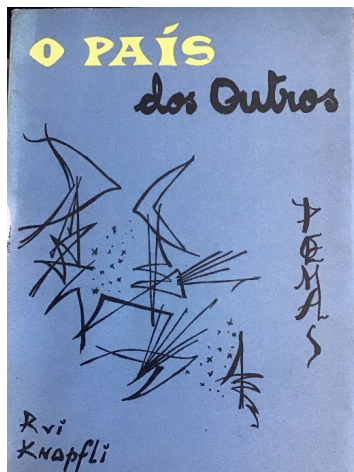
Certa, sim, é a sua independência e originalidade.

No centro da intelectualidade moçambicana, o poeta integrou desde cedo, o grupo que se opunha ao regime colonial, e com o poeta João Pedro Grabato Dias (o pintor António Quadros), fundou em 1972, os cadernos de poesia *Caliban*.

Nestes cadernos colaboraram, entre outros, o poeta moçambicano José Craveirinha, e os portugueses Jorge de Sena, Herberto Helder e António Ramos Rosa.

Foi aliás, António Ramos Rosa, quem escreveu na Seara Nova, a propósito da publicação de *“O país dos outros”*: *“a sua voz destaca no concerto da poesia dos*

últimos anos, pela agressividade corrosiva, pela maneira direta com que fixa a realidade social e os seus próprios sentimentos, pelo sarcasmo com que a vitupera, pela rudeza viril”.



Capa de *O país dos outros* (1959) [Foto internet]

Ainda em Moçambique, entre 1974 e 1975, foi diretor do vespertino *A Tribuna*, tendo mantido muitas outras colaborações com diversos jornais e revistas.

“Nunca escrevi versos que não fossem de amor”

Rui Knopfli in *Mangas Verdes com Sal* (1969)

Mas, para além de poeta com vasta obra, é imperioso referir também, que foi um reconhecido tradutor, jornalista e crítico literário.

Como tradutor, aliás como todas as atividades que desenvolveu, era reconhecida a sua exigência, o que não terá sido indiferente na hora em que lhe entregarem grandes obras da literatura universal.

Em Portugal foram publicadas traduções suas de obras de T. S. Eliot e Edward Albee.

Em 2001, a reconhecida editora Assírio & Alvim, no âmbito do Porto – Capital Europeia da Cultura 2001, publicou uma importante coletânea de poesia, a que atribuiu o título *Rosa do Mundo – 2001 Poemas para o Futuro*, e onde constam dois poemas traduzidos por Rui Knopfli, um deles é da autoria do polaco Zbigniew Herbert (1924-1998), “Da Mitologia”, e outro do chinês Tao Li (século VIII), sendo este último retirado de *O Livro Melancólico*, uma ironia que Rui Knopfli subscrive.

Não fossem as cumplicidades dos poetas indiferentes ao tempo e à geografia...

Dos anos de África fica o conjunto importante de publicações: *O País dos outros* (1959), *Reino Submarino* (1962), *Máquina de Areia* (1964), *Mangas verdes com sal* (1969), e a *Ilha de Próspero* (1972).

Por delito de opinião, com base num editorial em que denunciava o conluio entre a Frelimo com a polícia política de Ian Smith, primeiro-ministro da Rodésia, Rui Knopfli foi forçado a deixar Moçambique em 24 horas, por ordem do alto-comissário, almirante Vítor Crespo.

Kok Nam, foto-jornalista de Moçambique, acompanhou-o ao aeroporto de Lourenço Marques.

Rui Knopfli escreveu:

*“É o fatídico mês de Março, estou
no piso superior a contemplar o vazio.
Kok Nam, o fotógrafo, baixa a Nikon
e olha-me, obliquamente, nos olhos:
Não voltas mais? Digo-lhe só que não.*

*Não voltarei, mas ficarei sempre,
algures em pequenos sinais ilegíveis,
a salvo de todas as futurologias indiscretas,
preservado apenas na exclusividade da memória
privada. Não quero lembrar-me de nada”*

Rui Knopfli in *O Monhé das Cobras* (1997)

Não cumpriu.

Regressou em 1989, para o encontro com as memórias privadas, mas também para um convívio profícuo com a nova geração de poetas.

Com breve passagem por Lisboa, e também Nova Iorque, como adido de imprensa da delegação portuguesa na assembleia-geral das nações unidas, em 1975, o poeta parte para Londres, onde, a partir de 1982 desempenhou as funções de Conselheiro de Imprensa na Embaixada de Portugal, atividade que manteve até aos seus últimos dias.

*“Então parto dali
e o menino que fui regressa extenuado
e adormece na sombra dos meus olhos”*

Rui Knopfli in *Mangas Verdes com Sal* (1969)

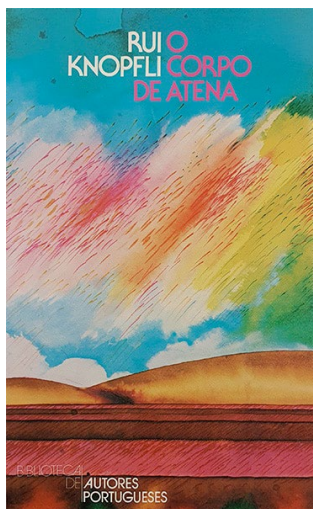
O homem cosmopolita que habitou a savana, vê-se agora naquele que, poderíamos dizer, ser o seu habitat natural, mas a sua inquietação mantém-se dando corpo e alma a um quase permanente exílio, abordando temas como o intimismo, a procura de identidade, o amor melancolia, os erotismos e afetos, simbologias (homens e natureza), e meditação do lugar.

A esse respeito, e por entre este jogo de equívocos, que afinal não são, afirmou Rui Knopfli, em 1978, no seu livro *O Escriba Acocorado*, que “*pátria é só a língua em que me digo*”.

E disse ainda...

*“Europeu, me dizem
Eivam-me de literatura e doutrina
europeias
e europeu me chamam.
Não sei se o que escrevo tem a raiz
de algum pensamento europeu.
É provável... Não é certo
mas africano sou”.*

Rui Knopfli in *O país dos outros* (1959)



Capa de *O corpo de Atena* (1984) [Foto internet]

Nesta fase pós Moçambique, Rui Knopfli publicou ainda: *Memória Consentida – 20 anos de poesia* (1982), o já referido *O Corpo de Atena* (1984), que foi Prémio de Poesia do Pen Clube, e *O Monhé das Cobras* (1997).

Foi agraciado com duas importantes condecorações nacionais. A 2 de fevereiro de 1980, foi agraciado com o grau de Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, e a 27 de abril de 1993, com o grau de Comendador da Ordem do Mérito.

E no livro, publicado precisamente no ano da sua morte, o poeta resume-se no poema:

*“Aprendi
apenas a ser o derradeiro guardião
da memória no escalracho da mata”*

Rui Knopfli in *O Monhé das Cobras* (1997)

Postumamente foram editadas as antologias: *Obra Poética* (2003), *Uso Particular* (2017) e *Nada tem já encanto* (2017).

Francisco Caeiro

Morreu no dia de Natal de 1997 e está sepultado, na companhia do filho, em Vila Viçosa, terra a que, desde há muito, está ligada a sua família.



“Rui Manuel Correia Knopfli

10-08-1932

25-12-1997

José Rui Cunha Knopfli

08-02-1960

29-01-2012

PAI E FILHO

E DEZEMBRO

A ENCURTAR O TEMPO

O POUCO QUE NOS SOBRA”

*“Paro diante do jazigo de família
Vila Viçosa, Alentejo profundo. Afinal tudo
tudo principiou aqui. O apelido seria,
puramente como outros, alentejano
não fora a incursão oportunista
do estrangeiro, que perturbaria o resto,
confundindo o futuro e as interpretações”*

Rui Knopfli in *O Monhé das Cobras* (1997)

Knopfli, um apelido que, desde logo, confessa as origens suíças, e nos transportam para a chegada ao Alentejo de um jovem, que com o seu irmão, trazem para Vila Viçosa a então nova arte da fotografia.

Por Vila Viçosa casaram e deixaram descendência, inscrevendo-se, por mérito e valor, no contexto Calipolense.

Este “avô” suíço acrescenta mais uma latitude à sua genética, e o poeta de África, mas com alma de mundo inteiro, “dorme” tranquilo, hoje, no recanto da planície alentejana, partilhando o chão do seu sono eterno com Florbela Espanca.

*“A lápide, que nomeia, não descreve
e a história que o historia,
eco vário e distorcido, é já*

*diversa e a si própria se entretece
na mortalha de conjurados perfis.
Amanhã seremos outros. Por ora
nada somos senão o imperfeito
limbo da legenda que seremos”*

Rui Knopfli in *O Corpo de Atena* (1984)

Bibliografia

Nelson Saúte – “Rui Knopfli – 90 anos”, Agosto 2022. *Rui Knopfli, 90 anos – O País – A verdade como notícia* (consultado em junho 2025).

Pitta, Eduardo – “Rui Knopfli 1932 –1997” – Blogue “Da literatura”, 10 de agosto de 2017; Portal Escritas.org – *Rui Knopfli – Escritas.org o portal da Poesia* (consultado em junho 2025).

Portal da literatura – *Rui Manuel Correia Knopfli – Portal da Literatura* (consultado em junho 2025).

Vários autores – *Rosa do Mundo – 2001 Poemas para o Futuro*, Assírio & Alvim, 2.^a Edição, junho 2001.

Rafael Moreira (1947-2025), *in memoriam*.

Inéditos epistolares a propósito do Paço Ducal de Vila Viçosa

Francisco Bilou*

Resumo: Rafael Moreira foi um dos grandes nomes da História da Arte do último meio século, cujo saber único nos domínios da cultura renascentista, da arte colonial portuguesa e da arquitetura militar iluminou o caminho às atuais gerações de historiadores nacionais, a ele se devendo uma tese de doutoramento de referência no quadro académico português e um dos mais assertivos estudos sobre o programa arquitetónico quincentista do Paço Ducal de Vila Viçosa. O presente texto, provindo de um amigo próximo e seu orientando doutoral, presta-lhe a devida homenagem através da divulgação de alguns inéditos epistolares tendo como tema o Paço Ducal de Vila Viçosa.

Palavras-chave: Rafael Moreira, inéditos epistolares, Paço Ducal de Vila Viçosa

Keywords: Rafael Moreira, unpublished messages, Ducal Palace of Vila Viçosa

Foi a figura histórica de Miguel de Arruda que nos uniu ao Professor Rafael Moreira; e desde aí se fortaleceu uma sólida amizade que prevaleceu até à sua morte, ocorrida a 9 de fevereiro de 2025. Sempre disponível para o debate (e para a polémica historiográfica), as suas reflexões sobre esta ou aquela peça de arte, este ou aquele monumento, este ou aquele artista, sempre tiveram algo mais do que o do simples comentário do mestre clarividente. Na verdade, a sua reflexão iluminava, abria caminhos, instava à aventura, tornando acessível a audácia de uma nova proposição... Não admira, pois, que ainda antes de o conhecer pessoalmente já o tinha por “orientador” e amigo à distância, bem longe de imaginar que um dia o haveria de ter, justamente, nessas duas qualidades¹. Lembrando aqui a

* Historiador de Arte | francisco.bilou@gmail.com

¹ Conjuntamente com a Professora Doutora Maria de Lurdes Craveiro, o Professor Doutor Rafael Moreira foi nosso coorientador da tese de doutoramento que defendemos na Universidade de Coimbra em 2024.

sua incontornável tese doutoral a propósito da presença da Corte em Évora e das obras *ao romano* aí construídas, esta nossa década de amizade valeu-me por um século.

Nascido na cidade do Porto (Cedofeita), Rafael Moreira estudou em Lisboa e no Rio de Janeiro, sendo luso-brasileiro de São Luís do Maranhão. Fixado em Lisboa em 1956, aí se licenciou em História (na Faculdade de Letras, em 1974). Professor de História da Arte (especializado em Renascimento, Arquitectura Militar e Arte Colonial Portuguesa) na Universidade Nova de Lisboa, onde fez mestrado (em 1982) e se doutorou (em 1991) com orientação de André Chastel e Jean Guillaume, teve ao longo da sua docência uma larga carreira internacional, participando em congressos na Europa e no Brasil, dando palestras e cursos, orientando teses, e atuando como membro do Conselho Editorial da revista *Monumentos*. Produziu cinco livros e mais de uma centena de artigos em revistas nacionais e estrangeiras. O Renascimento, a Arte Colonial Portuguesa e a Arquitectura Militar eram, contudo, as áreas de sua especialidade, onde também aí foi pioneiro na abordagem e nos vários contactos internacionais de referência, como os historiadores John Bury, Fernando Marías e André Chastel. Entre as suas obras destaca-se sobre todas “O Renascimento no Sul de Portugal. A encomenda régia entre o Moderno e o Romano”, sua tese doutoral (1991), agora também em livro (Colibri, 2023), que muito nos honrou ajudar à sua edição.

Ao longo de uma década (2014-24) mantivemos com Rafael Moreira uma profícua e permanente troca de correspondência digital, a lembrar a velha epistolografia, alguma dela sobre Vila Viçosa e em particular sobre o Paço Ducal. Este texto é justamente um singelo tributo à memória do professor e amigo, também como forma de valorizar o seu legado para a História da Arte em Portugal. Recordo, a propósito, o seu texto mais contundente sobre a obra quinhentista do Paço Ducal de Vila Viçosa a que deu o título «Uma ‘cidade ideal em mármore’. Vila Viçosa, a primeira corte ducal do Renascimento português» (*Monumentos*, n.º 6, 1997, pp. 48-53), decerto um texto inspirador para a leitura de tão importante obra do Renascimento português.

Por outro lado, importa pôr em destaque o seu lado humano e tangível, prazenteiro muitas vezes e até de alguma autocritica, aspeto comportamental mais desconhecido do grande público e que contraria o seu consabido “mau-feitio”, a que muitos incomodou sobretudo no meio académico. Mantendo na íntegra o texto original das mensagens recebidas, de resto escritas com grande assertividade, contundência e qualidade literária como era seu apanágio, aqui fica para memória futura (e acaso interesse científico) o nosso testemunho de gratidão e amizade a essa figura incontornável da História de Arte portuguesa.

24/04/2015, 20:08

O “meu” António Rodrigues?!...

Caro Amigo:

Essa é SENSACIONAL!! O António Rodrigues é todo ele uma descoberta minha, exposta na tese de Mestrado de 1982 “Um Tratado Português de Arquitectura do Século XVI”... Antes de mim – que lhe atribuo o Tratado de 1576-79 que identifiquei em 2 versões: uma 1.^a, um simples borrão derivado das suas lições na “Aula de Arquitectura do Paço da Ribeira” a D. Sebastião e à juventude nobre do Reino (entre eles D. Lourenço de Almada, nos seus 18 anos, que vivia no Palácio Almada ou “da Independência” ao Rossio!), e é por ele citado expressamente, ao dizer que não percebia a sua demonstração de um teorema de Euclides, que ele substitui por uma passagem de Serlio...), de 1576; e uma 2.^a passada a limpo em bela caligrafia e ricamente encadernada, dedicada a D. Manuel de Portugal (Vimioso), o protector de Camões que pagou a edição d’”Os Lusíadas” e encomendou a Fernão Gomes o retrato do Poeta, e foi encarregado de fortificar as fronteiras do Reino na época tão trágica dos fins do reinado do Cardeal-Infante D. Henrique – com António Rodrigues, incansável partidário do Prior do Crato e oposto ao invasor Filipe II, sempre ao seu lado, de 1579) – apenas o velho e tão intuitivo Ayres de Carvalho o havia referido de passagem como sendo autor de muitas das obras (Convento de Palmela, concretamente) depois atribuídas por propaganda a Filipe Terzi. Sem contar, claro, o S.Viterbo, que dá os documentos essenciais mas não percebe o seu alcance.

Passei muitas noites sem dormir, revolvendo-me na cama, a pensar na responsabilidade de atribuir tais Tratados – que na verdade não são mais do que um, nunca publicado devido às circunstâncias do domínio filipino... – à desconhecida figura deste tal António Rodrigues! Como sempre sucede ao se acertar numa “hipótese”, não tardaram a se acumular as evidências: eu, que consegui atribuir-lhe a Capela das Onze Mil Virgens em Alcácer-do-Sal (c.1565), a igreja de St.^a Maria de Setúbal, hoje Sé (1572), talvez – mas não tenho qualquer dúvida! – a Sé de Angra nos Açores (1573, acho), talvez a matriz de Fronteira, etc. E logo no dia seguinte à defesa da tese, entra-me no gabinete o meu colega José Custódio Vieira da Silva, então a preparar o seu Mestrado, que me diz: «Olha, o teu António Rodrigues fez a Sacristia e Sala do Capítulo da igreja do Jesus em Setúbal!», baseado no códice de uma freira do mesmo que estava a ler na BNL... E o Vítor Serrão tem-me enchido as gavetas com referências a AR como latifundiário na região de Alvalade-do-Sado, de onde ele seria natural. E eu, em 2 dias no Arquivo D. de Setúbal, encontrei tantas referências a ele como figura de alto prestígio na sociedade local, que tive de deixar para outra ocasião – mas até hoje nunca mais lá voltei!

No próximo dia 22 de Junho (confirme, porque não estou certo: tenho entre tanto de ir ao Brasil, à inauguração da Exposição “Rio Setecentista”, comemorativa dos 450 Anos de Fundação da Cidade, de que fui contratado como consultor na Europa – entre 30 de Maio a 10 de Junho...) vou fazer uma conferência

num Workshop, como agora é moda, na UNL sobre “Estilo Chão” em que repetirei a palestra que dei no Porto uns anos atrás a pedido do Prof. Domingos Tavares sobre “Como “inventei” António Rodrigues, o autor do único tratado sobre o Estilo Chão”, em que irei falar do seu “purismo geométrico” da Contra-Reforma, as fontes dos tratadistas da Itália (onde estudou 4 anos), e o que mais me vier à cabeça. O dado que me fornece é uma achega valiosa!

Se quiser vir assistir e participar na discussão que se segue, terei o maior prazer...

Abrçs,
R.M.

25/04/2015, 15:50

Artigo Miguel de Arruda

Caro amigo:

Dou-lhe os meus sinceros parabéns: o artigo ficou bem melhor do que estava! Mais claro, preciso, limitado a uns quantos pontos bem concretos e definidos – sem a pretensão de abarcar toda a obra IMENSA de M. de A.!! Mas é uma preciosa contribuição à monografia sobre ele, isso é certo...

Acho muito bem que o publique nos “Cadernos” do Instituto de História da Arte do nosso Vítor; na verdade, não sei de outro lugar onde o possa publicar. A “Revista de História da Arte” do Instituto de H. da A. da FCSH da Univ. Nova só sai ...quando sai! (o último n.º acho que já tem mais de 3 anos), e está mais virado para a Contemporânea e a Museologia do que para o Século XVI.

Mas ainda continuando a falar dos meus papéis, em que tenho andado a remexer: as referências a M. de A. são mais que muitas! Assim, no opúsculo de Henrique Lopes de Mendonça Notas sobre alguns engenheiros nas praças de África (Lisboa, 1922) – uma espécie de suplemento ao Dicionário do S. Viterbo –, ele aparece várias vezes, sobretudo em relação a Ceuta: há uma minuta de carta de instruções para ele reparar a fortaleza (de Maio de 1541?), uma ordem ao corregedor de Évora para facilitar a sua missão de contratar pedreiros ebo-renses para irem trabalhar em Ceuta e carregar cal em Portimão (7 Maio 1541), e regressa a Ceuta em 1544, aí chegando a 9 de Junho. Durante esses anos – em que firma sua amizade com D. João de Castro – ele quase que passa mais tempo no Norte de África do que em Portugal...

No Cod. 1758 da BNL – 620 fols. de cartas originais – fala-se no “modelo” (maquete, ou desenho?) que a 30 de Junho de 1549 ele trouxe da Fortaleza do Seinal; há uma referência muito curiosa a 2 engenheiros franceses, um dos quais chamado “Grãovale” (Grandval?), que “amdão cõ Mygel d’Arruda” e um António de Arruda a ver Ceuta em Abril de 1549; etc.

Mais interessantes são os dados colhidos na tese de Mestrado da minha aluna Teresa Bettencourt da Câmara, Óbidos. Arquitectura e Urbanismo (1986: creio que publicada pela Colibri) sobre a construção do mosteiro jerónimo de

Valbenfeito, junto de Óbidos, hoje reduzido a um campo de cultivo: iniciado em 1534 pela rainha D. Catarina para substituir o da Berlenga, sempre a ser roubado por piratas, tendo por mestre-das-obras um Luís Fernandes, filho de um pedreiro Pero Fernandes (que ela relaciona com a família de Mateus Fernandes, da Batalha), a 11 de Janeiro de 1539 uma carta do provedor-das-obras-reais Pero de Carvalho manda fazer alterações ao “regimento e traça” do Mosteiro – de que já estavam prontas a cozinha, refeitório, casas e celeiro –, e que o prior trate do pagamento a M. de A.! O que me sugere fortemente (embora a Autora nada diga sobre isto) que ele tenha sido o autor da traça inicial, de 1533-34...

É outra obra para o seu tão recheado currículo – e que decerto estamos ainda longe de conhecer na totalidade.

Enfim, é ainda prematura qualquer tentativa de escrever a tal monografia. Vamos aguardar novas descobertas, como as suas.

Abrçs,
R.M.

sábado, 23/05/2015, 16:1

Vista do Rossio e Paço Ducal de Vila Viçosa c.1670

Caro amigo:

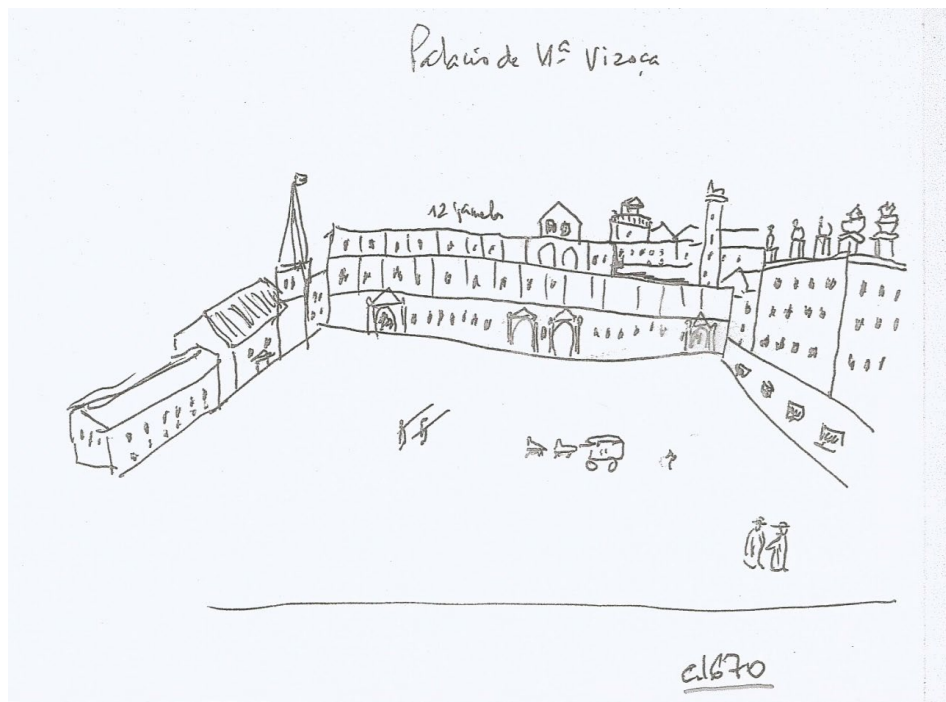
Aqui lhe envio em anexo o desenho que fiz. muito rapidamente, de uma vista – creio que inédita – da praça central de Vila Viçosa. É um álbum em papel (17 x 27 cms) com 45 vistas de vilas e cidades de Portugal, quase todas na fronteira, de que esta é logo a 1.^a: o proprietário deixou-me ver à vontade e desenhar – mas não fotografar!

Creio ter sido feito a pedido do Duque de Bragança e rei D. Afonso VI para comemorar a paz com a Espanha, mas só acabado de executar c.1670 (após a visita do Grão-Duque da Toscana, Cósimo de Medici), decerto por algum engenheiro militar francês que trabalhara ao seu serviço. É lindo!

O dono, um livreiro-antiquário de Lisboa, pede por ele mais de € 10 mil. Não quer comprá-lo?... Repare nos pormenores do Paço e no aspecto totalmente renascentista do “paço velho” de D. Jaime, como uma “caixa” a envolver o paço manuelino! Depois conversamos melhor a respeito.

Abrçs,
R.M.

P.S. – A minha impressora está com um problema: não fui capaz de lhe enviar a imagem. Mas pedi a uma aluna minha que acaba de passar por cá que o fizesse, e ela deve lha mandar ainda hoje. Depois diga-me se a recebeu em boas condições – e o que achou da novidade!



domingo, 24/05/2015, 12:00

Vista do Paço de Vila Viçosa, enfim!

Caro amigo:

Já aí tem o esquiço que fiz no ano passado do desenho a tinta azul – de c.1670, acho – do Rossio de Vila Viçosa (não repare nos erros causados pela pressa: “Vizoça” em vez de Viçosa, etc., mas essa legenda e algumas notas são de minha autoria).

O Rossio está perfeitamente delineado, pronto: acabado ...Quanto a mim, é uma das mais belas praças de Portugal, em termos de urbanismo, proporções, adequação à escala dos edifícios que a circundam, etc. – e pensar que foi aberta de propósito no meio da mata de caça de D. Jaime! –, só comparável à de D. Miguel da Silva frente à Sé de Viseu – e, claro, à Praça do Comércio de Lisboa (ou melhor, ao Terreiro do Paço que a precedeu), que acho a terá inspirado. Falta apenas a igreja de St.º Agostinho, que estava em obras de conclusão. Note que já não tem a Fonte (de que fala ainda Morais Sardinha no século XVII) encostada ao convento das Chagas.

O destaque vai naturalmente para a fachada do Paço de D. Teodósio: estava igual ao que está hoje – salvo 4 portais renascentistas, exentos, com colunas e frontão triangular, sobre as portas (tirados nas obras do século XIX?).

Do andar superior, acrescentado por Teodósio de Frias – embora o Vítor jure a pés juntos que toda a fachada é desse arquitecto “maneirista”... coisa absolu-

tamente impossível! – faltava acabar a parte à direita; mas já estava feito o mirante do meio, com o qual ele tinha pretendido centralizar, ou “barroquizar”, a fachada original 100% albertiana de 1535. Basta comparar a cor dos mármore e sua textura (signo de uma técnica de corte diferente e da origem noutras jazidas), e sobretudo a sua inclinação – está quase a cair! – em relação à perfeita verticalidade e estabilidade dos 2 andares de baixo, para ver que são campanhas diferentes, a mais de meio século de distância...

Curiosa é a altíssima torre circular – parece uma chaminé de fábrica do século XIX! – que se ergue na zona das cozinhas. As construções por trás não sei o que seriam.

Mas o mais interessante é, quanto a mim, o aspecto que apresenta o Paço “Velho” de D. Jaime: cercado por um muro alto com 4 janelas rectangulares (que creio ainda lá está), é um cubo, uma “caixa” de pedraria (mármore, sem dúvida) com 3 filas de 4 janelas iguais por face a envolver / esconder o edifício manuelino. Sobre o terraço da cimalha, também 4 enormes cipos “à romana” com vasos e chamas por cima... Tudo isto desapareceu, que eu saiba. Mas é uma composição totalmente inesperada, que deve ser da mesma campanha da “1.ª fase” do paço de D. Teodósio.

O Convento das Chagas não mostra diferenças, a não ser o alto zimbório de sabor manuelino sobre a torre da igreja.

A Maria de Jesus Monge – minha amiga desde os tempos da “XVII.^a” – disse-me ter visto uma gravura semelhante na revista “Ocidente” de fins do século XIX, mas ainda não tive tempo de o verificar. O que me parece é ser uma visão nova do conjunto do Rossio de V.V., com um plano coerente perfeitamente renascentista, atribuível à iniciativa do Duque D. Teodósio (de 1535 até c.1560), concebido não sei por quem. A hipótese “Benedetto da Ravenna” que ponho no meu artigo na “Monumentos” nunca me convenceu muito; inclinei-me para Francesco da Cremona, que abriu a Praça de Viseu e esteve em Évora por essa altura; mas não seria do nosso Miguel de Arruda – após regressar da Itália, se é mesmo ele que lá lá foi?! Enfim, mais um problema...

Abrços, R.M.

quarta, 30/09/2015, 11:39

Francisco Lorete

Caro amigo:

...Mas a ideia que tenho é que o Francisco Lorete era sobretudo um “carpinteiro de maçonaria”, ao serviço do Mosteiro de St.^a Cruz de Coimbra! Poderia talvez, eventualmente, desenhar – e até fazer – obras de pedraria, mas sempre secundárias. Na igreja de Arronches ele apenas fez as portas, os batentes de madeira portanto, e pode ter desenhado o belo portal tão clássico: duvido muito que o tenha executado, no sentido de por “a mão na massa”, isto é, na pedra...

Essa igreja-salão – já de si uma tipologia nova e muito complicada de projectar – tinha a abóbada de “rompante” (termo técnico espanhol que nunca sei

como traduzir, ou sequer se existe uma tradução portuguesa!) curvo longitudinal, o que implica toda uma série de conhecimentos técnicos altamente especializados que duvido que um marceneiro vindo do vale do Loire pudesse ter. Sempre achei que o seu autor fosse o biscainho Diogo de Castilho, enviado de Coimbra como “mestre das obras de St.^a Cruz” (a quem a igreja pertencia) – e mesmo assim com a provável ajuda de seu irmão mais velho João de Castilho, com quem ele decerto conversou em Tomar a caminho de Arronches!

Qualquer outra coisa é novidade que muito me interessa, e peço-lhe me mantenha ao corrente.

Abrçs,
R.M.

P.S. – P. ex.: as obras que este mestre francês fez para o Duque de Bragança (de quem foi “mestre das obras” e não arquitecto...) não foi a fachada do Paço Ducal de Vila Viçosa, como o Vítor supõe, mas sim os portais que lhe foram acrescentados – e se vêem bem no desenho de 1670 que lhe enviei –, e talvez a fonte do Rossio e o portal do convento das Chagas. Mas aguardo essas novidades...

sexta, 2/06/2017, 00:44

Nicolau de Frias e a matriz de Unhos

Caro amigo:

Tenho à frente dos olhos o livro do Vítor sobre “Évora no tempo do arcebispo D. Teotónio de Bragança” – tão útil para estas pequenas coisas –, e leio na p. 90, a propósito de Nicolau de Frias e do Duque D. Teodósio II, que: “Por mando deste último, por exemplo, ocupou-se de obras na igreja de São Silvestre de Unhos (Sacavém), povoação pertencente à Casa de Bragança, onde gizou nova torre e realizou outras ampliações.”, remetendo ao outro livro de 2008 “O fresco maneirista no Paço de Vila Viçosa”, p. 41, nota 72 (que não tenho aqui à mão) – e aliás repetindo quase à letra o que dissera num artigo da revista Callípole de 2015.

Há, portanto, algum documento que refere obras de NF na matriz de Unhos – uma “nova torre” e “outras ampliações” –, não sei em que ano nem se mesmo por ordem do Duque.

A igreja integra-se na tipologia da “plain box church” definida por Kubler, tão discutida quando da construção de S. Roque aos Jesuítas, em 1565 e ‘66 – nave única, parede fundeira em arco triunfal e capelas laterais pouco profundas (embora a cobertura seja em abóbada de berço, como Afonso Álvares a queria, e não em tecto de madeira plano como Terzi a fez) – e pode derivar do seu modelo. Mais do que isso parece-me de momento impossível de se dizer...

Abrçs,
R.M.

sexta, 9/02/2018, 14:5

Fachada Paço Ducal de V.^a Viçosa

Caro amigo:

O Nuno Senos acaba de me enviar o seu texto, ainda em provas, para o livro final do “Projecto D. Teodósio” que ele fez com a Jessica, e vários outros. Está muito bom (dá-me inteira razão no que diz respeito à data, ca. 1535, da fachada do Paço Ducal, contra o que o Vítor tem tentado sustentar!), mas tem algumas pequenas falhas, como é natural.

Queria contrapor-lhe alguns dados. Já cá tenho a foto digitalizada da vista que descobri de ca. 1670, em que se vêem os 4 portais albertianos que havia nos 4 arcos de entrada, e a Torre sobre o paço de D. Jaime encimada por fogaréus do Renascimento; mas queria analisar aquela vista que me mandou há dias ... e não consigo encontrar!

É uma que também o Miguel Soromenho terá publicado no seu livrinho sobre a igreja dos Agostinhos, de que ele tem um exemplar para me dar no MNAA – mas com o frio que tem feito não sou capaz de lá ir buscar! Não poderia fazer o favor de me enviar de novo a bela foto que me tinha mandado? (Sabe com certeza a que me refiro...) Obrigado!

Abrçs,
R.M.

sexta, 29/10/2021, 22:4

Mármore genoveses em Lisboa, 1500-15

Caro amigo:

Fiquei com um peso na consciência e a sensação desagradável de ter sido algo “duro” na apreciação que fiz da sua tese... Peço desculpas: sei que é só uma introdução, e a parte substancial será o estudo da obra de Chanterene, Francisco Lorete e Pero Gomes.

Tenho um bom ficheiro dos pedaços de arquitectura importados directamente de Génova – ou dos ateliers de Carrara – só desbastados, para serem acabados e colocados cá nas obras manuelinas, e desde já prometo enviá-lo...

Veja, entretanto, o livro do Nuno Senos sobre “O Paço da Ribeira”, e para os palácios da Alcáçova e da Vila em Sintra o essencial artigo do Braamcamp Freire “Cartas de quitação da época de D. Manuel”, ou algo assim. Vai ficar admirado – PASMO! – com a quantidade de peças que se importavam das pedreiras de Carrara, com as de Estremoz e Vila Viçosa aqui à mão de semear... Mas é o que diz: na época de D. Manuel há um hiato na exploração dessa indústria do mármore em Portugal. Só falta é saber PORQUÊ...

Abrçs,
R.M.

terça, 3/01/2023, 19:27

“Década negra” de Évora

Caro amigo:

Ao aproveitar um dado colhido na tese para a minha palestra do ‘Clube Unesco do Porto’ – o da demolição em 1869 da “Galeria das Damas” no Paço de S. Francisco, que seria o 1.º exemplar de arquitectura renascentista em Évora, projectada (penso) por mestre Francesco da Cremona, tal como o início do Palácio Ducal de Vila Viçosa (1535)... – dei-me conta de ter havido nessa cidade uma década “negra”, de chumbo – ou de ferro –, em que se demolia tudo que de antigo havia pela frente, sem dó nem piedade. Foi esse lanço do Paço Real, em 1869; foi a minha favorita (se eu mandasse, fazia-a repor no lugar!), a torrinha do Aqueduto frente à igreja de S. Francisco, em 1875, para construir um mercado que nunca se fez; foram os conventos do Paraíso e S. Domingos; foi talvez o amontoar das tapeçarias manuelino-flamengas do Paço em casa do tal sr. Barahona, que um sobrinho vivaço soube aproveitar – e vendeu a um antiquário francês, que, claro, revendeu-o logo a um milionário banqueiro americano-judeu-alemão (Warburg). Coincidiu com o reinado de D. Luís (1861-89), o Cabralismo, o triunfo do pior do impulso modernizador do capitalismo, etc.

Mas, em Évora? Foi o quê?! O poder camarário dos Barahona Frágoso (‘Barões Frágoso’, como dizia a tese da Annemarie Jordan) e viscondes da Esperança? Gostava que me elucidasse, se tiver a paciência... Muito obrigado.

Abrçs,

R.M.

domingo, 12/05/2024, 12:43

SOS

Caro amigo:

No fim deste mês (25) vou a S. Paulo dar aulas na pós-graduação da USP, e sigo para S. Luís do Maranhão a rever meu irmão & família. Então farei, a 13 de Junho, comunicação na Academia Maranhense de Letras sobre o grande poeta António G. D. cujo 2.º Centenário se comemora, “Gonçalves Dias em Coimbra: 1838-1844”, que repito em Caxias, cidade interior sua terra natal. O texto já está escrito; mas foi-me sugerido apresentar como novidade a certidão de nascimento de seu pai, o abastado comerciante português João Manuel Gonçalves Dias.

Pedia-lhe o favor de, com o ‘toque mágico’ que lhe permite entrar nos arquivos e descobrir docs., me ajudar a deslindar esta (espinhosa) questão...

Do João Manuel pouco se sabe, só o que consta na certidão de nascimento do poeta, que amigo copiou no Arquivo da Univ. de Coimbra e publicou em 2014: natural de CELORICO DE BASTO, “concelho de Guimarães” (sic), filho de António Gonçalves Dias e Dona Josephina Pereira Dias, morreu tuberculoso em S. Luís do Maranhão em 1837 após lutar contra a independência do Brasil e

vida de trabalho no comércio em Caxias, pelo que nasc. fim do reinado de D. José, 1760-70.

Os registos paroquiais de Celorico de Basto – ignoro a freguesia – devem estar no ‘Arq. Municipal Alfredo Pimenta’ em Guimarães (mais que no Arq. Distr. de Braga). Poderia procurar aí?

Ficava-lhe muito grato – e obviamente o citaria caso encontre algo... Obrigado.

Abrçs,
R.M.

P.S. – Do júri e doutoramento não há notícia – o que mais me convence a defesa só ser depois de voltar de Goa, a 2 de Novembro.

Última mensagem de Rafael Moreira, sexta-feira, dia 24 de maio de 2024, 19:42

Até à volta

Caro amigo:

Amanhã (sábado 25) pelas 12:20 embarco na TAP para S. Paulo!

Devo chegar a Guarulhos – se tudo correr bem – pelas 18:30, indo de táxi para a Avenida Paulista, o centro da ‘movida’ na cidade – e no Brasil inteiro...

Vou lá dar as aulas na USP (Univ. de SP), apesar do FRIO que parece vai estar, e sigo a S. Luís do Maranhão a passar as festas juninas, como Lisboa.

Mas no dia 15 de Julho espero estar de volta.

Continuo sem notícia alguma da Lurdes Craveiro.

Penso que a defesa de tese não ocorrerá antes de Novembro, em que regresso... mas de Goa!

Antes disso darei notícias.

Abrçs,
R.M.

Nota final: Rafael Moreira regressaria de urgência a Portugal, em junho de 2024, provindo do Brasil, onde fez fratura do colo do fêmur. Nunca recomposto deste acidente e com a saúde física e mental a piorar, já não lhe foi possível viajar à Índia em meados de setembro, como planeava em companhia do amigo comum Carlos Caetano, seu verdadeiro “anjo-da-guarda” nos últimos meses de vida. No início de outubro ainda conversamos por telefone, mas já não foi possível contar com a sua presença no júri do doutoramento que defendemos em Coimbra no final desse mês. Rafael Moreira haveria de falecer no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, onde dera entrada três dias antes, na madrugada de domingo do dia 9 de fevereiro de 2025, dia de Santa Apolónia. Faria no próximo dia 4 de julho, 78 anos...

Até à volta, amigo!
S.T.T.L.

João Tavares, um Algarvio com alma Calipolense. A Homenagem

Fátima Tavares | Licínio Lampreia

Queremos começar este texto salientando que as homenagens têm, por vezes, a tentação de sublinhar ou inventar o excepcional. Mas, neste caso, rememora-se, também para, num acto de lucidez e de consciência, renovar a expressão profunda de toda a nossa gratidão e também para recordar o respeito que votávamos todos nós ao Professor João Manuel Lopes Tavares (1949-2024). Recordar o seu pensamento e a sua obra são a maior e a melhor homenagem à sua memória.

Trata-se, pois de uma verdadeira paixão suscitada por esta ideia de um breve encontro com a sua vida e obra. Mas, quando é intenso e profundo, um encontro nunca é breve. Por isso, numa ocasião como esta, escrevemos estas linhas, de forma livre e inabalável, e desde a nossa perspectiva particular, para prestar, em acto de pura justiça, um preito de gratidão à sua memória e um singelo reconhecimento público, que enformam e firmam o presente texto. É com esta esperança que escrevemos estas linhas. Com a ponderação, com a objectividade e com as palavras justas de que somos capazes, confessamos que este é talvez um dos mais motivadores desafios a que nos podemos entregar.

Como cedo ficou claro, este prómio é, acima de tudo, sobre a vida e a obra deste Homem, empolgante, cativante e, a espaços, suscita ressonâncias inesperadas, embora Vila Viçosa esteja, de modo evidente e despretensioso, em cada página, em cada palavra e em cada vírgula. De facto, a moldura é Vila Viçosa e o quadro com o retrato de João Tavares é delineado com traços apressados, mas com pinceladas de cores vivas e cheias de luz.

Tentaremos apresentar, ao menos, uma pequena parte das distintas questões ligadas ao seu labor, sobretudo da perspectiva do que ele significou para Vila Viçosa, a partir do momento em que o jovem João Tavares se estabeleceu na *Vila Viçosa, Sede Ducal*, candidata a Património Mundial da UNESCO, a vila alentejana que tantos admiram logo ao primeiro relancear de olhos, que é o que sempre foi, que mantém a sua essência e o seu carácter e que ainda é possível perceber a velha melodia do tempo ufano.

A nossa maior inquietude consiste em que, dado o espaço de que dispomos, apenas nos será possível bosquejar o que foi a sua vida e obra, matéria de muitas páginas.

Seja como for, pretendemos arrojear um pouco de luz sobre alguns laços estéticos e algumas componentes basilares do seu legado, quer seja fundamentado no nosso conhecimento, quer seja, ainda, baseado nas nossas concepções de trabalho. É um grande atrevimento, mas ele será, quando menos, bem intencionado e honesto. Podemos, afinal dizer, que aspiramos a apresentá-lo com alguma novidade e com novos factos, que possam contribuir para uma nova prestação e para o reconhecimento credível dos seus méritos e da sua história.

É evidente que parece-nos um grande erro tratar a obra de João Tavares com ligeireza ou passar por cima de interpelantes componentes que encerra. De facto, quanto mais lemos, estudamos e aprofundamos o seu trabalho, menos aceitamos que o simplifiquem. Estamos, pois, muito longe do que se poderia chamar um legado subalterno no panorama cultural e histórico de Vila Viçosa.

Naturalmente que somos conscientes que há muita e variada actividade cultural, literária, científica, social e educativa que fica submersa ou escondida. Uma busca, seguramente, permitiria que se encontrassem novos atributos.

E, agora, sim, após este preâmbulo, e sem mais delongas, vamos para onde dissemos, desde o princípio: até João Tavares.

Falámos e convivemos muitas vezes com João Tavares. Hoje é dia de falarmos dele: do que foi e do que fez. Dito doutro modo: é a sua vida e obra que hoje recordamos, como, aliás, acima referido. E não há melhor forma de fazê-lo do que através das páginas da Revista de Cultura *Callipole*, editada desde 1993 pela Câmara Municipal de Vila Viçosa, que ele tanto ajudou a criar (em sentido que adiante se verá), para o fazer.

Acrescentemos que no roteiro dos caminhos percorridos por esta personagem há várias vertentes e contextos que haveremos de examinar por separado. Não importa: para todos, o que ressalta nele é a sua vida e obra. Mas, podemos anunciar desde já que há surpresas inesperadas aí no meio.

Começamos por sublinhar que o primeiro que sobressai quando nos assomamos à figura e à obra de João Tavares é o amplo espectro dos seus interesses e dos seus saberes, além da sua capacidade de acção. De facto, o seu labor é multifacetado, poliédrico e de grande fecundidade intelectual, sendo obreiro de uma obra intensa.

Para já refira-se, como etapa de arranque, que podemos dele dizer, com toda a propriedade, que há o João Tavares professor e há o João Tavares filósofo, sobretudo debruçado sobre a Filosofia Portuguesa; há o escritor e o poeta; há o historiador e o conferencista; há o editor e há o tertuliano, autor de uma obra relevante transmitida oralmente que é pena só poder reconstituir-se fragmentariamente; essa curiosa produção filosófica, histórica e cultural que ele dispersou, como obreiro habitual da arte de conversar com os amigos. Todos estes atributos deram, pois, a mão, mostrando todas as suas potencialidades, através da sua obra.

Para entendermos o resultado final de uma viagem não basta identificar o suposto ponto de origem, mas sim percorrer todo o caminho. Se desviarmos a vista

para trás e contemplarmos o itinerário percorrido por João Tavares, podemos medir melhor a dimensão e a profundidade dos méritos da sua actividade.

João Tavares nasceu em Barão de São Miguel, pertencente ao concelho de Vila do Bispo, no Barlavento Algarvio, que é uma típica localidade rural de alvo casario, a 18 de Janeiro de 1949, onde completou a antiga instrução primária. Como nota que desperta interesse, existe uma curiosa coincidência com o motivo antes mencionado. Com efeito, lembramos que no mesmo ano em que escrevemos estas linhas, comemoram-se os 100 anos decorridos sobre o restabelecimento da Freguesia de Barão de São Miguel (a freguesia foi criada pela Lei n.º 1739, de 09/02/1925), por desanexação da Freguesia de Budens.

Em seguida, rumou para a cidade de Lagos, onde continuou os seus estudos até ao 9.º ano de escolaridade. Depois, é no Liceu de Portimão que concluiu o ensino secundário, na altura o 7.º ano da área de Letras. Logo depois, é na Universidade de Coimbra que obtém a licenciatura em Filosofia.

Durante a Guerra Colonial, cumpriu o serviço militar em Angola, de onde regressou em Maio de 1972. Casou-se em Vila Viçosa no ano seguinte, no Santuário da Padroeira de Portugal, com Fátima Carriço, professora do antigo ensino primário. Deste matrimónio nasceram dois filhos, Sofia e João Miguel.

Em conclusão, a hospitaleira Vila Viçosa recebeu há mais de cinquenta anos um jovem, que trazia na sua bagagem um promissor futuro profissional e cultural, que de terras algarvias a veio procurar, entrando com bom pé na cálida terra do Restaurador da Independência de Portugal, em 1640. Em Vila Viçosa viveu Tavares grande parte da sua vida, até à data da sua morte, ocorrida a 8 Agosto de 2024. Aqui constituiu família, teve amigos e conviveu; aqui meditou, leu e escreveu. Por isso, pelo seu grau de ligação com a “*vila ducal*”, que apresenta abundantes e profundos sinais, e pela confessa e inextinguível paixão e empatia que sentia por Vila Viçosa, que tão eternecidamente amou, é João Tavares também um calipolense, pela inteligência e pelo coração, estamos disso certos.

Mas, o primeiro que queremos recordar aqui é a sua extraordinária dimensão humana e cultural, a sua esmerada educação e escrupulosa cortesia, sempre era particularmente cordial e amistososo com os amigos e conhecidos, a sua serenidade, o seu entusiástico companheirismo e a sua indisfarçável modéstia e discrição, bem como a sua inquebrantável dedicação aos valores da família, dos quais fez a sua pedra de acanto, como componentes fundamentais do seu carácter e como virtudes que sempre o acompanharam.

João Tavares era uma personagem discreta que muitas vezes se situava fora do olhar dos episódios centrais e tínhamos que fazer um pequeno movimento ou mover um pouco a cabeça para vê-lo. Acrescentamos nós, valente atitude, em tempos confusos como os de agora, em que o mundo das notícias, o digital e o mediático valorizam os protagonistas em muitas ordens da vida, em que parece que unicamente têm direito a despertar o interesse colectivo certas elites e em que as redes sociais fazem mais difícil distinguir uma voz de autoridade entre a vozeria que nos ensurdece.

À simples vista, o mundo de João Tavares parecia simples e directo, mas apenas na aparência. Muitas vezes o seu mundo levantava-se da sua aparente simplicidade e adquiria brilho estético e credibilidade intelectual.

Da sua modéstia e discrição e dos seus valores éticos e humanos já sabíamos de sobra; depressa aprendemos também a agradecer a sua inesgotável generosidade e bondade, dois dos seus atributos mais nobres e distintivos.

Um Homem desprovido de qualquer interesse de notoriedade e avesso a qualquer tipo de protagonismo, certamente que não existiam homenagens na sua cabeça. Para João Tavares não eram necessárias. Seguramente não precisava de alimentos para a desprezível vaidade.

Todavia, outras lições nos reservava a relação com ele. Observamos, que a constante mais clara do seu labor intelectual e pessoal é a coerência consigo mesmo e a lealdade ao seu próprio mundo e aos seus princípios éticos, que nunca o abandonaram. Construiu um amplo território filosófico, histórico, educativo, literário e cultural, sem deixar de ser ele. Mas, essa realização não foi alcançada de forma automática nem instantânea. A vida de um Homem que abarcava vários domínios do saber e que participava em múltiplas actividades culturais, não é nunca um caminho que se abre repentinamente, como o abanico de um mandarim, mas querendo saber sempre mais, não deixando nunca de interrogar, de ter uma atitude enérgica e de manter os olhos bem abertos ao mundo em que viveu, porque a sociedade está sempre a mudar e é preciso compreender bem as escolhas que se configuravam.

A trajectória cultural e cívica de João Tavares decorreu por distintos caminhos. A cidadania implica a participação. Essa devoção e compromisso pessoal com a causa colectiva, com a libertação das capacidades próprias, com o entendimento das grandes questões da nossa vida e com o convívio fraterno com os outros, constitui o essencial da sua acção, confiante nos outros, seus semelhantes, rumo ao futuro. Abria as portas da amizade de par em par e com enorme generosidade brindava tempo sem hora, saberes e ideias.

Não poderemos precisar em tão breve espaço o seu carácter, as suas virtudes e os seus méritos melhor de como proclama a sua obra. Para certificá-lo, vamos percorrer a agenda das suas actividades, dos seus estudos e da sua diversificada produção literária, que, mostram, bem melhor que as nossas palavras, a estatura cultural e intelectual do seu autor.

Sem descurar um ápice a sua tarefa docente, comprometeu-se, desde bastante cedo, com a sociedade e a cultura calipolense. Nos seus anos jovens, João Tavares embarcou em aventuras radiofónicas: foi co-fundador da Rádio Campanário de Vila Viçosa e, doravante, colaborador activo no empoderamento da linha ascendente desta estação.

Acresce que no ano em que se celebra o quadragésimo aniversário da fundação da Rádio Campanário (foi criada em 1985 e um pouco mais tarde, a 11 de Fevereiro de 1986, iniciou a sua actividade oficial, sob a forma de cooperativa), que foi responsável pela alteração do sector radiofónico em Vila Viçosa, justifica-se o nosso propósito de recordar a quem impulsionou e ajudou, e muito, a chegar até ao

presente, começando naturalmente pelos seus principais mentores.¹ É o caso de João Tavares, entre outros. Curiosa e significativa esta associação.

A aproximação e incursão à Rádio Campanário, tem profundas raízes e distintas formas de cooperação, tão variadas e fecundas em todas as esferas em que se desenvolveu, no que toca à sua extensa actividade, como locutor e jornalista. Não admira que João Tavares, já fino entendedor dessas voltas radiofónicas, tivesse um influxo directo na iniciação e formação dos primeiros jornalistas locais, casos de Manuel Batanete, Ana Cristina Rocha e Gonçalo Ventura, sendo que os dois últimos ainda hoje exercem esta actividade profissional.

Foi produtor e apresentador do programa “*Não Perca*”, que era transmitido aos domingos, após o almoço. De acentuada raiz cultural, este espaço soube abrir tempos de informação sobre temáticas de interesse público, introduzir novas práticas informativas no meio radiofónico local e criar novos discursos direccionados, principalmente, para a música clássica, para edições bibliográficas recentemente colocadas no mercado livreiro, assim como para notícias e curiosidades sobre personalidades, autores, escritores e poetas.

O programa tinha a participação de Maria José Ramalho e da artista Tina Cravo, com a coordenação de Eduardo Almeida.

Desenvolva-se um pouco mais esta faceta jornalística de João Tavares. Começemos pelo programa “*Tardes Desportivas*”, que dinamizou, juntamente com outros colaboradores, cujo formato incluía as transmissões e os relatos em directo dos diversos jogos onde participava o Calipolense – Clube Desportivo de Vila Viçosa, assim como a divulgação de todos os resultados dos encontros disputados no quadro da Associação de Futebol de Évora, com especial ênfase para as equipas do concelho, tais como o Sport Clube Bencatelense e o Sporting Clube de São Romão, que nesse tempo mantinham equipas de futebol activas. A isso há que juntar que coordenou a área desportiva.

Num registo ainda mais abrangente da conhecida afeição e dedicação de João Tavares ao sector radiofónico local, levando mais além as inferências anteriores, há outro marcante escopo que reclama a nossa atenção. Não podemos deixar de realçar, a este propósito, que criou um boletim informativo em suporte papel, de periodicidade mensal, que incidia sobre os mais variados temas, com destaque para a realidade local e regional, a cultura, o desporto e os assuntos da actualidade. Incluía, ainda, textos e artigos sobre Florbela Espanca e o estafeta Cristóvão Grilo, assim como de vários assuntos relacionados com a vida cultural e cívica calipolense.

A sequência narrativa do que antes se disse é de síntese facilmente perceptível: a parte da sua vida dedicada à informação radiofónica é considerável, contribuindo para o exercício de uma informação de proximidade e de acompanhamento de

¹ Sócios fundadores: António Castanho, Artur Carapinha, Eduardo Almeida, Francisco Quinteiro, João Abegoaria, João Tavares, João Toscano, José António Relva Batanete, Manuel Batata e Padre José Luís Ferreira, de cujo rol tivemos conhecimento por gentileza de Eduardo Almeida, que nos indicou os seus nomes.

iniciativas locais e regionais, como um relógio que acompanha o pulsar diário do nosso quotidiano.

É altura de continuar este breve itinerário por dentro dos meandros da vida e da obra cultural do Professor João Tavares. Deixe-se para trás a Rádio Campanário e passe-se agora ao impulso essencial que deu à criação e significação da Revista de Cultura *Callipole*, publicada ininterruptamente pela Câmara Municipal de Vila Viçosa, desde 1993.

O ano de 1993 trouxe boas notícias para as letras, as artes e a cultura do município de Vila Viçosa. A criação da Revista de Cultura *Callipole* está nesse número.

E se procede aproximar a criação de *Callipole* à égide da Câmara Municipal de Vila Viçosa, que tem mantido convictamente este importante veículo de transmissão de cultura, de história, de letras e de ciência e cujo único e directo patrocínio reside, desde o primeiro momento, na autarquia local, não atrai menos recordar que, no que toca a aspectos fundamentais da arrancada e do ulterior desenvolvimento da publicação, João Tavares ocupou um lugar de destaque nesse movimento suficientemente profundo e extenso, desempenhando um papel relevante no seu devir.

Perto de mover-se a dobradiça que ao contar os séculos, separa o século XX do seguinte, ou seja, em 1993, vamos encontrar um novo ponto de desenvolvimento, que se faz pela edição do número fundacional de *Callipole* (foi coordenado e secretariado por Manuel Inácio Pestana, em estreita colaboração com Joaquim Torrinha, ambos já falecidos), mas também pela admissão de João Tavares no então denominado Conselho de Redacção².

E não podemos deixar de mencionar a sua colaboração científica com a Revista, que se traduz pela publicação de dois interessantes trabalhos, nos números 18 e 19, respectivamente, de 2010 e 2011. Com efeito, em 2011 deu à estampa um trabalho baptizado com o título “*Duarte de Bragança, Um mártir Calipolense*”³, onde, com um irrefutável refinamento científico e com uma bela escrita literária, corre um circunstanciado e fundamentado estudo, onde perpassam episódios, não muito conhecidos, da acidentada vida de D. Duarte de Bragança, irmão do rei D. João IV. Neste texto, sobressai a crença do autor na existência de uma vida que considera um exemplo de serena dignidade, de elevado heroísmo de soldado e de nobreza sem mácula.

Mas, no domínio dos trabalhos publicados, esta leitura não é porém satisfatória. Sabe-se que, em estreita e interactiva conexão analítica expressa nos parágrafos anteriores e a par do trabalho publicado em *Callipole*, João Tavares foi também o articulista que tornou o conhecimento e a cultura acessíveis a um público numeroso e variado. A importância da singularidade literária e poética que o autor representa, caracteriza-se por uma escrita que combina registos variados, nos quais cabe a história, a reflexão filosófica e os ensaios, guardada para sempre em jornais,

² Para uma visão de conjunto, o primeiro Conselho de Redacção era constituído por: João Tavares, Joaquim Saial, Joaquim Torrinha, Manuel Inácio Pestana e Olivio Caeiro.

³ João Tavares, “D. DUARTE DE BRAGANÇA, UM MÁRTIR CALIPOLENSE”, Revista de Cultura *Callipole* N.º 19 – 2011, Câmara Municipal de Vila Viçosa, pp. 95-101.

livros e revistas, que publicaram ensaios e artigos da sua autoria, ou co-autoria, como por exemplo: António Reis Marques e João Tavares, “*Bibliografia de António Telmo*”; João Tavares, “*Via régia para os portugueses, por Portugal*”, in *Ensaio*, n.º 4, Lisboa, Set.-Nov. 1981.⁴

Se entrássemos em consideração com outros trabalhos, o número subiria, pois deixou dispersos outros generosos contributos.

Sabemos que Tavares trabalhava com extremo rigor cada um dos seus trabalhos para publicação, sendo submetidos a um lento e rigoroso processo de depuração, cautelosa e medida, que buscava a adequação entre a expressão e o conteúdo, para que nada sobre e que nada falte.

Assim, temos, por um lado, os trabalhos publicados na Revista *Callipole*. Por outro, temos os trabalhos dispersos por jornais, livros e revistas.

Por agora, e a propósito desta colaboração com a revista calipolense, assumida por João Tavares, a sua agenda de contribuições é demasiada rica para ser já fechada; há pelo menos uma área da sua dilatada cooperação que merece ser observada de perto. Para isso, regressemos ao então Conselho de Redacção da Revista *Callipole*, não agora pela sua composição inicial, mas pela sua generosa e dilatada participação neste órgão da publicação, que continua em momentos muito posteriores.

Importa, tão-somente, frisar a persistência actuante do seu serviço como membro do Conselho de Redacção da revista calipolense, que constitui o seu centro nevrálgico onde se decide sobre a admissão ou rejeição de colaborações, se analisa a sua situação geral e se discutem medidas relativas à composição, estrutura, temas e condições de edição. Nesse elo de passagem que solda duas extremidades temporais, entre 1993 (ano da fundação) e 2019 (ano em que deixou as funções de conselheiro), a sua presença, se exceptuarmos o período compreendido entre 2005 (número 13) e 2009 (número 17), em que esteve ausente deste órgão, lá está, abrangendo, pois, a sua dedicação um total de duas décadas. Uma das permanências mais longevas, em extensão, como em profundidade. Percebe-se agora que a revista tem uma forte dívida para com João Tavares.

Mas a dedicação de Tavares às letras não se reduz à criação literária, em verso e em prosa. Chegou mesmo a fundar e a dirigir as Edições Serra D’Ossa, Sociedade Unipessoal, Lda. que foi constituída a 07 de Março de 2008, tendo a sua sede localizada em Vila Viçosa, a partir da qual desenvolveu a sua actividade no âmbito da edição de muitos livros, revistas e outras publicações.

Depois de rememorar, num voo rápido, as extremas ligações do Professor João Tavares com *Callipole*, tocando, ainda, na sua condição de editor, talvez neste remate mereça a pena avançar para a sua intensa intervenção na área do desporto e do associativismo, o que agora mais pode interessar.

É que para além do testemunho da importância da sua acção comunicacional e cultural, acima referidas, existe, igualmente, uma experiência de outras actividades de matriz desportiva e associativa, muito significativa, que foram também paixão

⁴ Vide <https://www.antonio-telmo-vida-e-obra.pt/bibliografia/> (Consultado em 2 de Setembro de 2025).

obsidiante de João Tavares e que seria, claro está, uma omissão imperdoável não reconhecer a sua faceta de treinador e de dirigente desportivo.

De certa maneira, João Tavares não foi de modo algum alheio ao desenvolvimento do desporto em Vila Viçosa. Numa primeira alusão a este assunto, olhe-se agora com algum cuidado para a sua ligação com o futebol federado desta vila, outra importante vertente propulsora da sua actuação. Durante várias épocas, deu um assinalável contributo ao Calipolense – Clube Desportivo de Vila Viçosa, sendo durante cerca de cinco anos treinador de futebol das equipas mais jovens do Clube, actividade que transborda, aliás, de generosidade, movida pelo mais desinteressado sentimento de serviço à causa desportiva. Para não andarmos com circunlóquios infrutíferos, deixemos claro que muitas vezes era o próprio a assumir as despesas com a alimentação, mormente em períodos em que o clube passava por maiores dificuldades financeiras.



Figura 1 – Um grupo de sportinguistas oferece o “Leão do Sporting” a Sousa Cintra, na altura Presidente do Sporting Clube de Portugal, 1993.

Várias das notas que queríamos ressaltar sobre aquilo que Tavares transmitiu ao clube já estão contidas na sua mensagem oficial de homenagem e nos comentários associados que, em diversas circunstâncias, se fizeram sobre ele, sempre ressaltando o grande contributo que durante várias épocas deu ao Calipolense-Clube Desportivo de Vila Viçosa, bem como a sua enorme dimensão humana e esmerada delicadeza. Para além das funções técnicas e desportivas, foi também durante vários mandatos membro da Direcção do clube.

Nesse pano de fundo, tocamos agora num ponto mais institucional que remete nas suas linhas de acção, por um lado, para o momento da entrega a José Sousa Cintra, então Presidente do Sporting Clube de Portugal, de um leão em mármore, que teve lugar no final de um encontro de futebol entre o Calipolense e o Sporting Clube de São Romão, no final de uma das tardes desportivas da Rádio Campanário, em Ciladas (São Romão).

Por outro lado, no início dos anos 90 do século XX, temos também a cerimónia de entrega do Diploma de Sócio Benemérito do Calipolense – Clube Desportivo de Vila Viçosa a Luís Alves Cochicho.



Figura 2 – Entrega do Diploma de Sócio Benemérito a Luís Alves Cochicho, um dos benfeitores do Calipolense – Clube Desportivo de Vila Viçosa.

Mas, a história da sua viagem ao mundo desportivo não terminava aí. Acresce que para além do futebol, participou também na organização e gestão de outras modalidades desportivas, nomeadamente o ténis, que dava então os primeiros passos em Vila Viçosa, junto da Igreja da Lapa.

Com Vila Viçosa e por Vila Viçosa trabalhou em proveito de várias efemérides e comemorações relevantes para esta vila alentejana, a terra da Imaculada Concei-

ção, onde a Fé de um povo e a sua História se entrelaçam. Sem ambicionarmos ser exaustivos, mas só para citar um caso muito representativo, cabe talvez recordar o contributo que prestou à organização dos 350 anos da coroação da Imaculada Conceição de Vila Viçosa, como Padroeira e Rainha de Portugal, em vínculo perpétuo feito em Cortes no ano de 1646, perante os três Estados, integrando a equipa que esteve a cargo da importante celebração, juntamente com o então Cónego D. José Alves (posterior Arcebispo de Évora), a Professora Teolinda Heitor e o Professor Francisco Quinteiro.



Figura 3 – Na foto, da esquerda para a direita, Francisco Quinteiro, João Tavares, Cónego (posterior Arcebispo de Évora) D. José Alves e Teolinda Heitor. Cine Teatro Florbela Espanca, 1 de Junho de 1996.

Mas, vale a pena comentar um pouco mais o acontecimento. Tratou-se de uma árdua tarefa em termos de planeamento e execução, que implicou vários meses de pesquisa documental e que culminou com a realização de uma eucaristia solene na Praça da República, em Vila Viçosa, à qual assistiram centenas de devotos.

Exemplos de colaboração para com o estudo, a valorização e a divulgação do património calipolense vemo-los a cada passo. Dando um salto repentino no tempo, até 2007, um outro ilustrativo acontecimento vem reforçar o conjunto de argumentos apresentados antes.

Procurando bem pelos recessos da história, e como exemplo do que dizemos, encontra-se o documento, que expressa informação relacionada com a partida da 2.^a etapa da 69.^a Volta a Portugal em Bicicleta, que teve lugar a 6 de Agosto de 2007. No dia da partida desta importante prova do calendário velocipédico nacional, Vila Viçosa foi o cenário escolhido para a realização de vários directos para o programa da Antena 1 da RTP “*Bom Dia Portugal*”, no qual participou João Tavares, sendo as suas explicações um guia para conhecer uma história tão rica como a de Vila Viçosa.



Figura 4 – Intervenção de João Tavares para o programa da Antena 1 da RTP “Bom Dia Portugal”.
© Boletim Municipal, Julho-Setembro, 2007, Edição: Câmara Municipal de Vila Viçosa, p. 10.

Por outro lado, o intento da nossa tarefa não pode voltar as costas à abordagem de outras funções que exerceu em muitas e variadas frentes. Este Homem foi muito generoso com o seu tempo, sempre disposto a oferecer muito dele à comunidade e a apoiar diversas instituições, como é o caso, entre outras, do Tribunal Judicial de Vila Viçosa. Com efeito, a 9 de Novembro de 2012 é nomeado juiz social, suplente, para as causas das competências sociais do Tribunal Judicial de Vila Viçosa, tendo por finalidades, legalmente definidas, a Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

E quiçá aqui, nesta passagem do texto, seja oportuno situarmo-nos em 2023, deixar aqui de lado o solo calipolense, pelo menos por agora, e percorrer outros territórios alentejanos, onde vamos encontrar novos desenvolvimentos acerca da sua participação nas sessões denominadas “*António Telmo em Évora*” e “*António Telmo em Estremoz*”, promovidas pelo PAT.VO, nestas cidades alentejanas, em evocação à memória de António Telmo.

No escrúpulo desta análise, temos ainda de ponderar dois tópicos. Em primeiro lugar, a sessão “*António Telmo em Évora*”, realizada no dia 7 de Outubro de 2023, no auditório do Convento dos Remédios, em Évora. Um dos oradores da mesa-redonda, moderada por Rui Arimateia, foi João Tavares, deixando ouvir a sua palavra autorizada, assim como outros amigos de António Telmo⁵.

⁵ Demais não será certamente indicar que participaram nesta sessão: José Luís Patrício, João Tavares, Manuel Calado, Francisco Soares, Maria Sarmento, António Cândido Franco, Carlos Dutra e Regina Camacho.



Figuras 5 e 6 – Mesa da Sessão “*António Telmo em Évora*” e aspecto da assistência da Sessão.

Fonte: <https://www.antonio-telmo-vida-e-obra.pt/news/antonio-telmo-em-evora-uma-tarde-magica-ememoravel-numa-casa-cheia-e-vibrante/>

Em segundo lugar, um pouco mais adiante, em Novembro desse mesmo ano, encontramos um novo marco da participação de João Tavares, quando da sessão realizada no Museu Berardo, de Estremoz, que também incluiu a sua colaboração. Nesse evento, que reuniu um nutrido grupo de amigos e discípulos de António Telmo, vale a pena recordar que as palavras pronunciadas por João Tavares, na mesa-redonda⁶, moderada por Pedro Martins, lembraram, de forma cuidada, sensível e tocante, entre outras facetas, o filósofo, o professor e o escritor, que foi Telmo, sem esquecer a sua ligação com Estremoz, que foi uma das terras marcantes da sua vida.



Figura 7 – Pormenor da mesa-redonda subordinada ao tema *António Telmo em Estremoz*”. 2023.

Fonte: <https://www.antonio-telmo-vida-e-obra.pt/news/no-passado-sabado-no-museu-berardo-estremoz-antonio-telmo-evocado-numa-uma-tarde-saudosa-e-memoravel/>

⁶ Contou com a participação de Elísio Gala, Hernâni Matos, Ilídio Saramago, João Fortio, João Tavares, José Capitão Pardal e Paula Capelinha.

Vamos em frente. Não podemos perder a lembrança de que ainda nos faltam outras dimensões e perspectivas que marcaram a vida de João Tavares, para podermos falar de novas facetas fulgentes que revestem interesse e consideração. Ainda falta falar de uma outra direcção principal em que realizou a sua obra. Estamos a referir-nos manifestamente à sua obra oral, muito mais ampla do que parece à primeira vista, que se expandiu até pontos de grande intensidade.

Não pretendemos esgotar o sumário das suas inquietudes, do seu pensamento e das suas teorias, mas no momento de aludir a sua constante abertura a novos espaços de estudo e de diálogo, abordados desde distintos ângulos, é preciso, deixar constância do seu interesse pelo debate acerca de correntes filosóficas, principalmente a portuguesa.

Por essa razão, procede, agora, entrar directamente na sua faceta de Homem sempre amigo, de relação de proximidade e de trato natural, que desenvolveu a sua tarefa, evidenciando em cada momento a sua grande capacidade de diálogo e de comunicação; nas aulas, nas conferências, ou até mesmo nas tertúlias e nos grupos de amigos. Sempre procurou partilhar o conhecimento e a vida cultural com a amizade e acreditava canonicamente no valor da palavra partilhada e do diálogo. Homem de palavras e ao mesmo tempo de palavra.

Durante muitos anos participou em tertúlias e reuniões, com a presença de amigos, que propiciavam encontros onde abordavam distintos temas e reflexões filosóficas, sobretudo de filosofia portuguesa. Depois de muitas horas que passavam juntos falando vivamente desses assuntos, no fundo de tanta palavra, de tanto contar e tanto escutar e de estimular o debate, muitas vezes sobrelevava um mútuo entendimento, e, algumas vezes, surgiam dissonâncias, mas onde as diferenças eram admitidas e integradas. Neste contexto, contudo, as disputas e as divergências humanas servem melhor do que as semelhanças para iluminar e elevar a nossa mente ao reino do espírito.

Os diálogos com argumentos históricos e filosóficos nunca têm fim, não definham e estão sempre em aberto, onde quer que seja. Para se desenvolverem apenas precisam da conversa do amigo que entretanto chega, que se junta ao grupo e que incentiva a tertúlia filosófica.

Muitas vezes eram tertúlias de café, em Vila Viçosa, e mesmo fora desta vila, às quais associamos o nome de João Tavares. No entanto, ultrapassando, claro está o enfoque desta análise, torna-se premente pelo menos um curto apontamento sobre o Café. Trata-se de um lugar privilegiado de reunião, de encontro, de conversação e de intercâmbio social, em que, muitas vezes, história e café caminham emparelhadas. Uma espécie de praça pública coberta, com um carácter cívico e cultural, onde umas vezes transcorrem lentas as águas do quotidiano e, outras, cresce o leito de largo e grosso caudal que arrastam conversas filosóficas e históricas. Aqui, nos anos 80 do século XX, João Tavares ia ao Café Framar para numa das mesas participar na habitual tertúlia, que, aliás, era um dos costumes da sua vida. Entre os amigos habituais ali estavam assiduamente António Telmo e Carlos Aurélio, assim como outras figuras das letras e da cultura.



Figura 8 – António Telmo, Inácio Balesteros e João Tavares (da esquerda para a direita na foto).
Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa. 1996. © Carlos Aurélio.



Figura 9 – Grupo da Filosofia Portuguesa (Alentejo) – Café Framar, Vila Viçosa, 2003.
© Carlos Aurélio

Do ponto de vista histórico, filosófico e literário, esses encontros funcionavam um pouco como antena: emitam e recebiam ao mesmo tempo as ondas que se transmitem no ar e que adquiriam expressão cultural.

Essas tertúlias tinham um acusado matiz costumado; umas vezes a conversar na mínima tertúlia, outras em grupos mais alargados, mas sempre muito saborosas,

que eram precisamente uma das suas actividades predilectas. Nesse grupo de amigos, uma mesma voz, pessoalmente amistosa, comprometida, frontal e crítica, muito tinha para dizer: a voz de João Tavares.

E enquanto tudo isso ocorria, sobretudo, em Vila Viçosa, noutra terra muito próxima, em Borba, João Tavares assumia também uma ligação e um papel importante, especialmente por motivos profissionais, em particular no exercício da sua função docente. Ao longo de cinco décadas, exerceu, desde muito cedo, uma inteira e dilatada dedicação às tarefas lectivas, visivelmente coincidentes com a sua formação académica. Primeiro, como professor em Estremoz, durante 3 anos; depois, como professor em Borba, até à sua aposentação.

O seu curriculum académico contém elementos informativos interessantes que pensamos nunca foram divulgados por ninguém. A sua vocação docente levou-o a participar em diversas actividades extracurriculares, que permitiram melhorar o projecto educativo dessa Escola. Enquanto professor da disciplina de História, organizou diversos desfiles carnavalescos sobre várias temáticas e episódios da nossa história. Essas iniciativas alcançaram uma grande projecção e levaram até Borba muitas pessoas dos concelhos limítrofes, granjeando o apoio e a admiração de muitos borbenses.

E já que falamos de ensino, não podemos deixar fugir da memória que João Tavares foi Director do Ciclo Preparatório de Borba, em 1976.

Diga-se de passagem que à medida que correm os anos, a possibilidade de que nos surpreenda com novas frentes de intervenção, aumenta dia a dia. Neste sentido, a poesia popular é outro dos aspectos que merece a pena determo-nos um pouco. Na verdade, deveríamos acrescentar para uma maior precisão do seu campo de acção e da sua presença na sociedade borbense, ainda pouco visíveis, o seu interesse pela poesia popular. Num claro apoio a este género de poesia, que está associada de forma indelével à identidade cultural, à valorização e à conservação das memórias identitárias da nossa sociedade, João Tavares, para além das funções docentes, participou como membro de vários júris de Encontros de Poetas Populares, em meados dos anos 80 do século XX, que reuniam um numeroso colectivo de nomes, organizados pela Junta de Freguesia da Matriz (Borba). Alguns livros dos poetas populares que participaram nesses concursos, provenientes de muitas partes do país, têm a sua assinatura nos prefácios. Tudo isso, evidencia inequivocamente a importância que atribuía às problemáticas relacionadas com a preservação da poesia popular.

A crescente amplitude dos seus interesses levou-o, também, a colaborar com a Santa Casa da Misericórdia de Borba, que desenvolve programas focados na mitigação dos efeitos dos principais constrangimentos associados ao envelhecimento. Por isso, vamos abrir aqui um apressado espaço que coloca especial ênfase no seu compromisso com a formação ao longo da vida e com a população mais idosa, aquela que se encontra numa situação mais vulnerável, que é outro sólido elo que faltava nesta indagação. A sua obra, como impulsionador do ensino, é extremamente enriquecida com o seu labor na Universidade Sénior de Borba, criada em 2005, onde deu aulas de História, tendo como destinatários da sua actividade a

população sénior. É interessante notar que nesse período, colaborou activamente em actividades sociais e em momentos de confraternização. Este Homem passou por ali 10 anos, entre 2007 (logo no início da sua fundação), e 2017, e certamente o seu longo percurso e o seu intenso esforço, não foram em vão, a tal ponto que todos sentiram os efeitos do seu trabalho. E é isso que queremos ressaltar.



Figura 10 – Actividades da Universidade Sénior de Borba, durante uma aula de História, dinamizada por João Tavares. Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Borba, disponível em <https://www.scmborba.pt/index.php/home/historia>.

Mas, há mais testemunhos sólidos da sua reiterada colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Borba. Apertando o crivo, a tudo isso há que juntar a sua participação na sessão evocativa do 1.º Centenário do nascimento do poeta Humberto Silveira Fernandes, que, em 2007, se desenrolou em torno da sua vida e produção literária. Na intervenção que proferiu a propósito da referida homenagem, traçou um perfil cuidado e sensível dos principais factos que mais marcaram a vida do poeta, que escreveu com mais fulgor nos complicados anos 20 do século XX.

Agora já é hora de entrar na parte final do texto. Deixamos pois, como nota derradeira, algumas considerações complementares. Obviamente que este texto contém uma leitura necessariamente pessoal da sua vida e obra, cujas referências anteriores procurámos reduzir ao máximo para não ocupar mais tempo, deixando de lado vários aspectos.



Figura 11 – João Tavares (à esquerda na foto), na hora do 1.º Centenário do nascimento do poeta Humberto Silveira Fernandes. 2007. Fonte: *Boletim Informativo da Santa Casa da Misericórdia de Borba* N.º 6 – Dezembro 2007. <https://mail.scmborba.pt/boletins/pdf/n6.pdf>

Somos conscientes de que este rápido e escueto resumo do seu trabalho e da sua vida, em que sublinhamos algumas das distintas facetas e ideias com que Tavares se dedicou às mais diversas questões culturais, históricas, filosóficas, educativas e literárias, não é suficiente para ressaltar as virtudes que povoaram e adornaram o seu longo e profundo labor.

Poderíamos urdir aqui amplas apreciações, se o tempo o permitisse, acerca de outros trabalhos e actividades, por ele desenvolvidas. Pensamos, contudo, que o escólio que deixamos, embora disseminado e rápido, terá sido, aliás, suficiente para comprovar o que ao princípio afirmámos: João Tavares, um Homem com um espírito multiforme e uma enorme craveira intelectual e humana.

Depois de tanta narrativa sobre a vida de João Tavares, o que ficou? Ficou o retrato de um Homem que reuniu em si vários mundos de erudição, de sabedoria, de grande sensibilidade cultural e social, de diálogo, e que possuía uma alta dimensão humana, como se acabou de verificar.

Por fim, parece possível ajuizar que a sua longa ligação com Vila Viçosa teve certo impacto positivo na “*Vila Museu*”. Muito ou pouco, depressa ou devagar. Mas sempre. Muito ou pouco, mas sempre para melhor. Não é, certamente, pouca coisa. É nestes termos que a evocação da sua figura é importante. Enfim, só por isso, João Tavares merece um preito de expressão indelével do nosso reconhecimento, gratidão e estima.

Agradecimentos

Os autores manifestam a sua gratidão a Carlos Alberto Carvalho, Eduardo Almeida, João Trindade e Manuel Pormezinha pelos seus esclarecimentos, pelas informações prestadas e pela frutuosa troca de impressões conducentes à realização deste trabalho. De igual modo, impõe-se uma palavra de reconhecimento a Inês Borrões e a Tiago Salgueiro pelo apoio dado a esta investigação e sobretudo pelas indicações temáticas da sua autoria, que acrescentaram uma soma de novos elementos a este texto.

